



Fabio Rocha Frederico

Ingressou na carreira diplomática em julho de 2002. No Brasil, foi assessor especial do ministro da Saúde para Assuntos Internacionais (junho de 2016 a dezembro de 2018), diretor do Departamento de Relações com a Imprensa Internacional da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (janeiro a junho de 2016) e assistente na Assessoria de Imprensa do Ministério das Relações Exteriores (2005-2009). No exterior, trabalhou nas embaixadas do Brasil em Camberra (2012-2015), Washington (2009-2012) e Montevidéu (2004-2005).

Possui mestrado em relações internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo e mestrado em diplomacia pelo Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores. É formado em história pela Universidade de São Paulo e em direito pela Universidade Mackenzie.

O diplomata brasileiro Aloysio Mares Dias Gomide foi sequestrado em Montevidéu, em 31 de julho de 1970, pelo Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros (MLN-T), então o principal grupo da esquerda armada uruguaia. No mesmo dia, os tupamaros também capturaram o cidadão norte-americano Dan Mitrione, chefe da missão policial dos EUA no Uruguai. Os sequestros de Gomide e Mitrione faziam parte de uma operação do MLN-T denominada “Plano Satã”, que pretendia obter a libertação de tupamaros presos e enfraquecer o governo do presidente uruguaio, Pacheco Areco.

Em Montevidéu, os sequestros tornaram-se o epicentro da crise política uruguaia e Pacheco Areco recusou qualquer negociação com os tupamaros, apesar das gestões dos presidentes Médici e Nixon. A intransigência uruguaia afetou as relações com o Brasil e provocou desafios consideráveis para a diplomacia brasileira.

No plano regional, o governo argentino respaldou publicamente e com firmeza a posição uruguaia, avaliando que o sequestro e as consequentes dificuldades nas relações entre Brasil e Uruguai representavam oportunidade para o fortalecimento da influência argentina em Montevidéu.

No Brasil, a recusa do Uruguai em negociar com os tupamaros enfraqueceu o governo diante de setores da linha dura das forças armadas, insatisfeitos com a postura negociadora de Brasília diante dos três sequestros de diplomatas ocorridos em território brasileiro, até julho de 1970. A aparente contradição entre a disposição do Brasil em fazer por diplomatas estrangeiros o que um país amigo e vizinho como o Uruguai não estava inclinado a realizar por diplomata brasileiro, tornou ainda mais complexa a atuação do ministro das Relações Exteriores, Mario Gibson Barboza, em meio a crise.

O sequestro teve, acima de tudo, consequências dramáticas para a família de Gomide. Maria Aparecida Gomide lutou incansavelmente pela libertação do marido, organizando campanha de arrecadação de recursos no Brasil e negociando com os tupamaros.

Apresentado originalmente como tese ao Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, este livro narra a história do sequestro de Aloysio Gomide e analisa suas implicações para a diplomacia brasileira.



Fabio Rocha Frederico

POLÍTICA EXTERNA E GUERRILHA NO CONE SUL

POLÍTICA EXTERNA E GUERRILHA NO CONE SUL

Fabio Rocha Frederico

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



O Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco (IRBr) foi inicialmente previsto na Lei n. 3.917, de 14 de julho de 1961. A efetiva criação do curso deu-se por força do Decreto n. 79.556, de 20 de abril de 1977, que dispôs que o CAE, após cinco anos, passasse a ser requisito à promoção da classe de conselheiro para a de ministro de segunda classe. Sua primeira edição foi realizada em 1979.

O CAE é parte integrante do sistema de treinamento e qualificação na carreira de diplomata. Serve de instrumento de gestão à administração do Itamaraty no processo de selecionar os diplomatas que estarão aptos a atingir os degraus mais elevados da carreira e a assumir posições de alta chefia na instituição.

A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) tem publicado várias teses aprovadas no CAE, dando prioridade para as recomendadas pela banca examinadora do curso. A relação dos trabalhos da coleção Curso de Altos Estudos já publicados pela FUNAG encontra-se no final desta publicação.

Todos os textos da coleção Curso de Altos Estudos estão disponíveis, para *download* gratuito, na biblioteca digital da FUNAG (www.funag.gov.br).





POLÍTICA EXTERNA E GUERRILHA NO CONE SUL

Fabio Rocha Frederico

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



POLÍTICA EXTERNA E GUERRILHA NO CONE SUL

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

A Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

A FUNAG, com sede em Brasília-DF, conta em sua estrutura com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI e com o Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD, este último no Rio de Janeiro.

Fabio Rocha Frederico

POLÍTICA EXTERNA E
GUERRILHA NO CONE SUL
O “PLANO SATÃ” E O SEQUESTRO DO
DIPLOMATA BRASILEIRO
ALOYSIO MARES DIAS GOMIDE



Brasília, 2020

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Telefones: (61) 2030-9117/9128
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

Fernanda Antunes Siqueira
Eliane Miranda Paiva
Gabriela Del Rio de Rezende
Luiz Antonio Gusmão

Revisão:

Roberto Goidanich
Márcia Costa Ferreira

Programação Visual e Diagramação:

Varnei Rodrigues - Propagare Comercial Ltda.

As opiniões emitidas no presente trabalho representam pontos de vista pessoais do autor e não refletem, necessariamente, a posição do governo brasileiro.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F852 Frederico, Fabio Rocha

Política externa e guerrilha no Cone Sul: o "Plano Satã" e o sequestro do diplomata brasileiro
Aloysio Mares Dias Gomide. - Brasília : FUNAG, 2020

288 p. - (Curso de Altos Estudos)

ISBN 978-85-7631-818-7

1.Política externa. 2.Movimento de libertação nacional - Tupamaros. 3.Diplomacia - sequestro - Aloysio Mares Dias Gomide. I Frederico, Fabio Rocha. II. Título.

CDU 327

CDD 327

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.
Bibliotecária Responsável: Raimunda Lima Evangelista, CRB-1/3382

Agradecimentos

Este trabalho foi originalmente apresentado como dissertação ao LXIII Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, academia diplomática do Ministério das Relações Exteriores, no primeiro semestre de 2018. Ele é fruto de meu interesse na rica história uruguaia da segunda metade do século XX e das relações do país com o Brasil, aguçado no período em que servi na embaixada brasileira em Montevideú.

A publicação deste livro só foi possível graças ao apoio de diversas pessoas, entre as quais gostaria de agradecer, particularmente, Maria Aparecida Gomide, que com sua memória extraordinária foi fundamental para a reconstrução da história do sequestro de seu marido, o diplomata brasileiro Aloysio Mares Dias Gomide, especialmente do momento da captura e do processo negociador e seu desfecho. Aloysio Mares Dias Gomide Filho foi igualmente generoso em apoiar minha pesquisa e compartilhar informações sobre o sequestro.

A banca examinadora do LXIII Curso de Altos Estudos, formada pelos embaixadores José Alfredo Graça Lima, Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florencio Sobrinho, Eugenia Barthelmess e Tarcisio de Lima Ferreira Fernandes Costa, contribuiu com comentários e críticas pertinentes que muito aperfeiçoaram o trabalho. Agradeço também, em especial, ao embaixador Gelson Fonseca Jr., relator diplomático, que teceu críticas relevantes e fez análise aprofundada do texto, e ao

historiador Clodoaldo Bueno, relator acadêmico, que colaborou com comentários e sugestões.

Bruno Rezende, com quem compartilhei numerosos desafios profissionais, leu e revisou o texto original com maestria e atenção aos detalhes. Esteban Melgarejo fez contribuições importantes relativas à história uruguaia, particularmente ao período de atuação dos tupamaros.

Por fim, à minha família agradeço a paciência cotidiana e o apoio inestimável durante os anos em que me dediquei ao estudo.

Todos os erros e imperfeições que porventura permaneçam são de minha inteira responsabilidade.

Fabio Rocha Frederico
Camberra, setembro de 2019.

Sumário

Apresentação	9
Introdução	15
Prólogo	17
1. O “Plano Satã”	21
2. “ <i>Los innombrables</i> ”	33
3. Filho de pais uruguaio.....	57
4. Diplomacia e sequestro	71
5. Uma complexa série de dificuldades (dias 1, 2 e 3 de agosto).....	83
6. “ <i>Un espía norteamericano</i> ” e “ <i>una dictadura de carniceros</i> ” (dias 4, 5 e 6 de agosto)	109
7. O mais longo dos dias (dia 7 de agosto).....	129
8. O escritório de segurança pública e Dan Mitriane	143

9. “ <i>Empezó a instalarse el terror</i> ” (dias 8, 9 e 10 de agosto)	153
10. Negociações	181
11. Libertação	213
Epílogo.....	229
Conclusão	239
Referências	243

Anexos

I - Comunicados do MLN-T	257
II - Câmbio.....	268
III - Agências bancárias assaltadas pelo MLN-T (janeiro a agosto de 1970)	269
IV - Cronologia.....	271

Apresentação

Por muitas razões, é oportuna a iniciativa da FUNAG de publicar o trabalho do conselheiro Fabio Rocha Frederico, apresentado ao Curso de Altos Estudos, do Instituto Rio Branco, em 2018, tornando-o assim acessível a diplomatas, historiadores e especialistas em relações internacionais e em processos políticos sul-americanos. A primeira razão é a de que o texto, impecável metodologicamente, vale como uma lição sobre como fazer história diplomática. Parte de um tema muito específico e limitado: o sequestro do diplomata brasileiro Aloysio Gomide pelo Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros, em 31 de julho de 1970. De forma precisa, clara e completa Fabio descreve como o episódio se desenvolve, mas vai além. A narrativa ganha contornos analíticos e se abre para a conjuntura uruguaia, para a complexa negociação que levou à libertação do diplomata, e suas implicações para o relacionamento bilateral entre Brasil e Uruguai, sem deixar de mencionar o envolvimento da Argentina e dos Estados Unidos no processo. Não tenho dúvida de que o livro entrará na lista de teses relevantes sobre a história diplomática brasileira contemporânea.

O texto vale, inicialmente, pela originalidade. Nos anos 60 e 70, o sequestro – como instrumento de grupos armados para libertar o que consideravam presos políticos – foi usado com frequência em vários países latino-americanos. Tornou-se um dos reflexos perversos da

Guerra Fria, que transferia a radicalização global para o contexto dos conflitos nacionais. No Uruguai, durante o longo cativeiro de Gomide, 209 dias, além de personalidades locais, os sequestros alcançaram o embaixador da Grã-Bretanha, Geoffrey Jackson, e funcionários da embaixada americana (o de maior repercussão foi o de Dan Mitrone, cuja história foi base para um filme de Costa-Gavras, *Estado de Sítio*). Em território brasileiro, aconteceram no Rio de Janeiro e em São Paulo e as vítimas foram o embaixador norte-americano, Elbrick, o cônsul japonês em São Paulo, Okuchi, o embaixador alemão, von Holleben, e o embaixador suíço, Bucher. Nesses casos, examinando o aspecto historiográfico dos episódios, uma peculiaridade é de que foram objeto de memórias escritas por participantes dos sequestros, como Gabeira e Sirkis, e de uma vítima, o cônsul Okuchi. Elbrick e von Holleben prestaram vários depoimentos pessoais sobre a sua experiência. Ora, no caso de Gomide, o tema está aberto. Ele não deixa memória escrita e, sobre o sequestro, não concedeu mais do que curtas entrevistas¹. O livro de Fabio estuda, assim, de forma inédita, um acontecimento esquecido das relações internacionais do Brasil, que teve, porém, enorme repercussão de opinião pública no início dos 70. A dramaticidade do prolongado sequestro leva a que a Sra. Gomide seja apoiada e recebida por figuras públicas da época, como Flavio Cavalcanti e Chacrinha; políticos intervêm, e o autor narra um episódio em que Juscelino Kubitschek conversa com a Sra. Gomide e dá conselhos decisivos para destrinchar o nó que barrava o sucesso da negociação para a liberação de seu marido (p. 213); o empenho das autoridades governamentais por vias diplomáticas, especialmente do ministro Gibson Barbosa, é constante e notório. A combinação desses fatores mobiliza os meios de comunicação, que acompanham amplamente a evolução do sequestro,

1 Há duas outras histórias de sequestros de diplomatas brasileiros, a do embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento Silva, que ficou cativo na embaixada da República Dominicana em Bogotá, por dois meses, em 1980, e do embaixador Carlos Coutinho Perez, preso junto com outros convidados, durante uma recepção na embaixada do Japão em Lima, em dezembro de 1996. O embaixador Nascimento e Silva não escreveu memórias sobre o que passou, mas deixou as notas que tomou no IHGB, de que era sócio. Pelo que sei, ainda não foram objeto de pesquisa. Ver: RIHGB, v. 329, p. 167, 217-218, out./dez. 1980.

ganhando o assunto relevância na agenda da opinião pública nacional. Outra consequência, assinalada por Fabio, é a de que terá sido das poucas questões em que governo e a oposição parlamentar encontram, no momento autoritário, um ponto de convergência. O consenso ajudava a mobilização e, a rigor, implicitamente a autorizava, em tempos de vigência da censura (p. 167).

Fabio fez trabalho de historiador, e um notável trabalho. A reconstituição segue cada passo e cada aspecto do episódio e está sempre sustentada por fontes consistentes e bem manejadas. Nada escapa e até é mencionada a convocação dos secretários recém ingressos na carreira para plantões noturnos da Divisão de Comunicações do Ministério, à espera de algum telefonema com sinais definitivos... A narrativa sabe aproveitar e concatenar fontes primárias, como as comunicações do Itamaraty e do Departamento de Estado, servindo para comparar comportamentos dos governos do Brasil e dos EUA diante do cativeiro simultâneo de Gomide e Mitrone. O levantamento das comunicações telegráficas permite acompanhar, “de dentro”, a delicada negociação para a libertação dos sequestrados. Os telegramas contam minuciosamente cada encontro das autoridades brasileiras e uruguaias (e também os que ocorrem entre autoridades brasileiras e norte-americanas). O material de imprensa, amplamente consultado, dá ideia clara da repercussão na opinião pública. Os manifestos dos Tupamaros aparecem como anexo e são outro elemento importante para compreender o que aconteceu. Mas, certamente, a mais notável contribuição ao esclarecimento do episódio é a entrevista que o autor manteve com a Sra. Maria Aparecida Gomide, esposa do diplomata, que, com memória clara, refaz os momentos iniciais do sequestro e o seu desfecho. O texto revela o comportamento de uma mulher verdadeiramente heroica, pois sua persistência, sua capacidade de diálogo, a força com que levou o tema para os meios de comunicação, são os fatores que mantiveram viva a luta pela libertação do marido. É ela também que busca a fórmula criativa – e, até certo ponto, surpreendente – para a libertação do diplomata, obtida em troca de determinada quantia arrecadada com doações particulares e enviada,

quase clandestinamente e por meios [privados], a representantes dos tupamaros². Aliás, uma das dificuldades para o envio do dinheiro foi imposta pelo então ministro da Fazenda, Delfim Netto, que dizia não haver meios legais para a remessa. Afinal, foi transportado de ônibus, por uma senhora acostumada a fazer viagens para Montevidéu.

Na construção do texto, é permanente o cuidado com a seleção das fontes e o que revelam. O trabalho tem informações precisas e claras sobre a situação política e social do Uruguai e tenta, de forma sucinta, explicar porque surge a guerrilha em um país que era um modelo de democracia na América Latina e apresentava bons índices sociais. Os movimentos dos Tupamaros e a reação do governo estão apresentadas com objetividade e permitem entender como se constituiu a dinâmica desafio/repressão que vai determinar as consequências da polarização política no Uruguai. Os problemas específicos da relação com o Brasil, como a presença de exilados de peso político, como Brizola e Jango, é lembrada. Curiosamente, o autor lembra que, em visita que fez ao Uruguai em 1961, Che Guevara afirmava que o Uruguai não era país propício para transformações políticas, movidas por movimentos guerrilheiros. E estava certo (p. 35). Afinal, a guerrilha, a “mais organizada do continente”, coloca em xeque o governo Pacheco Areco, faz ações ousadas, arrecada recursos, tem apoio popular (até, ao menos, a execução de Mitrión) mas afinal sempre esteve longe de alcançar seu objetivo último, o de implantar o “poder popular”. A dissolução do movimento com a prisão das lideranças e a perda de seu apoio popular ficam patentes logo em seguida quando o governo aprofunda os mecanismos de repressão e caminha posteriormente para regime autoritário.

O sequestro de um funcionário diplomático desencadeia, necessariamente, um complexo processo de negociação que envolve o grupo responsável e os governos dos nacionais envolvidos. Fabio traça no livro, sempre de forma precisa, didática mesmo, o quadro

2 Houve um caso posterior, quando o governo britânico, com a mediação do presidente Salvador Allende conseguiu a libertação do embaixador Jackson, em cativo por nove meses.

negociador que se desenvolve. Mostra como a atitude diplomática nasce da contraposição de argumentos e como constroem os fundamentos de sua legitimidade. Indica como o governo brasileiro, nos casos ocorridos em nosso território, tomou, como determinante para atender a demanda da libertação de presos políticos, a obrigação internacional de proteger a integridade do enviado diplomático. Do outro lado, a intransigência uruguaia se escudava na negativa de qualquer abertura negociadora com terroristas, basicamente porque desatenderia a preceitos legais e o governo não poderia agir sob intimidação. Para o governo brasileiro, quando acontece o sequestro de Gomide, o nosso argumento de favorecer o diálogo com os sequestradores era amparado – e ganhava legitimidade – pela coerência entre o que fazíamos e o que pedíamos ao governo uruguaio. Sendo insuficiente o argumento, a segunda etapa foi o recurso a instrumentos de pressão, alguns supostamente duros e talvez irrealistas, como transferir a sede da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) de Montevidéu. Ao final, como está assinalado pelo autor, é a própria fragilidade do sistema político uruguaio, especialmente do presidente Pacheco Areco, que se transforma em sua “força” para resistir à demanda pela liberação de Gomide. Abrir o diálogo com a guerrilha poderia levar à derrocada do governo e, em consequência, a do próprio regime, com consequências imprevisíveis. Se o argumento é razoável ou não, difícil de medir. Mas, prevaleceu.

A posição de não “dialogar” com terroristas era ostensivamente a do governo americano, mas, diante de fatos concretos, da vida humana em perigo, é difícil de sustentar. Fabio revela a duplicidade da atitude americana no caso Mitrione. Apesar da posição que adotava, o governo norte-americano não deixou, em nenhum momento, de pressionar as autoridades uruguaias para abrir negociações sobre Mitrione (aliás, como fizera no caso Elbrick). Choca saber, porém, até onde os americanos chegaram. Às vésperas do fim do prazo que os tupamaros deram para a libertação dos presos ligados ao movimento e, portanto, para a execução de Mitrione, o autor lembra uma mensagem telegráfica do secretário de estado, William Rogers, para que seu embaixador em

Montevideu dissesse aos uruguaios que, se levassem a cabo a execução, o governo uruguaio deveria ameaçar retaliação, matando tupamaros que estivessem na cadeia. A gestão foi feita e a resposta uruguaia foi clara: seu governo não era daqueles que agia daquela maneira e tinha informação de que esquadrões da morte haviam ameaçado familiares dos presos... O fato é que o próprio governo uruguaio contribui para facilitar a solução final em que a liberação de prisioneiros é substituída por quantia em dinheiro. Não atendeu plenamente à demanda da guerrilha mas, ao menos, não impediu o resgate de Gomide.

Finalmente, vale uma palavra sobre o contexto diplomático em que o episódio ocorre. Fabio estuda um dado permanente da relação entre o Brasil e o Uruguai, que é o “fator Argentina”. Existem aproximações entre os três países na medida em que viam, nos movimentos de esquerda, armados ou não, o inimigo comum. Ao mesmo tempo, existem diferenças e a própria dissonância entre Brasil e Uruguai leva a que o governo militar da Argentina adote um discurso mais duro de defesa da não negociação com os sequestradores. Um dos desafios diplomáticos para o Brasil passa a ser a preservação de relações bilaterais com o Uruguai depois de momentos de tensão e de choques diplomáticos. Isto se conseguiu, mas aí já estamos em outra etapa das relações bilaterais.

O sequestro de um diplomata é, antes de mais nada, um drama pessoal para o próprio e para a família, para a carreira a que serve. O contexto em que ocorre é, em regra, o de polarização política exacerbada. Desencadeia processos diplomáticos complexos, em que uma vida humana está em perigo e, para salvá-la os governos lidam com opções contraditórias. Juntar essas peças diversas em narrativa coerente, com valor às vezes didático pela clareza em que a desenvolve, é o maior mérito do trabalho do conselheiro Fabio. Aliás, de tão bem encadeada, a narrativa é quase um roteiro de cinema. Faltaria pouco para adaptá-la e faltaria também uma explicação: por que um grupo marxista e de esquerda escolhe para nomear o seu plano o de um querubim decaído.

O livro merece leitura e leitura atenta.

Gelson Fonseca Jr.

Introdução

No início da década de 1970, o Uruguai passava por um período de crescente instabilidade e radicalização política. Grupos de esquerda, em especial o Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros (MLN-T), conduziam ações armadas contra um governo que, embora eleito democraticamente, utilizava com frequência cada vez maior métodos autoritários para combater todos os grupos oposicionistas, incluindo os partidos legalmente constituídos. A radicalização em ambos os lados do espectro político se alimentou mutuamente e passou a ameaçar a própria sobrevivência do regime democrático no país.

Nesse cenário, em 31 de julho de 1970, o MLN-T, então o mais eficiente movimento de guerrilha urbana em atuação, sequestrou o diplomata brasileiro Aloysio Mares Dias Gomide, cônsul adjunto do Brasil em Montevideu. O sequestro de Gomide fazia parte de uma operação do MLN-T denominada “Plano Satã”, que previa o sequestro de funcionários estrangeiros e de personalidades uruguaias com o objetivo de obter a libertação de tupamaros presos e enfraquecer o governo do presidente do Uruguai, Jorge Pacheco Areco. Nos primeiros dias do “Plano Satã”, os tupamaros também sequestraram um juiz uruguaio, em 28 de julho, e o chefe da missão policial dos EUA no Uruguai, Dan Mitrione, na manhã do dia 31.

O sequestro de Gomide obteve imensa repercussão na imprensa brasileira e mobilizou a opinião pública do país. A captura do diplomata também gerou uma série de desafios para a política externa brasileira, relacionados não apenas às relações bilaterais com o Uruguai, mas também ao equilíbrio geopolítico no Cone Sul e à atuação da Argentina durante a crise.

No plano interno, provocou dificuldades ao governo brasileiro, especialmente tendo em vista a postura negociadora de Brasília por ocasião dos três sequestros de diplomatas estrangeiros ocorridos em território nacional antes de julho de 1970. A recusa do governo uruguaio em dialogar com os tupamaros fortaleceu a oposição de setores da linha dura militar brasileira às negociações com os “terroristas” e constrangeu o governo do general Médici. O sequestro de Mitrione também envolveu o governo norte-americano na crise e aumentou ainda mais a complexidade da situação.

A crise provocada pelo sequestro dos funcionários estrangeiros em Montevideú ganhou contornos dramáticos, em especial, durante a primeira metade de agosto de 1970. Gerou intensa atuação diplomática não apenas das chancelarias do Uruguai, do Brasil, dos Estados Unidos e da Argentina, mas também dos presidentes dos quatro países. Em torno dos sequestros convergiram elementos de diversos temas fundamentais da política internacional do período, tais como a Guerra Fria e seus reflexos na América Latina, a luta armada conduzida por grupos de esquerda, a então tradicional disputa de poder entre Brasil e Argentina no Cone Sul e a influência norte-americana sobre os países do continente.

Por todos esses fatores, a análise do sequestro de Gomide e da atuação do governo brasileiro na ocasião pode fornecer elementos para melhor entendimento da política externa do país no período. O presente trabalho pretende, dessa maneira, contribuir para uma maior compreensão de importante episódio da história diplomática brasileira, que, até o momento, não havia sido objeto de estudo aprofundado.

Prólogo

Na manhã do dia 28 de julho de 1970, quatro integrantes do Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros (MLN-T), dois homens e duas mulheres, aproximaram-se da residência do juiz Daniel Pereyra Manelli em Montevideu. Até aquele momento, o juiz Manelli tinha sido responsável por quase uma centena de processos contra integrantes do grupo, conhecidos como “tupamaros”³. O MLN-T era então a principal organização da esquerda armada do Uruguai e, provavelmente, a mais eficaz guerrilha urbana em atuação.

Os quatro tupamaros, elegantemente vestidos, bateram à porta da residência às 8h25 da manhã. A empregada atendeu ao chamado e foi imediatamente dominada. Manelli, ainda de pijama, também foi rapidamente rendido. Na residência, também estavam a esposa, Gladyz Lucas de Pereira, a mãe e o filho de seis anos do juiz. Os tupamaros pediram que Manelli se vestisse e afirmaram que o levariam para “uma longa conversa”. O juiz ainda perguntou se poderia levar sua garrafa térmica e um pouco de mate. Um dos sequestradores respondeu que Manelli não deveria se preocupar, já que teria “tudo o que precisava” no cativeiro. Os tupamaros também tranquilizaram a mulher de Manelli, afirmando que “não fariam nenhum mal” ao juiz e que só queriam fazer

3 EL DIARIO, 28 de julho de 1970, p. 18.

algumas perguntas, prometendo libertá-lo “amanhã ou depois, o mais tardar”⁴.

Os sequestradores ainda cortaram a linha telefônica e pediram a Gladyz Pereira que não avisasse a polícia antes das 9 horas. Cerca de dez minutos depois de iniciada a ação, os tupamaros deixaram o local, levando o juiz e duas armas encontradas na residência. A esposa de Manelli esperou até às 9 horas, seguiu até uma residência vizinha e chamou a polícia⁵.

Para realizar o sequestro, comandos tupamaros haviam roubado ao menos três veículos, no próprio dia 28. Seguindo métodos que se tornariam padrão nas operações do MLN-T, às 7h30 da manhã quatro homens e uma mulher roubaram dois veículos de uma garagem em Montevidéu, levando também o vigia do estabelecimento. No mesmo horário, outro veículo foi roubado de um edifício no bairro de Pocitos, por três homens que também obrigaram o porteiro do prédio a acompanhá-los. O vigia e o porteiro foram libertados em pontos diferentes da capital uruguaia por volta das 9h30 da manhã, após a conclusão do sequestro. No dia 28, outros quatro veículos previamente furtados pelos tupamaros foram encontrados em Montevidéu, um deles com duas granadas esquecidas em seu interior⁶.

Avisada do sequestro, a polícia uruguaia determinou o fechamento de todas as vias marítimas e terrestres que davam acesso a Montevidéu. No dia 29, os tupamaros divulgaram um comunicado, que seria posteriormente identificado como o de número 1, no qual anunciavam o início da atuação dos “tribunais revolucionários” e afirmavam que Manelli seria interrogado durante 48 horas e só seria libertado depois de a “justiça revolucionária decidir a sua sentença”. No comunicado, acusavam Manelli de ter processado três tupamaros pela morte de um policial, mesmo sabendo que ele havia sido baleado acidentalmente por

4 EL DIARIO, 28 de julho de 1970, p. 20; e O ESTADO DE S. PAULO, 29 de julho de 1970, capa.

5 EL DIARIO, 28 de julho de 1970, p. 20.

6 EL DÍA, 29 de julho de 1970, p. 2.

outro policial, de encobrir crimes econômicos e de deixar torturadores impunes⁷.

No dia seguinte, 30 de julho, o MLN-T enviou o comunicado número 2 ao escrivão da vara de justiça na qual Manelli trabalhava. Na mensagem, os tupamaros afirmavam que Manelli seria mantido preso por mais tempo, já que o juiz não tinha prestado “todos os esclarecimentos necessários”. Junto com o comunicado, havia um bilhete de Manelli para seus familiares, no qual o juiz afirmava que estava bem de saúde e que dispunha dos medicamentos de que precisava⁸.

Logo após o sequestro, uma emissora de rádio uruguaia divulgou a notícia de que os tupamaros teriam exigido, em troca de Manelli, a libertação de dez tupamaros presos⁹. Em Montevidéu, circulou o boato de que o MLN-T pediria como resgate a libertação de todos os tupamaros presos. Em resposta aos rumores, um porta-voz da presidência afirmou que o presidente do Uruguai, Jorge Pacheco Areco, não concordaria com qualquer libertação de tupamaros, independentemente das consequências¹⁰.

7 BLIXEN, *Sendic*, p. 190; e LABROUSSE, *The Tupamaros*, p. 99.

8 JORNAL DO BRASIL, 31 de julho de 1970, capa e p. 2; e ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 32.

9 JORNAL DO BRASIL, 30 de julho de 1970, p. 6.

10 RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 3; e ALDRIGHI, *op. cit.*, p. 32.

Capítulo 1

O “Plano Satã”

Três dias após o sequestro do juiz Manelli, na manhã de 31 de julho de 1970, uma sexta-feira, um funcionário da empresa estatal de energia elétrica e telefonia uruguaia, a UTE (*Administración General de las Usinas y Teléfonos del Estado*), aproximou-se da residência do diplomata brasileiro Aloysio Mares Dias Gomide, no número 2031 da rua Potosí, no bairro de Carrasco, em Montevidéu. Aos 41 anos e pai de seis filhos, Gomide era primeiro-secretário da carreira diplomática e exercia a função de cônsul adjunto na embaixada do Brasil em Montevidéu, onde havia chegado em 1967. Naquele momento, estavam na residência, além de Gomide, sua esposa, Maria Aparecida Gomide, o filho menor de três anos e a empregada.

Maria Aparecida Gomide, que tinha acabado de deixar as crianças na escola, observou o funcionário atravessar o gramado e o atendeu na porta da residência. O telefone efetivamente tinha problemas e Maria Aparecida Gomide já havia realizado uma reclamação à empresa uruguaia. Naquele momento, no entanto, alerta para as condições de segurança na capital do país, solicitou identificação do funcionário, no que foi atendida, e alegou que o conserto não era mais necessário. O funcionário insistiu, afirmando que ela poderia verificar que o telefone estava completamente mudo. Maria Aparecida Gomide constatou que

o telefone realmente não funcionava e autorizou o conserto. O técnico respondeu, por fim, que retornaria após reparar aparelhos telefônicos em casas vizinhas.

Após a partida do funcionário, como precaução adicional, Maria Aparecida Gomide instalou o telefone na sala, para que o técnico não precisasse ingressar em outras partes da residência. Por volta das 8h20, os funcionários da UTE retornaram e foram atendidos pela empregada. Informada, Maria Aparecida Gomide, que se arrumava naquele momento, autorizou o ingresso dos funcionários. Em instantes, no entanto, sob exclamações de “somos tupamaros, defensores dos pobres”, os empregados da UTE revelaram-se integrantes do MLN-T. A empregada da residência foi rapidamente amarrada e amordaçada¹¹.

O comando tupamaro que ingressou na residência, portando revólveres e uma metralhadora, era formado por quatro homens e uma mulher, entre os quais um estudante de direito e um operário. Em uma caminhonete estacionada na rua Potosí, um grupo com outros quatro tupamaros, três dos quais estudantes de medicina, prestava apoio ao sequestro¹².

Os tupamaros também renderam Maria Aparecida Gomide, com uma arma apontada para seu peito. Gomide, que ainda estava dormindo quando os tupamaros chegaram à residência, trancou-se no quarto. Na confusão, e em meio às exigências dos tupamaros, que pediam pelo diplomata, Maria Aparecida Gomide recuperou o filho menor e passou a ser vigiada por um tupamaro, educado e bem vestido, que tentava tranquilizá-la, afirmando que não faziam nenhum mal a seu marido. Ela o questionou sobre a razão do sequestro de um cônsul brasileiro, que apenas trabalhava em defesa dos seus nacionais no Uruguai. O tupamaro justificou a ação, afirmando que a organização queria “dialogar com Pacheco Areco”. Maria Aparecida Gomide insistiu, perguntando o que aconteceria com seu marido caso Pacheco Areco recusasse

11 Depoimento de Maria Aparecida Gomide, 18 de novembro de 2017.

12 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 44.

qualquer diálogo com o grupo. Para sua grande inquietação, o tupamaro permaneceu em silêncio e apenas abaixou a cabeça.

Ainda no quarto, Gomide possuía uma arma, que ficava escondida no cômodo. No entanto, após escutar os apelos de Maria Aparecida Gomide e as ameaças dos tupamaros contra sua mulher e o filho de três anos, rendeu-se sem tentar utilizá-la. Os tupamaros haviam ingressado com uma lona para esconder Gomide durante a fuga, mas, com o atraso, resolveram utilizar o cobertor do casal. O diplomata, que estava de pijama, também não recebeu autorização para trocar de roupa. Os tupamaros tinham, claramente, um cronograma rígido para executar o sequestro e, a todo o momento, uma mulher, que parecia a líder da operação, pedia pressa aos companheiros. Antes de sair com Gomide, os tupamaros ainda espalharam uma substância branca em alguns locais da residência, provavelmente para verificar se haviam deixado impressões digitais que pudessem facilitar sua identificação¹³.

Os guerrilheiros levaram o diplomata brasileiro em seu próprio automóvel, um veículo Mercedes de cor verde, acompanhado pela caminhonete de apoio, até o lugar do transbordo, na esquina das ruas Camino Carrasco e Bolivia. O veículo de Gomide foi posteriormente abandonado, com o motor ainda ligado, em outro local¹⁴. O grupo de nove tupamaros que realizou o sequestro pertencia à coluna 15 da organização, e a ação foi planejada e supervisionada pela tupamara Alicia Rey, líder militar da coluna, que, no entanto, não participou diretamente da captura de Gomide¹⁵.

Os tupamaros realizaram todo o sequestro com os rostos descobertos e alertaram Maria Aparecida Gomide para não os reconhecer. Após a partida dos tupamaros, Maria Aparecida Gomide foi até uma residência vizinha e fez ligações para o consulado e para conhecidos. Em pouco tempo, a casa estava cheia de policiais, jornalistas e amigos.

13 Depoimento de Maria Aparecida Gomide, 18 de novembro de 2017.

14 Para a informação sobre o motor ligado, depoimento de Maria Aparecida Gomide, 18 de novembro de 2017.

15 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 44.

Os policiais mostraram álbuns com fotos de tupamaros para Maria Aparecida Gomide, que foi capaz de reconhecer alguns dos responsáveis pelo sequestro de seu marido. Ela, no entanto, não disse nada aos policiais uruguaios¹⁶.

No momento em que acontecia o sequestro de Gomide, outro comando, formado por sete tupamaros e dirigido pela líder militar da coluna 1, aguardava um veículo Opel Rekord a 150 metros da residência de Dan Mitrione, chefe da missão do Escritório de Segurança Pública – ESP (*Office of Public Safety*) dos Estados Unidos na capital uruguaia. O ESP havia sido criado em 1962 para assessorar e equipar as forças policiais dos países aliados aos Estados Unidos na Guerra Fria. Mitrione era, na prática, o chefe da missão policial do país no Uruguai e, provavelmente, o norte-americano que mais conhecia a organização guerrilheira¹⁷.

O Opel era um veículo do Ministério do Interior, dirigido por um sargento da polícia uruguaia armado com revólver calibre 38, que todos os dias apanhava Mitrione em sua residência, no número 5.393 da rua Pilcomayo, e o transportava para seu local de trabalho, que alternava entre a embaixada norte-americana e o edifício sede da polícia uruguaia. Os tupamaros haviam escolhido o local, na rua Alejandro Gallinal, porque, depois desse trecho, o motorista de Mitrione variava diariamente o trajeto utilizado.

Até então estacionada na Alejandro Gallinal, uma caminhonete picape International, com dois tupamaros, moveu-se em sentido contrário diante da aproximação do Opel e chocou-se contra o veículo que levava Mitrione. A líder da operação, armada com uma metralhadora,

16 Depoimento de Maria Aparecida Gomide, 18 de novembro de 2017.

17 Segundo o jornal *The New York Times*, Mitrione era o maior especialista dos EUA nos tupamaros e seu trabalho teria contribuído para a campanha antiguerilheira do governo uruguaio. THE NEW YORK TIMES, 11 de agosto de 1970, capa e p. 3.

e outro tupamaro, com um revólver 38, que esperavam em um ponto de ônibus no local, renderam Mitrione, que não ofereceu resistência. Enquanto isso, os ocupantes da International desarmaram o policial uruguaio, e um segundo veículo, uma caminhonete Ford com toldo, posicionada para a eventualidade de o motorista de Mitrione notar a ação e tentar retornar, aproximou-se com mais dois guerrilheiros. Um deles, ao empurrar Mitrione para dentro da Ford, disparou acidentalmente sua arma, atingindo o norte-americano na parte superior do tórax. A líder da ação partiu com Mitrione ferido na Ford, a International foi abandonada, e os outros três tupamaros foram recolhidos por um terceiro veículo, que esperava em local próximo¹⁸.

Mitrione foi posteriormente trasladado para uma Kombi Volkswagen, que havia sido disfarçada como uma ambulância. O condutor e os outros tupamaros no veículo, entre os quais um estudante de medicina encarregado de acompanhar os reféns e aplicar-lhes sedativos, vestiam roupas brancas. A Kombi seguiu até um ponto no bairro de Carrasco onde também recebeu Gomide, entregue pelos tupamaros da coluna 15. Os dois reféns foram, então, transportados até o cativeiro, instalado na residência legal de Juan Espinosa, no número 4.115 da avenida Centenario em Montevidéu¹⁹. Espinosa e sua esposa eram enfermeiros e trabalhavam no Hospital das Clínicas, o maior do país²⁰.

Gomide e Mitrione foram alojados em um dos quartos do primeiro piso da residência, em um beliche, com o diplomata brasileiro ocupando a cama superior²¹. Uma lona presa ao teto dividia o quarto e separava os dois reféns de três tupamaros encarregados da vigilância. Desde o momento em que receberam os reféns, os guerrilheiros responsáveis pela guarda tinham ordens para não negociar e não se entregar caso

18 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 38-40; e RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 6.

19 ALDRIGHI, *op. cit.*, p. 47-48.

20 *Ibid.*, p. 48.

21 Depoimento de Maria Aparecida Gomide, 18 de novembro de 2017.

fossem descobertos pela polícia²². Alguns dias depois, na tarde do dia 3 de agosto ou na manhã do dia 4, Gomide foi transferido para outro cativoiro²³.

Ainda na manhã do dia 31, outro grupo com quatro tupamaros, integrantes da coluna 40, ingressou na garagem do edifício Acapulco, número 1.265 da rua Juan Benito Blanco, no bairro de Pocitos, aproveitando-se da saída de um veículo. Na garagem, os tupamaros renderam diversos moradores e o diplomata norte-americano Nathan Rosenfeld, de 48 anos, responsável pelo setor cultural da embaixada dos EUA. Um dos guerrilheiros pediu a Rosenfeld que explicasse o funcionamento de seu Chevrolet Impala, com câmbio automático, que seria utilizado na fuga.

Instantes depois, o diplomata norte-americano Gordon Jones também desceu até a garagem. Jones, com 26 anos, era segundo-secretário da carreira diplomática, assessor para temas econômicos na embaixada e o alvo do MLN-T. O norte-americano recebeu uma coronhada na cabeça, foi amarrado e colocado dentro de um saco com furos preparado pelos tupamaros.

O grupo de apoio, fora do edifício, era composto por uma tupamara posicionada em um ponto de ônibus e três guerrilheiros que aguardavam no interior de um veículo oficial, marcado com o emblema do Ministério de Obras Públicas. A tupamara mantinha um lenço na cabeça, sinal de que não havia policiais por perto.

O veículo oficial, cujo motorista naquele momento caminhava pelas ruas de Montevideú acompanhado por um tupamaro, havia sido roubado horas antes por um grupo de apoio da coluna 40, que considerou que ninguém suspeitaria de um carro do governo. Coincidentemente,

22 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 48.

23 *Ibid.*, p. 116.

no entanto, o veículo era utilizado pelo próprio ministro de Obras Públicas, Walter Pinto Risso, que residia em prédio vizinho, no número 1.255 da rua Juan Benito Blanco. Notando o atraso do motorista, Risso foi até a janela, viu o veículo ocupado por três estranhos, considerou imediatamente que um grupo de tupamaros tentava sequestrá-lo e chamou a polícia. Ao primeiro sinal da aproximação de diversos Jeeps do exército, os tupamaros no carro de apoio abandonaram o local velozmente, atraindo a atenção das forças de segurança e provocando uma perseguição cinematográfica pelas ruas de Montevideu, até conseguirem iludir os militares, abandonar o veículo oficial e escapar a pé.

Ao deixar o edifício no Chevrolet Impala, com Jones no porta-malas, os tupamaros foram surpreendidos pela ausência do veículo de apoio e da guerrilheira no ponto de ônibus, mas prosseguiram até o primeiro local de transbordo. Ao longo do trajeto, previamente determinado e no qual se posicionaram dois tupamaros para indicar eventuais bloqueios policiais, os guerrilheiros cruzaram com diversos veículos das forças de segurança que seguiam em sentido contrário. A essa altura, além da perseguição à caminhonete roubada do Ministério de Obras Públicas, a polícia de Montevideu já tinha sido alertada dos sequestros de Gomide e Mitrione.

No local do transbordo, Jones foi transferido para uma caminhonete Austin, com a caçamba aberta, que se dirigiu a um segundo ponto, onde o diplomata norte-americano seria transferido ao veículo que finalmente o levaria até o cativo. Esse carro, no entanto, provavelmente por problemas mecânicos, nunca chegou. Um dos dois tupamaros resolveu procurar o veículo a pé nas áreas próximas. Jones, que havia conseguido tirar a cabeça do saco, começou a gritar por socorro. Diante da atenção despertada entre os moradores, os tupamaros resolveram deixar o local. Nesse instante, Jones atirou-se da caminhonete e os dois tupamaros, que não conheciam o local do cativo e não tinham para onde levá-lo, decidiram deixá-lo escapar. Auxiliado por vizinhos, Jones ligou para

a polícia e, após exames médicos, foi levado com sua família para a residência oficial do embaixador norte-americano no Uruguai, Charles Adair. Alguns dias depois, Jones foi transferido para a embaixada dos EUA na Cidade do México²⁴.

Na confusão que reinou em Montevidéu no dia 31 de julho, alguns meios de imprensa relataram que, além da fuga de Jones, os tupamaros também não teriam conseguido sequestrar o ministro Risso ou um oficial do exército uruguaio que se parecia com o ministro e morava no mesmo edifício. O próprio diretor da *Central Intelligence Agency* (CIA) Richard Helms, foi informado, no dia 31, de que quatro tentativas de sequestro tinham ocorrido em Montevidéu, inclusive a do ministro de Obras Públicas²⁵. Outros veículos de imprensa publicaram que os tupamaros não tinham conseguido capturar, além de Jones, o diplomata Nathan Rosenfeld²⁶.

As matérias dos jornais uruguaiois no dia seguinte aos sequestros também revelaram especial dificuldade em compreender a função real de Mitrione no Uruguai. Nas edições de 1º de agosto, os jornais *El Día* e *El Diario*, por exemplo, descreveram Mitrione como “empregado da embaixada dos EUA”, “funcionário do FBI” e “funcionário da USAID”²⁷.

No dia dos sequestros, a polícia de Montevidéu recebeu o número recorde de 16 denúncias de veículos roubados²⁸. Com as notícias da capital uruguaia, a polícia de Buenos Aires anunciou, no próprio dia 31, o reforço do policiamento no bairro de Palermo, área em que residia número expressivo de diplomatas sediados na capital argentina²⁹.

Na tarde do dia 31, por volta das 15h30, um jornal uruguaio recebeu telefonema anônimo com a informação de que o comunicado

24 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 40-44; RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 6; e EL PAÍS, 4 de dezembro de 2002.

25 NATIONAL SECURITY ARCHIVE. *Electronic Briefing Book n. 234*, informe ao diretor da CIA, 31 de julho de 1970.

26 O ESTADO DE S. PAULO, 1º de agosto de 1970; e EL DÍA, 1º de agosto de 1970, p. 2.

27 EL DÍA, 1º de agosto de 1970, p. 2; e EL DIARIO, 1º de agosto de 1970, capa.

28 EL DÍA, *op. cit.*, p. 2.

29 *Ibid.*, p. 8.

número 3 dos tupamaros, o primeiro relativo aos sequestros de Gomide e Mitrione, tinha sido deixado no banheiro feminino da “Galería de London”, localizada na avenida 18 de Julio, a principal da cidade³⁰.

No comunicado, que estava acompanhado de um cartão de visitas de Mitrione, o grupo exigiu a “imediata libertação dos presos políticos” em troca dos dois “funcionários diplomáticos”. Na nota, os tupamaros afirmaram que iriam divulgar posteriormente a lista dos presos que deveriam ser soltos e o país para onde deveriam ser enviados. Pela primeira vez, o MLN-T exigia a libertação de presos em troca de um refém. A nota não era clara em relação ao número de presos, mas, desde o primeiro momento, assumiu-se que seriam todos os integrantes do grupo detidos, cerca de 150 pessoas, incluindo 30 mulheres.

Na realidade, desde o princípio, o MLN-T pretendeu que a exigência de libertação de “todos os presos” fosse apenas o ponto de partida em um longo processo de negociação³¹. Ao que tudo indica, o grupo aceitaria a libertação de um número bem menor de tupamaros em troca dos reféns. Para o MLN-T, ainda mais importantes do que a libertação dos companheiros presos eram o estabelecimento de um processo negociador e o enfraquecimento do governo Areco.

O comunicado informou ainda que Gomide e Manelli estavam bem e que o juiz continuava sendo interrogado. Relatou que Mitrione tinha sido ferido na operação, descrevendo o ferimento e sua condição em termos médicos, e assegurou que o norte-americano estava recebendo o tratamento adequado. A nota terminou com uma ameaça, afirmando que para cada tupamaro morto ou ferido o grupo adotaria “severas represálias” contra integrantes “das forças repressivas, da oligarquia e do governo”. O comunicado foi assinado pelo “comando Fernán Pucurull”, referência a um tupamaro que participou da tomada do Centro de Instruções da Marinha e foi executado em uma emboscada da polícia três dias depois.

30 EL DÍA, 1º de agosto de 1970, p. 2.

31 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 319-320.

O sequestro do juiz Manelli e dos funcionários dos governos do Brasil e dos Estados Unidos residentes na capital uruguaia faziam parte de uma ofensiva dos tupamaros, que recebeu o codinome “Plano Satã” e se tornaria a maior e mais longa campanha de sequestros até então realizada. A operação pretendia enfraquecer o governo uruguaio, causar divisões internas e isolar o presidente Pacheco Areco, precipitando, em última instância, a queda de seu governo. Ao escolher funcionários dos governos do Brasil e dos EUA, os tupamaros procuraram envolver os países que poderiam exercer as mais fortes pressões sobre o governo uruguaio. Gomide e Mitrione foram os primeiros estrangeiros sequestrados pelos tupamaros.

O plano havia sido concebido algum tempo antes por Eleuterio Fernández Huidobro, dirigente tupamaro então com 28 anos, preso no presídio de Punta Carretas em Montevideú, o principal do país, desde outubro de 1969. Segundo Huidobro, em análise publicada anos depois, a intenção original do plano era sequestrar diplomatas, empresários e personalidades para pressionar o Parlamento a aprovar lei de indulto ou anistia que permitisse a libertação dos tupamaros presos.

Além da libertação, o grupo também pretendia isolar e enfraquecer Pacheco Areco, colaborando para que o centro político do país gravitasse em direção ao Parlamento, onde, de qualquer modo, haveria maiores chances de decisão em favor da libertação dos detidos. De acordo com Huidobro, era fundamental que não houvesse prazos e que os tupamaros não tivessem pressa. O MLN-T deveria manter os sequestrados o tempo suficiente para desgastar Areco e para que as pressões – de países estrangeiros, empresas e grupos privados – se fizessem sentir sobre o Parlamento e os congressistas pudessem agir³².

A decisão de lançar o “Plano Satã” foi tomada pela Direção do MLN-T formada, entre outubro de 1969 e junho de 1970, por Raúl Sendic, Héctor Amodio, Efraín Martínez Platero e Lucas Mansilla.

32 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 30; e BLIXEN, *Sendic*, p. 187.

Amodio, preso em 30 de junho de 1970, foi substituído por Alberto Jorge Candán Grajales nos primeiros dias de julho de 1970³³.

33 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 31.

Capítulo 2

"Los innombrables"

Em meados de 1970, o MLN-T era a mais eficaz guerrilha urbana da América Latina, uma organização com militantes experientes, que contava com considerável apoio popular³⁴. De acordo com a maior parte das estimativas, o grupo tinha, na época, entre quatro e cinco mil integrantes³⁵. O número era ainda mais expressivo considerando-se que, em 1970, o Uruguai tinha 2,8 milhões de habitantes, e o exército nacional, cerca de vinte mil militares.

Apenas nos primeiros cinco meses de 1970, os tupamaros realizaram trinta operações de grande envergadura, sem contar milhares de tarefas menores, como ações de vigilância, roubos a carros, traslados e evacuações. Em Montevidéu, eram realizados aproximadamente 500 contatos todos os dias. José Mujica, um dos líderes do movimento, também estimou que cerca de cinco mil pessoas integravam ou colaboravam com o grupo em diferentes níveis. Somente a parte clandestina da organização contava com cerca de dois mil membros³⁶.

34 Segundo o historiador Eric Hobsbawm, o MLN-T era um movimento de guerrilha urbano "particularmente inteligente e eficaz". HOBBSAWM, **Era dos Extremos**, p. 430.

35 LESSA, **La Revolución Imposible**, p. 25.

36 BLIXEN, **Sendic**, p. 186. Para efeito de comparação, a Ação Libertadora Nacional, a maior organização guerrilheira no Brasil, à época com 90 milhões de habitantes, nunca teria passado de mil integrantes.

À primeira vista, o Uruguai era um dos mais improváveis países sul-americanos para o surgimento de um forte movimento guerrilheiro de esquerda. Nas primeiras décadas do século XX, com uma economia centrada na pecuária e ligada ao mercado britânico, o país tinha atingido razoável nível de desenvolvimento, principalmente se comparado aos vizinhos sul-americanos. Apesar da instabilidade política no último terço do século XIX, a economia uruguaia modernizou sua base agropecuária e recebeu investimentos estrangeiros, sobretudo britânicos, nos setores de transportes e comunicações.

Durante os governos de José Battle y Ordóñez, presidente do país por dois mandatos, de 1903 a 1907 e de 1911 a 1915, foram conduzidas políticas de fundo nacionalista e reformista, de democratização política e modernização social, caracterizadas por políticas públicas inclusivas e pela intervenção estatal em setores da economia e na regulação das relações capital-trabalho³⁷. No período, que deu origem ao chamado “estado de bem-estar batllista”, foi aprovada extensa legislação trabalhista, que, em conjunto com a expansão dos serviços de saúde, saneamento e educação, entre outros, produziu melhorias reais nas condições de vida da população uruguaia. A Lei do Divórcio, por exemplo, introduzida oficialmente no Brasil em 1977, foi aprovada no Uruguai em 1907. A jornada de oito horas de trabalho diário, por sua vez, entrou em vigor em 1915, quatro anos antes que na França.

Os avanços não foram revertidos pelos governos seguintes, e, na década de 1950, o Uruguai possuía escolas e universidades públicas de boa qualidade, o analfabetismo era quase inexistente, e o sistema de saúde era relativamente bem desenvolvido. Ainda no final da década de 1960, o país possuía um dos menores índices de pobreza da América Latina, e a taxa de mortalidade infantil só era superior à de Cuba³⁸.

37 PADRÓS, *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional*, p. 261.

38 LESSA, *La Revolución Imposible*, p. 327.

No pós-guerra, o Uruguai também atravessou período de desenvolvimento da atividade industrial e forte crescimento econômico. Nos dez anos entre 1945 e 1955, o país cresceu, em média, 8% ao ano³⁹.

O Uruguai aparentava, igualmente, ter uma democracia sólida e uma cultura política avançada. O historiador Eric Hobsbawm considerou que, já no período entre guerras, o Uruguai, a “Suíça da América Latina”, era o único país verdadeiramente democrático da região⁴⁰. Em meados da década de 1950, por exemplo, o Partido Comunista uruguaio era o único legal em toda a América Latina⁴¹.

O sistema político uruguaio baseava-se no equilíbrio entre os dois grandes partidos nacionais, o Partido Colorado (*colorados*) e o Partido Nacional (*blancos*). A aprovação da *Ley de Lemas*, em 1934, permitiu a formação de facções no interior dos partidos e favoreceu a manutenção da hegemonia política de blancos e colorados, além de conferir estabilidade ao sistema. De acordo com a lei, os partidos políticos podiam apresentar diversos candidatos, e o voto tinha um caráter “duplo e simultâneo”, com o eleitor optando tanto pelo candidato quanto pelo partido. O mecanismo diminuiu a tendência à fragmentação dos grandes partidos e permitiu o convívio de forças políticas diferentes no interior da mesma agremiação⁴².

Até mesmo o líder revolucionário argentino Ernesto Che Guevara considerou que o Uruguai não apresentava as condições necessárias para a luta armada. Guevara, em conferência realizada na Universidade da República, em Montevideu, em agosto de 1961⁴³, defendeu que a força, apesar de ser direito do povo, só deveria ser empregada como último

39 CAETANO e RILLA, *Historia contemporánea de Uruguay*, p. 174.

40 HOBBSAWM, *Era dos Extremos*, p. 115.

41 MARCHESI e YAFFÉ, *La Violencia Bajo la Lupa*, p. 110.

42 PADRÓS, *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional*, p. 257-259.

43 Guevara, então ministro da Indústria de Cuba, visitou o Uruguai entre 4 e 16 de agosto de 1961, para participar da Conferência do Conselho Interamericano Econômico e Social de Punta del Leste. Durante o discurso de Che na Universidade, houve protestos, e um tiro matou professor uruguaio que estava na plateia. ANDERSON, **Che Guevara**, p. 597. Na ocasião, Che fez viagem secreta à Argentina e encontrou-se com o presidente argentino, Arturo Frondizi, que seria derrubado por um golpe de estado em março de 1962. Após a conferência, Che visitou o Brasil, onde foi condecorado pelo presidente Jânio Quadros.

recurso e argumentou que nem todos os países seguiriam o caminho da guerra revolucionária, como em Cuba. Um caminho, segundo o argentino, “*muy triste, muy doloroso (...) que cuando se empieza el primer disparo, nunca se sabe cuándo será el último*”. Para Guevara, em nenhum país da América Latina havia tanta liberdade como no Uruguai e os movimentos de esquerda locais deveriam, portanto, adotar os meios democráticos.

De acordo com análise posterior de Huidobro, que ouviu o pronunciamento na Universidade da República, o guerrilheiro argentino demonstrou certa ingenuidade em relação à situação do Uruguai, o que teria sido comprovado imediatamente após o discurso, com uma tentativa de assassinato do líder revolucionário que acabou vitimando um professor uruguaio⁴⁴.

No exterior, a visão de que o Uruguai era a “Suíça da América Latina” refletia a imagem de desenvolvimento e bem-estar social. Diferentes governos uruguaiois procuraram promover essa imagem por intermédio de campanhas publicitárias no exterior destinadas, sobretudo, a atrair turistas e investidores do Brasil e da Argentina⁴⁵.

A partir da segunda metade da década de 1950, no entanto, com o esgotamento do modelo de crescimento baseado na pecuária extensiva, o país passou a sofrer os efeitos de prolongada crise econômica, também marcada por déficits comerciais, endividamento crescente e fim do impulso industrializante. Na década de 1960, o Uruguai teve o pior índice de crescimento econômico da América Latina, com a única exceção do Haiti⁴⁶. Já no início dos anos 1960, era generalizada entre a população uruguaia a percepção de que o país estava em crise, e havia certo ceticismo em relação à capacidade de o sistema democrático resolver os problemas nacionais⁴⁷.

44 LESSA, *La Revolución Imposible*, p. 61-63.

45 MARQUES, *A mudança no olhar brasileiro sobre o Uruguai*, p. 147-148.

46 WEINSTEIN, *Repression, exile, and democracy*, p. 84.

47 CAETANO e RILLA, *Historia contemporánea de Uruguay*, p. 222.

Nesse contexto, as lideranças dos partidos Colorado e Nacional relutaram em aceitar demandas reformistas, e a atuação crescente dos movimentos sociais e sindicatos foi confrontada pelo governo com medidas repressivas. A violência governamental confirmava a percepção, comum entre os jovens politicamente ativos nos anos 1960, de que só a violência revolucionária seria capaz de transformar o país e melhorar as condições de vida da população uruguaia. As ações armadas dos movimentos de esquerda, por sua vez, fortaleciam e serviam de justificativa para as práticas repressivas do governo e para atos violentos dos grupos de extrema direita⁴⁸.

O cenário internacional teve influência decisiva na consolidação desse ciclo de confronto no Uruguai e no estabelecimento da percepção, na esquerda e na direita do espectro político, de que a violência era resposta legítima à crise uruguaia. A lógica da Guerra Fria, o exemplo da Revolução Cubana e a atuação norte-americana, que promoveu a doutrina de segurança nacional e a ideia de que era necessário combater o inimigo interno, marcaram as respostas dos uruguaios e contribuíram para o processo de radicalização das forças políticas do país. A Revolução Cubana, em particular, teve enorme impacto sobre os movimentos de esquerda na América Latina, inspirando o surgimento de grupos armados em toda a região⁴⁹.

Paradoxalmente, o relativo desenvolvimento uruguaio foi um dos fatores que contribuíram para a força do movimento guerrilheiro. A amplitude da classe média e o grande número de jovens com boa formação escolar, que enfrentavam uma situação de expectativas crescentes e oportunidades decrescentes, produziram campo fértil para a esquerda armada. Como em outros países da América Latina, jovens estudantes provenientes das camadas médias da população formaram

48 MARCHESI e YAFFÉ, *La Violencia Bajo la Lupa*, p. 110-111.

49 HOBSBAWM, *Era dos Extremos*, p. 427-428.

parte expressiva dos movimentos armados⁵⁰. Entre os integrantes do MLN-T, 38% tinha entre 20 e 25 anos e, 89,4%, menos de 35 anos de idade⁵¹.

A concentração da população uruguaia em Montevidéu, onde residiam cerca de 1,2 milhão de pessoas em 1970, quase metade dos 2,8 milhões de habitantes do país, também favoreceu o desenvolvimento da guerrilha urbana⁵². Em todo o país, cerca de 80% da população residia em áreas urbanas. Foi a situação no campo uruguaio, contudo, que forneceu o catalizador para o desenvolvimento da luta armada no país.

Apesar do relativo avanço social, a situação do trabalhador rural no Uruguai na década de 1960 era, em grande medida, similar à dos camponeses de outros países da América do Sul no mesmo período. Jornadas de trabalho de 14 horas, o sistema de galpão e a proibição de organização sindical eram características comuns.

Nesse cenário, militantes de partidos de esquerda passaram a atuar junto aos trabalhadores rurais, apoiando suas reivindicações e colaborando com seus esforços de organização. Um desses militantes, Raúl Sendic, dirigente do Partido Socialista desde 1957, organizou trabalhadores rurais no Departamento de Treinta y Tres e na área de Paysandu e, especialmente, os boias-frias ou “*cañeros*” da região de Bella Unión, no Departamento de Artigas, na fronteira com o Brasil e com a Argentina.

Em setembro de 1961, Sendic participou da criação do sindicato dos boias-frias de Bella Unión, a *Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas* (UTAA). Em maio de 1962, a UTAA empreendeu a primeira de quatro marchas dos trabalhadores “*cañeros*” a Montevidéu.

Alguns grupos da fracionada esquerda uruguaia criaram, em março de 1963, um mecanismo de coordenação e debate que visava a tornar

50 De acordo com dados do Ministério do Interior do Uruguai, dos 946 tupamaros detidos em 1972, 73,5% tinham menos de 35 anos. GATTO, **El Cielo por Asalto**, p. 144.

51 LESSA, **La Revolución Imposible**, p. 329.

52 INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, p. 37.

mais eficaz o apoio que prestavam, separadamente, aos “*cañeros*”. Do grupo, denominado “Coordenador”, participavam, além de militantes independentes, o Partido Socialista, o Movimento de Apoio Camponês (MAC), o Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR, de orientação maoísta) e a Federação Anarquista Uruguaia (FAU)⁵³.

Os militantes que atuavam no âmbito do “Coordenador” passaram a debater a situação uruguaia e os rumos dos movimentos de esquerda e, com o tempo, a organizar ações armadas. De acordo com a argumentação de um dos integrantes do grupo, Julio Marenales, diante da crescente violência do estado, que descumpria as próprias leis que devia garantir, e dos ataques de grupos de extrema direita, os militantes resolveram atuar, decidindo, se necessário, desrespeitar as leis vigentes e fazer uso de métodos violentos⁵⁴.

Já em 31 de julho de 1963, exatos sete anos antes dos sequestros de Gomide e Mitrione, um grupo de militantes, entre os quais Sendic e Eleuterio Fernández Huidobro, que fundariam o MLN-T e fariam parte de sua direção, organizou operação na qual foram roubadas as armas do chamado Clube de Tiro Suíço. O clube de tiro, nas cercanias da cidade uruguaia de Nueva Helvecia, operava de forma ilegal, mediante o pagamento de propina ao comissário de polícia da região.

Logo após o roubo, uma caminhonete utilizada para o transporte das armas, parte das quais seriam enviadas aos “*cañeros*” de Bella Unión, sofreu um acidente rodoviário⁵⁵. As armas foram retiradas em outro veículo, mas a caminhonete acidentada permaneceu vários dias à beira da estrada. Um policial de licença soube do acidente por intermédio de trabalhadores locais, relacionou a data do acontecimento com a do roubo e achou no local onde ficara a caminhonete um ferrolho de fuzil que, na escuridão após o acidente, os militantes não conseguiram

53 BLIXEN, *Sendic*, p. 71-73.

54 MARENALES, *Movimiento de Liberación Nacional, Tupamaros*.

55 A ação rendeu aos militantes vinte fuzis tchecos modelo 1934, cinco fuzis modelo 1905, duas carabinas calibre 22, um fuzil Martini, duas espingardas e grande quantidade de munição. Segundo Huidobro, as armas foram utilizadas pelo MLN-T durante muito tempo. BLIXEN, *op. cit.*, p. 79.

encontrar. A partir disso, a polícia uruguaia conseguiu identificar alguns dos responsáveis, entre os quais Sendic, que, em setembro de 1963, entrou para a clandestinidade na qual permaneceria por quase sete anos⁵⁶.

Nos meses seguintes, o grupo realizou outras ações armadas, a maioria das quais de pequena envergadura. Em janeiro de 1965, por exemplo, o setor comercial da embaixada do Brasil em Montevideu foi atacado com uma bomba e sofreu danos leves. Segundo o relato do ex-agente da CIA, Philip Agee, já naquela ocasião apareceu, em um muro próximo, a palavra “tupamaros”. Na época, a polícia uruguaia, especialmente o setor de inteligência comandado pelo comissário Alejandro Otero, suspeitava que os ataques estivessem sendo realizados pelo “grupo de Sendic”. A estação da CIA não levava a ameaça muito a sério e concentrava suas atividades de inteligência no Partido Comunista⁵⁷.

As primeiras ações armadas realizadas no âmbito do “Coordenador” criaram necessidades concretas de apoio logístico a militantes presos ou que passaram à clandestinidade e à própria manutenção das operações. Gradualmente, os militantes passaram a considerar que as ações precisavam de maior coordenação e que era necessário criar uma nova organização.

O MLN-T nasceu efetivamente em dois encontros, que tiveram lugar no balneário de Parque del Plata, próximo a Montevideu, em junho de 1965, e em pequeno sítio na região de El Pinar, em janeiro de 1966. Em Parque del Plata surgiu a ideia de criação de um movimento de libertação nacional e os militantes decidiram dissolver o “Coordenador”⁵⁸.

No encontro em El Pinar, após um fim de semana de discussões e algumas dissidências, quinze participantes, que representavam cerca de 50 militantes divididos entre o interior do país e cinco células em

56 BLIXEN, *Sendic*, p. 81-82. Sendic passou boa parte do primeiro ano na clandestinidade em Santana do Livramento, onde fez contatos com grupos de esquerda ligados ao ex-governador Leonel Brizola.

57 AGEE, *Inside the Company*, p. 410.

58 BLIXEN, *op. cit.*, p. 120-122.

Montevidéu, decidiram criar uma nova organização que tivesse, ao mesmo tempo, caráter político e militar. Na ocasião, o grupo optou por manter a existência da organização em segredo, enquanto se preparava para a luta armada⁵⁹.

De acordo com alguns analistas, o nome “tupamaros” foi utilizado pela primeira vez em 25 de agosto de 1965, após ataque a bomba que destruiu a porta de depósito da empresa Bayer. No local, foi deixado panfleto assinado com a palavra “tupamaros”, que acusava a empresa, “nazista”, de colaborar com a “intervenção criminosa” dos EUA no Vietnã⁶⁰.

O MLN-T desenvolveu uma posição marcadamente militarista, defendendo que a luta armada era o único modo de fazer a revolução no Uruguai e a principal forma de luta da população, bem como o melhor instrumento para a mobilização do povo uruguaio e para a própria criação de “condições revolucionárias”. O grupo acreditava que a tarefa primordial era a construção de um aparato armado, que o trabalho insurrecional era a tarefa política prioritária e que a luta armada no Uruguai seria predominantemente urbana⁶¹.

Apesar da concepção ideológica do MLN-T, nos primeiros anos de atuação do movimento foram raros os confrontos violentos, com apenas dois policiais e um guerrilheiro mortos entre o fim de 1966 e meados de 1969⁶².

Os confrontos entre os tupamaros e as forças de segurança uruguaias e o processo de deterioração das instituições democráticas do

59 BLIXEN, *Sendic*, p. 130-132.

60 LABROUSSE, *The Tupamaros*, p. 37. A expressão “tupamaros” tem origem na rebelião contra o domínio espanhol, ocorrida na segunda metade do século XVIII, em região que hoje faz parte do Peru. O líder do movimento, José Gabriel Condorcanqui, adotou o nome do último soberano Inca, Tupac Amaru, e os espanhóis passaram a utilizar pejorativamente o termo “tupamaro” para referir-se a qualquer grupo rebelde que se levantasse contra o domínio de Madri, incluindo o movimento liderado pelo general José Artigas, no início do século XIX. Os soldados de Artigas, que se tornaria o herói da independência do Uruguai, adotaram o termo “tupamaros” e a expressão passou a identificar aqueles que combateram pela libertação do país.

61 Documento n° 1 del MLN-Tupamaros-1967 *apud* CAETANO e RILLA, *Historia contemporánea de Uruguay*, 2002, p. 245-246.

62 CIA. *Weekly Summary Special Report. Uruguay's Tupamaros: The New Breed of Revolutionary*, 14 de maio de 1971, p. 5.

país intensificaram-se após a ascensão de Pacheco Areco à presidência do Uruguai, em 1967. Areco governou de maneira crescentemente violenta e inconstitucional, combatendo não apenas a guerrilha tupamara, mas também os sindicatos, o movimento estudantil e a esquerda não armada⁶³.

Aos 47 anos, ex-estudante de direito, curso que não terminou, Areco era um político do Partido Colorado pouco conhecido pela maioria da população do país⁶⁴. Companheiro de chapa do popular general Oscar Gestido, Areco assumiu a vice-presidência após a vitória do Partido Colorado nas eleições de novembro de 1966. Em 6 de dezembro de 1967, com apenas nove meses de governo, Gestido faleceu, vítima de um ataque cardíaco, e Areco herdou a presidência do Uruguai.

Durante os quatro anos de seu governo⁶⁵, Areco conduziu o país em um ambiente de aprofundamento da crise econômica e de radicalização política. De maneira praticamente ininterrupta, entre 13 de junho de 1968 e fevereiro de 1971, Areco invocou poderes de emergência garantidos pela Constituição, as chamadas medidas emergenciais de segurança (*medidas prontas de seguridad*), que suspendiam garantias constitucionais e lhe davam poderes extraordinários. Apesar da previsão legal, além do uso indiscriminado, em diversas ocasiões o governo descumpriu normativas ligadas à aplicação das medidas, como a necessidade de informar o Congresso em até 24 horas após a detenção de suspeitos⁶⁶.

Ademais, Areco adotou, com frequência, medidas de natureza repressiva, como a militarização de empresas estatais e o congelamento de salários. Já na primeira semana de seu governo, Areco determinou a dissolução de quase todos os partidos de esquerda do Uruguai, à exceção

63 MARCHESI e YAFFÉ, *La Violencia Bajo la Lupa*, p. 114.

64 ARTEAGA, *Uruguay*, p. 272.

65 O mandato presidencial já era de cinco anos.

66 PADRÓS, *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Seguridad Nacional*, p. 275-276; e WEINSTEIN, *Repression, exile, and democracy*, p. 84-85.

do Partido Comunista, e o fechamento do jornal *Época* e do semanário socialista *El Sol*⁶⁷.

Ao longo de seu governo, Areco promoveu uma série de medidas que restringiram a liberdade de imprensa no país. Em decreto de julho de 1969, o governo uruguaio estabeleceu que os meios de imprensa deveriam utilizar os boletins do Ministério do Interior como fonte de informação para as matérias sobre a guerrilha e não poderiam publicar a palavra “tupamaro”. Em dezembro de 1969, foram proibidas outras sete palavras ou expressões: comando, terrorista, subversivo, extremista, célula, delinquente ideológico e delinquente político⁶⁸. Para referir-se aos tupamaros, a imprensa uruguaia passou a usar palavras como “*antisociales*”, “*sediciosos*”, “*innombrables*” e “*conspiradores*” ou expressões ainda mais criativas, como “*elementos asociados para atentar contra la Constitución*” ou “*integrantes de una conocida organización ilegal*”.

De acordo com análise da CIA, realizada em maio de 1971, os esforços de censura do governo Areco representavam um reconhecimento tácito do sucesso e da popularidade do movimento. Segundo pesquisa realizada em meados de 1969, 40% da população uruguaia acreditava que o MLN-T era um “grupo de revolucionários bem-intencionados”⁶⁹.

Durante seu mandato, quase sempre amparado pela justificativa do combate aos tupamaros, Pacheco determinou o confisco de edições de publicações uruguaias e estrangeiras, suspendeu órgãos de imprensa e ordenou o fechamento de periódicos. A luta de Pacheco Areco contra a imprensa gerou situações inusitadas, nas quais o governo civil e democrático uruguaio determinava a apreensão de edições de jornais brasileiros que podiam circular no Brasil controlado pelo regime militar.

67 O Partido Socialista, a Federação Anarquista do Uruguai, o Movimento Revolucionário Oriental, o Movimento da Esquerda Revolucionária e o Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU) foram proibidos, por terem aderido ao manifesto da OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade, realizada em Havana, em 1967), que justificava a luta armada em determinadas circunstâncias. Os jornais foram fechados por divulgarem a informação. ARTEAGA, *Uruguay*, p. 273-274; e BLIXEN, *Sendic*, p. 149.

68 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 118.

69 CIA, *Weekly Summary Special Report. Uruguay's Tupamaros: The New Breed of Revolutionary*, 14 de maio de 1971, p. 5.

No período, o governo uruguaio também passou a fazer uso de métodos cada vez mais repressivos para lidar com ações de protesto e com as forças de oposição. O governo Areco, entre outras medidas, determinou intervenções nas escolas secundárias e reprimiu greves e manifestações com violência. A tortura de presos tornou-se prática frequente.

Diante do aumento do número de denúncias sobre torturas, o Senado uruguaio determinou a criação de comissão especial para investigar a prática de torturas e maus tratos contra presos. No início de junho de 1970, a comissão divulgou relatório, aprovado por unanimidade pelos sete senadores de diversos partidos que a integravam. Segundo o documento, era comum o uso de métodos violentos, inclusive contra mulheres grávidas e pessoas que não foram acusadas de nenhum crime. Além da privação de água e comida e de golpes com as mãos e objetos diversos, os senadores constataram que também era frequente o uso de choques elétricos – em um dos casos aplicados no olho da vítima – e de queimaduras com cigarros⁷⁰.

Durante o governo Pacheco Areco, os tupamaros intensificaram as ações de ampla envergadura e de significativo efeito simbólico, e o grupo passou por processo de considerável crescimento. O MLN-T procurou cultivar uma imagem simpática à população uruguaia, roubando alimentos e distribuindo-os em bairros pobres, evitando ações violentas e tentando ridicularizar a polícia e expor a corrupção do governo. No início, o MLN-T obteve relativo sucesso na obtenção de apoio popular e na divulgação dessa imagem, e esse período da atuação do grupo ficou conhecido como a fase “Robin Hood”.

Os tupamaros organizaram-se em “colunas”, de acordo com uma concepção de centralização estratégica e autonomia tática. As colunas (sete foram criadas em setembro de 1968) deveriam ser capazes de permanecer operando ainda que todas as outras fossem destruídas.

70 EL PAÍS, 4 de dezembro de 2002.

Cada coluna, que também obedecia à lógica da compartimentalização, deveria possuir estrutura autônoma, formada por comandos armados, grupos de apoio e infraestrutura logística⁷¹.

O MLN-T priorizou as ações armadas, que acreditava serem não apenas o melhor meio para a conquista do poder no Uruguai, como também o único possível. Em consonância com a teoria do foco revolucionário, em voga entre a esquerda latino-americana no período, os tupamaros consideravam que as operações serviriam para catalisar a insatisfação da população e contribuiriam para a criação de uma situação revolucionária no país.

A partir de 1969, as operações armadas tornaram-se cada vez mais frequentes e complexas. Já nas primeiras horas do dia 1º de janeiro de 1969, aproveitando as comemorações de ano novo, o grupo “recuperou” do juizado responsável pela maior parte dos processos contra tupamaros, 41 armas apreendidas pela polícia nos dois últimos anos (36 revólveres e pistolas e cinco metralhadoras e carabinas)⁷².

Os tupamaros procuraram desmoralizar o governo uruguaio, geralmente expondo a ineficiência da polícia e, quando possível, a corrupção das autoridades nacionais. A invasão de uma das maiores corretoras do Uruguai, a “Financiera Monty”, em 14 de fevereiro de 1969, foi uma das mais bem-sucedidas operações do MLN-T nesse aspecto. No local, os tupamaros retiraram documentos que implicavam importantes políticos uruguaios, entre os quais o ministro de Obras Públicas, Walter Pinto Rissos; o ministro da Agricultura, Carlos Frick Davies; o presidente da UTE, Ulysses Pereyra Reverbel; e o ex-candidato presidencial e político do Partido Colorado, Jorge Batlle⁷³, com transações financeiras ilegais e sonegação de impostos.

Os tupamaros tiraram cópias dos documentos e os enviaram a um juiz e à imprensa. No escândalo que se seguiu, o ministro da

71 BLIXEN, *Sendic*, p. 159.

72 PUNTO FINAL, 18 de agosto de 1970, p. 31.

73 Jorge Batlle foi posteriormente presidente do Uruguai, entre 2000 e 2005.

Agricultura renunciou ao cargo. Três dias depois da operação tupamara, um incêndio “acidental” destruiu a corretora e todos os documentos que permaneceram no local⁷⁴.

Pouco tempo depois, em outra ação de grande repercussão midiática, os tupamaros roubaram o cassino de San Rafael em Punta del Este. Executada pela coluna do interior, a operação foi meticulosamente planejada com a ajuda de simpatizante que trabalhava no cassino. Os tupamaros recolheram informações sobre a rotina dos policiais de um pequeno posto localizado a cem metros do estabelecimento e sobre os horários da patrulha motorizada, além de terem identificado o funcionário que ficava com as chaves da tesouraria e do escritório onde era guardado o dinheiro. A ação foi planejada para o dia 16 de fevereiro, uma terça-feira de Carnaval, quando o cassino iria acumular a arrecadação de quatro noites.

Ao deixar o estabelecimento no final da tarde do dia 16, o caixa do cassino foi rendido por dois tupamaros disfarçados de policiais. Com o disfarce, os tupamaros não tiveram dificuldades para ingressar no cassino, onde renderam três funcionários encarregados da limpeza. Uma funcionária, que teve uma crise nervosa, recebeu água e foi acalmada por Raúl Sendic. Em dez minutos, o grupo deixou o cassino com 56 milhões de pesos, o equivalente a US\$ 220 mil à época, até aquele momento o maior assalto da história do Uruguai. O dinheiro foi distribuído entre diversas colunas e utilizado, em grande parte, para reforçar a infraestrutura logística do grupo e para a compra de pequenas chácaras na periferia de Montevidéu e de um veículo⁷⁵.

Algum tempo depois, diante de reclamações de que a comissão dos funcionários também tinha sido roubada, os tupamaros devolveram, por correio, a quantia correspondente. A operação, incluindo o tratamento dispensado à funcionária da limpeza e a devolução da comissão, obteve

74 PORZECANSKI, *Uruguay's Tupamaros*, p. 45.

75 BLIXEN, *Sendic*, p. 162-164; EL DIARIO, 19 de fevereiro de 1969, capa; e PUNTO FINAL, 18 de agosto de 1970, p. 31.

grande repercussão e contribuiu para o fortalecimento da imagem “Robin Hood” do MLN-T.

Outra bem-sucedida operação de propaganda do MLN-T ocorreu em 15 de maio de 1969, por ocasião da primeira partida da final da Copa Libertadores da América, entre o Estudiantes de la Plata da Argentina e o Nacional do Uruguai, disputada no estádio Centenario em Montevidéu. Aproveitando-se do enorme interesse em torno da partida, um comando com vinte tupamaros ocupou a estação da Rádio Sarandi, interrompendo a transmissão e a narração do locutor Carlos Sodré, para divulgar mensagem do MLN-T de cinco minutos de duração. Para atrasar a ação da polícia, os tupamaros deixaram cartazes falsos, informando que haviam colocado bombas na rádio, e a mensagem gravada foi repetida cinco vezes. Dias depois, os tupamaros enviaram carta a Sodré, então um dos mais famosos locutores do país, pedindo desculpas pela interrupção da transmissão⁷⁶.

Os confrontos armados entre os tupamaros e as forças de segurança, no entanto, intensificaram-se em 1969, em particular após a “tomada de Pando”, ação que marcou o fim da fase “Robin Hood” da guerrilha. A operação, concebida pelo próprio MLN-T como o momento em que os tupamaros se tornariam, de fato, combatentes, não previa a tomada da cidade, mas o controle, por breve período, de seis objetivos: a delegacia de polícia, o quartel dos bombeiros, a central telefônica e três agências bancárias.

Pando tinha cerca de quinze mil habitantes em 1970⁷⁷ e localizava-se a apenas trinta minutos de Montevidéu. Na época, a cidade era um centro industrial, concentrando trabalhadores dos setores frigorífico, metalúrgico, celulose e cerâmica.

76 LABROUSE, *The Tupamaros*, p. 70-71.

77 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, p. 40.

O MLN-T marcou a operação para o dia 8 de outubro, aniversário de dois anos da morte de Che Guevara⁷⁸. Como de costume, os tupamaros lançaram mão de diversos artifícios para facilitar o início das operações. Cerca de metade dos guerrilheiros entraram na cidade em um cortejo fúnebre formado por sete veículos, seis deles contratados de uma funerária, que havia saído de Montevideu às 10 da manhã. Os outros tupamaros ingressaram em Pando usando o transporte público e posicionaram-se nas proximidades dos seus alvos.

No total, 49 tupamaros divididos em seis grupos, um para cada objetivo, participaram da operação. Sendic e outro tupamaro disfarçaram-se de oficiais da força aérea e ingressaram na delegacia trazendo dois “presos” – na verdade, também guerrilheiros. A ideia facilitou o controle da delegacia, que, como nos outros alvos, ocorreu sem incidentes.

No início da ação, todos os guerrilheiros amarraram uma faixa branca no braço, para facilitar a identificação. Na delegacia, foram rendidos dez policiais e os tupamaros roubaram uma dúzia de revólveres e fuzis alemães. No quartel dos bombeiros, foram detidas quinze pessoas, entre as quais dois policiais.

A ação dos tupamaros, no entanto, atraiu dezenas de curiosos e muitas pessoas que se aglomeraram em frente à central telefônica para reclamar do corte das linhas, dificultando a ação dos guerrilheiros. Além disso, na agência do Banco de la República, o tupamaro Fernán Pucurull foi ferido pelo disparo acidental da arma de uma guerrilheira e Sendic deu ordens para encerrar a operação.

Durante a retirada, outro grupo, que deixava a agência do Banco de Pando, foi atacado por dois policiais escondidos em um bar próximo. No tiroteio, foi atingido um civil, Carlos Burgueño, que esperava um ônibus para Montevideu, onde visitaria o filho recém-nascido⁷⁹. Segundo alguns

78 Guevara foi executado por militares bolivianos no dia 9 de outubro de 1967, depois de ter sido ferido e capturado no dia anterior. Na época, prevalecia a versão de que Guevara havia morrido em combate no dia 8.

79 EL DÍA, 9 de março de 1970, p. 2.

relatos, Burgueño faleceu sem atendimento, já que a polícia acreditou tratar-se de um tupamaro. No mesmo tiroteio, o pneu de um dos veículos utilizados pelos tupamaros foi danificado por disparo de um policial, e o carro teve de ser abandonado.

Assim, 25 minutos após o início da ação, os tupamaros deixaram a cidade com aproximadamente US\$ 240 mil, além das armas da delegacia e dos seguranças das agências bancárias, em um único comboio. Alguns quilômetros depois, os seis motoristas e o encarregado da funerária, que permaneceram amarrados durante a operação, foram deixados na estrada, e o comboio dividiu-se em dois. A parte menor, com Mujica e Pucurull, que seria atendido por um médico tupamaro, chegou a seu destino sem incidentes. O outro grupo, no entanto, com aproximadamente trinta tupamaros em quatro veículos, deparou com um bloqueio policial em uma pequena estrada vicinal.

Os tupamaros avaliaram, posteriormente, que a ideia de deixar Pando em comboio foi um erro, que forçou todos a viajar no ritmo do veículo menos veloz. Além disso, os veículos da funerária eram grandes e pesados e estavam todos sobrecarregados, especialmente após o abandono de um dos carros. Na estrada vicinal, diante dos policiais, foi impossível dar meia volta. Enquanto alguns tupamaros mantinham os policiais à distância a tiros, outros simplesmente ergueram a Kombi e a viraram para o outro lado. A Kombi, com vários tupamaros, partiu sob a cobertura dos demais guerrilheiros e não foi alcançada. Os que ficaram tentaram, finalmente, escapar a pé.

A essa altura, reforços policiais já haviam alcançado o local e as forças de segurança contavam até com o apoio de helicóptero. Pequenos grupos de tupamaros mantiveram diversos enfrentamentos armados com as forças policiais, que deixaram saldo de 18 guerrilheiros presos e três mortos, pelo menos dois dos quais, Jorge Salerno e Alfredo Cultelli, executados após terem se rendido. Em decorrência de ferimentos sofridos nos combates, o policial Enrique Fernández Dias faleceu onze dias depois.

Segundo relatos, todos os tupamaros presos na ocasião foram torturados. De acordo com Huidobro, que destacou os esforços de alguns agentes de inteligência e da polícia rodoviária em preservar a integridade física dos presos, os maus-tratos foram perpetrados por policiais da guarda metropolitana de Montevideu. A presença de jornalistas teria evitado outras execuções⁸⁰.

Apesar dos erros e da perda de tantos militantes, a operação obteve imensa repercussão no Uruguai e no exterior, e o MLN-T passou por processo de rápida expansão, especialmente com o ingresso de jovens estudantes universitários.

Outra consequência importante da ação foi a operação tupamara que matou, em 15 de novembro, o guarda metropolitano Carlos Rubem Zembrano, identificado pelo grupo como o assassino de Jorge Salerno⁸¹.

Menos de cinco meses depois, em 13 de abril de 1970, ao final de perseguição pela avenida beira-mar de Montevideu, um comando tupamaro assassinou o comissário Héctor Morán Charquero, em represália a torturas praticadas pelo policial contra presos políticos⁸².

Apesar dos “justiçamentos” e do início da fase de confrontos mais violentos, as ações dos tupamaros ainda possuíam forte conteúdo propagandístico. Em 8 de março de 1970, por exemplo, um comando tupamaro invadiu a mansão dos irmãos Mailhos, donos de um dos mais poderosos grupos econômicos do Uruguai. Os tupamaros haviam recebido informações detalhadas sobre quantia significativa guardada na residência, fornecida por um empregado da família que, após a ação, se juntou ao grupo e passou para a clandestinidade. Os militantes roubaram da mansão um cofre de 1500 quilos, que transportaram até um caminhão com auxílio de equipamentos especiais. No cofre, havia

80 BLIXEN, *Sedic*, p. 172-178.

81 *Ibid.*, p. 178.

82 *Ibid.*, p. 180-181.

400 mil dólares em pesos uruguaios, além de lingotes de ouro e libras esterlinas não declaradas, que haviam sido contrabandeadas ao país⁸³.

Os tupamaros realizaram uma de suas mais ambiciosas ações, a tomada do Centro de Instrução da Marinha (CIM) em Montevideú, em 29 de maio de 1970. O movimento recrutou um dos marinheiros, Fernando Garín, que transmitiu informações para o planejamento e ajudou a render as sentinelas no início da operação. Três tupamaros, fingindo ser policiais investigando um crime cometido por um dos marinheiros, aproximaram-se do portão do CIM às 1h45 da madrugada do dia 29. Com a ajuda de Garín, foram rendidos e desarmados, sucessivamente, sem que ninguém fosse capaz de dar o alerta, duas sentinelas do portão, uma no telhado e o suboficial da guarda. Dois tupamaros, fingindo ser um casal de namorados, vigiaram as imediações. Depois que as sentinelas foram dominadas, outros 17 tupamaros, que aguardavam em um caminhão, ingressaram no edifício e ocuparam posições previamente determinadas, rendendo dezenas de militares uruguaios.

Durante a ação, dois tupamaros se fizeram passar por sentinelas e renderam mais seis marinheiros que voltaram para o CIM sem perceber nada de anormal. No total, o grupo de 22 tupamaros rendeu 63 oficiais e soldados.

A maior parte dos tupamaros deixou o CIM por volta das 3h30 da madrugada em dois caminhões, um dos quais da Marinha, com enorme carregamento de armas e material militar: 300 fuzis, duas metralhadoras, 150 revólveres, 40 pistolas calibre 45, seis fuzis AR-15, algumas submetralhadoras, 75 granadas, 60 mil tiros de munição de diversos calibres, máscaras contra gás, aparelhos de rádio, e equipamentos de mergulho.

Após a saída dos caminhões, um grupo de seis tupamaros permaneceu por mais 40 minutos no CIM, a fim de garantir que houvesse

83 BLIXEN, *Sendic*, p. 180; e PORZECANSKI, *Uruguay's Tupamaros*, p. 40.

tempo para a distribuição das armas em diversos pontos de Montevideú. Antes de deixar o CIM, o grupo hasteou a bandeira tupamara na praça de armas, pintou lemas nos muros do quartel, cortou os fios de telefone e colocou uma bomba falsa no portão principal, juntamente com um cartaz com a frase: “*por aquí pasó el pueblo*”⁸⁴.

A tomada do CIM surpreendeu o país e causou consternação nas autoridades uruguaias, confrontadas com a capacidade do movimento que julgavam enfraquecido desde a tomada de Pando. Oficiais militares, em particular, consideraram que a operação tupamara humilhou e desonrou as Forças Armadas. Logo após a ação, o comandante, o subcomandante e o oficial da guarda do CIM foram detidos, e a unidade foi dissolvida⁸⁵. A partir do ataque ao CIM, os militares uruguaios passaram a envolver-se cada vez mais na luta contra o MLN-T.

A intensificação da luta armada foi acompanhada pelo aumento do número de guerrilheiros presos, e os tupamaros, como diversos grupos da esquerda latino-americana, passaram a priorizar a libertação dos companheiros detidos. Ao contrário da maior parte das organizações armadas no período, contudo, o MLN-T realmente obteve sucesso, ainda que inicial, na organização de fugas em massa. Em 9 de março, dia seguinte à invasão da residência dos irmãos Mailhos, por exemplo, treze tupamaras escaparam do presídio feminino de Montevideú⁸⁶.

Em razão da fuga das tupamaras, Pacheco substituiu o chefe da Polícia, o ministro do Interior e o ministro da Cultura, então responsável pela administração do sistema penitenciário do Uruguai. A substituição do ministro do Interior, que controlava a força policial uruguiaia, tornou-se prática corriqueira no governo Areco. Em pouco mais de quatro anos de governo, sete pessoas ocuparam o cargo.

84 BLIXEN, *Sindic*, p. 182-184; e PUNTO FINAL, 21 de junho de 1970, p. 20.

85 EL DÍA, 31 de maio de 1970, p. 11.

86 Além dessa fuga, 38 guerrilheiras escaparam da mesma prisão, em 20 de julho de 1971; 106 tupamaros fugiram do presídio de Punta Carretas, em 6 de setembro de 1971; e 15 outros guerrilheiros escaparam do mesmo local, em 12 de abril de 1972. PORZECANSKI, *Uruguay's Tupamaros*, p. 41.

Nos dois meses que precederam o lançamento do “Plano Satã”, o MLN-T roubou um número considerável de agências bancárias em Montevideú⁸⁷. Os assaltos quase sempre exigiam planejamento meticuloso que envolvia o roubo de veículos para as ações e, em diversas ocasiões, a identificação e o sequestro dos funcionários responsáveis pelos códigos e chaves dos cofres.

Em 11 de junho, os tupamaros roubaram cinco milhões de pesos de agência do Banco Español, em plena luz do dia, em operação que deixou um policial ferido⁸⁸. Utilizando fuzis capturados no CIM, cerca de dez tupamaros levaram quase sete milhões de pesos de agência da *Unión de Bancos del Uruguay*, em 16 de junho, depois de sequestrar dois funcionários do banco⁸⁹. No dia 22 de junho, os tupamaros roubaram mais de 16 milhões de pesos de agência do Banco Palestino, também após sequestrar o gerente da instituição⁹⁰. No dia seguinte, o MLN-T roubou oito milhões de pesos de agência do Banco Pan de Azúcar, dessa vez em uma ação direta, rendendo funcionários e clientes por volta da 1h30 da tarde⁹¹. No dia 30, foram roubados outros 14 milhões de agência do *Banco de Londres y América del Sud*, após sequestro do gerente⁹², e, em 22 de julho, 2,2 milhões de agência da “Sociedad de Bancos”⁹³.

No total, nos primeiros sete meses de 1970 que precederam o “Plano Satã”, os tupamaros assaltaram pelo menos treze agências bancárias no Uruguai, roubando cerca de 112 milhões de pesos, o equivalente a 2,87 milhões de dólares em valores atuais. No mesmo período, o MLN-T realizou inúmeros outros assaltos, em fábricas e estabelecimentos comerciais de diversos tipos, bem como o roubo

87 Ver Anexo II.

88 EL DIARIO, 11 de junho de 1970, p. 22.

89 EL DIARIO, 16 de junho de 1970, p. 22; e EL DÍA, 17 de junho, p. 9.

90 EL DÍA, 23 de junho de 1970, p. 20.

91 EL DIARIO, 23 de junho de 1970, p. 20.

92 EL DIARIO, 30 de junho de 1970, p. 22.

93 EL DÍA, 23 de julho de 1970, p. 11.

da residência dos irmãos Mailhos, que rendeu, por si só, cerca de 100 milhões de pesos⁹⁴.

Antes do “Plano Satã”, os tupamaros tinham realizados dois sequestros, ambos durante a presidência de Pacheco Areco, que, em nenhuma das duas ocasiões, aceitou negociar com os militantes. Pacheco mostrou-se irredutível inclusive durante o sequestro de Ulysses Pereyra Reverbel, seu amigo pessoal e um dos líderes do “pachequismo”, corrente política do Partido Colorado pró-Pacheco Areco.

Reverbel, então presidente da UTE, empresa estatal de eletricidade e telefonia, foi sequestrado em 7 de agosto de 1968, em sua casa de praia⁹⁵. No comunicado em que explicava as razões do sequestro, o MLN-T anunciou que Reverbel seria executado caso as forças de segurança uruguaias matassem estudantes ou trabalhadores durante os conflitos de rua que se intensificavam no país. Reverbel foi libertado poucos dias depois, em 11 de agosto, já que na ocasião os tupamaros não possuíam estrutura para mantê-lo, e sua captura tinha colocado em risco grande parte da organização. No dia seguinte, o estudante Líber Arce foi gravemente ferido pela polícia, falecendo em 14 de agosto. Cerca de um mês depois, dois outros estudantes foram mortos em confrontos com a polícia uruguaia.

A liderança tupamara, que por pouco não se viu diante do dilema de ter de assassinar Reverbel, procurou, a partir de então, evitar comprometer o grupo com uma linha de ação que teria dificuldades para seguir. Na ocasião, também foram feitas críticas à fraqueza do aparato armado da organização, a despeito da imagem de força que o MLN-T já possuía, especialmente diante da percepção de que os guerrilheiros eram

94 Para a equivalência entre pesos e dólares, ver anexo II.

95 Reverbel seria novamente sequestrado pelos tupamaros em 30 de março de 1971, durante consulta ao dentista, e permaneceria nas mãos do grupo por um ano. PUNTO FINAL, 13 de abril de 1971, p. 18-19.

incapazes de proteger os estudantes, que sofriam o impacto principal da repressão⁹⁶.

Cerca de um ano depois, em 9 de setembro de 1969, o banqueiro italiano Gaetano Pellegrini Giampietro foi sequestrado por um comando tupamaro quando chegava ao trabalho, às 8h20 da manhã. Além de banqueiro, Pellegrini era dono da empresa que editava os dois mais importantes jornais uruguaios, *El Diario* e *La Mañana*, além de ser presidente da Câmara de Comércio Italiana e secretário da Comissão Diretora da Associação dos Bancos do Uruguai⁹⁷.

Na ocasião, Pellegrini também era o principal negociador dos bancos uruguaios na disputa trabalhista com os bancários, em greve desde o dia 2 de julho. O presidente Pacheco Areco combateu a greve com vigor, declarando o movimento ilegal e decretando a “militarização” dos bancários, que passaram a estar sujeitos às leis e aos tribunais militares. De acordo com essa decisão, no dia 11 de setembro, dois dias após o sequestro, vencia o prazo para que todos os funcionários voltassem ao trabalho sob a pena de serem considerados “desertores”.

O sequestro, portanto, foi uma mensagem explícita dos tupamaros de apoio à greve e de desafio às medidas repressoras do governo e também pretendia expor a tibieza do Congresso, que tinha aprovado o decreto. Os tupamaros obtiveram, inclusive, a concordância da liderança sindical ao sequestro de Pellegrini. No próprio dia 11, entretanto, sob influência do Partido Comunista, os líderes bancários suspenderam a greve, e os tupamaros viram-se diante de um sequestro que tinha perdido sua razão política⁹⁸.

O sequestro, o mais longo até então praticado pelos tupamaros, durou 72 dias. Apesar de ter sido visitado por um médico em duas

96 BLIXEN, *Sendic*, p. 157-158.

97 Seu pai, Domenico Pellegrini, veterano da Primeira Guerra Mundial, foi militante fascista, participou da “Marcha sobre Roma” e chegou a ser ministro da Economia no final da ditadura de Mussolini, em 1943. Em 1949, condenado pela justiça italiana a 30 anos de prisão, Domenico fugiu primeiramente para o Brasil e depois para o Uruguai. RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 2.

98 BLIXEN, *op. cit.*, p. 169-170.

ou três ocasiões, Pellegrini foi muito maltratado durante o sequestro. O primeiro dos três cativeiros onde foi mantido era extremamente precário, praticamente um buraco na terra forrado com plástico. Além disso, alguns militantes responsáveis pela guarda enganaram Pellegrini, conversando casualmente sobre o “falecimento” do pai e dos filhos do refém. Pellegrini acreditou que seus familiares tinham morrido e suas condições emocionais se deterioraram rapidamente⁹⁹.

Pellegrini foi finalmente libertado em 20 de novembro de 1969, em troca do pagamento de dois cheques de US\$ 28 mil, que foram entregues a uma escola da periferia de Montevideu e a uma clínica do sindicato dos trabalhadores de frigoríficos¹⁰⁰.

Pouco antes da libertação, um dos líderes do sequestro advertiu Pellegrini para não procurar a polícia e não deixar o local no qual seria libertado até a chegada do diretor do jornal *El Diario*, com quem os tupamaros haviam negociado e para quem informariam o local de libertação do refém. O tupamaro teria feito o alerta “para sua proteção e nosso interesse”, pois o grupo temia que Pellegrini fosse morto pela polícia para culpar o movimento. Segundo o líder, os tupamaros “não podiam aparecer perante a opinião pública uruguaia como seus assassinos”¹⁰¹.

99 Ainda durante o sequestro, líderes tupamaros garantiram a Pellegrini que as “mortes” eram falsas e que seus familiares estavam bem. A polícia uruguaia encontrou, posteriormente, documentos tupamaros com autocríticas em relação às condições de detenção dos primeiros sequestrados, especificamente de Pellegrini. LESSA, *La Revolución Imposible*, p. 152-153; EL DIARIO, 21 de novembro de 1969, capa; e PELLEGRINI, *A Garota de São Paulo*, p. 479-480.

100 BLIXEN, *Sindic*, p. 170.

101 PELLEGRINI, *op. cit.*, p. 473.

Capítulo 3

Filho de pais uruguaios

O general Emílio Garrastazu Médici assumiu a presidência da República em 30 de outubro de 1969, escolhido pelo Alto Comando do Exército após a crise gerada pela doença do general Costa e Silva.

A política externa do governo Médici, conduzida pelo chanceler Mário Gibson Barboza, teve como objetivos centrais o desenvolvimento econômico nacional e o fortalecimento da presença internacional do país, no marco da concepção do Brasil como uma “grande potência”. Conhecida pela historiografia como a “diplomacia do interesse nacional”, buscava encontrar oportunidades para maior inserção do Brasil no sistema internacional, sem procurar modificá-lo por intermédio de coalizões com outros países em desenvolvimento.

Gibson Barboza, que ocuparia o cargo de ministro das Relações Exteriores durante todo o governo Médici (entre 1969 e 1974), era diplomata de carreira experiente, que já havia sido embaixador do Brasil em Viena (1962-1966), Assunção (1967-1968) e Washington (1969), além de secretário-geral das Relações Exteriores (1968-1969)¹⁰².

102 Foi, posteriormente, embaixador do Brasil em Atenas, Roma e Londres. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, **Anuário do pessoal aposentado**, p. 162-163.

Para Gibson, o objetivo central da política externa brasileira era alterar a posição relativa do Brasil no sistema internacional. A política externa inseriu-se, assim, no projeto de desenvolvimento e de crescimento econômico acelerado e procurou superar o subdesenvolvimento sem contestação à ordem capitalista¹⁰³. A “diplomacia do interesse nacional” priorizou, portanto, as relações bilaterais como o meio mais adequado para a superação dos obstáculos ao desenvolvimento e para a transformação do Brasil em uma grande potência¹⁰⁴.

Apesar das mudanças ocorridas desde a política de alinhamento automático aos EUA do governo Castelo Branco, a diplomacia de Médici também era ainda marcada pela concepção das fronteiras ideológicas e pela doutrina da segurança nacional. Na América do Sul, em especial, a atuação externa foi caracterizada pelas preocupações com a segurança nacional e com a estabilidade dos países da região, identificadas, *a priori*, com a luta contra o comunismo. No período, a campanha contra a subversão e o terrorismo tornou-se o aspecto mais importante da política do Brasil para a América do Sul¹⁰⁵.

A condenação e o combate ao terrorismo foram também temas importantes na agenda multilateral brasileira durante o período, principalmente em razão dos sequestros de diplomatas estrangeiros no Brasil. Em julho de 1970, a Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em Washington discutiu a ideia, apoiada pelo Brasil, de considerar o terrorismo um crime de lesa-humanidade, o que implicaria na negação de asilo político para terroristas – conceito no qual se incluía os militantes que participavam de sequestros.

Posteriormente, foi realizada reunião de chanceleres, em 1971, para discussão de projeto de tratado sobre o tema. Com a maioria dos países rejeitando a ideia, o Brasil acabou abandonando o encontro,

103 SOUTO, **A diplomacia do interesse nacional**, p. 43.

104 VISENTINI, **A política externa do regime militar brasileiro**, p. 139; GONÇALVES e MIYAMOTO, **Estudos históricos**, p. 225; e VARGAS, **Um mundo que também é nosso**, p. 204.

105 HURELL, **The Quest for Autonomy**, p. 210.

acompanhado por Argentina, Equador, Guatemala, Haiti e Paraguai. Em discurso realizado na abertura da Assembleia Geral da ONU em 1972, Gibson criticou a postura da ONU em relação ao terrorismo, considerando-a muito branda e quase tolerante com o tema¹⁰⁶.

A política de Médici para a América do Sul também foi influenciada pela visão de que o aproveitamento econômico dos recursos naturais das bacias do Prata e amazônica, bem como os projetos de colonização e ocupação de todo o território nacional, eram fundamentais para o desenvolvimento e o fortalecimento do país¹⁰⁷.

Simultaneamente desenvolvimentista e centrada no anticomunismo, a política externa do governo Médici refletia, desse modo, o cenário interno, marcado pelo acelerado crescimento econômico e pela intensificação da repressão e do autoritarismo.

O processo decisório do governo Médici, caracterizado pela pluralidade de atores e dividido em três grandes áreas – política, econômica e militar – também marcou a política externa do período. Além do Itamaraty, de viés mais nacionalista, a área econômica, capitaneada pelo ministro da Fazenda, Delfim Neto, que privilegiava o relacionamento com o “Primeiro Mundo”, e o setor militar (Conselho de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informações e ministérios militares) eram particularmente influentes na definição da atuação internacional do governo¹⁰⁸. A política externa de Médici, com isso, sofreu os efeitos da fragmentação decisória e das disputas entre as três áreas, que variavam de intensidade de acordo com o tema em questão¹⁰⁹.

O relativo enfraquecimento do Itamaraty era mais visível nas relações com os países considerados centrais para a segurança nacional, a maior parte dos quais na América do Sul. Para as representações brasileiras nestes países, notadamente Argentina, Chile e Uruguai,

106 SOUTO, **A diplomacia do interesse nacional**, p. 55-56.

107 GONÇALVES e MIYAMOTO, **Estudos históricos**, p. 225.

108 VISENTINI, **A política externa do regime militar brasileiro**, p. 136.

109 PINHEIRO, **Unidades de decisão e processo de formulação de política externa durante o regime militar**, p. 461-462.

foram geralmente nomeados embaixadores alinhados com a ditadura, como Manoel Pio Corrêa, em Montevidéu (1964-1966) e Buenos Aires (1967-1969), e Antônio Cândido da Câmara Canto em Santiago (1968-1975)¹¹⁰.

A diplomacia do interesse nacional, em função dos objetivos econômicos e do projeto do Brasil potência, bem como da luta contra o comunismo, atribuía, assim, prioridade às relações com os países da América do Sul. Durante seu governo, Médici manteve uma série de encontros de fronteira, com foco na integração regional e na inauguração de obras de infraestrutura física. Além do presidente uruguaio, ao longo de seu mandato Médici reuniu-se com os presidentes do Paraguai, Alfredo Strossner, em Bela Vista, em julho de 1971; da Colômbia, Misael Patrana Borrero, em Letícia, em agosto de 1971; da Bolívia, Hugo Banzer, em Corumbá, em abril de 1972; e da Venezuela, Rafael Caldera, em Santa Elena de Uairén, em fevereiro de 1973¹¹¹.

O Uruguai foi, justamente, o primeiro país que Médici visitou após assumir a presidência da República, em viagem que também inaugurou o modelo dos encontros fronteiriços. Gaúcho de Bagé, Médici tinha laços estreitos com o Uruguai. Sua mãe, de família basca, nasceu na cidade uruguaia de Paysandu¹¹². Antes de assumir a presidência, além de adido militar em Washington (1964-1966) e chefe do Serviço Nacional de Informações (1967-1969), Médici também tinha sido comandante do III Exército (1969), responsável pela defesa da região sul do país.

Durante a visita ao Uruguai, realizada em 11 de maio de 1970, Médici encontrou-se com o presidente Pacheco Areco (que havia visitado o Brasil em maio de 1969¹¹³) na cidade de Chuí, fronteira entre os dois países. Após o breve encontro na fronteira, os dois mandatários

110 ALMEIDA, **Tempo negro, temperatura sufocante**, p. 16.

111 DANESE, **Diplomacia Presidencial**, p. 349-351; e VISENTINI, **A política externa do regime militar brasileiro**, p. 160.

112 De acordo com o embaixador Manuel Pio Corrêa, Médici nasceu do lado uruguaio da fronteira. CORREA, **O mundo em que vivi**, p. 247 e 984.

113 Durante a visita, entre os dias 8 e 13 de maio de 1969, Areco encontrou-se com o então presidente Costa e Silva. DANESE, *op. cit.*, p. 348.

reuniram-se na fortaleza uruguaia de Santa Teresa, antiga fortificação colonial construída inicialmente pelos portugueses no século XVIII, a cerca de 40 quilômetros de Chuí. Em razão da intensidade da atuação dos tupamaros, o encontro foi realizado sob rígido esquema de segurança. Santa Teresa foi declarada área militar pelo governo uruguaio para que soldados brasileiros pudessem participar da segurança do local, e helicóptero da Força Aérea Brasileira (FAB) sobrevoou a fortaleza durante todo o encontro.

Em Santa Tereza, Pacheco ofereceu almoço ao presidente brasileiro, encerrado com charutos cubanos. No discurso que realizou na ocasião, Médici destacou seus laços pessoais com o país, afirmando ser “homem de fronteira e, ainda mais, filho de pais uruguaios”¹¹⁴.

A integração física dos dois países foi um dos temas centrais da visita. Os dois presidentes inauguraram ligação rodoviária entre a BR-471 no Brasil e a Estrada 9 no Uruguai e assinaram acordo para o aproveitamento do potencial hidráulico do rio Jaguarão¹¹⁵. O comunicado conjunto divulgado após o encontro também destacou esforços para a ampliação da infraestrutura logística e o aproveitamento dos recursos hídricos da região. No documento, os dois países manifestaram, ainda, sua confiança nos princípios da não intervenção, da autodeterminação dos povos e na solução pacífica dos conflitos¹¹⁶.

No encontro em Santa Tereza, também foram discutidos temas de segurança. Médici viajou ao Uruguai acompanhado dos comandantes das três Forças na região sul do país e de diversos ministros militares. Participaram da delegação brasileira, que bem exemplifica a supremacia dos militares no processo decisório e nas instituições governamentais do país durante o período, além do presidente e do chanceler, o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Carlos Alberto da

114 FOLHA DE S.PAULO, 12 de maio de 1970, p. 3. O jornal destacou a visita em matéria de capa, sob o título “Êxito total no encontro de Chuy”.

115 *Ibid.*, p. 4; e VISENTINI, **A política externa do regime militar brasileiro**, p. 156.

116 JORNAL DO BRASIL, 12 de maio de 1970, capa e p. 3.

Fontoura; o chefe da Casa Militar, general João Batista Figueiredo; os comandantes do III Exército, general Breno Borges Fortes; da V Zona Aérea, major-brigadeiro Leonardo Colares; do 5º Distrito Naval, contra-almirante Eric Marques Caminha; e o chefe do departamento de Polícia Federal, general Valter Pires. A delegação uruguaia também tinha forte componente militar e incluía, entre outros, os ministros do Interior, general Antonio Francesi; da Defesa, general Cesar Borba; o chefe da Casa Militar, coronel Hugo Eosse; e os comandantes do Exército, general Juan Decillis; da Armada, contra-almirante Guillermo Fernandez; e da Força Aérea, coronel Duarte Paladine¹¹⁷.

Palco da tradicional rivalidade geopolítica com a Argentina, o Uruguai era motivo de preocupação para o regime militar brasileiro desde o golpe de 1964. O governo brasileiro via com desconfiança a força da esquerda uruguaia no cenário político interno e, sobretudo, receava que o Uruguai se tornasse centro de atuação dos grupos opositoristas brasileiros.

Na segunda metade da década de 1960, cerca de 200 brasileiros encontravam-se exilados no país, entre os quais figuras importantes, como o ex-presidente João Goulart; o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola; o ex-ministro da Educação e chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro; e o ex-comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, almirante Cândido Aragão. Preso logo após o golpe, libertado e em seguida novamente procurado, Aragão conseguiu ingressar na embaixada do Uruguai no Rio de Janeiro escondido no porta-malas de um veículo, em agosto de 1964. O almirante deixaria a embaixada rumo ao Uruguai após a concessão de salvo-conduto, em novembro de 1965.

117 Também integravam a delegação brasileira o chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu, e os ministros do Transportes, Mario Andreazza, também militar, e da Agricultura, Cirne Lima. Do lado uruguaio, além do presidente e do chanceler, participaram o secretário da Presidência, Héctor Giorgi; e os ministros das Obras Públicas, Walter Pinto Risso; e dos Transportes, Comunicações e Turismo, Augusti Capeti. FOLHA DE S.PAULO, 12 de maio de 1970, p. 3.

Com o influxo de asilados, a embaixada do Brasil em Montevidéu passou a monitorar e a transmitir, rotineiramente, informações sobre as atividades dos brasileiros no Uruguai. Já a partir do segundo semestre de 1964, a embaixada e os adidos militares puderam contar com a colaboração de informantes entre os exilados, recrutados pelas agências de inteligência brasileiras¹¹⁸.

A presença de Brizola e Jango, em especial, provocava tensão na relação bilateral. Além da importância dos dois líderes, o Uruguai fazia fronteira com a base política de ambos no Rio Grande do Sul. Segundo Pio Corrêa, embaixador em Montevidéu entre 1964 e 1966, sua missão, “perfeitamente definida” era

conseguir que o governo do Uruguai impusesse aos asilados políticos brasileiros naquele país a estrita observância das regras do asilo político, ditadas pelo direito internacional; essencialmente, a abstenção de toda e qualquer atividade política, bem como de atitudes públicas de hostilidade dirigidas contra o governo do seu próprio país.¹¹⁹

Além disso, Pio Corrêa tinha instrução específica para obter do governo uruguaio o confinamento de Leonel Brizola em local distante de Montevidéu, onde o ex-governador ficasse “sob vigilância permanente”¹²⁰.

Para tanto, Pio Corrêa recebeu “carta branca” do próprio presidente Castelo Branco, o que incluía ordens presidenciais para que o comando do III Exército se articulasse com o embaixador “em tudo o que dissesse respeito a problemas relacionados com a linha de fronteira” e para que a 5ª Zona Aérea atendesse a suas solicitações de transporte aéreo. Pio Corrêa, além disso, também pôde escolher os diplomatas e demais funcionários que trabalhariam com ele em Montevidéu¹²¹.

118 PENNA FILHO, **Revista Brasileira de Política Internacional**, p. 51-52.

119 CORRÊA, **O mundo em que vivi**, p. 847.

120 *Ibid.*, p. 883.

121 *Ibid.*, p. 848-849.

Pio Corrêa trabalhou pacientemente para fortalecer sua posição junto ao governo uruguaio até que, em março de 1965, o coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, um dos exilados brasileiros no Uruguai, comandou um grupo de militantes que “invadiu” o Rio Grande do Sul a partir da fronteira uruguaia, o primeiro episódio de resistência armada ao regime militar no Brasil.

Cardim, acompanhado de dois militantes, cruzou a fronteira entre Rivera e Santana do Livramento em 19 de março de 1965. Após adesões, principalmente de simpatizantes do ex-governador Leonel Brizola, Cardim liderou um grupo com 23 homens que “tomou” a cidade gaúcha de Três Passos, em 26 de março, controlando o quartel da brigada militar (onde foram rendidos sete militares), o presídio, a agência do Banco do Brasil e a estação da Rádio Difusora.

O grupo seguiu por Santa Catarina e ingressou no Paraná, em região a cerca de cem quilômetros de Foz do Iguaçu. O presidente Castelo Branco estava na cidade para a inauguração da Ponte Internacional da Amizade, que liga Foz do Iguaçu a Ciudad del Este, no Paraguai, e o exército mobilizou cinco mil militares para reprimir o grupo. Após confronto na cidade paranaense de Capitão Leônidas Marques, no dia 27 de março, no qual viria a falecer um sargento do exército, o grupo foi disparatado, e seus integrantes, incluindo Cardim, presos¹²².

O embaixador brasileiro aproveitou-se do episódio e conseguiu obter o confinamento de Brizola, em maio de 1965¹²³. A decisão do governo uruguaio estipulava que Brizola não poderia permanecer em Montevideu nem em qualquer localidade a menos de 300 quilômetros da fronteira com o Brasil. O ex-governador do Rio Grande do Sul escolheu, desse modo, a pequena cidade de Atlântida por distar exatos 301 quilômetros da fronteira e apenas 35 de Montevideu.

De acordo com um ex-agente da CIA, Phillip Agee, Pio Correa seria um colaborador da agência norte-americana e teria sido enviado

122 ZERO HORA, 21 de março de 2015.

123 CORRÊA, **O mundo em que vivi**, p. 891-892.

ao Uruguai a pedido da estação da CIA no Rio de Janeiro, justamente para ajudar nos esforços contra os exilados. Segundo Agee, na mesma ocasião, a CIA também teria solicitado o envio a Montevideu de outro de seus colaboradores, o coronel Camara Sena, que se tornou adido militar na embaixada brasileira¹²⁴. Com o confinamento de Brizola, o espião norte-americano avaliou que Pio Correa havia feito “um trabalho excelente”¹²⁵.

Agee trabalhou na CIA, como agente de operações clandestinas, entre 1957 e outubro de 1968. No período, serviu nas estações da CIA em Quito (entre dezembro de 1960 e dezembro de 1963) e em Montevideu (de março de 1964 a agosto de 1966). Agee desiludiu-se com a agência e publicou um relato detalhado sob seu trabalho na CIA, especialmente de sua atuação no Equador e no Uruguai.

Segundo o relato de Agee, apesar da pequena dimensão territorial, o Uruguai era um palco relativamente importante dos conflitos da Guerra Fria na América Latina e o governo dos EUA também se preocupava com a presença dos exilados brasileiros no país. Já em meados da década de 1960, a estação da CIA no país tinha um “tamanho médio”, sendo composta por doze funcionários, incluindo o chefe, todos trabalhando oficialmente no setor político da embaixada dos EUA, além de dois cidadãos norte-americanos contratados, que atuavam sob disfarces não oficiais.

Ademais da atuação relativa à política interna do Uruguai, que contava com partidos de esquerda fortes e organizados, os agentes também operavam contra o número significativo de representações de países comunistas na capital uruguaia. Em 1964, URSS, Cuba (os principais alvos), Tchecoslováquia, Polônia, Bulgária, Hungria, Romênia e Iugoslávia possuíam embaixadas em Montevideu. Além disso, a estação

124 Segundo Agee, “Until last month Pio was Brazil’s Ambassador to Mexico where, according to the background forwarded by the Rio station, he was very effective in operational tasks for the Mexico City station. However, because Mexico hadn’t recognized the new military government, Pio was recalled, and the Rio station arranged to have him reassigned to Montevideo which at the moment is the Brazilian government’s diplomatic hot spot”. AGE, ***Inside the Company***, p. 379.

125 *Ibid.*, p. 412.

da CIA também monitorava exilados e integrantes de grupos de esquerda provenientes da Argentina e do Paraguai. Após o golpe no Brasil em abril de 1964, os exilados brasileiros, por instrução de Washington, tornaram-se uma das principais preocupações da CIA em Montevideú¹²⁶.

Em 18 de abril de 1964, o chefe da estação da CIA na capital uruguaia voltou de conferência realizada em Washington, com todos os chefes de estação da agência nas Américas, com a ordem de intensificar os esforços para a obtenção de informações entre os exilados brasileiros. A instrução, aparentemente dada pelo próprio presidente Lyndon Johnson, indicava que todo o apoio deveria ser fornecido para impedir o retorno de um governo de esquerda no Brasil.

Agge convenceu um de seus principais contatos na polícia uruguaia, o diretor do departamento de inteligência, Alejandro Otero, a designar policiais para a proteção de João Goulart e outros três ou quatro exilados de maior relevância indicados pela estação da CIA no Rio de Janeiro. Na realidade, os policiais uruguaianos passaram a compilar informações sobre as atividades desses exilados e repassá-las para os agentes norte-americanos¹²⁷.

Durante o governo Pacheco Areco, no contexto do progressivo processo de deterioração das instituições democráticas uruguaianas e do endurecimento do regime militar no Brasil, os exilados brasileiros passaram a enfrentar dificuldades crescentes. Ao que tudo indica, as forças de segurança dos dois países estabeleceram mecanismos informais de cooperação, com vistas a perseguir os opositoristas brasileiros no Uruguai. Os agentes atuavam com conhecimento e mesmo sob as ordens de autoridades militares uruguaianas e brasileiras, mas de forma

126 AGEE, *Inside the Company*, p. 330-336.

127 *Ibid.*, p. 364-366.

“clandestina”, em violação a leis vigentes nos dois países e a tratados internacionais.

A colaboração entre as Forças Armadas dos dois países intensificou-se na segunda metade de 1969 e no início de 1970, com a chegada ao Uruguai de novo contingente de opositoristas brasileiros, em sua maior parte formado por militantes do movimento estudantil e integrantes dos grupos armados que fugiam da intensificação da repressão e do colapso da esquerda armada no Brasil. Durante o período, os pedidos de asilo feitos por cidadãos brasileiros ficavam, em diversas ocasiões, semanas sem resposta. Em alguns casos, brasileiros foram sequestrados pelas forças de segurança uruguaias e entregues aos militares no Brasil.

Exilado no Uruguai, o jornalista Jorge de Miranda Jordão foi sequestrado em Montevideu, em agosto de 1969, e “solto” oficialmente na fronteira Rio Branco-Jaguarão, onde foi imediatamente detido pelas forças de segurança brasileiras. Em novembro, o professor Wilson do Nascimento Barbosa, também exilado no Uruguai, foi preso e posteriormente entregue a policiais brasileiros na cidade fronteiriça de Santana do Livramento¹²⁸.

Ainda em novembro de 1969, os cidadãos brasileiros Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez e Euclides Garcia Paes foram sequestrados por militares uruguaios. Aproveitando-se de um descuido dos militares que o vigiavam, Gutiérrez tentou o suicídio com um pedaço de vidro e o sequestro tornou-se público. Devido à repercussão do caso na imprensa uruguaia, Gutiérrez foi solto em janeiro de 1970¹²⁹.

Durante a captura do coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, em dezembro de 1970, a colaboração entre as forças de segurança também envolveu, além de uruguaios e brasileiros, agentes argentinos. Cardim, que havia conseguido escapar de quartel militar em Curitiba onde estava preso depois do fracasso da ação em 1965, deixou Montevideu para trabalhar na Associação Latino-Americana de Livre

128 PADRÓS *et al.*, **A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul**, p. 256-257.

129 *Ibid.*, p. 135-140.

Comércio (ALALC), a convite do presidente chileno Salvador Allende, em 11 de dezembro de 1970. Acompanhado do filho de 18 anos e do sobrinho, o cidadão uruguaio Eduardo Lopetegui, que aproveitou a viagem para visitar parentes no Chile, Cardim dirigiu até a cidade de Colônia do Sacramento e embarcou na balsa para Buenos Aires, de onde pretendia seguir de carro até Santiago.

Cardim e seus dois familiares foram presos pela polícia argentina assim que deixaram a balsa e conduzidos até a sede da polícia federal em Buenos Aires. No local, os dois brasileiros foram torturados e interrogados sobre, entre outros temas, seus contatos com os tupamaros e o paradeiro de Gomide.

A operação foi coordenada pelo adido do exército brasileiro em Buenos Aires, coronel Nilo Canepa da Silva, e pelo adido da aeronáutica em Montevideu, o tenente-coronel aviador Leuzinger Marques Lima, responsável pela vigilância de Cardim no Uruguai. Canepa havia sido nomeado adido em Buenos Aires a pedido do então embaixador Manoel Pio Corrêa por, entre outras razões, ser “um excelente oficial de informações”¹³⁰.

Canepa presenciou a captura de Cardim, conduziu as comunicações com os policiais argentinos e, juntamente com Lima, visitou a sede da polícia federal durante as torturas. O adido brasileiro recebeu o material apreendido com Cardim e solicitou à polícia argentina autorização para a transferência do preso ao Brasil, no que foi rapidamente atendido pelas autoridades argentinas. Já no sábado, dia 12, Canepa comunicou ao embaixador brasileiro em Buenos Aires, Francisco Azeredo da Silveira, que o próprio presidente Levingston autorizaria a expulsão de Cardim e que seria necessário um avião para transportá-lo de volta ao Brasil. No dia seguinte, 13 de dezembro, Cardim e o filho partiram para o Brasil em aeronave obtida por Silveira, que teria ido pessoalmente à base aérea de Palomar e testemunhado a transferência¹³¹.

130 CORRÊA, **O mundo em que vivi**, p. 1042-1043.

131 Para o episódio do sequestro do Coronel Cardim, ver WAGNER WILLIAM, O primeiro voo do condor, **Revista Brasileiros**, 19 de dezembro de 2012.

A atuação dos militares, a presença dos exilados políticos, o aumento das ações armadas dos tupamaros e a importância do Brasil para o Uruguai, entre outros fatores, contribuíram para aumentar os riscos à segurança da embaixada e dos diplomatas brasileiros em Montevidéu.

Ao longo do primeiro semestre de 1970, o embaixador do Brasil, Luiz Leivas Bastian Pinto, transmitiu a avaliação de que a polícia uruguaia não dispunha de recursos para garantir a segurança do corpo diplomático, diante do incremento das atividades dos grupos armados em Montevidéu¹³². Em junho, Bastian Pinto relatou a ocorrência de um assalto na residência de uma oficial de chancelaria lotada na embaixada brasileira, ressaltando a suspeita de que as características do roubo apontavam para uma “ação intimidatória de grupos subversivos”¹³³.

Nesse quadro de insegurança crescente, Bastian Pinto fez seguidas gestões ao governo brasileiro para incrementar a segurança da embaixada. Em abril de 1970, a embaixada foi autorizada a contratar segurança particular para Bastian Pinto, um policial uruguaio aposentado, avaliando que a decisão traria um mínimo de proteção que a polícia do país não era mais capaz de proporcionar. De acordo com o embaixador brasileiro, o próprio governo uruguaio havia reconhecido oficialmente ao decano do corpo diplomático que não tinha condições de oferecer proteção adequada às representações diplomáticas no país¹³⁴.

Ainda em meados de julho, poucas semanas antes da captura de Gomide, Bastian Pinto solicitou autorização para contratar mais dois seguranças particulares para a segurança noturna da chancelaria e da residência oficial. Para justificar o pedido, o embaixador mencionou as

132 Telegrama 64 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 7 de abril de 1970.

133 Telegrama (s/n.) da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 18 de junho de 1970.

134 Telegrama 198 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 15 de julho de 1970; LESSA, *La Revolución Imposible*, p. 153; e VILLALOBOS, *Tiranos, tremei!*, p. 74.

“atividades dos extremistas neste país, as constantes e sérias ameaças dirigidas a esta embaixada, a presença aqui de perigosos elementos fugidos do Brasil e a própria importância política desta missão diplomática”. Além disso, segundo Bastian Pinto, várias representações diplomáticas em Montevideú, algumas das quais com projeção política menor que a brasileira, já contavam com elaborado sistema de segurança¹³⁵.

Nesse cenário e especialmente em razão da presença dos exilados políticos, o cargo de cônsul do Brasil em Montevideú, responsável pela assistência aos brasileiros no país, era considerado difícil no Itamaraty e poucos desejavam ocupá-lo¹³⁶. Em meados de 1970, o posto, destinado a ministro de segunda classe, estava vago. Na ocasião, o primeiro-secretário Aloysio Dias Mares Gomide, como cônsul adjunto, era responsável pelo atendimento consular da embaixada brasileira em Montevideú.

135 Telegrama 198 da embaixada do Brasil em Montevideú para a Secretaria de Estado, 15 de julho de 1970.

136 JORNAL DO BRASIL, 13 de agosto de 1970, p. 3.

Capítulo 4

Diplomacia e sequestro

Em meados de 1970, o sequestro de diplomatas estrangeiros tinha se tornado uma tática importante de grupos da esquerda armada na América Latina, principalmente com o objetivo de libertar militantes presos. Nesse momento, diplomatas ou adidos estrangeiros já haviam sido sequestrados no Brasil, na Guatemala, na Argentina e na República Dominicana e os grupos guerrilheiros latino-americanos consideravam a captura de diplomatas uma tática legítima e justificável. Carlos Lamarca, então um dos líderes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), concedeu entrevista em junho de 1970, na qual defendeu o sequestro de diplomatas, afirmando que, no momento, era o único meio de libertar os companheiros presos¹³⁷.

Brasil e Guatemala, em especial, foram o palco dos mais importantes sequestros de diplomatas na região antes da captura de Gomide na capital uruguaia. No Brasil, em um intervalo de pouco mais de nove meses, três diplomatas estrangeiros foram sequestrados.

O primeiro sequestro, o do embaixador dos EUA no Brasil, Charles Burke Elbrick, ocorreu antes do início do governo Médici, em 4 de

137 Segundo Lamarca: “se os senhores diplomatas estrangeiros podem suportar a companhia dos membros de um governo que emprega a tortura, poderão, também, suportar por alguns dias a nossa presença”. JOSÉ e MIRANDA, **Lamarca**, p. 154.

setembro de 1969. Elbrick foi sequestrado no Rio de Janeiro¹³⁸, em operação realizada por dois grupos da esquerda armada: a Dissidência Universitária da Guanabara e a Ação Libertadora Nacional (ALN).

A direção da Dissidência, que assumiu a ação como Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), por sua vez, planejou o sequestro inspirada pelo grupo guatemalteco Forças Armadas Rebeldes (FAR). Em 28 de agosto de 1968, um comando das FAR tentou capturar o embaixador dos EUA na Guatemala, John Gordon Meir, para trocá-lo por militantes presos que seriam executados¹³⁹. Meir reagiu ao sequestro e foi morto, tendo sido o primeiro embaixador dos EUA assassinado no exercício de suas funções¹⁴⁰.

Elbrick voltava quase todos os dias da embaixada para almoçar na residência oficial. Naquela quinta-feira, o Cadillac preto dirigido pelo motorista brasileiro, Custódio Abel da Silva, foi interceptado logo após sair da residência, por um grupo de dez guerrilheiros, incluindo uma mulher. Um Fusca dirigido por Franklin Martins fechou o Cadillac, e quatro guerrilheiros abriram as portas do veículo, que estavam destravadas, rendendo o motorista e o embaixador. No próprio Cadillac, seguiram até uma rua pouco movimentada no bairro do Jardim Botânico, onde transferiram o embaixador para uma Kombi. Nesse momento, Elbrick lembrou-se do destino do embaixador dos EUA na Guatemala, achou que seria assassinado e lutou furiosamente com Virgílio Gomes da Silva, líder do grupo tático armado da ALN em São Paulo e comandante militar da ação, até receber uma coronhada na cabeça¹⁴¹.

No local do sequestro, os militantes deixaram um comunicado, assinado pela ALN e pelo MR-8, no qual afirmavam que “o rapto do embaixador é apenas mais um ato da guerra revolucionária, que avança

138 A inauguração oficial do Palácio Itamaraty em Brasília ocorreu em 20 de abril de 1970. As representações estrangeiras foram gradativamente deslocando-se, ao longo dos anos, do Rio de Janeiro para Brasília.

139 GORENDER, **Combate nas trevas**, p. 181-182.

140 SCHLESINGER e KINZER, **Bitter Fruit**, p. 248.

141 MAGALHÃES, **Marighela**, p. 487-491; e GABEIRA, **O que é isso companheiro?**, p. 110.

a cada dia e que este ano ainda iniciará a sua etapa da guerrilha rural”. Para os sequestradores,

o Senhor Burke Elbrick representa em nosso país os interesses do imperialismo que, aliados aos grandes patrões, aos grandes fazendeiros, aos grandes banqueiros nacionais, mantém o regime de opressão e exploração (...) A todos aqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros que não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa. Estamos dando o último aviso. Quem prosseguir torturando, espancando e matando, ponha as barbas de molho. Agora é olho por olho, dente por dente.¹⁴²

O embaixador foi levado até o local do cativeiro, uma casa alugada na rua Barão de Petrópolis, no bairro do Rio Comprido. O líder da ALN, Carlos Marighella, escondido no Rio de Janeiro a 22 quilômetros do local do sequestro, não havia sido informado da ação¹⁴³.

O sequestro do mais importante diplomata estrangeiro no Brasil ocorreu em momento político delicado. O presidente Costa e Silva, incapaz de falar e com o lado direito do corpo paralisado em razão de uma isquemia cerebral, tinha sido substituído apenas quatro dias antes, em 31 de agosto, por uma junta militar formada pelos ministros do Exército, general Aurélio de Lyra Tavares; da Marinha, almirante Augusto Rademaker Grunewald; e da Aeronáutica, brigadeiro Márcio de Souza e Mello. No momento do sequestro, desenrolava-se um processo de consulta aos generais do exército, sem precedentes na história brasileira, para a escolha do próximo presidente da República¹⁴⁴.

Diante do sequestro de Elbrick, como posteriormente faria no Uruguai, o governo dos EUA adotou postura pública de não interferência, contrária à negociação. Reservadamente, no entanto, Washington exerceu pressão sobre o governo brasileiro para que atendesse às demandas dos sequestradores.

142 Despacho telegráfico (s/n.) da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Washington, 4 de setembro de 1969.

143 MAGALHÃES, **Marighella**, p. 486.

144 GASPARI, **A ditadura escancarada**, p. 79-86.

Em telegrama secreto enviado no próprio dia 4, o Departamento de Estado instruiu a embaixada no Rio de Janeiro a transmitir ao governo brasileiro que o retorno em segurança de Elbrick era de importância primordial para os EUA e que “todas as medidas deveriam ser tomadas, incluindo, caso necessário, a concordância com as demandas dos sequestradores”. O telegrama, autorizado pelo secretário de Estado adjunto (equivalente a vice-ministro), Elliot Richardson, afirmava, ainda, que, caso se aproximasse o fim do prazo de 48 horas dado pelos guerrilheiros, a embaixada deveria “reiterar vigorosamente ao governo brasileiro nosso desejo de que as demandas dos sequestradores sejam atendidas”¹⁴⁵.

Durante a crise, o ministro-conselheiro da embaixada dos EUA, William Belton, efetivamente disse ao chanceler Magalhães Pinto, conforme a instrução recebida do Departamento de Estado, que o governo norte-americano desejava que o Brasil tomasse “todas as medidas” para libertar Elbrick¹⁴⁶.

A pressão norte-americana, apesar das sensibilidades brasileiras quanto à interferência estrangeira, encontrou a junta militar, em função da crise gerada pela doença de Costa e Silva, disposta a livrar-se do problema o quanto antes. Apesar de as forças de segurança terem localizado o local do cativo, a junta decidiu, já no dia 5, libertar os quinze presos políticos exigidos pelos sequestradores e permitir a divulgação do comunicado dos dois grupos de esquerda pelos principais jornais e emissoras de rádio e TV do Brasil. Para a libertação dos presos, a junta criou a pena de banimento do território nacional, estabelecida pelo Ato Institucional número 13, de 8 de setembro de 1969.

Os quinze presos políticos, que pertenciam a sete organizações de esquerda, deixaram o Brasil no sábado, dia 6 de setembro, a bordo de um Hércules C-130 da FAB. A aeronave chegou à Cidade do México no

145 Despacho telegráfico (s/n.) do Departamento de Estado para a embaixada dos EUA no Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1969.

146 GASPARI, **A ditadura escancarada**, p. 93.

dia seguinte e o embaixador norte-americano foi libertado no próprio dia 7 de setembro, nas proximidades do estádio do Maracanã, logo após o final de uma partida entre Fluminense e Cruzeiro.

O sequestro de Elbrick e o assassinato do embaixador Meir na Guatemala causaram profundo impacto no Departamento de Estado. Em resposta aos dois incidentes, foram tomadas diversas medidas para aumentar a segurança dos embaixadores dos EUA no exterior, entre as quais a utilização de veículos blindados equipados com rádio e a intensificação do uso de carros de apoio com seguranças, bem como o aumento do número de fuzileiros navais nas representações na América Latina. Além disso, o Departamento de Estado fez gestões secretas junto ao Vaticano para que seus representantes usassem a “autoridade moral” da Igreja para intervir em favor de diplomatas dos EUA em caso de novos sequestros¹⁴⁷. No Uruguai, alguns meses depois, o Vaticano cumpriria sua parte no acordo.

O primeiro sequestro realizado durante o governo Médici, então há pouco mais de cinco meses no cargo, foi o do cônsul-geral do Japão em São Paulo, Nobuo Okuchi, em 11 de março de 1970. O sequestro de Okuchi foi planejado e executado às pressas pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), pela ALN, pela Resistência Democrática (REDE) e pelo Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), com o objetivo de libertar Shizuo Ozawa, integrante da VPR que estava sendo barbaramente torturado desde sua prisão em 7 de março¹⁴⁸.

Ozawa, conhecido como Mario Japa, era membro da coordenação da VPR e possuía considerável informação sobre a organização, inclusive relativa ao treinamento de guerrilha rural que a VPR conduzia no vale do Ribeira. O militante foi preso após sofrer acidente automobilístico

147 DEPARTAMENTO DE ESTADO, *History of the Bureau of Diplomatic Security*, p. 202-203.

148 GORENDER, *Combate nas trevas*, p. 210; e SIRKIS, *Os carbonários*, p. 203-204.

em São Paulo, já que o policial que o socorreu encontrou no veículo documentos da organização, armas e munições¹⁴⁹.

Os militantes encontraram na lista telefônica o endereço da residência do cônsul japonês, localizada na rua Piauí em São Paulo. Okuchi mantinha horários regulares, saindo da residência todos os dias por volta das 9h30 da manhã e deixando o consulado aproximadamente às 18h. No dia 11, por volta das 18h30, a cerca de 200 metros da entrada da residência, o Oldsmobile em que o cônsul viajava, conduzido por um motorista local de origem japonesa, foi interceptado por um Fusca azul. O motorista do cônsul foi rendido, e dois militantes ingressaram no banco traseiro do veículo, um por cada porta. Okuchi foi conduzido até um Fusca vermelho, onde sentou-se no banco traseiro, com um militante apontando uma arma para seu abdômen, e transportado até o cativado onde seria mantido, no número 1216 da rua Ceci, em Indianópolis¹⁵⁰.

Okuchi foi o primeiro diplomata japonês sequestrado em cem anos de história da diplomacia do país. Em Tóquio, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Kiichi Aichi, convocou o encarregado de negócios da embaixada do Brasil – uma vez que o embaixador estava fora do país – e entregou nota verbal de acordo com a qual o governo japonês solicitava às autoridades brasileiras “que sejam tomadas todas as providências para a solução do caso, incluindo a prisão dos sequestradores e principalmente considerando em primeiro plano a vida e a segurança pessoal do cônsul-geral Okuchi”. No Brasil, o embaixador do Japão fez idêntica solicitação ao ministro Gibson Barboza, às 12h30 do dia 12¹⁵¹.

No primeiro comunicado, revelado ao jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 12, os sequestradores exigiram, em troca do cônsul, a libertação e o envio para o México de cinco presos: Ozawa, Damaris Lucena (e seus três filhos); Otávio Ângelo, dirigente da ALN; madre Maurina Borges da Silveira; e Diógenes Carvalho de Oliveira, militante da VPR. Damaris

149 JOSÉ e MIRANDA, *Lamarca*, p. 124-125.

150 OKUCHI, *O sequestro do diplomata*, p. 22-29; e JOSÉ e MIRANDA, *op. cit.*, p. 125.

151 OKUCHI, *op. cit.*, p. 50-51.

Lucena era esposa de Antônio Lucena, que havia sido assassinado por militares na frente da mulher e dos três filhos, alguns dias antes. O grupo que realizou o sequestro, liderado por Eduardo Coller Leite, o “Bacuri”, da Rede, e por Ladislav Dowbor, da VPR, assumiu a autoria do sequestro como “comando Lucena da VPR”.

De acordo com o relato de Gibson Barboza, em reunião na sede do Ministério da Guerra no Rio de Janeiro, os ministros do Exército, general Orlando Geisel; da Aeronáutica, brigadeiro Márcio Melo; e o chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Andrade Muricy, foram contra a troca. O ministro da Marinha, almirante Adalberto de Barros Nunes, declarou-se indeciso. O chanceler, por sua vez, defendeu que o governo deveria aceitar as condições dos grupos de esquerda, argumentando que se deveria levar em consideração que os sequestradores não estavam blefando e que, se os presos não fossem libertados, poderiam efetivamente matar o cônsul japonês. Nesse caso, haveria um estremecimento ou até mesmo o rompimento das relações com o Japão¹⁵².

Na época, o governo brasileiro procurava intensificar os laços com o Japão e as relações bilaterais passavam por processo de significativo fortalecimento. Em 1970, o comércio bilateral cresceu 290% em relação ao período 1964-68, principalmente em razão das exportações brasileiras de minério de ferro e das compras de manufaturas, máquinas e equipamentos¹⁵³.

Durante a reunião, Gibson também defendeu que as obrigações internacionais do Brasil deveriam prevalecer sobre as conveniências de ordem interna. Segundo o chanceler, conforme expresso na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, ratificada pelo país em março de 1965, o estado acreditado deve adotar todas as medidas adequadas para impedir ofensa à pessoa, liberdade e dignidade do agente diplomático estrangeiro. O argumento seria depois utilizado por Gibson Barboza

152 BARBOZA, **Na diplomacia, o traço todo da vida**, p. 232-234.

153 SOUTO, **A diplomacia do interesse nacional**, p. 117.

nos esforços para convencer o governo uruguaio a negociar a libertação de Gomide. Após falar por telefone com o ministro do Exército, que resumiu a reunião, Médici concordou com a posição de Gibson e decidiu pela troca¹⁵⁴.

Já no final da tarde do dia 12, em mensagem divulgada pelo rádio e assinada por Gibson Barboza e pelo ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, o governo afirmou que acataria a exigência da libertação dos cinco presos, acompanhados das três crianças¹⁵⁵. No dia 13, atendendo à solicitação dos governos do Japão e do Brasil, o governo mexicano aceitou conceder asilo aos presos. Além dos quinze presos brasileiros liberados em troca de Elbrick, o México já havia concordado em receber três prisioneiros da Guatemala trocados por diplomata dos EUA¹⁵⁶.

Na instrução enviada à embaixada do Brasil no México com o pedido de autorização para o governo mexicano de sobrevoo e pouso da aeronave com os prisioneiros libertados em troca do cônsul, o Itamaraty ressaltou que deveria ser solicitado “o máximo sigilo das autoridades locais para evitar qualquer tentativa de sabotagem”¹⁵⁷.

Os cinco presos políticos, entre os quais Ozawa, chegaram à Cidade do México às 6h30 do dia 15 de março. No mesmo dia, o cônsul Nobuo Okuchi, deixado na rua Arujá em São Paulo, voltou de táxi para sua residência.

Alguns meses depois, em 11 de junho, o embaixador da Alemanha Ocidental, Ehrenfried Von Holleben, foi sequestrado no Rio de Janeiro por militantes da VPR e da ALN. O sequestro foi também comandado por Bacuri, que havia se integrado com seu grupo à ALN. O veículo do

154 BARBOZA, **Na diplomacia, o traço todo da vida**, p. 232-234.

155 OKUCHI, **O sequestro do diplomata**, p. 81.

156 *Ibid.*, p. 115-118.

157 Despacho telegráfico 272 da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil no México, retransmitido para a embaixada do Brasil em Washington, 13 de março de 1970.

embaixador, acompanhado de carro de apoio com dois seguranças, foi interceptado por um Volks e um Karmann Ghia na rua Candido Mendes, no Rio de Janeiro. Na ação, o agente federal Irlando de Souza Régis, que estava no veículo com o embaixador alemão, tentou reagir e foi morto por um disparo efetuado por Bacuri. No automóvel de apoio, o agente federal Luiz Antônio Sampaio foi ferido com um tiro na barriga, e um terceiro segurança, também brasileiro, foi ferido por estilhaços¹⁵⁸.

No dia 12 de junho, em reunião no Palácio das Laranjeiras, da qual também participaram os ministros militares, da Justiça, das Relações Exteriores, os chefes da Casa Civil e da Casa Militar e o chefe do SNI, Médici manteve a decisão de negociar com os sequestradores. Uma das exigências, no entanto, a divulgação de um manifesto deixado no cofre de esmolas da Igreja de Santa Mônica no Leblon, não foi atendida e os sequestradores não insistiram nesse ponto.

A tática dos sequestros de diplomatas estrangeiros pelos grupos de esquerda no Brasil já começava a dar sinais de desgaste. Dessa vez, pesaram contra a decisão de negociar a violência da ação e o aumento do número de presos exigidos em troca do diplomata, 40, além do fato de ser o terceiro sequestro em menos de nove meses.

O próprio fato de os grupos armados terem escolhido o embaixador da Alemanha Ocidental também acabou gerando mais dificuldades para a atuação do governo brasileiro. Alguns meses antes, em 6 de abril de 1970, o embaixador alemão na Guatemala, Karl Von Spreti, também sequestrado pelas FAR, foi assassinado pela guerrilha após o governo do país ter se recusado a aceitar as exigências dos sequestradores: a libertação de 22 prisioneiros e o pagamento de US\$ 750 mil. Nesse quadro, o governo alemão, diante de mais um sequestro de embaixador do país na América Latina, pressionou publicamente o regime militar brasileiro para que aceitasse as demandas dos grupos de esquerda.

158 JOSÉ e MIRANDA, *Lamarca*, p. 164.

O primeiro-ministro da Alemanha Ocidental, Willy Brandt, enviou mensagem ao presidente Médici na qual pediu para o governo brasileiro “fazer tudo para obter a libertação do nosso embaixador, o mais breve possível”, sem sequer mencionar a morte do segurança brasileiro. Além disso, Bonn divulgou a mensagem à imprensa alemã, que a publicou antes que o documento chegasse ao conhecimento do presidente Médici.

Médici, por sua vez, enviou curta mensagem a Willy Brandt, preparada pelo chanceler brasileiro:

Em resposta, desejo expressar-lhe idêntica preocupação por parte do governo brasileiro, preocupação esta agravada pelo assassinato e pelo ferimento de agentes policiais encarregados de zelar pela segurança do chefe da representação diplomática da República Federal da Alemanha no Brasil.¹⁵⁹

Os alemães, em mensagens posteriores do primeiro-ministro para Médici e do ministro das Relações Exteriores, Walter Scheel, para Gibson, procuraram reparar o descontentamento causado pela primeira nota, elogiando os esforços do governo brasileiro e transmitindo pesar pelo falecimento do segurança¹⁶⁰.

Provenientes de São Paulo, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Brasília e Porto Alegre os 40 presos foram reunidos e transportados em voo especial da VARIG para Argel, chegando no dia 15 de junho. Em meio a rumores sobre a insatisfação de unidades militares com a decisão do governo brasileiro, Von Holleben foi libertado na madrugada do dia 17¹⁶¹.

Assim, até julho de 1970, em todas as ocasiões em que diplomatas estrangeiros foram sequestrados no Brasil, pelo menos aos olhos do público externo, o regime militar prontamente decidiu aceitar as exigências dos grupos armados para obter a libertação dos representantes estrangeiros.

159 BARBOZA, **Na diplomacia, o traço todo da vida**, p. 241.

160 *Ibid.*, p. 239-242

161 *Ibid.*, p. 243-245.

No Uruguai, os guerrilheiros tupamaros foram encorajados pela posição adotada pelo governo brasileiro e pela libertação dos presos políticos, e alguns deles acreditavam que Pacheco Areco também aceitaria negociar com a guerrilha¹⁶².

162 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 30.

Capítulo 5

Uma complexa série de dificuldades (dias 1, 2 e 3 de agosto)

No Brasil, a notícia do sequestro de Dias Gomide obteve imensa repercussão. A captura do diplomata brasileiro sensibilizou a opinião pública, e os meios de imprensa dedicaram amplo espaço ao tema. Os principais órgãos da imprensa escrita do país, entre os quais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *o Jornal do Brasil* e a revista *Veja*, enviaram correspondentes especiais ao Uruguai. O jornal *Folha de S. Paulo* publicou matérias de capa sobre a situação no Uruguai, ininterruptamente, entre os dias 1º e 20 de agosto de 1970. Gomide foi um dos poucos diplomatas brasileiros retratados em reportagem de capa da revista *Veja*, publicada na edição de 11 de novembro de 1970¹⁶³. A revista já havia dedicado matéria de capa à crise uruguaia, sob o título “O Drama do Uruguai (a ex-Suíça americana)”, em 12 de agosto de 1970.

Logo após receber as primeiras informações sobre o sequestro de Gomide, o embaixador do Brasil em Montevideú, Luiz Leivas Bastian Pinto, ligou para o secretário-geral do Itamaraty, Jorge de Carvalho e Silva, que ocupava interinamente o posto de chanceler, para comunicá-lo

163 “Gomide na prisão do terror, imagens e palavras do cônsul sequestrado”. VEJA, 11 de novembro de 1970.

do ocorrido¹⁶⁴. Ainda no dia 31, Bastian Pinto recebeu o embaixador norte-americano em Montevidéu, Charles Adair, que confirmou o sequestro do “chefe da missão de instrução da polícia”, em referência a Dan Mitrione. Adair também transmitiu informações sobre o sequestro e a fuga posterior de Gordon Jones¹⁶⁵.

Bastian Pinto, que havia sido ministro-conselheiro em Buenos Aires e embaixador em Havana, também conversou, “como medida de precaução”, com o gerente da agência do Banco do Brasil na capital uruguaia. O gerente garantiu que tinha condições de reunir rapidamente, caso fosse necessário, quantia considerável para pagamento de eventual resgate. Ainda no dia 31, a embaixada brasileira recebeu telefonema de alguém que se identificou como tupamaro e indagou se Gomide tinha problemas de saúde e se devia tomar algum medicamento¹⁶⁶.

No confuso cenário que reinou em Montevidéu naquele dia, a embaixada brasileira transmitiu, ainda, a informação equivocada de que também tinha fracassado o sequestro do ministro de Obras Públicas do Uruguai¹⁶⁷.

O presidente Médici, já no dia 31, convocou o chanceler interino, Jorge de Carvalho e Silva, para tratar do sequestro. Carvalho e Silva estava em Brasília e, antes de embarcar para o encontro com o presidente no Rio de Janeiro, discutiu as implicações da captura de Gomide com o embaixador Mario Borges da Fonseca, secretário-geral adjunto para assuntos americanos, e com o ministro Dario Moreira de Castro Alves, chefe de Gabinete do ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barboza.

Após a reunião com o presidente no Palácio das Laranjeiras no Rio, que durou mais de uma hora, Carvalho e Silva ligou para Bastian Pinto, por volta das 17h30, e instruiu o embaixador brasileiro a evitar qualquer

164 Jorge de Carvalho e Silva foi secretário-geral do Itamaraty entre 1969 e 1975.

165 Telegrama 243 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 31 de julho de 1970.

166 *Ibid.*, ; LESSA, **La Revolución Imposible**, p. 154; e VILLALOBOS, **Tiranos, tremel!**, p. 75-76.

167 Telegrama 243 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 31 de julho de 1970.

diálogo com os tupamaros. De acordo com o secretário-geral, a decisão havia sido tomada pelo próprio presidente Médici, e, no caso de novo contato, os tupamaros deveriam ser orientados a negociar diretamente com o governo uruguaio. A instrução, confirmada por escrito na noite do dia 31, esclarecia que o governo brasileiro

não pretende nem deseja dialogar com os terroristas, por se tratar de crime contra as leis e a ordem interna uruguaia, competindo, portanto, ao governo uruguaio tomar todas as providências para a solução do caso e a recuperação do representante brasileiro.¹⁶⁸

Durante a conversa telefônica, Bastian Pinto também recebeu instrução para solicitar audiência com o chanceler Peirano Facio. Na mesma ocasião, o embaixador brasileiro leu o comunicado número 3 do MLN-T, já divulgado pelo jornal *El Diario*, que exigia a imediata libertação dos presos políticos¹⁶⁹.

Pelo despacho telegráfico, Carvalho e Silva informou Bastian Pinto que havia convocado o embaixador uruguaio no Rio de Janeiro e transmitido a posição do governo brasileiro. Solicitou, ainda, que Bastian Pinto mantivesse contato com o embaixador norte-americano em Montevideu, a fim de mantê-lo informado sobre a posição do governo dos EUA em relação ao sequestro de Mitrione¹⁷⁰.

Para a imprensa, após o encontro com Médici, Carvalho e Silva declarou apenas que tratou com o presidente Médici “das circunstâncias em que ocorreu o sequestro”, acrescentando que “as medidas cabíveis por parte do nosso governo só poderão ser tomadas quando conhecermos bem os fatos e, por isso, não sabemos quando o Itamaraty divulgará nota oficial”¹⁷¹.

O ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barboza, recebeu a notícia do sequestro de Gomide no Japão, onde realizou visita oficial

168 Despacho telegráfico 198 da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Montevideu, 31 de julho de 1970.

169 Telegrama 244 da embaixada do Brasil em Montevideu para a Secretaria de Estado, 31 de julho de 1970.

170 Despacho telegráfico 198 da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Montevideu, 31 de julho de 1970.

171 O ESTADO DE S. PAULO, 1º de agosto de 1970, p. 4.

entre os dias 27 de julho e 2 de agosto, com o objetivo de intensificar o intercâmbio comercial e promover a cooperação tecnológica e científica bilateral¹⁷². Em Tóquio, Gibson preferiu não comentar o sequestro¹⁷³. No retorno ao Brasil, Gibson fez escala em Washington, oficialmente para contatos com a Secretaria-Geral da OEA, e só chegou a Brasília no dia 5 de agosto.

Com o decorrer do sequestro, o Itamaraty organizou um regime de plantão para acompanhar o caso, formado por funcionários do Gabinete do Ministro, da Secretaria-Geral, da Assessoria de Imprensa e da Divisão de Comunicações. As notícias e informações sobre o sequestro recebiam prioridade e eram levadas diretamente ao Gabinete do Ministro para avaliação. Também foi estabelecida linha telefônica direta com a embaixada em Montevidéu, que funcionava 24 horas por dia, nos moldes das que operavam, até então, apenas com a embaixada em Washington e com a missão em Genebra¹⁷⁴.

Desde o início, a embaixada do Brasil em Buenos Aires acompanhou com atenção a repercussão do sequestro de Gomide na Argentina, não apenas pelas implicações do caso nas relações entre os três países e no equilíbrio de poder na bacia do Prata, mas também pelas semelhanças entre as condições de segurança dos diplomatas brasileiros nas duas capitais e pela importância da ameaça representada pelos atores não estatais¹⁷⁵.

Diversos grupos armados atuavam na Argentina no período, em especial as Forças Armadas Peronistas e o Exército Revolucionário do Povo. No primeiro semestre de 1970, no entanto, a mais importante

172 BARBOZA, **Na diplomacia o traço todo da vida**, p. 251; e VISENTINI, **A política externa do regime militar brasileiro**, p. 172.

173 O ESTADO DE S. PAULO, 1º de agosto de 1970, p. 6.

174 *Id.*, 18 de agosto de 1970, p. 3.

175 Telegrama 272 da embaixada do Brasil em Buenos Aires para a Secretaria de Estado, 31 de julho de 1970.

ação da esquerda armada argentina foi realizada por um grupo de orientação peronista até então desconhecido.

Criado formalmente em 1968, os montoneros procuraram evitar que sua existência fosse descoberta, enquanto realizavam ações para adquirir armas e recursos financeiros. Ao que tudo indica, os montoneros não foram detectados pelas forças de segurança até o início de 1970, quando realizaram sua primeira ação pública¹⁷⁶.

Por volta das 9h da manhã do dia 29 de maio de 1970, dois montoneros, Emilio Angel Maza e Fernando Luís Abel Medina, em uniformes militares, ingressaram no apartamento do general da reserva Pedro Eugenio Aramburu, no oitavo andar de edifício situado na rua Montevideo, em Buenos Aires. Maza havia estudado em colégio militar, e os dois montoneros afirmaram que haviam sido enviados para fornecer proteção pessoal ao general. Aramburu acreditou nos militantes e, após alguns minutos de conversa e café, aceitou acompanhá-los para fora do apartamento¹⁷⁷.

Aramburu, além de ter sido um dos líderes do golpe militar que derrubou Perón em 1955, foi presidente da Argentina entre 1955 e 1958 e ainda era um personagem político de extrema importância. Naquele momento, Aramburu trabalhava para a derrubada do presidente, o general Juan Carlos Onganía.

Com Aramburu no cativeiro, os montoneros realizaram um “juízo revolucionário”, no qual acusaram o general, em especial, pela execução de 27 peronistas em junho de 1956 e pelo desaparecimento do cadáver de Eva Perón, no mesmo ano. Três dias depois, em 1º de junho, Aramburu foi executado pelos montoneros. Seu corpo só seria encontrado pelas forças de segurança em 16 de julho.

Algumas semanas depois, no dia 1º de julho, em meio à caçada aos sequestradores de Aramburu levada a cabo por 22 mil militares, cerca de 25 montoneros ocuparam a cidade de La Calera, a 17 quilômetros de

176 GILLESPIE, *Soldiers of Peron*, p. 83-84.

177 *Ibid.*, p. 89-94.

Córdoba. Na operação, inspirada na “tomada de Pando” pelos tupamaros, os guerrilheiros argentinos ocuparam a delegacia, a prefeitura e uma agência bancária, de onde levaram 26 mil dólares¹⁷⁸.

Ainda que o grupo tivesse apenas poucas dezenas de militantes na ocasião, o sequestro e o assassinato de Aramburu, em particular, obtiveram imensa repercussão e contribuíram para amplificar a percepção de um cenário de crise e instabilidade política e social na Argentina. Os montoneros divulgaram cinco comunicados por ocasião do sequestro e alcançaram reconhecimento nacional em poucos dias.

Desse modo, no primeiro semestre de 1970, a embaixada do Brasil em Buenos Aires também passava por um período de apreensão, diante da possibilidade de ataques contra a representação brasileira e seus funcionários. O embaixador do Brasil em Buenos Aires, Azeredo da Silveira¹⁷⁹, manifestou, ao longo do período, em mais de uma ocasião, sua preocupação com a segurança da embaixada e fez diversos pedidos de reforço na proteção do posto, tanto a Brasília quanto à chancelaria argentina¹⁸⁰.

O episódio que mais despertou a atenção de Azeredo da Silveira foi o sequestro do cônsul paraguaio na cidade de Ituzaingó (província de Corrientes), Joaquim Waldemar Sánchez, em 24 de março de 1970. Realizado pela Frente Argentina de Libertação, o sequestro tinha por objetivo libertar dois militantes presos. Apesar da pouca importância política do alvo, o sequestro teve repercussão significativa, já que o presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner, chegou em Buenos Aires no dia seguinte, 25 de março, em visita previamente programada. Sánchez foi libertado pelos militantes em 28 de março, sem que as exigências dos sequestradores tivessem sido atendidas.

178 GILLESPIE, *Soldiers of Peron*, p. 95-96.

179 Antônio Francisco Azeredo da Silveira foi embaixador em Buenos Aires (1969-1974); ministro das Relações Exteriores do governo Geisel (1974-1979); embaixador em Washington (1979-1983); e embaixador em Lisboa (1983-1985).

180 Telegramas 260 e 268 da embaixada do Brasil em Buenos Aires para a Secretaria de Estado, nos dias 15 de maio e 23 de junho de 1970.

Em razão do sequestro do cônsul, Azeredo da Silveira reuniu-se, em 30 de março de 1970, com todos os funcionários diplomáticos e os adidos militares, com o objetivo de discutir medidas para reduzir a possibilidade de sequestro de um funcionário brasileiro na Argentina. Na ocasião, Silveira sugeriu ao Itamaraty que estudasse providências a serem tomadas no caso de tal eventualidade¹⁸¹.

Por coincidência, Azeredo da Silveira estava na capital uruguaia no dia do sequestro de Gomide para um encontro com o chanceler Peirano Facio. Poucas semanas antes, o candidato brasileiro, Vicente Rao, não conseguiu se reeleger para uma das onze vagas da Comissão Jurídica Interamericana. A derrota causou embaraço ao Itamaraty, tendo em vista que apenas 14 candidatos disputaram o pleito, a Comissão tinha sede no Brasil, e era a primeira vez que o país ficaria sem representação no organismo. Nesse contexto, o Ministério das Relações Exteriores buscou fórmulas para garantir a presença brasileira no organismo e Silveira foi designado enviado especial para tratar do tema junto aos governos argentino e uruguaio¹⁸².

No dia do sequestro de Gomide, Silveira efetivamente encontrou-se com Peirano Facio, por volta das 11h00 da manhã, e realizou a gestão sobre a Comissão Interamericana. Durante o encontro, o chanceler uruguaio disse apenas que “[se] encontrava profundamente chocado” com o sequestro de Gomide. Azeredo da Silveira retornou a Buenos Aires no próprio dia 31.

No dia seguinte ao sequestro, Carvalho e Silva transmitiu à embaixada em Montevideú instruções para que fosse entregue à chancelaria uruguaia, com urgência, a seguinte nota:

181 Telegrama 257 da embaixada do Brasil em Buenos Aires para a Secretaria de Estado, 30 de março de 1970.

182 Despacho telegráfico 368 da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Buenos Aires, 21 de julho de 1970.

O governo brasileiro recebeu com profunda consternação e apreensão a notícia do sequestro, ocorrida na manhã de 31 de julho último, e praticado por elementos terroristas, do Cônsul do Brasil em Montevideú.

O governo brasileiro está seguro de que o governo uruguaio, no cumprimento dos princípios internacionais que regulam a proteção dos agentes diplomáticos e consulares, por parte do estado onde estão os mesmos acreditados, não deixará de considerar todas as possibilidades para o resgate do cônsul Aloysio Dias Gomide e desenvolverá o máximo de iniciativa para tal fim.

O governo brasileiro de antemão agradece a colaboração do governo uruguaio e as medidas destinadas à recuperação da vítima de um crime a respeito do qual manifesta a sua veemente repulsa, juntamente com toda a opinião pública brasileira.¹⁸³

O governo brasileiro, portanto, defendeu, desde o início, a posição de que Montevideú deveria, caso necessário, aceitar as exigências dos sequestradores para conseguir a libertação de Gomide, de modo similar à atuação brasileira por ocasião dos sequestros de diplomatas estrangeiros no país. Como também sugere a nota, essa posição baseava-se na avaliação de que as obrigações internacionais exigiam que a proteção dos agentes diplomáticos tivesse precedência sobre considerações de ordem interna.

Apesar dos sequestros, o ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Jorge Peirano Facio, passou boa parte do sábado, 1º de agosto, em Punta del Leste, acompanhando visita do chanceler da Costa Rica. Bastian Pinto conseguiu entregar a nota do governo brasileiro apenas ao diretor de Política Exterior, número três na hierarquia da chancelaria uruguaia, Carlos Giambruno, por volta das 15h30¹⁸⁴.

Antes de fazer a entrega da nota ao governo uruguaio, Bastian Pinto leu, por telefone, a mensagem do governo brasileiro para o embaixador dos EUA no Uruguai, Charles Adair, na manhã do dia 1º.

183 Despacho telegráfico 200 da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Montevideú, 1º de agosto de 1970.

184 Telegrama 246 da embaixada do Brasil em Montevideú para a Secretaria de Estado, 1º de agosto de 1970; e ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 73.

Conforme instruído, Bastian Pinto já havia estabelecido contato com Adair na noite do dia anterior.

Ainda no sábado, Bastian Pinto conseguiu conversar, também por telefone, com Peirano Facio. Na conversa, o chanceler uruguaio afirmou que o presidente Areco “está esperando uma proposta efetiva dos sequestradores e que, portanto, não tem fundamento a versão de que a posição oficial deste governo é de não negociar”. Facio pediu o máximo de sigilo, ressaltando que só ele e o presidente tinham conhecimento dessa informação, que seria desconhecida até dos outros ministros uruguaio. Questionou, ainda, a autenticidade do comunicado dos tupamaros, afirmando ter “razões sólidas” para tanto¹⁸⁵.

Peirano Facio não tinha experiência com política externa antes de assumir o cargo de ministro das Relações Exteriores, em abril de 1970. Professor de direito civil e líder empresarial – era presidente do Banco Mercantil –, foi inicialmente nomeado ministro da Indústria e Comércio por Pacheco Areco, em maio de 1968, cargo ao qual renunciou no ano seguinte. Facio ficaria a frente do Ministério das Relações Exteriores por apenas um ano, até abril de 1971.

Desde o princípio, Peirano Facio revelou características que se manteriam ao longo de todo o sequestro, entre as quais a disposição para inflar as expectativas quanto à possibilidade de solução negociada e a transmissão de “informações” claramente equivocadas. Seja por desconhecimento, seja de maneira intencional, o chanceler uruguaio irá, seguidamente ao longo da crise, transmitir informações e avaliações falsas, que tornarão ainda mais complexo o trabalho dos embaixadores do Brasil e dos EUA em Montevidéu, dificultando o entendimento preciso de ambos sobre a posição real do governo uruguaio e os acontecimentos em torno dos sequestros.

Peirano Facio voltou a conversar com Bastian Pinto, no dia seguinte, para informar que havia tentado contato telefônico com o

185 Telegrama 247 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 1º de agosto de 1970.

ministro Gibson Barboza em Washington. Na ocasião, Facio conseguiu conversar somente com o embaixador do Brasil em Washington, Mozart Gurgel Valente¹⁸⁶.

Ainda no sábado, 1º de agosto, o presidente Pacheco Areco conduziu duas reuniões na Residência de Suárez, a residência oficial do presidente do Uruguai, para tratar dos sequestros. Pela manhã, reuniu-se com os ministros das Relações Exteriores, Jorge Peirano Facio, da Defesa, general Cesar Borba, e do Interior, general Antônio Francese, além dos subsecretários das três pastas. De acordo com relatos publicados pela imprensa à época, a maioria dos participantes teria sido contra a abertura de negociações com os tupamaros¹⁸⁷. À tarde, Areco convocou à Residência de Suárez o ministro da Defesa e os comandantes das três Forças.

Na ocasião, o governo uruguaio divulgou que a segunda reunião teria discutido exclusivamente medidas de segurança a serem tomadas após o sequestro. Segundo relatos da embaixada do EUA, no entanto, o adido militar do país em Montevidéu foi informado de que, durante o encontro, os comandantes haviam respaldado a decisão do presidente Areco de não negociar com os tupamaros. Teriam, inclusive, alertado o presidente uruguaio de que, caso o governo decidisse negociar com os tupamaros, haveria “reações” dos militares¹⁸⁸.

No dia seguinte ao sequestro, portanto, o presidente Pacheco Areco já havia decidido não negociar com os tupamaros. A posição contava com, pelo menos, o respaldo da maior parte do Gabinete e com o apoio das Forças Armadas uruguaias e confirmava a postura adotada pelo presidente em todos os sequestros ocorridos até então em seu mandato.

186 Telegrama 249 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 2 de agosto de 1970.

187 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 67.

188 *Ibid.*, p. 76; e RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 38.

Na manhã do domingo, 2 de agosto, o embaixador norte-americano encontrou-se com Peirano Facio e mencionou as notícias de imprensa que informavam que, na reunião com o gabinete no dia anterior, o presidente Pacheco Areco teria tomado a decisão de não negociar com os tupamaros. Facio negou a veracidade das notícias, afirmando que o governo esperava um contato “direto” do MLN-T e que as portas para negociações não estavam fechadas.

No encontro, Adair também entregou nota na qual salientava, em termos similares ao defendido pelo governo brasileiro, que o Uruguai era responsável pela proteção dos representantes estrangeiros no país¹⁸⁹.

Desde o início, a embaixada dos EUA fez uso de todos os seus recursos para obter a libertação de Mitrione, incluindo as gestões diplomáticas de alto nível conduzidas pelo embaixador e os esforços realizados pela missão do Escritório de Segurança Pública – ESP (*Office of Public Safety*) dos Estados Unidos em Montevidéu, pelos adidos militares e, certamente, pela estação da CIA na capital uruguaia.

Os assessores do ESP em Montevidéu, já no dia 31, com Richard Martínez como chefe interino, passaram a supervisionar o trabalho da polícia uruguaia, orientando as atividades de busca e inteligência¹⁹⁰. A embaixada dos EUA também solicitou ao governo norte-americano o envio de mais dois assessores do ESP para colaborar nos esforços de libertação de Mitrione. Com a chegada dos novos assessores, no dia 2 de agosto, a equipe do ESP em Montevidéu passou a contar com cinco profissionais, dois dos quais foram deslocados, permanentemente, para a sede da polícia uruguaia. Em Washington, o Departamento de Estado criou uma força tarefa para acompanhar o sequestro¹⁹¹.

189 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 84-85.

190 *Ibid.*, p. 47.

191 RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 8-9.

No dia 2, a estação de rádio *El Espectador* foi avisada por telefone que o comunicado número 4 dos tupamaros, o segundo sobre os sequestros de Mitrione e Gomide, estava em um banheiro no bar Las Vitaminas, no centro da capital uruguaia. O comunicado exigia a libertação de “todos os presos processados ou condenados por delitos políticos”, que deveriam ser enviados para México, Peru ou Argélia. Informava que Gomide e o juiz Pereyra, que ainda estava sendo “interrogado”, gozavam de boa saúde e que Mitrione estava se recuperando do ferimento. No documento, o MLN-T não estabelecia prazo para o cumprimento das exigências. Os tupamaros também informaram à estação de rádio sobre a existência de outra nota, que eram, na realidade, mensagens de Gomide e Mitrione para suas respectivas esposas. O diplomata brasileiro, na primeira das cinco mensagens que escreveria durante o sequestro, anotou:

Querida Aparecida.

Estou bem, no sentido de que não me golpearam ou feriram. Escrevo mal porque estou sem óculos. Seja forte e tenha fé em Deus. Dizem meus captores que desejam trocar-me por seus colegas presos. Me parece que já se passaram 24 horas. Não posso escrever mais, pois estou cansado e recebi diversas injeções no trajeto e no quarto onde estou. Eles prometem me tratar bem. Esperando e desejando que este assunto termine logo, envio meus beijos a você e às crianças. Rezem por mim. Aloysio.¹⁹²

Diante do sequestro de um diplomata brasileiro no exterior, o governo brasileiro adotou a posição de que a resolução da questão era responsabilidade das autoridades uruguaias, que deveriam negociar com os tupamaros para obter a libertação de Gomide. Em consonância com a postura adotada durante os sequestros de diplomatas estrangeiros no

192 NATIONAL SECURITY ARCHIVE, *Electronic Briefing Book n. 324*, Dirección Nacional de Información e Inteligencia, memoria mensual, agosto de 1970.

Brasil, o governo brasileiro defendeu que a proteção da vida de Gomide tinha prioridade sob outras considerações, inclusive de âmbito interno, das autoridades uruguaias.

O chanceler brasileiro, segundo sua avaliação, agora “defrontava-se com situação inversa: a de procurar convencer um governo estrangeiro a obter a libertação de um diplomata brasileiro sequestrado por terroristas”. A recusa uruguaia em negociar, no entanto, que Gibson posteriormente atribuiu ao “próprio presidente Areco, que assumia a atitude mais dura e intransigente”, colocou o governo brasileiro “diante de uma complexa série de dificuldades”¹⁹³.

Além dos riscos à vida de Gomide, era difícil ao governo brasileiro explicar para a opinião pública a “injusta contradição”, nas palavras de Gibson, entre a disposição de Brasília em fazer por diplomatas estrangeiros o que outros países não estavam inclinados a realizar por funcionários brasileiros. A recusa de Montevideú em negociar com os tupamaros também enfraquecia o governo brasileiro diante de setores de linha dura das Forças Armadas, cada vez mais insatisfeitos com o número crescente de presos que deviam ser exilados a cada novo sequestro. Afinal, poderiam argumentar, por que a “frágil” democracia civil uruguaia podia adotar posição intransigente e o “poderoso” regime militar brasileiro tinha de negociar com terroristas?

O governo dos EUA, que acompanhou de perto as posições do Brasil na crise uruguaia, também registrou as inquietações do chanceler brasileiro, especialmente relativas à sua preocupação com os efeitos internos do sequestro de Gomide. Segundo os documentos norte-americanos, Gibson Barboza avaliou que

seria extremamente difícil justificar para a opinião pública brasileira – ou mesmo para certos elementos do próprio governo brasileiro – o fato de que o Brasil em repetidas ocasiões abriu mão da custódia de grande número de prisioneiros a fim de salvar a vida de diplomatas

193 BARBOZA, *Na diplomacia o traço todo da vida*, p. 251-252.

estrangeiros se, agora que um diplomata brasileiro está em perigo, um governo vizinho e amigo se recusa a fazer o mesmo.¹⁹⁴

Entre os fatores que influenciaram a atuação do governo brasileiro na crise e delinearão suas gestões junto ao governo uruguaio estavam os efeitos negativos da ostensiva pressão alemã por ocasião do sequestro do embaixador von Holleben no Brasil¹⁹⁵. Além disso, o governo brasileiro levou em consideração duas outras questões fundamentais: a situação interna no Uruguai e o equilíbrio geopolítico no Cone Sul.

Em relação ao Uruguai, os sequestros de Gomide e Mitrione tornaram ainda mais evidente a ampla capacidade de atuação dos tupamaros e as dificuldades enfrentadas pelas forças de segurança uruguaias. A aparente fragilidade do governo uruguaio e a crescente percepção de que Areco poderia perder a presidência acabaram por limitar a atuação das autoridades brasileiras. Ainda que Brasília tenha passado a pressionar o governo uruguaio a negociar, o que faria com intensidade crescente ao longo dos primeiros dias de agosto, o regime militar sempre temeu que as pressões brasileiras pudessem ter o efeito contrário, enfraquecendo o presidente Areco e colaborando indiretamente com os tupamaros¹⁹⁶.

O mesmo dilema também influenciou o comportamento de Washington durante a crise. O receio de que o colapso do governo uruguaio pudesse levar ao fortalecimento das forças de esquerda fez com que os EUA moderassem suas pressões sobre Areco. De certo modo, a percepção de fragilidade do governo uruguaio acabou por servir como instrumento de autonomia de Montevideu diante dos dois países mais poderosos da região. O presidente Pacheco Areco, direta ou indiretamente, utilizou com frequência o argumento da fragilidade de sua posição durante a crise, a fim de justificar sua indisposição em negociar com os tupamaros.

194 RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 27.

195 *Ibid.*, p. 27.

196 JORNAL DO BRASIL, 5 de agosto de 1970, p. 8.

Durante o sequestro de Gomide, a atuação do regime militar brasileiro também foi influenciada por considerações geopolíticas, mais especificamente pelo papel exercido pela Argentina na crise.

No início da década de 1970, a Argentina passava por período de profunda instabilidade política, marcado por crescente agitação social, intensificação das ações de grupos guerrilheiros, greves e atividades sindicais. Apenas em 1970, ocorreram cerca de cem ações armadas na Argentina, realizadas por grupos de diversas orientações ideológicas¹⁹⁷. O país vivia a crise da chamada “Revolução Argentina” (1966-1973), período inaugurado com o golpe militar que levou ao poder o general Juan Carlos Onganía, em junho de 1966.

Em meio à instabilidade política e social, o general Onganía foi derrubado pelos comandantes militares em 10 de junho de 1970, poucos dias após a operação montonera que sequestrou e executou o general Aramburu. Na época do sequestro de Gomide, a Argentina era governada pelo general Roberto Marcelo Levingston, que havia assumido a presidência do país semanas antes, em 18 de junho de 1970, em substituição a Onganía¹⁹⁸.

As classes dirigentes argentinas tradicionalmente percebiam o Brasil como um rival. Durante a “Revolução Argentina”, essa percepção foi acentuada por uma crescente preocupação com o acelerado desenvolvimento brasileiro, que se refletia no aumento da influência do país na América do Sul. O crescimento econômico brasileiro e os projetos de desenvolvimento da bacia do Prata e da bacia Amazônica eram vistos como ameaças aos interesses argentinos e como esforços

197 PENA FILHO, O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979), **Revista Brasileira de Política Internacional**, p. 106.

198 Durante o período da “Revolução Argentina”, assumiram a presidência do país os generais Juan Carlos Onganía (28/06/1966 - 08/06/1970), Roberto M. Levingston (18/06/1970 - 22/03/1971) e Alejandro A. Lanusse (23/03/1971 - 25/05/1973).

para promover o predomínio geopolítico do Brasil. O governo argentino do período concebia a utilização dos rios da bacia do Prata, em particular, como um instrumento de poder na disputa geopolítica com o Brasil¹⁹⁹.

Durante o período, a visão argentina sobre o Brasil foi fortemente moldada por uma ótica de cunho geopolítico, fundada no crescente desequilíbrio de poder entre os dois países. As obras sobre geopolítica de militares brasileiros, como o general Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, por exemplo, especialmente por tratar de temas como a projeção do “poder brasileiro” no entorno regional e o “destino” do Brasil como “potência mundial”, tiveram mais impacto nos países vizinhos que no Brasil²⁰⁰.

Nos anos setenta, o principal centro do pensamento geopolítico argentino foi a revista *Estrategia*, criada em 1969 pelo general Juan Enrique Guglielmelli. Os trabalhos publicados pela revista enfatizavam a vulnerabilidade argentina na bacia do Prata, principalmente diante dos projetos hidroelétricos brasileiros; as preocupações com a influência do Brasil no Uruguai, no Paraguai e na Bolívia; as pressões econômicas e populacionais do Brasil e do Chile sobre, respectivamente, Misiones e a Patagônia; e as intenções hostis do Reino Unido no Atlântico Sul²⁰¹.

Além disso, os tomadores de decisão argentinos, muitos deles militares, também percebiam a rivalidade com o Brasil por meio de uma visão que “destacava o ‘subimperialismo brasileiro’ na bacia do Prata e o papel do Brasil, a partir de uma aliança privilegiada com Washington, de gendarme dos EUA na sub-região”²⁰².

Até o início da década de 1960, efetivamente existiu certo equilíbrio de poder entre o Brasil e a Argentina, apesar do progressivo fortalecimento brasileiro e do contínuo declínio econômico relativo

199 MUÑOZ, **História Diplomática Argentina**, p. 397.

200 GARCIA, O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989), **Revista Brasileira de Política Internacional**, p. 25.

201 SANTOS, **Entre o Beagle e as Malvinas**, p. 84-85.

202 RUSSELL e TOKATLIAN, O lugar do Brasil na política externa da Argentina: a visão do outro, **Novos Estudos Cebrap**, p. 81.

argentino. A partir daí, no entanto, a balança passou a inclinar-se sistematicamente em favor do Brasil²⁰³. Em 1930, a economia argentina era o dobro da brasileira. Cinquenta anos depois, a economia brasileira tornara-se quatro vezes maior que a argentina²⁰⁴.

Ainda que fundamentalmente em razão da expansão da economia brasileira, durante o governo Médici o Brasil realmente ampliou, de maneira marcante, sua influência econômica e política sobre o Paraguai e a Bolívia²⁰⁵. O acelerado crescimento econômico e a estabilidade do regime militar brasileiro, especialmente em contraposição às mudanças frequentes na Argentina, fortaleceram a posição do Brasil na bacia do Prata e, paralelamente, aumentaram as sensibilidades argentinas.

Assim, um dos elementos centrais da política externa da Argentina em meados de 1970 era a oposição à ampliação da influência brasileira na América do Sul. Desde o início, o governo argentino vislumbrou no sequestro de Gomide importante oportunidade para fortalecer sua influência em Montevidéu, em detrimento da posição brasileira.

Já no dia seguinte ao sequestro, o governo argentino divulgou que apoiaria o Uruguai caso o país decidisse não negociar com os tupamaros. A atuação argentina era ainda mais facilitada pelo fato de que, em casos semelhantes ocorridos no país, como o sequestro do cônsul paraguaio, o governo da Argentina já havia adotado posição similar à uruguaia e recusado qualquer negociação com os sequestradores.

O presidente Levingston transmitiu a posição argentina em entrevista no dia 1º de agosto, ao afirmar que “não é possível negociar com criminosos que praticam a chantagem como forma de pressão”²⁰⁶. Ainda que relativa à situação no Uruguai, a declaração também era uma crítica indireta à atuação do governo brasileiro durante os sequestros dos diplomatas estrangeiros no Brasil.

203 ITAUSSU, *A balança de poder no Cone Sul*, p. 182.

204 *Ibid.*, p. 31.

205 HURRELL, *The Quest for Autonomy*, p. 245-246.

206 TRIBUNA DA IMPRENSA, 3 de agosto de 1970, p. 2; e ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 69.

Durante todo o período, a Argentina apoiou publicamente e com vigor a decisão uruguaia de não negociar com os tupamaros. Em evidente sinal de apoio, o presidente Levingston reuniu-se com o embaixador uruguaio em Buenos Aires, Julio Lacarte Muro, no dia 3 de agosto. No encontro, as duas autoridades teriam iniciado consultas com o objetivo de encontrar fórmulas para combater a guerrilha urbana na região. O governo argentino divulgou, além disso, que os presidentes dos dois países iriam se encontrar brevemente para discutir a questão da guerrilha urbana²⁰⁷.

Na imprensa argentina, o apoio de Levingston a Pacheco e a aparente proximidade entre os dois mandatários foi vista como sinal do fortalecimento da presença da Argentina na região²⁰⁸. O governo uruguaio, por sua vez, procurou escorar-se no apoio prestado por Buenos Aires para contrabalançar as pressões exercidas por Brasília.

Durante o período em que Mitrione permaneceu sequestrado, o embaixador norte-americano em Montevideu, Charles Adair, manteve dois encontros com o presidente Pacheco Areco e um com o vice-presidente Alberto Abdala. No primeiro encontro com Areco, na manhã do dia 3 de agosto, Adair questionou o presidente uruguaio sobre a posição do governo e a disposição em negociar com os tupamaros. Ao menos durante esse primeiro encontro, Areco não rechaçou diretamente a possibilidade de negociações, evitando, assim, assumir postura abertamente intransigente, que pudesse ser posteriormente responsabilizada pelo destino dos reféns.

Na ocasião, Areco afirmou que os tupamaros pretendiam chantagear toda a nação uruguaia e não haviam se preocupado em estabelecer comunicação com o governo. Acrescentou que faria todo o

207 O ESTADO DE S. PAULO, 5 de agosto de 1970, capa; e LA VANGUARDIA, 5 de agosto de 1970, p. 13.

208 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 69.

possível para conseguir a libertação dos reféns, mas não o “impossível”. Avaliou que as demandas do MLN-T eram claramente irracionais e que o grupo parecia, justamente, querer o impossível. Por essa razão, especulou que a demanda pela libertação de todos os tupamaros presos era apenas o primeiro movimento e que o MLN-T faria outros, menos extremos.

Segundo o presidente uruguaio, nesse momento as maiores responsabilidades em torno da resolução do sequestro estavam com as forças policiais do país. Assim, antecipou ao embaixador dos EUA que, em algumas horas, o Ministério do Interior, que controlava a polícia uruguaia, divulgaria um comunicado com a posição do governo²⁰⁹.

A posição do governo uruguaio, passados três dias dos sequestros de Gomide e Mitrione, ainda não havia sido claramente exposta, nem publicamente, nem mesmo nas conversas reservadas com os diplomatas estrangeiros. Havia, assim, grande expectativa sobre a divulgação do comunicado do Ministério do Interior. Na capital uruguaia, circulavam diversos boatos, e predominava a interpretação de que o governo estava dividido e não sabia com clareza que rumo tomar.

O comunicado do Ministério do Interior, divulgado por volta da 1 hora da tarde do dia 3 de agosto, ao contrário do que Areco havia sugerido ao embaixador norte-americano, não deixava dúvidas de que o governo uruguaio não tinha a menor intenção de negociar com os tupamaros a libertação dos dois estrangeiros sequestrados. O comunicado, dirigido à população do país, argumentava que não existiam presos políticos no Uruguai e que os tupamaros detidos eram criminosos comuns, sob a responsabilidade da Justiça uruguaia. O poder executivo não podia, portanto, autorizar a libertação de presos sem violar a Constituição e as demais leis do país.

De acordo com a nota, aqueles que defendiam a troca não levavam em consideração os sacrifícios feitos pelas forças policiais. O documento

209 RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 34-35; e ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 102-103.

garantia, ainda, que a “polícia e o exército continuarão de maneira patriótica combatendo a delinquência e defendendo a liberdade e a tranquilidade”²¹⁰.

O comunicado emitido pelo Ministério do Interior causou enorme preocupação no Brasil. No mesmo dia, o presidente Médici voltou a reunir-se com o ministro interino das Relações Exteriores, Carvalho e Silva, para tratar do sequestro²¹¹. Na noite do dia 3, o governo Médici divulgou a primeira nota oficial do governo brasileiro sobre a captura de Gomide. O texto salientou, em referência implícita às convenções de Viena, que o Uruguai tinha a obrigação de proteger Gomide:

O governo brasileiro manifestou oportunamente ao governo do Uruguai sua profunda apreensão pelo sequestro, a 31 de julho último, do cônsul Aloisio Dias Gomide, praticado por elementos terroristas, e expressou sua confiança nas providências do governo uruguaio no sentido de dar cumprimento aos princípios internacionais que regulam a proteção dos agentes diplomáticos e consulares por parte do Estado onde estão acreditados.

O governo brasileiro permanece confiante em que o governo uruguaio assegurará ao cônsul Aloisio Dias Gomide o direito à vida, à integridade física, e à liberdade.²¹²

Em Montevideú, o chanceler uruguaio ligou para o embaixador brasileiro, às 17h30, para dizer, de maneira pouco crível, que o comunicado do Ministério do Interior “destinava-se exclusivamente à polícia e demais órgãos subordinados aquele Ministério e não compromete o poder executivo”. Segundo Facio, a chancelaria ainda aguardava a decisão do poder executivo sobre o sequestro²¹³.

Ao assegurar que ainda era possível uma solução negociada, o chanceler uruguaio, provavelmente em uma tentativa de apaziguar o

210 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 105-106; FOLHA DE S. PAULO, 4 de agosto de 1970, p. 4; e ABC, 5 de agosto de 1970, p. 19.

211 JORNAL DO BRASIL, 5 de agosto de 1970, p. 8.

212 FOLHA DE S. PAULO, 4 de agosto de 1970, p. 5.

213 Telegrama 255 da embaixada do Brasil em Montevideú para a Secretaria de Estado, 3 de agosto de 1970.

governo brasileiro, contribuía, uma vez mais, para dificultar avaliação precisa da embaixada brasileira sobre a real posição do governo de Montevideú.

Entretanto, já na noite do próprio dia 3, Bastian Pinto avaliou, corretamente, que a exigência de libertar todos os presos políticos era “absurda” e de difícil solução, inclusive do ponto de vista legal, pois implicaria ação coordenada dos três poderes uruguaios. Segundo o embaixador, a libertação dos presos representaria o “fracasso definitivo” do governo no combate ao terrorismo e “teria repercussão imprevisível” entre as Forças Armadas²¹⁴.

O governo norte-americano também reagiu de maneira negativa à nota do Ministério do Interior, entendendo que dificultava solução negociada para o impasse. Além disso, apesar de ter antecipado a divulgação da nota, como visto, Pacheco transmitiu sinais diferentes sobre seu conteúdo ao embaixador norte-americano.

Instruído pelo Departamento de Estado, Adair solicitou ao chanceler Peirano Facio, ainda no dia 3, que, a partir de então, qualquer medida do governo uruguaio sobre o sequestro fosse comunicada à embaixada norte-americana antes de ser divulgada. Peirano Facio respondeu que deveria consultar o presidente Areco e, no dia seguinte, disse a Adair que não podia prometer avisá-lo previamente de todas as medidas²¹⁵.

Ainda na tarde do dia 3 de agosto, o núncio apostólico em Montevideú, Augustín Sepinski, convocou a imprensa e ofereceu-se como mediador para superar a crise e obter a libertação dos sequestrados. Sepinski exortou os tupamaros a abandonar os métodos violentos e a libertar os reféns²¹⁶. O oferecimento de Sepinski cumpria, pela primeira vez, com o acordo secreto entre o Departamento de Estado e o Vaticano

214 Telegrama 257 da embaixada do Brasil em Montevideú para a Secretaria de Estado, 3 de agosto de 1970.

215 RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 36; e ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 113 e 133.

216 ALDRIGHI, *op. cit.*, p. 109.

alcançado após o sequestro do embaixador Elbrick no Brasil²¹⁷. Durante a crise de agosto, o papa Paulo VI enviou mensagem, veiculada pelas rádios uruguaias, pedindo clemência aos tupamaros²¹⁸.

No dia 2, na presença de Gomide, Dan Mitrione foi longamente interrogado por um grupo de tupamaros, dois dos quais falavam inglês. De acordo com um tupamaro, não houve nenhuma preparação, nem havia um plano sobre o que obter do norte-americano²¹⁹. De modo geral, o diálogo revela que os tupamaros tinham conhecimento muito limitado sobre as funções e a relevância da posição de Mitrione no combate ao MLN-T. A conversa foi gravada pelos tupamaros e, em 6 de setembro de 1970, o grupo enviou cópias do interrogatório para cinco órgãos de imprensa em Montevideú²²⁰.

Os tupamaros fizeram perguntas em termos gerais sobre o trabalho de Mitrione no Brasil e no Uruguai e sobre sua relação com a CIA e o FBI, além de exigirem os nomes dos três outros assessores norte-americanos do ESP na capital uruguiaia. Mitrione, depois de alguma relutância, concordou em fornecer os nomes dos três assessores. Afirmou ter muitas informações sobre o FBI, observando que tinha realizado curso na instituição e que a “organização é muito aberta”. Negou, com relativa veemência, ter qualquer relação com a CIA²²¹.

Mitrione também foi questionado sobre a situação no Uruguai e sua opinião sobre os tupamaros, bem como sobre sua expectativa quanto à reação dos EUA ao seu sequestro. O norte-americano procurou apresentar seu trabalho como de assessoramento profissional e técnico, sem envolvimento com a repressão interna e, principalmente, rejeitando

217 Vide p. 50.

218 THE NEW YORK TIMES, 10 de agosto de 1970, capa e p. 11.

219 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 91-99.

220 Telegrama da embaixada dos EUA em Montevideú para o Departamento de Estado, 7 de setembro de 1970.

221 ALDRIGHI, *op. cit.*, p. 91-99.

o uso de métodos violentos. Em alguns momentos, os sequestradores fizeram ameaças veladas, como quando trataram, por exemplo, do assassinato do policial Héctor Morán Charquero:

*No nos gusta matar para nada, pero lo haremos si es necesario, y matamos a Morán Charquero con una sonrisa. Sabíamos que hacíamos algo que nuestros compañeros agradecerían. Era un torturador. Hay muchos y los vamos a matar a todos.*²²²

Ainda que a nota do Ministério do Interior tenha deixado claro que o governo uruguaio não pretendia negociar a troca de presos tupamaros pelos reféns estrangeiros, a situação em Montevideu continuou nebulosa. A capital era assolada por boatos e informações falsas, e a ausência de qualquer manifestação pessoal do presidente Pacheco Areco contribuía para que muitos questionassem a real posição do governo na crise.

Para piorar, declarações favoráveis a negociações feitas pelo vice-presidente Alberto Abdala e por funcionários do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai reforçaram a ideia de que o governo estaria dividido em torno do tema. Logo após o comunicado do Ministério do Interior, por exemplo, o diretor do Departamento de Política Exterior da chancelaria, Carlos Giambruno, afirmou à imprensa que a nota não expressava exatamente o sentimento do governo e que a decisão final seria tomada em 48 horas²²³. O subsecretário de Relações Exteriores, Américo Ricaldoni, por sua vez, de forma ainda menos clara, declarou que a nota expressava a posição do poder executivo, mas não refletia a opinião do governo. Por outro lado, no mesmo dia 3, o secretário da Presidência, Héctor Giorgi, afirmou que a nota expressava a posição

222 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 97.

223 THE NEW YORK TIMES, 4 de agosto de 1970.

do governo e demonstrava claramente a decisão de Pacheco Areco em não negociar²²⁴.

Nesse quadro, a nota do Ministério do Interior, que expunha com clareza a oposição do governo a qualquer negociação, foi relativizada por atores importantes. Parte da imprensa, diplomatas brasileiros e norte-americanos e os próprios tupamaros consideravam que a nota refletia a posição do ministro do Interior, general Antonio Francese, que controlava as forças policiais uruguaias. De acordo com essa avaliação, o governo Areco estaria dividido sobre como lidar com os sequestros²²⁵. Por essa razão, segundo análise de parte da imprensa uruguaia e internacional, não havia qualquer comunicação oficial – isto é, um pronunciamento de Areco – cinco dias após o sequestro²²⁶.

A ausência de pronunciamento de Pacheco Areco, portanto, foi interpretada como forte indício de divisão no interior do governo uruguaio. Para esse entendimento também contribuíram, ao longo dos primeiros dias de agosto, declarações pouco claras do chanceler e nitidamente pró-negociações com os tupamaros do vice-presidente.

Para a maior parte dos analistas, o vice-presidente, Alberto Abdala, e o ministro das Relações Exteriores, Jorge Peirano Facio, seriam os representantes da facção que defenderia a negociação com os tupamaros. O general Francese, por sua vez, o único integrante do gabinete do falecido presidente Gestido ainda no governo, retratado nas páginas dos jornais como a eminência parda do regime, seria o principal expoente da linha dura.

O vice-presidente era, efetivamente, favorável à abertura de negociações com o MLN-T, defendendo a necessidade de um entendimento mais amplo e a concessão de anistia aos tupamaros para a “pacificação” do Uruguai. Abdala, que pareceu acreditar que tal

224 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 111.

225 LESSA, *La revolución imposible*, p. 154.

226 Matéria de capa da edição de 5 de agosto de 1970 do *Jornal do Brasil*, por exemplo, informava sobre o anunciado pronunciamento de Pacheco Areco, sob o título: “Uruguai deve fixar hoje posição sobre sequestro”.

postura lhe abriria caminho à presidência, chegou a informar aos líderes tupamaros presos em Punta Carretas, por intermédio de emissários, que, em caso de renúncia de Pacheco, iria propor uma anistia²²⁷.

A posição real do ministro das Relações Exteriores, Jorge Peirano Facio, e da chancelaria uruguaia, em geral, é menos clara. Facio foi, durante os sequestros, o principal encarregado dos contatos com os representantes dos governos do Brasil e dos EUA. Por essa razão, estava naturalmente mais inclinado a manifestar opiniões que mitigassem as pressões exercidas por esses países, em consonância com o desejo de Bastian Pinto e de Adair por uma solução de compromisso que resultasse na libertação dos reféns. Como visto, em algumas ocasiões, atuando como anteparo para as pressões exercidas pelos dois governos, Peirano Facio acabou alimentando falsamente as esperanças de negociações dos diplomatas dos dois países. Em outras, intencionalmente ou não, transmitiu informações disparatadas que não tinham nenhuma relação com o que de fato ocorria.

Na chancelaria uruguaia, além de Ricaldoni e Giambruno, o diretor-geral da chancelaria uruguaia, Joaquín Constanzo, fez diversas declarações ao longo da crise que sugeriam a possibilidade de diálogo com os tupamaros. Aparentemente, Giambruno e Constanzo realmente apoiavam a negociação com os tupamaros com o objetivo de obter a libertação de Gomide e Mitrione. Por essa razão, Constanzo teria sido, posteriormente, objeto de retaliação dos militares, que o destituíram do cargo de embaixador em Berna em 1974²²⁸. Durante a crise, os dois diplomatas mantiveram contatos frequentes com a imprensa internacional, inclusive brasileira, e seus pontos de vista foram amplificados.

De qualquer forma, ainda que estivessem mais dispostos a uma posição pró-negociações, nem Abdala, nem Facio – e muito menos os diplomatas – tinham força real no governo uruguaio. Os dois políticos

227 BLIXEN, *Sindic*, p. 191.

228 *Ibid.*, p. 237-238.

não faziam parte do círculo de confiança de Areco. Abdala, em particular, representava uma facção minoritária do Partido Colorado e estava de relações virtualmente rompidas com Areco, que não se ausentava mais de dois dias do Uruguai para não ter de passar o cargo para o vice. Durante a crise causada pelos sequestros de Gomide e Mitrione, Abdala foi excluído de todas as decisões importantes do governo sobre o tema²²⁹.

De fato, a decisão de não negociar, divulgada pela nota do Ministério do Interior, foi tomada já no dia seguinte ao sequestro, nas reuniões realizadas no Palácio Suárez entre o presidente Areco e os ministros mais importantes de seu gabinete, além dos comandantes das três Forças. A decisão, além de coerente com a postura do presidente durante os sequestros já ocorridos em seu mandato, correspondia ao desejo de Areco e ao anseio da liderança das Forças Armadas uruguaias.

229 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 108 e 122.

Capítulo 6

“Un espía norteamericano” e “una dictadura de carniceros” (dias 4, 5 e 6 de agosto)

Com o prolongamento do sequestro de Gomide e sem que houvesse indícios concretos de que Montevideú se dispunha sequer a dialogar com os tupamaros, o governo brasileiro passou a adotar, gradativamente, uma série de medidas a fim de mostrar sua insatisfação e induzir o governo uruguaio a negociar a libertação do diplomata.

Por determinação do presidente Médici, no dia 3 de agosto, o Brasil decidiu adiar a entrega de aeronaves brasileiras ao Uruguai, anteriormente prevista para a primeira semana do mês. De acordo com a instrução transmitida à embaixada brasileira em Montevideú, “essa providência foi tomada a fim de se aguardar o esclarecimento e solução do sequestro do cônsul Gomide”²³⁰.

Brasília também instruiu Bastian Pinto, no dia 6 de agosto, a comunicar ao chanceler Peirano Facio que, em razão do sequestro de Gomide, o Itamaraty havia solicitado o adiamento da reunião de chanceleres da Bacia do Prata, marcada para o dia 12 de agosto, em Assunção²³¹. Gibson Barboza anunciou, no próprio dia 6, que não iria

230 Despacho telegráfico 202 da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Montevideú, 3 de agosto de 1970.

231 Despacho telegráfico 217 da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Montevideú, 6 de agosto de 1970.

participar da reunião. Logo após o anúncio, o encontro, que reunia os ministros das Relações Exteriores de Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia e Paraguai, foi suspenso²³².

A Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) tinha sede em Montevidéu, e o governo brasileiro também passou a exercer pressões no âmbito do organismo. O Itamaraty solicitou, em agosto de 1970, a suspensão de todas as reuniões da ALALC a serem realizadas na capital uruguaia. Até o dia 25, haviam sido suspensos, após o pedido do Brasil, a reunião da Comissão Mista da Carne e o Encontro de Peritos em Estatísticas²³³.

A missão do Brasil junto à ALALC também sugeriu que, no caso de as autoridades uruguaias se recusarem a negociar com os sequestradores, o governo brasileiro poderia anunciar que avaliava proposta de modificação do Tratado de Montevidéu, com o objetivo de transferir a sede da organização para outra capital. A justificativa, sem mencionar diretamente o sequestro de Gomide, seria a incapacidade do estado uruguaio de fornecer proteção ao pessoal diplomático²³⁴. Como forma de pressionar o governo uruguaio, a ideia foi efetivamente ventilada à imprensa, que reportou a existência de rumores de que o Brasil pediria a transferência da sede da ALALC de Montevidéu, sob a alegação de que a cidade não teria condições de segurança para sediar o organismo²³⁵.

O agravamento da crise em torno dos sequestros, por outro lado, também ampliou a percepção da fragilidade da posição do presidente Pacheco Areco. Durante a primeira semana de agosto, por exemplo, alguns relatos indicavam que o presidente uruguaio avaliava a possibilidade de apresentar sua renúncia²³⁶. Outros rumores eram ainda mais assertivos, apontando que Areco renunciaria à presidência e que

232 A 1ª Reunião de chanceleres da Bacia do Prata, ocorreu em fevereiro de 1967 em Buenos Aires. O encontro pretendia promover iniciativas que levassem ao desenvolvimento da infraestrutura física de transporte, integrando a região. CERVO, **Relações Internacionais da América Latina**, p. 316.

233 FOLHA DE S.PAULO, 26 de agosto de 1970, p. 5.

234 Telegrama da missão do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 3 de agosto de 1970.

235 JORNAL DO BRASIL, 11 de agosto de 1970, p. 3; e VEJA, 19 de agosto de 1970, p. 36.

236 RONFELDT, **The Mitrione Kidnapping in Uruguay**, p. 56.

o vice-presidente, Alberto Abdala, iria negociar com os tupamaros²³⁷. A imprensa internacional repercutia a visão de que Pacheco era um presidente enfraquecido, que poderia perder o cargo a qualquer momento. O enviado especial do jornal espanhol *La Vanguardia*, por exemplo, avaliou que, em caso de execução dos reféns, o presidente uruguaio provavelmente cairia²³⁸.

Em relação ao MLN-T, além do sentimento amplamente difundido pela imprensa, a percepção sobre a fragilidade de Areco também foi, em grande parte, fruto dos contatos que a direção tupamara tinha com políticos do Partido Nacional que, efetivamente, desejavam a saída do presidente colorado.

A percepção generalizada de que a situação de Pacheco Areco era delicada e de que o presidente poderia cair a qualquer momento, bem como a visão da força dos tupamaros, acabou funcionando em favor do mandatário uruguaio. Importantes atores, como os governos do Brasil e dos EUA, evitaram, ao longo da crise, tomar decisões que enfraquecessem Areco, justamente em função do receio de que pudessem ampliar a instabilidade uruguaia e beneficiar os tupamaros. Com isso, a avaliação de que o enfraquecimento de Areco poderia favorecer os tupamaros também serviu como freio à intensificação das pressões brasileiras sobre o Uruguai.

O Estado de S. Paulo reproduziu, no dia 5, avaliação de “autoridade da mais alta responsabilidade do Itamaraty” segundo a qual qualquer iniciativa mais “afoita” do Brasil poderia agravar as relações com o Uruguai, colocando em risco não apenas a vida de Gomide, como também “a normalidade da vida política uruguaia”²³⁹. O *Jornal do Brasil* também salientou que o governo brasileiro tinha em mente a possibilidade de que pressões sobre o governo Areco poderiam ter consequências

237 VEJA, 19 de agosto de 1970, p. 34.

238 LA VANGUARDIA, 5 de agosto de 1970, p. 14.

239 O ESTADO DE S. PAULO, 5 de agosto de 1970, p. 7.

incontroláveis no Uruguai, com resultados não necessariamente favoráveis ao Brasil²⁴⁰.

No dia 4 de agosto, o presidente Pacheco Areco enviou mensagens, em termos similares, aos presidentes do Brasil e dos Estados Unidos, assegurando que estava empenhado em solucionar os sequestros de Gomide e Mitrione. A curta mensagem para Médici afirmou:

Desejo fazer chegar ao senhor presidente, em meu nome pessoal e no do meu governo, nossa mais completa solidariedade nestes momentos difíceis, assegurando-lhe a firme determinação de empregar todos os meios a nosso alcance para superar o lamentável episódio e obter a mais rápida liberação do funcionário diplomático Aloysio Mares Dias Gomide.²⁴¹

No mesmo dia, Médici enviou resposta a Areco, na qual agradeceu a mensagem e, em particular, a disposição do presidente uruguaio em “empregar todos os meios a seu alcance”, para resolver o sequestro. Na breve mensagem, Médici mencionou duas vezes o tema:

Muito agradeço a Vossa Excelência o telegrama em que me expressa sua solidariedade e assegura a firme determinação de seu governo de empregar todos os meios a seu alcance para obter a rápida liberação do cônsul do Brasil em Montevidéu. Transmito a Vossa Excelência, em meu nome e no de toda a nação brasileira, a expressão de nossa confiança de que o governo uruguaio, fiel às suas tradições, tudo fará para garantir a segurança e a integridade do cônsul Aloysio Mares Dias Gomide.²⁴²

A mensagem de Pacheco, após a intransigência expressa na nota do Ministério do Interior, pareceu reabrir a possibilidade de solução

240 JORNAL DO BRASIL, 13 de agosto de 1970, p. 3.

241 JORNAL DO BRASIL, 5 de agosto de 1970, p. 8.

242 JORNAL DO BRASIL, 5 de agosto de 1970, p. 8.

negociada para a libertação de Gomide. Segundo essa avaliação, era fundamental o trecho em que Pacheco assegurava estar disposto a empregar todos os meios ao seu alcance para a resolução da crise, o que, na visão do governo brasileiro, implicava a eventual libertação de tupamaros presos. Fontes do Itamaraty citadas pela imprensa brasileira afirmaram que a mensagem de Areco havia tranquilizado o Ministério das Relações Exteriores. Segundo a fonte, “entende-se agora que a nota do Interior teve apenas intenção de uma satisfação de ordem interna, mas não uma posição do governo uruguaio que configurasse um ato de política externa”²⁴³.

De acordo com o entendimento de Montevidéu, no entanto, a libertação de presos estaria “fora do alcance” do presidente uruguaio, já que equivaleria à violação da Constituição e das leis uruguaias por aquele que seria o principal responsável por assegurar a manutenção do estado de direito no país. Para o presidente uruguaio, portanto, não havia contradição entre a promessa de fazer “tudo o que estava a seu alcance” e a recusa de negociar a libertação de tupamaros.

Fortalecendo ainda mais a percepção causada no Itamaraty pela mensagem de Pacheco Areco, na tarde do dia 4, em Montevidéu, Peirano Facio declarou sobre o tema da negociação com os sequestradores que “ainda não há definição do poder executivo e não se terá nas próximas horas”. No mesmo dia, o jornal uruguaio *El Debate*, ligado ao Partido Nacional, de oposição, publicou afirmação de Giambruno de que a nota do Ministério do Interior refletia posição daquela pasta, e não do poder executivo²⁴⁴.

A postura da chancelaria uruguaia, provavelmente em parte destinada a evitar acusações de intransigência e a desviar as pressões internacionais sofridas pelo país, colaborou, dessa maneira, para dificultar o entendimento do que realmente se passava no interior do governo uruguaio.

243 O ESTADO DE S. PAULO, 5 de agosto de 1970, p. 7.

244 FOLHA DE S.PAULO, 5 de agosto de 1970, p. 3.

A fragmentação do cenário político uruguaio igualmente contribuiu para dificultar a compreensão dos acontecimentos, com diferentes facções partidárias atuando de forma independente. Setores do Partido Nacional, por exemplo, realmente trabalharam pela queda de Pacheco Areco²⁴⁵. No dia 4, os deputados do Partido Nacional Alberto Gutierrez e Luis Salgado apresentaram projeto de lei ao Congresso uruguaio que concedia anistia aos tupamaros. O projeto não tinha chance de ser aprovado sem o apoio do Partido Colorado, já que precisava do voto favorável de 50 deputados, além de estar sujeito ao veto do poder executivo²⁴⁶. Apesar disso, era clara demonstração de que havia apoio político para o diálogo com os tupamaros.

Por volta das 21h30 da noite do dia 4 de agosto, o juiz Pereyra Manelli foi libertado com novo comunicado dos tupamaros, o de número 5, dirigido ao presidente do Tribunal Superior de Justiça, Hamlet Reyes. O comunicado ratificou as exigências tupamaras expressas nas mensagens anteriores, além de afirmar que Gomide estava com boa saúde e que Mitrione se recuperava. Declarou, ainda, que as acusações contra Manelli foram comprovadas pelas próprias palavras do juiz, gravadas pelos tupamaros. Apesar disso, o comunicado acrescentou que Manelli foi libertado para “cumprir com a palavra empenhada”, em provável referência à promessa feita à esposa do magistrado durante a captura do juiz.

A libertação de Manelli com o comunicado foi, em parte, destinada a aumentar a pressão sobre o presidente Areco, solapando a argumentação frequentemente utilizada pelas autoridades uruguaias de que não teria havido nenhuma comunicação direta dos tupamaros com o governo. Os tupamaros também procuraram estabelecer diálogo direto com o poder

245 BLIXEN, *Sendic*, p. 191.

246 JORNAL DO BRASIL, 5 de agosto de 1970, p. 8.

judiciário, em esforço para contornar e enfraquecer Areco. Reyes, no entanto, por volta das 23h do dia 4, entregou o comunicado tupamaro na sede da polícia em Montevidéu²⁴⁷.

No dia seguinte, 5 de agosto, por determinação de Pacheco Areco, o secretário da Presidência, Héctor Giorgi, concedeu coletiva de imprensa na qual reiterou que a posição do governo em relação aos sequestros estava expressa, clara e definitivamente, na nota do Ministério do Interior divulgada dois dias antes e negou a existência de qualquer divisão governamental em relação ao tema. Giorgi afirmou também que qualquer funcionário do executivo que discordasse da decisão de não negociar com os tupamaros podia apresentar sua demissão²⁴⁸.

Areco estava preocupado não apenas com a percepção, amplamente divulgada pela imprensa, de que seu governo estaria dividido em relação aos sequestros, mas também com a visão de que não tinha controle sobre seus próprios ministros. Após as declarações de Giorgi, poucos integrantes do governo voltaram a defender publicamente a possibilidade de negociações com o MLN-T, e nenhuma autoridade uruguaia entregou o cargo²⁴⁹.

No início da madrugada da quinta-feira, 6 de agosto, os tupamaros enviaram à estação de rádio Universal o comunicado número 6, que iria ampliar significativamente a crise em torno dos sequestros. O documento apresentava, pela primeira vez, prazo para o governo responder favoravelmente às exigências do MLN-T: meia noite do dia 7 de agosto. Ainda de acordo com o comunicado, o governo teria até a meia-noite da terça-feira, dia 11 de agosto, para satisfazer as demandas.

247 NATIONAL SECURITY ARCHIVE, *Electronic Briefing Book n. 324*, Dirección Nacional de Información e Inteligencia, memoria mensual, agosto de 1970.

248 EL DIARIO, 7 de agosto de 1970, p. 15; FOLHA DE S.PAULO, 7 de agosto de 1970, p. 15; e ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 156.

249 RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 14.

Em caso de recusa do governo, o texto não mencionava que os reféns seriam executados, mas que “se faria justiça”²⁵⁰.

O comunicado, que foi censurado na imprensa brasileira, afirmava, ainda, que Gomide era representante de uma “ditadura de carneiros que triturou e assassinou centenas de patriotas brasileiros em seus calabouços e institucionalizou o assassinato policial por meio do macabro esquadrão da morte”. Mitrione era acusado de ser um espião dos EUA infiltrado nos organismos de segurança uruguaios, que proporcionou “armas mortíferas para a repressão do povo uruguaio”, além de ser representante de “uma potência que massacrou povos inteiros no Vietnã, República Dominicana e outros”. A mensagem dizia, ainda, que mais de 150 patriotas uruguaios estavam presos e cerca de dez já haviam sido assassinados “por lutar por um país no qual a fábrica seja do operário, a terra daquele que a cultiva e haja igualdade e liberdade para todos”²⁵¹.

O estabelecimento de um prazo representou importante mudança na posição do MLN-T, não apenas em relação aos casos de Gomide e Mitrione, como também em relação aos sequestros anteriores. Na concepção do “Plano Satã”, Huidobro defendia manter os reféns sequestrados por um longo período, com o objetivo de ampliar o desgaste do governo. No próprio dia 5, a liderança tupamara presa em Puntas Carretas enviou mensagem para a direção do MLN-T, na qual defendia que o impasse beneficiava politicamente o movimento, no marco de uma estratégia de desgaste (“*hostigamiento*”) do governo. Redigida por Jorge Manera Lluveras, a carta afirmava que os líderes presos sempre julgaram que a operação seria de longo prazo e que, com o tempo, poderiam surgir novas formas, favoráveis aos tupamaros, de superar o impasse²⁵².

Aparentemente, o estabelecimento do prazo e o endurecimento da posição do MLN-T foram uma resposta à recusa do governo em negociar

250 “*En caso de no haber pronunciamiento positivo damos por concluido el caso y haremos Justicia*”. Ver anexo I: Comunicados do MLN-T.

251 NATIONAL SECURITY ARCHIVE, **Electronic Briefing Book n. 324**, Dirección Nacional de Información e Inteligencia, *memoria mensual*, agosto de 1970.

252 ALDRIGHI, **La intervención de Estados Unidos en Uruguay**, p. 145-147.

após a libertação de Manelli. Além disso, a decisão também teria sido consequência da avaliação de que a posição do presidente uruguaio era extremamente frágil e sua queda estava próxima. Com o prazo, o MLN-T procurava exacerbar as tensões no interior do governo uruguaio e dificultar ainda mais a posição de Areco.

O governo brasileiro reagiu com extrema preocupação ao estabelecimento de um prazo para o cumprimento das exigências, tendo em vista, sobretudo, que o comunicado número 6 dava a entender que tanto Gomide quanto Mitrione seriam objetos da “justiça revolucionária”. O jornal *The New York Times*, por exemplo, ainda na edição do dia 8 de agosto, avaliava que os tupamaros iriam executar tanto Mitrione quanto Gomide²⁵³.

Peirano Facio comunicou-se com Bastian Pinto no dia 6, por volta das 17 horas, para afirmar que o comunicado dos tupamaros com o prazo “parece autêntico”. Aparentemente procurando tranquilizar Bastian Pinto, o chanceler uruguaio também declarou ter “elementos para crer” que a expressão “faremos justiça”, empregada no comunicado, “não significa o assassinato dos sequestrados”. De forma menos tranquilizadora, Peirano Facio reiterou, ainda, que a posição do governo uruguaio não foi modificada pelo comunicado²⁵⁴.

No mesmo dia, Bastian Pinto relatou um “clima de tensão” na embaixada e de “quase pânico” entre o corpo diplomático. Segundo a comunicação, que revela o estado de incerteza na representação, outro diplomata da embaixada teria sido vítima de tentativa de sequestro no próprio dia 31²⁵⁵.

253 THE NEW YORK TIMES, 8 de agosto de 1970.

254 Telegrama 272 da embaixada do Brasil em Montevideú para a Secretaria de Estado, 6 de agosto de 1970.

255 Telegrama 268 da embaixada do Brasil em Montevideú para a Secretaria de Estado, 6 de agosto de 1970.

Diante da recusa do governo uruguaio em negociar com os tupamaros, os jornais brasileiros, que circulavam amplamente no Uruguai, passaram a intensificar as críticas à postura intransigente de Pacheco Areco. Em resposta, o presidente uruguaio promulgou decreto proibindo a circulação de seis jornais brasileiros, com base na alegação de que as publicações utilizavam a palavra “tupamaro” e, portanto, violavam as leis do país. Apesar de as publicações terem usado o termo e circulado normalmente nos dias anteriores, no dia 6 de agosto a polícia uruguaia confiscou, nos postos de fiscalização da fronteira e em bancas de jornais, todos os exemplares dos periódicos *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Correio do Povo*, *Folha da Manhã* e *Folha da Tarde*²⁵⁶.

Alguns dias depois, os exemplares das revistas brasileiras *Manchete* e *Fatos e Fotos* também foram apreendidas em Montevideú, novamente sob a alegação de utilizarem a palavra “tupamaro”²⁵⁷.

O comunicado número 6 também ampliou ainda mais as preocupações do governo norte-americano com o destino de Mitrione. O embaixador Charles Adair receava, acima de tudo, a inexistência de qualquer canal de comunicação entre o governo uruguaio e o MLN-T. Em sua avaliação, o governo deveria estabelecer um modo de dialogar com os tupamaros e fazer uma contraproposta à exigência de libertação de todos os presos ligados à organização.

Adair trabalhou freneticamente no dia 6 para encontrar um caminho que levasse à libertação de Mitrione. Pela manhã, reuniu-se com o núncio apostólico no Uruguai, que reiterou sua oferta de mediação e indagou sobre a posição dos EUA na crise. Adair agradeceu a oferta, frisou que considerava extremamente importante a abertura de canal

256 JORNAL DO BRASIL, 7 de agosto de 1970, p. 8; FOLHA DE S.PAULO, 7 de agosto de 1970, p. 4; e ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 174.

257 JORNAL DO BRASIL, 14 de agosto de 1970, p. 3.

de comunicação com os tupamaros e manifestou sua preocupação com o tempo perdido, principalmente depois do prazo estabelecido pelos tupamaros. Por fim, solicitou ao núncio que pedisse pessoalmente a Pacheco Areco pela abertura de canais de comunicação com os guerrilheiros, ressaltando a “importância vital” da medida. Sepinski evitou comprometer-se, mas afirmou que consultaria outros integrantes do corpo diplomático sobre a questão, a começar pelos embaixadores do Brasil e do Chile, com quem se reuniria em algumas horas²⁵⁸.

À tarde, Adair manteve novo encontro com o chanceler Peirano Facio. No dia anterior, Adair havia levado ao chanceler diversas sugestões feitas pelo governo norte-americano, incluindo o oferecimento de recompensa para informações que levassem aos reféns, a distribuição de cartazes com fotos de tupamaros procurados e uma declaração pública de Areco ou outra autoridade uruguaia solicitando o apoio da população. No encontro do dia 6, Peirano Facio confirmou que o governo uruguaio iria oferecer recompensa e que seria estabelecido um novo número telefônico para receber denúncias, com o intuito de contornar as suspeitas populares de infiltração tupamara na polícia. O ministro das Relações Exteriores afirmou, também, que havia sido aceita a sugestão de pronunciamento e que o presidente estava, naquele momento, preparando a declaração. Segundo o chanceler, o pronunciamento não se afastaria das posições expressas na nota do Ministério do Interior do dia 3.

Efetivamente, no próprio dia 6, o ministro do Interior anunciou o oferecimento de recompensa de um milhão de pesos, o equivalente a 25 mil dólares em valores atualizados, para qualquer informação que levasse à captura de tupamaros²⁵⁹. No dia 10 de agosto, a comunidade brasileira, com autorização do Ministério do Interior, ofereceu mais um milhão de pesos, dobrando a quantia inicialmente prometida²⁶⁰.

258 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 162-163.

259 FOLHA DE S.PAULO, 7 de agosto de 1970, capa.

260 JORNAL DO BRASIL, 11 de agosto de 1970, p. 3.

No encontro com Peirano Facio, Adair transmitiu sua grave preocupação com a ausência de mecanismos de comunicação entre o governo e os tupamaros e pressionou o chanceler sobre a disposição do governo em libertar prisioneiros, qualquer que fosse o número, em troca de Mitrione e Gomide. Peirano Facio não afirmou que o governo se recusava a libertar presos, mas defendeu que deveria haver certa “paridade” na troca. Tranquilizou Adair sobre a comunicação com os tupamaros, afirmando que existiam muitos canais que poderiam ser utilizados, especialmente por intermédio do vice-presidente Alberto Abdala, e sugeriu que Adair deveria encontrar-se com ele o quanto antes²⁶¹.

O embaixador norte-americano imediatamente tratou de obter encontro com Abdala, com quem se reuniu algumas horas depois. *A posteriori*, o relato de Adair revela o quanto o vice-presidente estava isolado no governo e quão pouca informação efetivamente possuía sobre a situação. Naquele momento, no entanto, suas afirmações contribuíram para tornar ainda mais difícil uma clara apreciação da crise e da atuação do governo uruguaio.

Durante o encontro com o embaixador norte-americano, o vice-presidente avaliou que a nota do Ministério do Interior tinha sido um erro, acrescentando que o chanceler, que não teria sido consultado, pensou em renunciar ao cargo. Segundo ele, o MLN-T não teria intenção real de executar os reféns e que, de qualquer modo, Gomide estaria em posição mais difícil, já que existiam suspeitas de que era “agente da inteligência brasileira”. Abdala sugeriu, ainda, que Mitrione podia não estar ferido e que os tupamaros teriam inventado a história para exercer maior pressão sobre os governos do Uruguai e dos EUA. Finalmente, deu a entender, na percepção de Adair, que estaria disponível como canal de comunicação com o MLN-T, caso a embaixada julgasse necessário²⁶².

261 RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 39; e ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 166-167.

262 RONFELDT, *op. cit.*, p. 40-41.

Ao que tudo indica, na realidade, Abdala não possuía nenhum contato efetivo com os tupamaros. De acordo com o próprio Peirano Facio, Abdala tinha apenas um bom relacionamento com um militar da reserva cuja filha era tupamara²⁶³.

Depois dos encontros com o chanceler e com o vice-presidente, o embaixador norte-americano preparou-se para se reunir com o presidente Pacheco Areco. Adair entregaria, ao presidente uruguaio, mensagem do presidente Richard Nixon.

Pouco antes do encontro com o embaixador dos EUA, por volta das 9h30 da noite do dia 6, Pacheco Areco realizou seu primeiro pronunciamento à imprensa após os sequestros. O pronunciamento era não apenas o primeiro desde o início da crise, mas também o primeiro feito à imprensa desde sua assunção à presidência, em dezembro de 1967²⁶⁴. No discurso, Areco repetiu os argumentos de que os sequestros eram questão policial, apesar do envolvimento de cidadãos estrangeiros. Reiterou que seu “dever supremo” era respeitar a ordem jurídica do país, o que, conseqüentemente, impedia qualquer libertação de tupamaros em troca dos reféns. Nas palavras do presidente uruguaio:

Este tema, no obstante sus connotaciones internacionales, porque los ciudadanos víctimas de esta acción criminal no son ciudadanos uruguayos, por su naturaleza es un tema de estricta competencia policial. De ahí la explicación de que la voz del poder ejecutivo en esta instancia se haya expresado a través del comunicado del Ministerio del Interior que cobró estado público y con cuyo texto, por razones obvias, estoy absolutamente consubstanciado.

Quiero que mi pueblo comprenda en estos momentos la responsabilidad que pesa sobre mis hombros, que entienda que frente a esta ola de violencia cruel

263 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 169-170.

264 *Ibid.*, p. 176.

*que agrade al Continente, llegando también a nuestro democrático, estable y pacífico Uruguay; que frente a esta pena inmensa que me aflige por la angustia de las víctimas de este episodio, por la congoja y la desesperación de sus familias frente a la incertidumbre, siento, como presidente de todos los orientales, el supremo deber de sostener la vigencia del estado de derecho, la vigencia de la institucionalidad, la vigencia de los fueros intangibles de la justicia legítima, que es la sola que puede juzgar y condenar, y la presencia viva en la escena internacional de mi patria como un país respetuoso de la organización jurídica, y auténticamente soberano.*²⁶⁵

Em ocasiões posteriores, além de argumentar que a decisão de não negociar com os tupamaros era uma consequência de seu respeito às leis e à Constituição uruguaia, Areco também acenou para o tema da responsabilidade internacional do país, avaliando que qualquer concessão iria estimular outros sequestros na América Latina, em franca oposição à postura adotada anteriormente pelo governo brasileiro.

Ademais, em conversas privadas, o presidente e outros integrantes do governo uruguaio alegaram que não teriam poder para negociar com os sequestradores, diante da firme oposição dos comandantes militares. Pacheco Areco, que desde o início de sua presidência tinha se oposto a qualquer negociação com o MLN-T, também não acreditava que os tupamaros iriam realmente executar um refém, algo que jamais tinham feito²⁶⁶.

Meia hora após o pronunciamento, Adair reuniu-se com o presidente uruguaio para entregar a mensagem de Richard Nixon. No encontro, seguindo instruções de Washington, o embaixador dos EUA tentou convencer Pacheco Areco a dialogar com os guerrilheiros.

Em sua mensagem, Nixon afirmou que o governo e o povo dos EUA estavam “profundamente preocupados” com o sequestro e com o

265 ABC, 8 de agosto de 1970, p. 23.

266 LESSA, *La Revolución Imposible*, p. 148.

prolongamento “da detenção da vítima ferida”. O presidente dos EUA agradeceu a disposição de Pacheco Areco em utilizar todos os meios a seu dispor para obter a libertação de Mitrione, conforme mensagem do mandatário uruguaio enviada no dia 4 de agosto – similar àquela enviada ao presidente Médici no mesmo dia. Expressou, ainda, confiar que o presidente do Uruguai não se negaria a nenhuma ação que possa assegurar o retorno a salvo de Mitrione o mais breve possível. Nixon, da mesma forma que Médici, destacou a disposição de Areco em “utilizar todos os meios possíveis”, o que, em sua visão, também incluía o diálogo com os tupamaros e a libertação de presos²⁶⁷.

Além da ordem para entregar a mensagem de Nixon, o despacho telegráfico instruiu Adair a salientar a grave preocupação da Casa Branca e do Departamento de Estado com a situação, bem como utilizar o exemplo do Brasil, que aceitou demandas dos sequestradores em caso similares²⁶⁸.

O caso brasileiro deveria ser levantado em linha com a argumentação utilizada pelo subsecretário de Assuntos Interamericanos do Departamento de Estado, John Crimmins, em encontro com o embaixador do Uruguai em Washington, Hector Luisi, realizado na capital norte-americana, no dia 4²⁶⁹. Na ocasião, o representante uruguaio mencionou que o Brasil tinha sido capaz de negociar com os sequestradores por ter um governo mais forte e coeso. Crimmins observou que, na verdade, o governo brasileiro enfrentou dificuldades internas consideráveis, mas concordou com as demandas, tendo em vista “seu respeito pela vida humana” e o reconhecimento de suas obrigações relativas a representantes diplomáticos estrangeiros. Frisou, ainda, que

267 RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 41-42; e ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 171-172.

268 NATIONAL SECURITY ARCHIVE, *Electronic Briefing Book n. 324*, despacho telegráfico do Departamento de Estado para a embaixada dos EUA em Montevideú, 6 de agosto de 1970.

269 RONFELDT, *op. cit.*, p. 41.

a opinião pública brasileira tinha reagido favoravelmente à postura do governo²⁷⁰.

Durante o encontro com Pacheco Areco, Adair ressaltou que o governo norte-americano estava gravemente preocupado com a situação e que havia muito pouco tempo para estabelecer canais de comunicação com os tupamaros e evitar uma tragédia. Salientou que o Uruguai possuía antigas tradições democráticas, humanitárias e de respeito à vida e que o governo deveria demonstrar atitude mais responsável que os tupamaros. Avaliou que a “troca de pontos de vista” com os tupamaros poderia resultar em redução das exigências, de forma a satisfazer as necessidades do governo uruguaio, que demonstraria, ao mesmo tempo, firmeza e respeito às tradições humanitárias do país.

Pacheco, após ler lentamente a carta de Nixon por diversas vezes, disse ao embaixador norte-americano que se “sentia encantado em recebê-la”. Afirmou compartilhar da preocupação do presidente dos EUA e que iria consultar Peirano Facio antes de uma resposta formal. Salientou que não via na carta nenhum esforço para pressionar o governo uruguaio e perguntou se o documento seria divulgado. Adair respondeu que não sabia e que iria verificar o quanto antes. Areco solicitou que a carta não fosse divulgada, pois poderia ser utilizada por aqueles que querem criar a impressão de que existem dificuldades entre os governos dos EUA e do Uruguai. Segundo ele, uma má interpretação poderia apontar para “pressão do governo dos EUA sobre o Uruguai, para forçá-lo a fazer o que não é possível perante nossas normas constitucionais”.

O presidente uruguaio assegurou que ninguém podia dizer que os canais de comunicação com o MLN-T estavam fechados ou que não existiam. Pelo contrário, o governo e os tupamaros “trocaram publicamente seus pontos de vista”. Manifestou, ainda, dúvidas em relação à real disposição do MLN-T em executar os reféns.

270 RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 37-38.

Pacheco também rebateu a comparação entre a posição de seu governo e a postura adotada pelo Brasil durante os sequestros em território brasileiro. O presidente afirmou estar “plenamente consciente das medidas tomadas pelo Brasil”, mas ressaltou que os dois governos “são de natureza completamente diferente”. Segundo Areco, “[n]o Brasil, os militares são o órgão supremo do estado. No Uruguai, eu sou presidente da República e não tenho poderes para me impor aos outros poderes do estado”²⁷¹.

O governo dos EUA seguiu, essencialmente, duas linhas de ação durante o sequestro de Mitrione. Por um lado, os assessores norte-americanos procuraram ajudar as forças de segurança uruguaias a localizar o cativo de Mitrione. Em algumas ocasiões, conselhos de caráter técnico sobre como lidar com o sequestro foram transmitidos pelo próprio embaixador Adair. Por outro, o governo dos EUA pressionou insistentemente o governo uruguaio a dialogar com os tupamaros e conseguir a libertação do funcionário norte-americano, a despeito de a posição pública do governo dos EUA ser contrária às negociações.

Em nota à imprensa divulgada no próprio dia 6 de agosto, por exemplo, o Departamento de Estado declarou que o governo norte-americano não pode pressionar outros governos a aceitar demandas de terroristas, para não incentivar novos sequestros²⁷².

A posição dos EUA em relação ao sequestro de Mitrione foi muito semelhante à postura que o país adotou por ocasião do sequestro do embaixador Charles Elbrick no Brasil. Nas duas oportunidades, os EUA adotaram um discurso de respeito à soberania e apoio às decisões do país onde ocorreu o sequestro, paralelamente a uma forte pressão realizada

271 RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 42-44; e ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 177-181.

272 ALDRIGHI, *op. cit.*; p. 172.

em caráter particular, com gestões para que fossem usadas quaisquer medidas necessárias para a libertação do refém.

No Uruguai, o embaixador Charles Adair foi o principal responsável pela execução dos esforços dos EUA pela libertação de Mitrione. Adair manteve um ritmo frenético de encontros com autoridades uruguaias, nos quais foram visíveis seus esforços para convencê-los tanto a adotar as medidas recomendadas pelos especialistas norte-americanos quanto a dialogar com os tupamaros.

Ainda na noite da quinta-feira, dia 6 de agosto, três padres católicos uruguaios concederam entrevista à imprensa, durante a qual realizaram apelo para que o governo Médici libertasse presos políticos no Brasil em troca de Gomide²⁷³. O embaixador Bastian Pinto informou acreditar que os religiosos, “da linha esquerdista da Igreja”, tiveram contato prévio com os sequestradores²⁷⁴.

A essa altura, o embaixador do Brasil já havia realizado reunião com os adidos militares, durante a qual se tratou da possibilidade de evacuação de familiares e funcionários não indispensáveis das representações brasileiras em Montevidéu, caso a situação continuasse a se deteriorar. Após a reunião, Bastian Pinto solicitou autorização de Brasília para atualizar o plano de retirada dos brasileiros da cidade²⁷⁵.

Diante do prazo estabelecido pelos tupamaros, Maria Aparecida Gomide enviou, no dia 6, carta ao presidente Médici, na qual demonstrava sua ampla inquietude com a situação. O texto da mensagem foi reproduzido pelos principais jornais brasileiros:

273 EL DIARIO, 7 de agosto de 1970, p. 15.

274 Telegrama 278 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 7 de agosto de 1970.

275 Telegrama 260 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 4 de agosto de 1970.

Senhor Presidente Garrastazu Médici.

Transcorridos já seis dias de angustiosa espera, desde que meu querido marido foi sequestrado, no meu nome e de meus seis filhos, bem como no nome de minha sogra, depositamos em Deus e em Vossa Excelência toda a esperança que ainda nos resta.

Este é um pedido de uma mãe, esposa e filhos desesperados.

Quero também que o transmita a sua excelentíssima esposa, Dona Scyla, que é mãe e, tenho certeza, compreende a nossa aflição.²⁷⁶

Capítulo 7

O mais longo dos dias (dia 7 de agosto)

Em agosto de 1970, mesmo em meio à mobilização sem precedentes das forças de segurança uruguaias na busca dos cativeiros de Gomide e Mitrione, o MLN-T realizou diversas ações armadas em Montevideu. No dia 6, comandos tupamaros assaltaram duas agências bancárias na capital uruguaia. Na agência do Banco Mercantil del Río de la Plata, quatro tupamaros roubaram cerca de quatro milhões de pesos após renderem o agente policial e furtarem sua arma. Na sucursal do Banco La Caja Obrera, três integrantes do grupo levaram cerca de dois milhões de pesos.

Até o final de agosto, os tupamaros roubariam uma agência do Banco de Crédito e outra do Banco de Cobranzas no dia 19, mais uma agência do Banco de Cobranzas no dia 21 e a loja de conveniência “El Mago” no dia 24²⁷⁷. Para facilitar a ação na loja, alguns integrantes do grupo entraram no estabelecimento sob o disfarce de agentes policiais à procura de um dos funcionários, que seria “suspeito de ser tupamaro”.

277 NATIONAL SECURITY ARCHIVE, *Electronic Briefing Book n. 324*, Dirección Nacional de Información e Inteligencia, memoria mensual, agosto de 1970.

Após a gerência da loja fechar o estabelecimento e reunir, solicitamente, todos os funcionários, os tupamaros anunciaram o roubo²⁷⁸.

A polícia uruguaia estimou que apenas os seis assaltos realizados em agosto na capital uruguaia renderam ao grupo cerca de 12,5 milhões de pesos, o equivalente a 316 mil dólares em valores atuais²⁷⁹. Na tentativa de interromper a onda de assaltos, o governo uruguaio determinou, no final do mês, o fechamento temporário de 58 agências bancárias em Montevidéu²⁸⁰.

Para o MLN-T, além dos recursos financeiros arrecadados nos assaltos, as ações serviam para ressaltar a força do grupo guerrilheiro e a fragilidade do governo. Mostravam que os tupamaros conseguiam não apenas operar com as forças de segurança em alerta máximo, mas também manter reféns e conduzir diversas ações de razoável complexidade em curto espaço de tempo.

No dia 7 de agosto, uma semana após os sequestros de Gomide e Mitrione, uma série de acontecimentos iria agravar, dramaticamente, a crise uruguaia. Na manhã daquela sexta-feira, três policiais ingressaram em um centro de pesquisa do Ministério da Agricultura e Pecuária do Uruguai, nos arredores de Montevidéu, em busca de Claude Fly, técnico agrícola norte-americano de 65 anos. Fly era especialista em solos, tinha trabalhado no Departamento de Agricultura dos EUA até 1963 e havia sido contrato diretamente pelo governo uruguaio no âmbito de programa de assistência bilateral financiado pela USAID, a agência norte-americana de cooperação internacional.

278 PUNTO FINAL, 27 de outubro de 1970, p. 10 e 11.

279 NATIONAL SECURITY ARCHIVE, **Electronic Briefing Book n. 324**, Dirección Nacional de Información e Inteligencia, *memoria mensual*, agosto de 1970.

280 FOLHA DE S.PAULO, 25 de agosto de 1970, p. 5.

Os policiais afirmaram que haviam sido enviados para garantir a segurança de Fly e foram conduzidos até o técnico norte-americano. Fly desconfiou dos policiais, que tentaram convencê-lo a acompanhá-los para fora do centro de pesquisa. Nesse momento, os policiais, na realidade tupamaros disfarçados, anunciaram o sequestro e conduziram o norte-americano sob a mira de armas até a caminhonete que os aguardava, com outro militante, na entrada do centro de pesquisa. Os quatro guerrilheiros partiram levando Fly, seguidos por um segundo veículo com mais dois tupamaros, que dava cobertura ao sequestro²⁸¹.

O sequestro de mais um cidadão norte-americano ampliou consideravelmente o ambiente de crise no Uruguai. No mesmo dia, a polícia e o exército uruguaios foram colocados em estado de emergência. As férias, licenças e dias livres foram suspensos, e as forças de segurança receberam ordens de aquartelamento. No dia seguinte, a imprensa internacional divulgou a notícia de que 80 agentes do FBI haviam chegado à capital uruguaia para colaborar com a polícia do país²⁸².

Ainda no dia 7, as forças de segurança do Uruguai realizaram enorme operação de busca no Hospital das Clínicas, o maior do país, que ocupava um prédio de 21 andares e tinha, naquele momento, cerca de 1500 pacientes internados. Durante quatro horas, 400 militares e policiais uruguaios procuraram em vão por Gomide e Mitrione nas dependências do hospital. A operação foi realizada por sugestão dos assessores norte-americanos do ESP e com base nas suspeitas da polícia uruguaia, em razão dos conhecimentos médicos demonstrados pelos tupamaros nas mensagens sobre o ferimento de Mitrione e da notória participação de estudantes de medicina no movimento²⁸³.

No Hospital das Clínicas, efetivamente trabalhava como enfermeiro o tupamaro Juan Espinosa, em cuja residência funcionava o cativo de Dan Mitrione. Ao deixar o hospital, algumas horas depois da saída dos

281 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 189.

282 LA VANGUARDIA, 8 de agosto de 1970, p. 13.

283 RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 9.

militares, Espinosa verificou que seu carro tinha sido roubado e foi até uma delegacia dar queixa do ocorrido. Algum tempo depois, a polícia ligou para a residência de Espinosa, onde era mantido Mitrione, para avisar que o carro tinha sido encontrado²⁸⁴.

Também no dia 7 de agosto, a direção do MLN-T, formada por Raúl Sendic, Efraín Martínez Platero, Lucas Mansilla e Alberto Jorge Candán Grajales, manteria reunião às 12h, para discutir a evolução dos acontecimentos e as implicações da captura de Fly. Além disso, a despeito do ultimato contido no comunicado número 6, é muito provável que o encontro da direção tenha sido marcado também para decidir o que fazer com os sequestrados. A reunião, realizada em residência situada na esquina das ruas Almeria e Yaco, em Montevideu, contaria, ainda, com a participação das tupamaras Alicia Rey e Graciela Jorge, “fantasmas” da direção, isto é, eventuais substitutas dos líderes tupamaros em caso de prisão ou morte.

A residência, com dois andares, havia sido alugada quatro meses antes por Candán e pela tupamara Edith Moraes, que fingiram ser um casal de regresso da Argentina. No local também residia, provisoriamente, o tupamaro Asdrúbal Pereira, que nunca saía da residência nem sabia exatamente onde estava. Às 7h da manhã, Candán deixou o local para supervisionar o sequestro de Fly. Uma hora depois, após ouvir barulho de garrafas, Edith Moraes entreabriu a porta da residência, esperando atender o entregador de leite, que passava todas as manhãs nesse mesmo horário. Foi rendida e presa, junto com Asdrúbal Pereira, por um grupo de cinco policiais uruguaios.

Os dirigentes tupamaros deveriam observar duas medidas de segurança antes de ingressar na residência: um sinal na janela e uma

284 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 212-213.

ligação telefônica que deveria ser respondida por uma senha. Durante a manhã, Edith Moraes conseguiu colocar, sem ser notada, o vaso na janela que indicava perigo e, aproveitando-se de outro descuido dos policiais, atirou o aparelho telefônico pela janela²⁸⁵.

A “fantasma” Graciela Jorge fez diversas chamadas telefônicas à residência e, em todas, ouviu sinal de ocupado. Graciela, no entanto, atribuiu o problema à chuva e ao vento forte e prosseguiu até o local, sem reparar no sinal de perigo na janela. Ao bater a porta, foi rendida pelos policiais.

Pouco tempo depois, Candán Grajales notou o sinal na janela e resolveu, à distância, confirmar a segurança do local. Enquanto caminhava, foi reconhecido pelo comissário Hugo Campos Hermida, escondido nas proximidades, que lhe deu voz de prisão. Candán reagiu com tiros e, no tiroteio que se seguiu, foi ferido no joelho e rapidamente retirado do local por policiais.

Martinez Platero não sabia das medidas de segurança, dirigiu-se diretamente à residência e foi preso. Alicia Rey, por sua vez, não reparou no alerta na janela e também foi rendida ao bater a porta. Raúl Sendic, o mais importante líder tupamaro, chegou de ônibus e presenciou a captura de Candán. Sendic correu imediatamente à residência para armar-se e reunir ajuda para resgatar Candán. Foi preso ao chegar, sete anos depois de entrar na clandestinidade.

Por mais descuidada que tenha sido a reação de Sendic diante das circunstâncias, um grupo de tupamaros já havia efetivamente resgatado um guerrilheiro recém-capturado por uma patrulha, rendendo dois policiais. Naquele momento, a crença na capacidade militar dos tupamaros era tão significativa que, durante a operação na rua Almeria, os próprios policiais temeram uma tentativa de libertação da liderança do MLN-T no momento da retirada dos presos da residência.

285 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 187-188.

Ainda menos afortunados foram os tupamaros Raúl Bidegain, comandante militar da coluna do interior, e Diego Picardo, outro “fantasma” da direção. Os dois tupamaros não conheciam o local, nem sabiam da reunião, mas foram presos em bloqueio policial estabelecido à frente da residência, na rua Yaco, quando dirigiam-se para um encontro com Lucas Mansilla. Mansilla foi o único membro da direção do MLN-T que conseguiu escapar, depois de perceber movimentação estranha nos arredores²⁸⁶.

Para Huidobro, a prisão da direção tupamara foi fruto de longo trabalho de inteligência policial, que, segundo outros, foi reforçado pela delação de um vizinho²⁸⁷. Martínez Platero, por outro lado, acreditava que a informação sobre a residência, bem como parte das libras esterlinas obtidas na operação na casa dos irmãos Mailhos, tenha sido fornecida pelo tupamaro Amodio Perez aos policiais, em troca de tratamento privilegiado²⁸⁸. Perez, que havia sido preso em junho de 1970, passou a colaborar integralmente com a polícia em 1972.

A prisão de três dos quatro integrantes da direção e de três suplentes deixou o MLN-T sem seus líderes mais importantes em momento crucial. A captura da direção tupamara também deu grande alento às esperanças do governo uruguaio de resolver os sequestros pela via policial e fortaleceu ainda mais a intransigência governamental.

As aspirações das autoridades foram reforçadas pela recuperação, durante a operação policial, do anel de Gomide e dos passaportes de Fly e Mitrione. Os objetos, no entanto, de pouco serviram diante da recusa dos líderes tupamaros em fornecer qualquer informação e da persistente alegação de que desconheciam o paradeiro dos reféns. A polícia uruguaia, ademais, misturou todos os objetos encontrados, no apartamento e separadamente com os dirigentes presos, e não sabia

286 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 191-195.

287 BLIXEN, *Sendic*, p. 198.

288 ALDRIGHI, *op. cit.*, p. 197.

efetivamente quem estava com o anel e com os passaportes durante a captura²⁸⁹.

Nas ruas, os tupamaros não recebiam o que os dirigentes diriam espontaneamente, mas temiam a possibilidade de que fossem torturados. Já na tarde do dia 7, a nova direção do MLN-T, reconstituída por Lucas Mansilla, enviou à polícia o comunicado número 7, no qual ameaçava executar os reféns caso Sendic e os outros presos tupamaros fossem torturados. Deixado em um bar próximo à sede da polícia, o comunicado não foi tornado público.

No dia seguinte, os tupamaros divulgaram o comunicado número 8, que foi recolhido por jornalistas de uma estação de rádio, avisada pelos guerrilheiros, em um bar no centro da cidade. No texto, reforçavam a mensagem do comunicado anterior, informando que os reféns estavam vivos, mas que o tratamento que receberiam dependeria do que a polícia fizesse com a liderança tupamara presa. As ameaças dos tupamaros aparentemente surtiram efeito. Os líderes presos foram apresentados à imprensa, no próprio dia 8, e não foram maltratados²⁹⁰.

De fato, o governo uruguaio planejou utilizar o chamado “soro da verdade” nos líderes tupamaros presos para conseguir informações sobre a localização dos reféns. O “soro da verdade” era, na realidade, o medicamento pentotal, uma droga anestésica, que era aplicada nas veias do paciente, normalmente como primeira fase de anestesia geral. No período, a droga foi usada no interrogatório de presos políticos por forças de segurança de diversos países da América Latina, já que levava a estado de enfraquecimento da vontade e da resistência física.

O medicamento, no entanto, possuía várias contraindicações, era arriscado para a vítima, e o efeito de torpor desejado era difícil de se obter sem fazer com que o preso perdesse completamente a consciência²⁹¹. Por essas razões, o Uruguai apelou ao governo argentino, que concordou

289 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 194.

290 *Ibid.*, p. 214.

291 PUNTO FINAL, 1º de setembro de 1970, p. 19; e FON, *Tortura*, p. 75.

com o envio de dois “especialistas” na aplicação do medicamento, sob a condição de que a operação permanecesse em sigilo. Os policiais argentinos, que chegaram a Montevideu no dia 8 de agosto, foram, no entanto, surpreendidos pelo vazamento da informação sobre a missão. A imprensa uruguaia publicou a notícia com destaque, e os policiais se recusaram a aplicar a droga, retornando para Buenos Aires logo após acompanharem um interrogatório de Sendic²⁹².

Durante o dia 7 de agosto, agências de notícias internacionais e a imprensa uruguaia publicaram, pela primeira vez, matérias sobre a movimentação militar brasileira na fronteira entre os dois países. A agência Reuters, por exemplo, afirmou que uma brigada do exército brasileiro estava em estado de alerta na fronteira em razão do sequestro, e o uruguaio *El País* também divulgou que forças do III Exército se mobilizavam na fronteira norte do Uruguai²⁹³.

Nesse cenário, e especialmente em razão do comunicado tupamaro divulgado no dia anterior, que estabelecia o prazo para o cumprimento das demandas, as autoridades brasileiras mantiveram, durante todo o dia 7, intensa e dramática comunicação com o governo do Uruguai.

O ministro Gibson Barboza convocou o embaixador uruguaio, Adolfo Folle Martinez, que residia no Rio de Janeiro, ao Palácio Itamaraty, em Brasília. No encontro com o embaixador uruguaio, realizado na tarde do dia 7, Gibson ressaltou que esperava que o Uruguai adotasse a mesma posição que o Brasil tinha tomado diante de situação semelhante, isto é, negociação e libertação de presos em troca do fim do sequestro. De acordo com informações publicadas pela imprensa, Gibson teria ameaçado com a anulação de todos os acordos bilaterais e

292 RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 18.

293 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 218-219.

com o rompimento das relações caso o governo uruguaio não negociasse com os tupamaros²⁹⁴.

Além disso, após o ultimato tupamaro, o governo brasileiro também decidiu enviar nova mensagem do presidente Médici a Pacheco Areco. Na mensagem, redigida em termos firmes, Médici manifestou profunda preocupação com a falta de solução para o sequestro e reiterou o apelo para que o mandatário uruguaio não poupasse esforços para conseguir a libertação de Gomide:

Transcorrida uma semana desde o sequestro do cônsul do Brasil em Montevidéu, crime que viola os mais elementares princípios de humanidade, sem que tenha sido ainda encontrada solução para o caso, Vossa Excelência compreenderá que não posso deixar de reiterar-lhe, interpretando o sentimento unânime da nação brasileira, as expressões de minha mais profunda preocupação.

Diante da sinistra e criminoso ameaça que paira agora sobre a vida do cônsul Aloysio Mares Dias Gomide, circunstância que inquieta e comove o governo e o povo brasileiro, permito-me formular urgente apelo a Vossa Excelência no sentido de que não sejam poupados esforços a fim de se encontrarem meios para preservar a vida e a incolumidade do diplomata brasileiro e restituir-lhe, sem tardança, a liberdade.

Certo de que o governo de Vossa Excelência dará a este apelo a consideração que corresponde às fraternas relações entre os nossos dois povos, renovo a Vossa Excelência a manifestação da minha confiança em que será empreendida ação pronta e eficaz que conduza a termo feliz este grave e lamentável episódio.²⁹⁵

A mensagem de Médici foi entregue pessoalmente pelo embaixador Bastian Pinto ao presidente Areco, às 13h15 da tarde do dia 7. O encontro foi o primeiro entre o embaixador brasileiro e o presidente uruguaio desde o sequestro de Gomide. Durante toda a manhã, Pacheco esteve

294 LA VANGUARDIA, 8 de agosto de 1970, p. 13.

295 FOLHA DE S.PAULO, 8 de agosto de 1970, capa.

reunido com os ministros da Defesa, do Interior e com os chefes da Polícia e da Casa Militar, para acompanhar a operação na rua Almeria²⁹⁶.

Após ler a nota de Médici, Pacheco disse a Bastian Pinto compreender a posição do presidente brasileiro, mas reiterou a decisão de não negociar com os tupamaros. Areco, em comparação explícita com a situação brasileira, justificou a decisão como consequência natural do sistema democrático uruguaio, que o obrigaria a respeitar as leis do país e a autonomia dos poderes. Além disso, o presidente uruguaio sinalizou não ser capaz de impor aos militares uruguaios eventual decisão favorável ao início de negociações com os guerrilheiros.

De acordo com o relato de Bastian Pinto:

Entreguei às 13h15, mensagem do presidente Médici ao presidente Pacheco Areco o qual depois de a ler disse: que posso dizer? Falou depois durante cerca de dez minutos. Disse que compreendia o dever do presidente Médici de neste momento enviar-lhe mensagem nestes termos. Disse esperar que se compreendesse que ele é apenas uma peça na engrenagem governamental e que não é dono do país, que não é dono da população, não é dono do governo e, sobretudo, não é dono das Forças Armadas.²⁹⁷

Ao tomar conhecimento da resposta do presidente uruguaio, Gibson enviou despacho telegráfico à embaixada em Montevideu, ainda no próprio dia 7, no qual instruiu Bastian Pinto a contatar o chanceler Peirano Facio e, em primeiro lugar, dar-lhe conhecimento tanto do teor da mensagem de Médici quanto da resposta de Pacheco²⁹⁸. Bastian deveria, em seguida, transmitir a Peirano Facio que o chanceler brasileiro, diante das circunstâncias, temia que poderia acontecer “o pior” com Gomide e que, nesse caso “não pode o governo brasileiro

296 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 208.

297 Telegrama 280 da embaixada do Brasil em Montevideu para a Secretaria de Estado, 7 de agosto de 1970; LESSA, *La Revolución Imposible*, p. 156; e VILLALOBOS, *Tiranos, tremei!*, p. 78.

298 A ordem é indicio da fragilidade da posição de Peirano Facio, que, nas graves circunstâncias, sequer acompanhou o encontro entre o presidente uruguaio e o embaixador do Brasil.

ocultar sua extrema preocupação com o caráter que poderá tomar a reação popular no Brasil”²⁹⁹.

O embaixador brasileiro transmitiu as mensagens de Gibson ao chanceler uruguaio, em encontro realizado às 18h30 do mesmo dia. Facio, em resposta, afirmou a Bastian Pinto que “dava a devida importância às palavras” do chanceler brasileiro, mas que, “naquele momento”, o governo uruguaio não estava em condições de alterar sua posição e negociar com os tupamaros. Facio fez avaliação otimista da operação na rua Almeria, afirmando que, com a prisão “dos principais chefes terroristas”, esperava que se estivesse muito perto dos sequestradores. Por fim, em caráter estritamente pessoal, Peirano Facio confidenciou ao embaixador brasileiro que “teria preferido não encontrar-se agora nesta posição a qual foi, no entanto, inevitável”³⁰⁰.

A instrução do chanceler para que o embaixador brasileiro transmitisse o receio com a natureza da reação popular no Brasil, além de contribuir para pressionar o governo uruguaio e ressaltar a gravidade da situação, também refletia a insatisfação real da população brasileira. Desde o sequestro de Gomide, diversas manifestações de protesto haviam sido realizadas em frente à embaixada do Uruguai no Rio de Janeiro. Além disso, ameaças foram feitas tanto contra a embaixada quanto contra cidadãos uruguaio em geral. Em razão das frequentes manifestações e ameaças, a embaixada uruguaia já havia recebido reforço da proteção policial³⁰¹.

O próprio embaixador uruguaio no Brasil, Folle Martínez, recebeu ligação telefônica com ameaças. Segundo a chamada, se o presidente Areco não mudasse de posição, seriam tomadas medidas de represálias

299 Despacho telegráfico 224 da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Montevéu, 7 de agosto de 1970; LESSA, *La Revolución Imposible*, p. 156; e VILLALOBOS, *Tiranos, tremel!*, p. 76.

300 Telegrama 283 da embaixada do Brasil em Montevéu para a Secretaria de Estado, 7 de agosto de 1970; e VILLALOBOS, *Tiranos, tremel!*, p. 77.

301 TRIBUNA DA IMPRENSA, 8 e 9 de agosto de 1970, p. 2; FOLHA DE S. PAULO, 9 de agosto de 1970, p. 5; e JORNAL DO BRASIL, 12 de agosto de 1970, p. 5.

contra familiares de diplomatas uruguaios. No mesmo dia, a família de Martínez foi enviada de volta ao Uruguai³⁰².

A essa altura, o embaixador brasileiro em Montevideú dava mostras claras de cansaço e da tensão a que estava submetido nos últimos sete dias. Em análise enviada a Brasília na tarde do dia 7, para demonstrar o grau de “dissolução” das instituições uruguaias, afirmou poder informar “com segurança” que o juiz Pereira Manelli, recentemente libertado, “era membro do grupo terrorista dos tupamaros”. O sequestro de Manelli teria sido uma farsa, e o sistema judiciário uruguaio estaria “todo infiltrado”³⁰³.

A informação equivocada transmitida por Bastian Pinto revela, também, o ambiente excepcionalmente instável, permeado de boatos e rumores, que prevalecia na capital uruguaia no dia 7 de agosto. A multiplicidade de atores envolvidos, no interior do governo uruguaio, na comunidade internacional e entre os tupamaros, sem falar da imprensa, dos partidos políticos e de atores sociais, como a Igreja, dificultavam sobremaneira uma apreciação clara dos acontecimentos.

Poucas horas depois, Bastian Pinto encaminhou novo telegrama, no qual realizou análise dramática da situação uruguaia, afirmando: “não sei o que poderá acontecer nas próximas horas: muito se fala num golpe de estado, para o qual várias correntes vêm pressionando o presidente”. Bastian Pinto, no entanto, considerava que Areco poderia não ter força suficiente para promover um golpe e que, caso levasse a cabo uma ruptura constitucional, “não dispunha de poder suficiente para manter o país em ordem”³⁰⁴.

Paralelamente aos esforços junto ao governo uruguaio, Bastian Pinto também participou de outras iniciativas com o objetivo de encontrar alternativas para a resolução da crise. Às 12h do dia 7, Bastian Pinto, o núncio apostólico, monsenhor Sepinski, e os embaixadores

302 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 206.

303 Telegrama 281 da embaixada do Brasil em Montevideú para a Secretaria de Estado, 7 de agosto de 1970.

304 Telegrama 282 da embaixada do Brasil em Montevideú para a Secretaria de Estado, 7 de agosto de 1970.

dos EUA e da Itália reuniram-se na nunciatura para discutir medidas conjuntas do corpo diplomático. No final da tarde, sem a presença de Bastian Pinto e Adair, trinta e dois embaixadores se encontraram na nunciatura e aprovaram a divulgação de uma nota na qual exortavam as partes a encontrar uma solução humanitária para a crise e reiteravam a oferta de mediação do nuncio³⁰⁵.

Cerca de 15 minutos antes do vencimento do prazo dado pelos tupamaros, às 11h45 da noite³⁰⁶, as esposas de Gomide, Mitrione e Fly divulgaram um apelo transmitido em cadeia nacional pelas rádios e emissoras de televisão uruguaias. A mensagem, preparada conjuntamente pelos embaixadores Bastian Pinto e Adair, dizia:

*Reunidas en nuestro dolor, en nuestra desesperación por la desgracia que nos acongoja, nos dirigimos a ustedes, implorándoles en nombre de los sentimientos más profundos y sagrados, como esposas y como madres, que tengan compasión por nuestros esposos, que no cometan la injusticia irremediable de tomar sus vidas. En estas pocas horas que restan antes de que se cumpla el plazo fijado en su comunicado, no caben los razonamientos: podemos solamente ofrecer nuestras lágrimas, nuestro dolor infinito, nuestro convencimiento de que el sacrificio de la vida humana no ha servido jamás a la causa de la humanidad. En nombre de nuestros hijos, les suplicamos con el corazón desgarrado que no defrauden nuestra esperanza.*³⁰⁷

À meia noite da sexta-feira, 7 de agosto, expirou o prazo dado pelos tupamaros para uma resposta positiva do governo uruguaio às exigências feitas para a libertação dos reféns estrangeiros.

305 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 211 e 217.

306 RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 46.

307 ALDRIGHI, *El Caso Mitrione*, p. 222-223.

Capítulo 8

O escritório de segurança pública e Dan Mitrione

O Escritório de Segurança Pública (*Office of Public Safety* – ESP) foi criado em 1962, durante o governo John F. Kennedy, com a tarefa de treinar e equipar forças policiais de países aliados aos EUA na Guerra Fria e assessorá-las na repressão a organizações comunistas. O ESP, que sucedeu programa de assistência policial criado pelo presidente Eisenhower, surgiu, fundamentalmente, como uma resposta à operação da Baía dos Porcos, em abril de 1961, a fracassada tentativa de derrubar o regime de Fidel Castro por meio de uma invasão militar organizada pela CIA.

Na concepção do governo Kennedy, o ESP deveria conduzir uma ação repressiva preventiva, contendo os movimentos comunistas antes que assumissem caráter insurrecional e se tornassem ameaça mais séria aos EUA, como em Cuba. A assistência concedida por Washington tinha, portanto, o objetivo principal de defender os interesses norte-americanos no exterior, combatendo grupos comunistas, além de proporcionar mecanismo para o aumento da influência dos EUA nos sistemas policiais de outros países³⁰⁸.

308 HUGGINS, *Polícia e Política*, p. 3.

Nos debates por ocasião da formação do ESP, o Departamento de Defesa procurou controlar diretamente a nova organização, mas o governo Kennedy considerou que a imagem de militares dos EUA treinando policiais estrangeiros seria prejudicial à eficácia do esforço. A CIA, por sua vez, que tinha óbvios interesses na manutenção e no fortalecimento dos laços com forças policiais estrangeiras, avaliou que exporia demasiadamente seus quadros no exterior se tivesse controle oficial do programa³⁰⁹.

Assim, o ESP foi formalmente subordinado à Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development* – USAID), organização do Departamento de Estado responsável pelos programas de cooperação internacional dos EUA, de acordo com a concepção de que a melhoria das condições de segurança ajudaria a promover o desenvolvimento do país recipiendário. Na realidade, o ESP atuava de maneira independente da USAID, seu diretor respondia diretamente a um assessor especial do presidente dos EUA, e suas atividades concentraram-se nos aspectos repressivos³¹⁰.

Para a CIA, a natureza do trabalho do ESP, que envolvia o contato frequente com agentes de segurança locais, representava grande oportunidade para a obtenção de informações sobre os movimentos de esquerda, sobre a luta anticomunista e sobre o próprio sistema policial dos países em que a organização atuava. Ademais, o ESP obtinha, invariavelmente, significativa influência sobre as forças de segurança locais, tendo em vista, entre outros fatores, o treinamento e a ajuda financeira que fornecia, a função de assessoramento desempenhada por seus agentes e o prestígio norte-americano na área de segurança. Os laços formados no trabalho cotidiano com policiais e militares locais, além disso, mostrou-se terreno fértil para o recrutamento das agências de inteligência dos EUA.

309 HUGGINS, **Polícia e Política**, p. 123-124.

310 *Ibid.*, p. 126.

Por todas essas razões, a CIA manteve, desde o início, laços estreitos com o ESP, que atuava, em larga medida, como complemento à atuação da principal agência de inteligência norte-americana no exterior. Como primeiro diretor do ESP, foi designado um agente da CIA, Byron Engle, que pertencia à organização de inteligência desde sua criação, em 1947. Engle dirigiu o programa de treinamento da polícia japonesa logo após o fim da Segunda Guerra Mundial e assessorou as forças policiais da Turquia³¹¹.

Agentes da CIA fizeram uso do ESP com frequência como cobertura a suas ações, e informações recolhidas por seus funcionários eram transmitidas à agência³¹². Conforme relata Agee: “*the Public Safety Missions are valuable to the CIA because they provide cover for CIA officers who are sent to work full time with the intelligence services of the police and other civilian services.*”³¹³ De acordo com Agee, o setor de contrainteligência da CIA possuía uma seção exclusivamente responsável pelos agentes que atuavam sob o disfarce de integrantes do ESP³¹⁴.

O treinamento de policiais estrangeiros nos EUA era um dos mais importantes instrumentos do ESP para influenciar e cooptar os profissionais de segurança de outros países. Nessa área, as relações com a CIA também eram estreitas.

A Academia Interamericana de Polícia foi criada em 1962 pela estação da CIA no Panamá, funcionando em Fort Davis, na zona do Canal. Financiada pela USAID, a escola era, na verdade, controlada pela CIA. Posteriormente, a Academia Interamericana foi substituída pela Academia Internacional de Polícia, com sede em Washington, que também funcionava sob cobertura da USAID, mas era, do mesmo modo,

311 LANGGUTH, *Hidden Terrors*, p. 48; e ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 383.

312 BLACK, *United States Penetration of Brazil*, p. 147-149; HUGGINS, *Polícia e Política*, p. 126; MCSHERRY, *Death Squads as Parallel Forces*; e LANGGUTH, *Hidden Terrors*, p. 48-51.

313 AGE, *Inside the Company*, p. 63.

314 *Ibid.*, p. 304.

controlada pela CIA. A agência utilizava a academia em Washington especialmente para o recrutamento de informantes³¹⁵.

O treinamento dos policiais na Academia em Washington não apenas fortalecia as relações entre esses profissionais e os norte-americanos, como também aumentava as chances de os estrangeiros serem promovidos em seus países de origem e, conseqüentemente, sua utilidade para os serviços de inteligência dos EUA.

Estima-se que, entre 1963 e 1973, cerca de cinco mil policiais foram treinados na Academia Internacional de Polícia, 60% dos quais provenientes de países da América Latina. No exterior, calcula-se que o ESP forneceu treinamento para um milhão de policiais³¹⁶.

Alguns policiais estrangeiros também foram enviados para treinamento em outra instituição, a Escola Internacional de Serviços Policiais (*International Police Services School*), em Washington. Iguamente controlada pela CIA, a escola operava sob a fachada de um empreendimento privado³¹⁷.

Nos países em que atuava, o ESP promovia a centralização dos processos decisórios e a subordinação dos aparatos policiais às Forças Armadas locais, além de encorajar os militares a priorizar funções de segurança interna e contrainsurgência, afastando-os do foco tradicional do combate à ameaça externa³¹⁸.

Missões do ESP foram instaladas junto a embaixadas norte-americanas em países como o Vietnã do Sul, o Irã e a Grécia. Na América Latina, no final da década de 60, o maior programa de assistência policial dos EUA era destinado ao Brasil, seguido da Guatemala³¹⁹. Entre 1959 e 1970, 210 agentes do ESP trabalharam no Brasil. Até 1971, 641 policiais brasileiros receberam treinamento nos EUA³²⁰.

315 HUGGINS, *Polícia e Política*, p. 127-128.

316 *Ibid.*, p. 128-131.

317 AGEE, *Inside the Company*, p. 612.

318 HUGGINS, *Polícia e Política*, p. 120-121.

319 SCHLESINGER, *Bitter Fruit*, p. 247.

320 BLACK, *United States Penetration of Brazil*, p. 146-147.

O convívio cotidiano entre os agentes do ESP e os policiais e militares dos países nos quais serviam tornava quase inevitável o envolvimento dos norte-americanos com as práticas e métodos repressivos empregados pelas forças locais.

Os funcionários do ESP no Brasil, por exemplo, mantiveram estreitas relações de trabalho com os diversos órgãos encarregados da repressão política durante o período mais violento da ditadura militar e tinham conhecimento da prática de tortura e de assassinatos. Os EUA, no entanto, não só deixaram de condenar as brutalidades cometidas, como também colaboraram ativamente com as forças de segurança brasileiras, fornecendo treinamento e tecnologia, além de prestarem apoio moral e político ao regime. Agentes norte-americanos, por exemplo, cooperaram com o desenvolvimento de táticas para a repressão das manifestações populares em 1968 e estimularam a criação do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), defendendo a centralização dos esforços de combate à subversão sob controle militar direto³²¹.

No Uruguai, no momento da chegada do agente da CIA Phillip Agee ao país, em março de 1964, um dos principais objetivos da agência era, além da ruptura das relações diplomáticas entre o Uruguai e Cuba, o estabelecimento de uma missão do ESP em Montevidéu³²². Após intensa pressão da embaixada norte-americana, o governo uruguaio concordou com a instalação da missão, que passou a operar em janeiro de 1965³²³.

O propósito central declarado da missão da ESP no Uruguai era o fortalecimento das forças policiais do país em setores como

321 HUGGINS, **Polícia e Política**, p. 165-171; e p. 188-191.

322 AGEE, **Inside the Company**, p. 322-323.

323 *Ibid.*, p. 353; e ALDRIGHI, **Estudos Ibero-Americanos**, p. 186-187. O governo uruguaio decidiu romper as relações diplomáticas com Cuba em 8 de setembro de 1964. AGEE, *op. cit.*, p. 389.

administração, comunicação, patrulhamento e controle de distúrbios. Na realidade, no entanto, o foco principal da missão foi a luta contra os grupos de esquerda e as tarefas de contrainsurgência³²⁴.

O primeiro chefe do ESP no Uruguai foi Adolph Saenz, que permaneceu no cargo entre janeiro de 1965 e julho de 1969. No Uruguai, a missão norte-americana forneceu equipamentos, especialmente de comunicações, veículos, armas e munição, além de oferecer treinamento, tanto no país quanto nos Estados Unidos³²⁵.

O fornecimento de auxílio norte-americano para a polícia uruguaia acompanhou a intensificação das ações do MLN-T, e, em 1969, a assistência concedida pelo ESP ao Uruguai foi dobrada³²⁶. Nos meses que se seguiram ao sequestro de Mitrione, o volume da ajuda material também cresceu, com o envio de equipamentos de rádio, veículos e helicópteros³²⁷.

A doação de equipamentos de comunicação e o papel de assessoramento do ESP, além de fortalecer as capacidades da polícia uruguaia, também traziam o benefício adicional de permitir o monitoramento das próprias forças de segurança uruguaias. Os funcionários norte-americanos instalaram uma moderna rede de comunicação via rádio para a polícia uruguaia entre 1965 e 1971, quando o sistema foi concluído. Já em 1966, a estação da CIA no Uruguai passou a interceptar as comunicações da rede policial local³²⁸.

Os agentes norte-americanos também recrutaram policiais uruguaiois. Agee revelou que o inspetor Antonio Piriz Castagnet, por exemplo, era agente pago mensalmente pela CIA para fornecer informações sobre a polícia de Montevideú³²⁹.

324 ALDRIGHI, *Estudos Ibero-Americanos*, p. 187.

325 BLUM, *Killing Hope*, p. 201.

326 NATIONAL SECURITY ARCHIVE, *Electronic Briefing Book n. 71*, 20 de junho de 2002.

327 Telegrama 25 da embaixada do Brasil em Montevideú para a Secretaria de Estado, 14 de janeiro de 1971.

328 ALDRIGHI, *op. cit.*, p. 196.

329 AGEE, *Inside the Company*, p. 355.

Outro contato importante de Agee, que permaneceu responsável pelas operações de inteligência com a polícia uruguaia mesmo depois da abertura da missão do ESP no Uruguai, foi o comissário Alejandro Otero, chefe do *Departamento de Investigación y Enlace*, setor de inteligência da polícia de Montevideu. O agente norte-americano considerava Otero um profissional competente e defendeu seu envio para treinamento nos EUA. Em janeiro de 1966, Otero foi admitido na Escola Internacional de Serviços Policiais em Washington³³⁰.

Após a partida de Agee do Uruguai, em 1966, a supervisão das atividades na área de inteligência com a polícia uruguaia passou para William Cantrell, que chegou ao país em setembro daquele ano. Cantrell, que havia trabalhado no Vietnã do Sul, também era agente da CIA, mas, diferentemente de Agee, atuou no Uruguai sob a cobertura da missão do ESP no país³³¹.

Cantrell, que permaneceu em Montevideu até fevereiro de 1970, teve papel importante na reorganização da polícia uruguaia e na ampliação do uso de métodos violentos. O agente norte-americano supervisionou a criação da *Dirección Nacional de Información e Inteligencia* (DNII), relegando aquela que era, até então, a principal unidade de repressão aos tupamaros da polícia uruguaia, o *Departamento de Investigación y Enlace*, chefiado por Alejandro Otero, a uma posição subordinada no interior da nova estrutura policial.

Cantrell acompanhava de perto o trabalho do DNII, que foi concebido como um mecanismo de repressão à subversão. A embaixada dos EUA recebia, diariamente, cópias dos documentos produzidos pelo DNII, entre os quais, relatórios de inteligência, resumos de interrogatórios, conversas telefônicas interceptadas, relação de prisões, etc³³².

330 AGE, *Inside the Company*, p. 461.

331 LANGGUTH, *Hidden Terrors*, p. 234-235.

332 ALDRIGHI, *Estudos Ibero-Americanos*, p. 190-191; e MCSHERRY, *Death Squads as Parallel Forces*.

Dan Mitrione substituiu Adolph Saenz na chefia da missão do ESP no Uruguai em julho de 1969. Em agosto de 1970, além de Mitrione, trabalhavam no ESP em Montevideu outros três agentes norte-americanos: Lee Echols, Richard Martinez e Richard Biava.

Mitrione nasceu em Bisaccia, pequena vila próxima a Nápoles, em 1920. No ano seguinte, sua família emigrou para os EUA, fixando-se em Richmond, no estado de Indiana. Durante a Segunda Guerra Mundial, Mitrione serviu na marinha dos EUA, entre 1942 e 1945, mas não participou de combates. Com o fim do conflito, entrou para a força policial de Richmond, em dezembro de 1945. Nomeado chefe de polícia da cidade em 1955, permaneceu no cargo até 1960. Durante esse período, Mitrione realizou um curso de três meses na academia do FBI, em Washington³³³.

Com sete filhos no início da década de 1960 (teria nove), Mitrione decidiu, essencialmente por questões financeiras, procurar um emprego com salário mais atrativo e, em maio de 1960, ingressou no ESP. Após breves períodos de treinamento, em Washington e no Rio de Janeiro, Mitrione chegou a Belo Horizonte, em setembro de 1960, para assessorar a polícia local³³⁴. Em fevereiro de 1963, Mitrione foi transferido ao Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1967³³⁵.

A despeito do longo período em que Mitrione permaneceu no Brasil, há pouca informação sobre seu trabalho no país. O norte-americano teria colaborado na implantação de um sistema nacional de carteiras de identidades. No Rio de Janeiro, em 1966, ajudou a organizar e selecionar

333 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 18-20; e LANGGUTH, *Hidden Terrors*, p. 15-25.

334 LANGGUTH, *op. cit.*, p. 41-44.

335 *Ibid.*, p. 116.

policiais para grupo especial da polícia militar, com soldados de mais de 1,80 metro de altura, que atuava nas áreas mais perigosas da cidade³³⁶.

Mitrione voltou a Washington em 1967, onde permaneceu trabalhando como instrutor. No início de 1969, Mitrione manifestou interesse em voltar ao exterior, novamente por razões salariais. Encontrou-se com o diretor do ESP, Byron Engle, que determinou sua ida ao Uruguai. Mitrione sabia que sua principal função em Montevidéu seria auxiliar a polícia uruguaia a combater os tupamaros. Saenz enviava, regularmente, relatórios detalhados sobre as atividades do grupo e a situação no Uruguai. Os nomes de todos os presos no Uruguai suspeitos de pertencerem ao MLN-T, por exemplo, eram enviados para os arquivos de inteligência nos EUA³³⁷.

Mitrione chegou a Montevidéu em 18 de julho de 1969, assumindo a chefia da missão do ESP no Uruguai no mesmo dia. Permaneceria no cargo por pouco mais de um ano, até sua captura pelos tupamaros, em 31 de julho de 1970³³⁸.

336 HUGGINS, **Polícia e Política**, p. 156.

337 LANGGUTH, **Hidden Terrors**, p. 223-224.

338 ALDRIGHI, **La intervención de Estados Unidos en Uruguay**, p. 18.

Capítulo 9

"Empezó a instalarse el terror" (dias 8, 9 e 10 de agosto)

Após a captura da liderança do MLN-T na residência da rua Almeria, Lucas Mansilla, o único integrante da cúpula que conseguiu escapar, reconstituiu a direção do movimento com os tupamaros Manuel Marx Menéndez, Juan José Dominguez e Samuel Blixen. Na manhã do dia 8 de agosto de 1970, 24 horas depois da queda na rua Almeria, a nova direção do MLN-T reuniu-se em uma residência no bairro Jacinto Vera, em Montevideu, e decidiu executar Mitrione. A decisão, tomada a partir de avaliação da situação e das opiniões recolhidas entre tupamaros, não foi unânime. Inicialmente, pelo menos um tupamaro defendeu postergar a execução, e outro apoiou o assassinato de todos os três reféns estrangeiros. Tomada a decisão pela execução de Mitrione, a direção redigiu um breve comunicado³³⁹.

Algumas horas depois, um militante tupamaro ligou para uma rádio uruguaia, indicando a localização do comunicado, o de número 9 desde o início do "Plano Satã". Encontrado em uma rua no centro da capital uruguaia, o comunicado informava que, em razão do vencimento do prazo concedido pelo MLN-T e da recusa do governo em aceitar

339 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 233-234.

a troca de prisioneiros, Dan Mitrione seria executado às 12h do dia seguinte, domingo, 9 de agosto³⁴⁰.

O comunicado foi acompanhado de um bilhete de Gomide para sua esposa, no qual o diplomata, pela primeira vez, revelava claramente sua preocupação com a situação:

Querida Aparecida, estou bem, mas preocupado, pois a situação está grave e dramática já que não se vê uma solução para a minha liberação. Dirija-se ao senhor embaixador no sentido de que ele gestione com urgência a solução para o meu caso, em suma pedindo que ele insista em se obter do governo que se efetive a troca. Que ele se dirija também ao senhor presidente Garrastazu Médici. Estimo que você, a mamãe e as crianças estejam bem. Rezem e falem, beijos e abraços. Aloysio.³⁴¹

Mensagens de Dan Mitrione e Claude Fly para suas respectivas esposas foram igualmente divulgadas na ocasião. Mitrione também pediu para sua esposa falar com o embaixador, o que indica uma possível exigência feita pelos tupamaros aos reféns. O norte-americano, no entanto, acrescentou, em tom de súplica, que o embaixador fizesse todo o possível para libertá-lo porque “sua vida depende disso”³⁴². Efetivamente, avaliação grafológica da mensagem de Mitrione, a segunda e última que escreveu durante o sequestro, indicou um declínio considerável de suas condições emocionais³⁴³.

Após a divulgação do comunicado 9, com o anúncio da iminente execução de Mitrione, o presidente Pacheco Areco convocou mais uma reunião de emergência do gabinete, que teve lugar às 17h30 do sábado, 8 de agosto. O vice-presidente, Alberto Abdala, não foi convidado. Após a reunião, o general Francese afirmou que o governo estava tomando todas as medidas para libertar os reféns, pediu apoio para a população

340 NATIONAL SECURITY ARCHIVE, *Electronic Briefing Book n. 324*, Dirección Nacional de Información e Inteligencia, memoria mensual, agosto de 1970.

341 Telegrama 289 da embaixada do Brasil em Montevideu para a Secretaria de Estado, 8 de agosto de 1970.

342 “Please advise the Ambassador to do all in his power to get me liberated because my life depends on it”. RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 19.

343 *Ibid.*, p. 49.

e exortou os sequestradores a abandonarem sua atual linha de ação. Segundo a embaixada dos EUA, em privado, diversos integrantes do governo continuavam avaliando que o comunicado era um blefe e que os tupamaros não iriam executar Mitrione. Uma hora após o ultimato tupamaro, o governo deu início à operação Rastrilho, anunciando que doze mil efetivos das forças de segurança uruguaias participariam das buscas aos cidadãos estrangeiros sequestrados³⁴⁴.

Naquele momento, a polícia uruguaia, baseada em cartas e documentos obtidos na operação da rua Almeria, concluiu que pelos menos alguns dos líderes tupamaros estavam dispostos a reduzir o número de presos a serem libertados em troca dos reféns³⁴⁵.

Cerca de vinte minutos após o fim da reunião do gabinete, o embaixador norte-americano reuniu-se com Peirano Facio e outras duas autoridades do governo uruguaio. Facio afirmou que o presidente Areco tinha aprovado a ideia de os EUA negociarem diretamente com os tupamaros, oferecendo pagamento de resgate em troca de Mitrione. O Uruguai reembolsaria, posteriormente, o governo norte-americano pelo valor eventualmente gasto. Adair, surpreendido pela ideia, rejeitou imediatamente a proposta e insistiu que era responsabilidade do governo uruguaio negociar com o MLN-T³⁴⁶.

Durante o encontro, Adair insistiu sobre a necessidade de diálogo entre o governo uruguaio e os tupamaros. Peirano Facio assegurou, falsamente, que tinham sido feitos contatos com o grupo, que, no entanto, não poderiam ser revelados porque “perderiam sua efetividade”. Em ligação feita apenas trinta minutos após o encontro, o chanceler uruguaio disse a Adair que a questão por eles anteriormente debatida estava “em andamento”, dando a entender que o governo uruguaio

344 THE NEW YORK TIMES, 8 de agosto de 1970; e ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 237.

345 RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 17.

346 NATIONAL SECURITY ARCHIVE, *Electronic Briefing Book n. 324*, telegrama da embaixada dos EUA em Montevidéu para o Departamento de Estado, 9 de agosto de 1970.

discutia com os tupamaros, por meio de um intermediário, o pagamento de resgate³⁴⁷.

O governo brasileiro acompanhou com grande apreensão a aproximação do prazo dado para a execução de Mitrione. Na noite do domingo, Bastian Pinto, que havia mantido contato com a embaixada dos EUA ao longo do dia, conversou por telefone com Gibson Barboza, informando-o de que, até aquele momento, não havia qualquer indício sobre o assassinato de Mitrione³⁴⁸.

A essa altura, era enorme o clima de apreensão nas representações brasileiras em Montevidéu. As famílias dos funcionários da missão do Brasil junto à ALALC, por razões de segurança, estavam residindo na sede da delegação³⁴⁹. Por essa razão, e também com o objetivo de pressionar ainda mais o governo uruguaio e ressaltar a insatisfação brasileira, decidiu-se pela evacuação de parte dos servidores e seus familiares.

Exatamente às 14h30 do domingo, dia 9, aeronave da FAB retirou de Montevidéu 59 pessoas, na maior parte funcionários não essenciais e familiares de diplomatas e outros servidores brasileiros da embaixada e da representação do Brasil junto à ALALC. A evacuação dos brasileiros foi decidida sob a justificativa de que o governo Areco era incapaz de garantir a segurança dos cidadãos estrangeiros, e o Uruguai tinha se tornado, portanto, “zona de alto risco”. Entre os familiares, estavam cinco filhos de Gomide. O mais novo, com um ano de idade, permaneceu com Maria Aparecida Gomide na capital uruguaia³⁵⁰.

347 NATIONAL SECURITY ARCHIVE ELECTRONIC, *Briefing Book n. 324*, telegrama da embaixada dos EUA em Montevidéu para o Departamento de Estado, 9 de agosto de 1970; e ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 242 e 243.

348 Telegrama 296 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 9 de agosto de 1970.

349 Telegrama 293 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 8 de agosto de 1970.

350 Telegrama 298 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 9 de agosto de 1970; e ALDRIGHI, *op. cit.*, p. 252.

Em Washington, o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Mozart Gurgel Valente, encontrou-se, no dia 9, com o subsecretário de assuntos interamericanos do Departamento de Estado, John Crimmins. Valente relatou que o governo brasileiro considerava que a situação uruguaia tinha se deteriorado e havia decidido retirar do país os familiares dos servidores brasileiros e os diplomatas com funções consulares.

O embaixador brasileiro salientou que, apesar do Brasil também considerar as demandas dos tupamaros excessivas, o governo uruguaio não havia tentado obter novas condições ou sequer estabelecer contato, direto ou indireto, com o movimento. Valente alertou que a situação atual era muito grave e que as relações entre o Brasil e o Uruguai seriam severamente afetadas se Gomide fosse assassinado³⁵¹.

Em Montevideú, Maria Aparecida Gomide conduzia uma campanha pessoal e dramática pela libertação do marido. Durante o dia 7, rádios uruguaiais veicularam apelos gravados, nos quais ela afirmava confiar na libertação de Gomide, já que os tupamaros haviam prometido "devolver meu esposo são e salvo"³⁵².

Na tarde do dia 10, Maria Aparecida Gomide fez novo apelo emocionado em entrevista ao vivo à rádio uruguaia *Carve*, para que os tupamaros soltassem os reféns estrangeiros. Durante a transmissão, Maria Aparecida Gomide pediu que a população de Montevideú se reunisse diante do palácio presidencial para exigir que Pacheco Areco negociasse com os tupamaros. O governo uruguaio proibiu que as rádios repetissem a transmissão, e a interdição foi noticiada pela imprensa

351 RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 29.

352 FOLHA DE S.PAULO, 8 de agosto de 1970, p. 5.

brasileira³⁵³. Seus esforços insistentes durante a crise causaram “profunda irritação” no chanceler uruguaio³⁵⁴.

Maria Aparecida Gomide também exigiu encontrar-se com os líderes tupamaros presos na rua Almeria, para cobrar-lhes a promessa feita durante a captura de que nada aconteceria a seu marido³⁵⁵. De acordo com o relato da embaixada, também se pretendia descobrir se alguns dos dirigentes haviam participado da captura do diplomata³⁵⁶.

A embaixada brasileira realizou gestões junto às autoridades uruguaias na manhã do dia 8 e obteve autorização judicial para a visita. Acompanhada da embaixatriz, Celia Bastian Pinto, do adido da Força Aérea brasileira no Uruguai, coronel Lanna, e do adido adjunto, tenente-coronel Leuzinger Marques Lima, Maria Aparecida Gomide encontrou nove líderes tupamaros presos, incluindo Raúl Sendic.

De acordo com o relato da embaixada, ao chegar à sede da polícia, Maria Aparecida Gomide foi questionada por repórteres e, para evitar represálias, declarou apenas que cobraria o compromisso de que nada aconteceria à Gomide, sem mencionar o interesse no reconhecimento³⁵⁷. Após o encontro com os líderes tupamaros, a embaixatriz confirmou que Maria Aparecida Gomide havia cobrado a promessa, bem como solicitado a libertação do marido. De acordo com Celia Bastian Pinto, os tupamaros apenas ouviram os apelos, sem esboçar nenhuma reação³⁵⁸.

Segundo o depoimento de um dos tupamaros presos, a liderança do MLN-T permaneceu em silêncio por um bom período diante dos apelos de Maria Aparecida Gomide. O silêncio teria sido finalmente quebrado por Sendic, que ressaltou que estavam sem comunicação com

353 VEJA, 19 de agosto de 1970, p. 32; e FOLHA DE S.PAULO, 11 de agosto de 1970, p. 6.

354 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 234.

355 Depoimento de Maria Aparecida Gomide, 18 de novembro de 2017.

356 Telegrama 288 da embaixada do Brasil em Montevideú para a Secretaria de Estado, 8 de agosto de 1970.

357 *Ibid.*

358 VEJA, 12 de agosto de 1970, p. 33.

o exterior e que, de qualquer maneira, todo tupamaro preso perdia imediatamente qualquer poder de decisão³⁵⁹.

Uma hora antes do fim do prazo estabelecido pelos tupamaros para a execução de Mitrione, às 11 horas do domingo, dia 9, Adair conversou com Peirano Facio, que tinha acabado de reunir-se com o presidente Pacheco Areco. O diálogo revela, uma vez mais, que, mesmo nesse momento crucial, o chanceler uruguaio tinha conhecimento muito limitado sobre o que verdadeiramente ocorria em torno dos sequestros.

Peirano Facio afirmou ao embaixador dos EUA que o governo uruguaio possuía um "sentimento crescente" de que Mitrione já estava morto, provavelmente em consequência dos ferimentos sofridos durante a captura. Disse, ainda, que poderia demorar antes que se soubesse com certeza se Mitrione estava vivo ou morto e que, quando expirasse o prazo, o governo uruguaio iria adotar "medidas severas", sem especificar quais³⁶⁰.

Em breve despacho telegráfico enviado apenas 30 minutos antes do fim do prazo, o secretário de estado, William Rogers, instruiu o embaixador norte-americano a transmitir, imediatamente, uma mensagem ao governo uruguaio. O secretário de estado, surpreendentemente, orientou Adair a sugerir que o governo uruguaio ameaçasse de morte Raúl Sendic e outros líderes tupamaros presos caso Mitrione fosse executado. De acordo com o documento, de apenas dois parágrafos: "*We have assumed that GOU*³⁶¹ *has considered use of threat to*

359 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 234-235.

360 NATIONAL SECURITY ARCHIVE, *Electronic Briefing Book n. 324*, telegrama da embaixada dos EUA em Montevideú para o Departamento de Estado, 9 de agosto de 1970.

361 Sigla para *Government of Uruguay*.

*kill Sendic and other key MLN prisoners if Mitrione is killed. If this has not been considered, you should raise it with GOU at once*³⁶².

Adair informou que não tinha conhecimento de que a ideia já tivesse sido cogitada pelo governo uruguaio e, como ordenado, encontrou Peirano Facio, por volta do meio-dia, e mostrou ao chanceler o texto enviado pelo Departamento de Estado.

O ministro das Relações Exteriores respondeu, em primeiro lugar, que o “tipo de governo ao qual pertencia não agia dessa maneira”. Acrescentou, por outro lado, que, indiretamente, os prisioneiros já tinham sido ameaçados de que o esquadrão da morte agiria contra os familiares dos presos caso Mitrione fosse morto³⁶³.

Apesar da comprovada relação entre setores do governo e das forças de segurança uruguaia com os esquadrões da morte no país, não é possível saber se Peirano Facio tinha conhecimento de alguma ação ordenada por atores governamentais ou se apenas reproduzia suspeitas que eram de conhecimento público. Veículos de imprensa efetivamente registraram, na ocasião, ameaças contra familiares de presos tupamaros³⁶⁴. Além de telefonemas, mensagens com ameaças foram deixadas em locais públicos de Montevideú, e sua localização foi revelada a meios de imprensa³⁶⁵. Uma delas, encontrada no dia 9 de agosto, ameaçava matar 50 tupamaros para cada estrangeiro ou policial uruguaio morto pela guerrilha³⁶⁶.

Sem informações sobre o destino de Mitrione, no final da tarde, o presidente Richard Nixon enviou outra mensagem a Pacheco Areco, na qual reiterou sua preocupação com a segurança de Mitrione, bem como de Claude Fly, desnecessariamente qualificado como “o outro cidadão

362 O despacho, classificado como de distribuição exclusiva, só poderia ser mostrado ao recipiente, Adair, ao secretário de Estado e à Casa Branca. NATIONAL SECURITY ARCHIVE, *Electronic Briefing Book n. 324*, despacho telegráfico do Departamento de Estado para a embaixada dos EUA em Montevideú, 9 de agosto de 1970.

363 *Ibid.*, telegrama da embaixada dos EUA em Montevideú para o Departamento de Estado, 9 de agosto de 1970.

364 FOLHA DE S.PAULO, 8 de agosto de 1970, p. 5; e JORNAL DO BRASIL, 12 de agosto de 1970, p. 3.

365 FOLHA DE S.PAULO, 10 de agosto de 1970, p. 3.

366 THE NEW YORK TIMES, 10 de agosto de 1970, capa e p. 11.

americano que foi sequestrado". Nixon também afirmou entender as dificuldades enfrentadas pelo presidente uruguaio, mas salientou ter toda expectativa de que "seu governo não poupará esforços para garantir o retorno seguro do Senhor Mitrione e do Dr. Fly"³⁶⁷.

A nova direção do MLN-T, formada por Lucas Mansilla, Manuel Menéndez, Juan Dominguez e Samuel Blixen, voltou a reunir-se na noite do sábado, 8 de agosto, dessa vez em residência na rua Javier de Vianna. Aparentemente, Mansilla desejava consultar os dirigentes presos antes que fosse consumada a execução de Mitrione. De qualquer modo, a residência já estava sendo vigiada pela polícia uruguaia, e, por volta das 23h, todos os integrantes da nova direção e outros três tupamaros foram capturados. Dominguez e Blixen ainda tentaram escapar pelo telhado, mas também foram presos. O MLN-T ficou sem direção em um momento decisivo³⁶⁸.

Com a queda da nova direção, os líderes da coluna 15, que era responsável pela guarda de Mitrione, os estudantes Henry Engler – que havia assumido o comando da coluna dois dias antes, após a prisão de Alicia Rey –, Rodolfo Wolf e Blanco Katras, reuniram-se em um automóvel, na tarde do domingo, dia 9, para decidir o destino de Mitrione.

Durante esse momento crítico, após a queda da nova direção do MLN-T e diante da necessidade de definição do destino dos sequestrados, houve uma série de contatos entre a liderança recém instalada, que buscava avaliar as condições da organização, e os grupos da base do movimento. Segundo relatos de alguns desses novos dirigentes, durante as conversas, os militantes tupamaros manifestaram-se insistentemente

367 NATIONAL SECURITY ARCHIVE, *Electronic Briefing Book n. 324*, despacho telegráfico do Departamento de Estado para a embaixada dos EUA em Montevidéu, 9 de agosto de 1970.

368 *Ibid.*, *Dirección Nacional de Información e Inteligencia, memoria mensual*, agosto de 1970; e ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 244-245.

a favor da execução de Mitrione. Segundo um deles, a execução teria sido uma “imposição” da base, em grande parte vista como uma resposta à prisão da liderança tupamara. Outro dirigente, Henry Engler, também afirmou que participou dessas consultas e considerava que houve um consenso entre os tupamaros em torno da decisão de executar Mitrione³⁶⁹.

De qualquer modo, sem contato com os principais dirigentes e boa parte da organização, em ambiente de isolamento, paranoia e tensão crescente, Engler, Wolf e Katras consideraram que o governo havia endurecido de posição e que não haveria negociações. Avaliaram, ainda, que, à luz do comunicado 9, não havia como evitar a execução de Mitrione sem demonstrar fraqueza e pôr em risco a eficácia do sequestro como instrumento da guerrilha. Por fim, os tupamaros também temiam que, sob efeito do pentotal ou sob tortura, os dirigentes presos revelassem o local do cativo. Por essas razões, os três tupamaros decidiram confirmar o anúncio do comunicado 9 e executar Mitrione³⁷⁰.

Na verdade, como intuía Sendic e parte da liderança tupamara, os sequestros tinham importante objetivo simbólico, ao expor a fraqueza do governo e comprovar que o grupo podia realizar ações de significativo impacto político e manter pessoas importantes capturadas impunemente. No contexto uruguaio, onde a expectativa de libertação de presos políticos foi sempre muito pequena, esse objetivo assumiu papel tão ou mais importante que as demandas concretas dos tupamaros. Nesse sentido, não cumprir a ameaça de executar o refém não mostraria fraqueza. Antes disso, demonstraria força e não comprometeria o sequestro como arma política. Comprovaria apenas que os tupamaros tinham o poder de poupar os reféns, decisão que poderia, inclusive, ser contrastada com a intransigência do governo.

Após a redemocratização, Sendic concedeu entrevista na qual afirmou que a liderança do MLN-T não planejava realmente executar

369 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 232-233.

370 *Ibid.*, p. 256-258.

Mitrione, mas pretendia mantê-lo em cativeiro indefinidamente. A decisão de executá-lo teria ocorrido apenas em razão de uma quebra na comunicação, após a captura das duas direções do movimento em menos de 48 horas. A nova liderança, formada pelos chefes da coluna 15, simplesmente não tinha informação sobre a posição dos principais dirigentes tupamaros³⁷¹.

Parece realmente provável que a captura de tantos líderes tupamaros em tão pouco tempo tenha tido efeitos significativos sobre o movimento e aumentado as chances de execução de Mitrione. Apesar disso, não há indícios de que a liderança do MLN-T tivesse já decidido poupar Mitrione, como afirmou posteriormente Sendic. Pelo contrário, a direção original estabeleceu o prazo para a resposta do governo, e a direção reconstituída por Mansilla definiu o horário da execução do norte-americano.

Na noite do domingo, dia 9 de agosto de 1979, entre 21h e 22h, dois tupamaros, Antonio Mas Mas e Aurelio Sergio Fernández Peña, integrantes do setor militar da coluna 15, foram buscar Mitrione em um Pontiac Azul, legalmente registrado. Os tupamaros inventaram uma justificativa para Mitrione, afirmando que iriam transferi-lo para outro local ou que havia negociações em curso. Todos no cativeiro estavam muito nervosos, e Mitrione solicitou um calmante. Mitrione recebeu uma forte dose de valium intravenoso, foi vedado, e suas mãos foram amarradas com fita adesiva³⁷².

Também por volta das 21h, três tupamaros roubaram, em um posto de gasolina, um Buick verde claro conversível, modelo 1948. O motorista do Buick foi obrigado a caminhar por cerca de uma hora

371 THE NEW YORK TIMES, 21 de junho de 1987, p. 10.

372 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 261-262.

com um tupamaro, que o deixou ir por volta das 22h, com o recado de que poderia avisar a polícia depois das 22h30³⁷³.

Mitrione foi finalmente levado do local do cativo pelos dois tupamaros da coluna 15 e por um militante que fazia parte da custódia. Em um bairro próximo ao cativo, que não tinha iluminação pública e era pouco frequentado pela polícia, Mitrione foi transferido para o Buick, então conduzido pelo tupamaro responsável pela operação, Esteban Jorge Pereira Mena. Após a transferência, o militante da custódia partiu com o Pontiac.

Pouco depois, o Buick deteve-se na rua Lucas Moreno, no bairro de Unión, em Montevideo. Dois dos três tupamaros realizaram três disparos em Mitrione, um no tórax e dois na têmpora. Segundo Pereira Mena, Mitrione estava dormindo, sob efeito do calmante. Ainda assim, os tupamaros escutaram um débil gemido após o primeiro tiro³⁷⁴.

O carro, com o corpo de Mitrione no piso do banco traseiro, foi encontrado por uma patrulha da polícia uruguaia às 4h15 da madrugada do dia 10 de agosto. Os tupamaros nunca haviam executado um refém e não voltariam a fazê-lo.

Em Washington, na manhã do dia 10 de agosto, o presidente Richard Nixon recebeu o briefing diário da CIA, atualizado às 5h45, horário local, com a informação de que agências de notícias em Montevideo reportavam que “Mitrione havia sido encontrado assassinado em um carro roubado”³⁷⁵.

O Uruguai despertou, na manhã do dia 10 de agosto, sob o impacto da execução de Mitrione. O assassinato causou comoção nacional e

373 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 260; e EL DÍA, 10 de agosto de 1970, capa.

374 ALDRIGHI, *op. cit.*, p. 261-262.

375 CIA, *The President's Daily Brief*, 10 de agosto de 1970.

provocou uma reação que afetou significativamente a popularidade dos tupamaros.

A imprensa uruguaia condenou o assassinato e fez duras críticas aos tupamaros. No próprio dia 10, o jornal *El Día* publicou, em edição vespertina, editorial intitulado "*Ante el Cruel y Repugnante Asesinato*"³⁷⁶. O governo uruguaio decretou um dia de luto nacional, e cinco mil uruguaios assinaram o livro de condolências aberto pela embaixada dos EUA³⁷⁷. Até o partido comunista uruguaio divulgou nota, condenando a execução de Mitrione.

Avaliando corretamente que a morte do norte-americano iria isolar os tupamaros e poderia fortalecer seu governo, o presidente Pacheco Areco agiu com rapidez e eficiência. Já na noite do domingo, dia 9, durante reunião entre Areco e autoridades do governo, foi preparado projeto de lei que suspendia as garantias individuais dos cidadãos uruguaios. O projeto foi enviado, ainda por volta das 22h30 do dia 9, aos líderes parlamentares para aprovação informal³⁷⁸.

Areco convocou o Conselho de Ministros para reunião às 8h30 da manhã do dia 10. Após o encontro, o Conselho divulgou extensa declaração, na qual defendeu a posição da administração uruguaia desde o início da crise, condenou o assassinato de Mitrione e solicitou formalmente a aprovação da suspensão das garantias individuais.

No mesmo dia, às 17h15, o Congresso Nacional aprovou, por 79 votos a favor e apenas 30 contrários, a suspensão das garantias individuais no Uruguai por vinte dias, prorrogáveis por mais vinte. Apesar de prevista na Constituição uruguaia, a medida não tinha precedentes na história recente do país³⁷⁹. Mais rigorosa que as medidas emergenciais de segurança (*medidas prontas de seguridad*), a decisão implicava a suspensão do artigo 31 da Constituição uruguaia e permitia

376 EL DÍA, 10 de agosto de 1970, p. 6.

377 THE NEW YORK TIMES, 12 de agosto de 1970.

378 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 261.

379 RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 51.

buscas sem autorização judicial, detenção sem acusação e o uso de pentotal em interrogatórios, além de suspender o recurso de *habeas corpus*³⁸⁰.

Por fim, ainda no dia 10, com o objetivo de desmobilizar os estudantes e evitar manifestações, Areco determinou a suspensão de todas as aulas dos ensinos primário, secundário e universitário público em Montevideu, até o dia 20 de agosto.

Logo após tomar conhecimento do assassinato de Mitrione, o presidente Médici reuniu-se com o ministro das Relações Exteriores, Gibson Barboza³⁸¹. No mesmo dia, Gibson enviou nova mensagem ao ministro Peirano Facio, que foi entregue pessoalmente por Bastian Pinto ao chanceler uruguaio, no início da noite do dia 10. A nota avaliou que, com a execução de Mitrione, aumentavam os riscos de Gomide também ser assassinado:

Diante do crime bárbaro, frio e premeditado cometido pelos terroristas ao assassinare o senhor Dan Mitrione, cresce o perigo de ser igualmente assassinado o cônsul Aloysio Mares Dias Gomide. O governo brasileiro continua, entretanto, a depositar esperanças no governo uruguaio, no sentido de que não sejam poupados esforços para salvar a vida do seu representante diplomático. Reitero a Vossa Excelência o apelo já tantas vezes formulado – e o faço agora também em nome de todo o serviço diplomático brasileiro – não apenas fundado em princípios de humanidade, mas também em decorrência da obrigação que têm os Estados de proteger as vidas dos representantes diplomáticos acreditados em seu território.³⁸²

380 Já prevista na Constituição de 1830, a medida só havia sido tomada duas outras vezes na história uruguaia, em 1842 e 1848. ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 277-278.

381 FOLHA DE S. PAULO, 11 de agosto, capa.

382 O ESTADO DE S. PAULO, 11 de agosto de 1970, capa; e FOLHA DE S. PAULO, 11 de agosto, capa e p. 6.

No plano político interno, o assassinato de Mitrione provocou uma onda de apoio público ao presidente Médici e à posição adotada pelo governo brasileiro diante do sequestro de Gomide. Os políticos brasileiros, ao menos publicamente, defenderam a postura do governo e apoiaram o estabelecimento de negociações com os tupamaros.

Depois de novo encontro com Gibson Barboza, o presidente Médici recebeu, no dia 11 de agosto, visita dos líderes da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que prestaram sua solidariedade ao governo diante da crise. Na reunião, Médici afirmou que aquele era o primeiro passo para "a união de todos os brasileiros contra o inimigo comum, que é o terrorismo". Participaram do encontro os presidentes da Câmara e do Senado, deputado Geraldo Freire e senador João Cleofas; os líderes do governo nas duas casas, deputado Raimundo Padilha e senador Filinto Muller, todos da Arena; bem como os líderes do MDB, o deputado Pedroso Horta e o senador Aurélio Viana. Estiveram, ainda, presentes o presidente da Arena, deputado Rondon Pacheco, e os chefes dos gabinetes civil e militar, João Leitão de Abreu e general João Batista Figueiredo³⁸³.

Posteriormente, o Senado do Brasil aprovou resolução, apresentada pelo líder do MDB Aurélio Viana, enviando mensagem ao Congresso uruguaio com o apelo de que todos os esforços continuem sendo feitos para a libertação de Gomide³⁸⁴. Outras importantes personalidades políticas, como o ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, intercederam pela libertação de Gomide. Lacerda enviou telegrama para o presidente Pacheco Areco, pedindo que o mandatário uruguaio "coloque a vida" dos reféns "acima de quaisquer considerações legais"³⁸⁵.

Ao saber da execução de Mitrione, ainda na manhã do dia 10, Maria Aparecida Gomide, que estava em Montevidéu, ligou para a Presidência da República e foi atendida pelo presidente Médici. Na conversa, ela

383 JORNAL DO BRASIL, 12 de agosto de 1970, capa; e FOLHA DE S.PAULO, 12 de agosto de 1970, capa.

384 JORNAL DO BRASIL, 21 de agosto de 1970, p. 8; e FOLHA DE S.PAULO, 21 de agosto de 1970, p. 5.

385 TRIBUNA DA IMPRENSA, 8 e 9 de agosto de 1970, p. 2.

pediu apoio do presidente e solicitou que Médici aceitasse proposta feita por três padres uruguaios para negociar o fim do sequestro de Gomide pela libertação de presos políticos detidos no Brasil³⁸⁶.

A imprensa brasileira dedicou amplo espaço à cobertura dos eventos no Uruguai e reagiu com vigor ao assassinato, criticando duramente tanto os tupamaros quanto o governo Areco. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, em editorial intitulado “Afronta à Humanidade”, afirmou que “os guerrilheiros uruguaios praticaram um ato vil, desumano, inqualificável, que os torna merecedores não apenas do repúdio, mas do desprezo da humanidade inteira”³⁸⁷.

A *Folha de S.Paulo*, por sua vez, também teceu duras críticas aos tupamaros no editorial “Terror Sem Fronteiras”, afirmando, ainda, que o terrorismo estava em franco crescimento na América Latina. Em outro editorial, com o título “Violência Estéril”, considerou que a decisão de não negociar foi um erro de Pacheco Areco, que “não atendeu ao apelo do presidente Médici, cuja autoridade moral está respaldada na exemplar atitude que assumiu em face dos sequestros ocorridos no Brasil”. Para o jornal, a intransigência uruguaia “justifica represálias cabíveis”³⁸⁸.

Diante da morte de Mitrione, o governo norte-americano defendeu publicamente o governo uruguaio e a decisão de não negociar com o MLN-T. O porta-voz do Departamento de Estado, Robert McCloskey, negou expressamente, já no dia 10, que o governo dos EUA tivesse pressionado Montevideú a aceitar as exigências dos tupamaros. Segundo ele, os EUA tinham apenas exortado o governo uruguaio a fazer tudo o que fosse possível para obter a libertação do norte-americano.

386 Depoimento de Maria Aparecida Gomide, 18 de novembro de 2017, e telegrama da embaixada do Brasil em Montevideú para a Secretaria de Estado, 10 de agosto de 1970.

387 JORNAL DO BRASIL, 11 de agosto de 1970, p. 4.

388 FOLHA DE S.PAULO, 11 de agosto de 1970, p. 6.

McCloskey argumentou que pressionar o governo uruguaio para atender as demandas dos tupamaros “só serviria para incentivar outros grupos terroristas a sequestrar cidadãos norte-americanos”, o que aumentaria os riscos para todos os norte-americanos no exterior³⁸⁹.

O porta-voz da Casa Branca, Ronald Ziegler, também justificou a atuação norte-americana no episódio, afirmando, nas mesmas linhas, que:

Nosso raciocínio é de que, se tivéssemos pressionado o governo uruguaio para que atendesse as exigências dos sequestradores, apenas iríamos contribuir para que outros grupos terroristas se apoderassem de outros cidadãos norte-americanos para que fossem satisfeitas novas exigências de resgate.³⁹⁰

O secretário de Estado, William Rogers, por sua vez, condenou os tupamaros, declarando que os “autores e promotores desse ato cruel merecem o desprezo e a reprovação do mundo todo”³⁹¹.

A imprensa dos EUA foi igualmente crítica. O *The New York Times*, por exemplo, publicou, em 11 de agosto, editorial intitulado “Assassinato sem Sentido no Uruguai”, no qual comparou os tupamaros a “brutamontes sádicos e fascistas como os que levaram Hitler ao poder”³⁹².

Além do impacto no Brasil e nos EUA, o assassinato de Mitrione teve significativa repercussão internacional, provocando reações no mundo inteiro. O governo da Argentina divulgou nota, afirmando que a crise “enche de aflição o povo e o governo argentino, que se unem ao pesar e à indignação” da comunidade internacional. Em Buenos Aires, fonte da chancelaria acrescentou que o governo argentino apoiava a

389 RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 52-53.

390 FOLHA DE S.PAULO, 11 de agosto de 1970, p. 5.

391 LA VANGUARDIA, 11 de agosto de 1970, capa.

392 THE NEW YORK TIMES, *Senseless Killing in Uruguay*, 11 de agosto de 1970.

posição uruguaia de não negociar com os tupamaros, ainda que isso levasse à execução dos outros dois reféns³⁹³.

O secretário-geral da ONU, U-Thant, manifestou horror diante do assassinato. O secretário-geral adjunto da OEA, Miguel Rafael Urquía, descreveu o fato como uma “tragédia lamentável”, e o papa Paulo VI, entre outros líderes, também emitiu declaração, condenando os tupamaros³⁹⁴. A imprensa internacional destacou, igualmente, o fato em manchetes de primeira página e, em editoriais, fez duras críticas ao movimento.

O corpo de Mitrione deixou Montevidéu na tarde do dia 11 de agosto, em aeronave da Força Aérea dos Estados Unidos. No aeroporto, foi realizada cerimônia com honras militares, e o chanceler uruguaio, o embaixador norte-americano e o nuncio apostólico realizaram pronunciamentos.

Em seu discurso, repleto de hipérboles, Peirano Facio afirmou que a morte de Mitrione “será uma eterna humilhação para nossa civilização cristã e ocidental” e que o norte-americano, “como todos aqueles que oferecem sua vida pela humanidade, passou a integrar a lista das estrelas que iluminam o caminho das gerações futuras”³⁹⁵.

Além do dia de luto nacional, o presidente Pacheco Areco também publicou decreto determinando que as despesas relacionadas ao funeral de Mitrione fossem custeadas pelo governo uruguaio³⁹⁶.

As homenagens a Mitrione continuaram nos EUA. O corpo do policial norte-americano foi transportado pela Força Aérea dos EUA até

393 O ESTADO DE S. PAULO, 11 de agosto de 1970, capa.

394 TRIBUNA DA IMPRENSA, 12 de agosto de 1970, p. 2; JORNAL DO BRASIL, 12 de agosto de 1970, p. 3; e FOLHA DE S.PAULO, 12 de agosto de 1970, p. 5.

395 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 287.

396 PADRÓS, *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional*, p. 294-295.

Richmond, no estado de Indiana. Em Richmond, cidade à época com 45 mil habitantes, nove mil pessoas compareceram ao velório.

O secretário de Estado, William Rogers, e o embaixador do Uruguai nos EUA, Hector Luisi, compareceram ao enterro, realizado no dia 13 de agosto. O presidente dos EUA, Richard Nixon, enviou o genro e neto do ex-presidente Eisenhower, David Eisenhower, como seu representante. No mesmo dia 13, o Senado dos EUA aprovou resolução expressando pesar pela morte de Mitrione. No dia 29 de agosto, Frank Sinatra e Jerry Lewis realizaram show em Richmond, com o objetivo de arrecadar fundos para a família de Mitrione³⁹⁷.

O policial norte-americano recebeu homenagens até no Brasil. O prefeito de Belo Horizonte, Luis Sousa Lima, sancionou lei homenageando Dan Mitrione com o nome de rua na cidade³⁹⁸.

A ampla reação internacional e, em especial, a oposição da população uruguaia à execução de Mitrione deixaram claro que a decisão de matar o norte-americano tinha afetado significativamente a popularidade dos tupamaros. O assassinato teve impacto especialmente entre as camadas médias da população uruguaia, causando a ruptura da imagem em larga medida positiva que o MLN-T possuía até então.

Logo após o assassinato, a embaixada dos EUA em Montevidéu avaliou que a morte de Mitrione teve o efeito positivo de prejudicar a imagem dos tupamaros e fortalecer a posição do presidente Areco diante da reação negativa dos uruguaiois.

Mesmo publicações de esquerda, como o semanário *Marcha*, avaliaram que o tupamaros pagaram alto preço político pela execução de Mitrione. De acordo com a publicação, "não é exagero disser que as

397 THE NEW YORK TIMES, 14 de agosto de 1970; e LANGGUTH, *Hidden Terrors*, p. 35-37.

398 Lei ordinária número 1900, de 26 de novembro de 1970, do município de Belo Horizonte. Em 1983, a rua Dan Mitrione foi rebatizada em homenagem a José Carlos Mata Machado, dirigente da Ação Popular torturado até a morte pelo DOI-CODI do Recife em outubro de 1973. FON, *Tortura*, p. 193.

delações se multiplicaram depois da morte de Mitrione e que a polícia indiretamente melhorou sua imagem ante uma população assustada com esse nível de violência”.³⁹⁹

Segundo avaliação feita posteriormente por um tupamaro, Luis Alemañ, a decisão de executar Mitrione representou a derrota política do MLN-T, antes mesmo da derrota militar, e marcou o princípio do fim do movimento. Para Alemañ, na ocasião não se conheciam os detalhes do trabalho real de Mitrione, e seu assassinato chocou a sociedade uruguaia e atingiu duramente a imagem do MLN-T. Segundo o ex-tupamaro “*ese fue uno de los días más terribles que yo recuerdo en Montevideo, el día que Mitrione apareció muerto. Fue horrible. Horrible. Para mí, ese día empezó a instalarse el terror en la sociedad uruguaya*”.⁴⁰⁰

O assassinato de Mitrione também deu origem a uma disputa entre narrativas que teria efeitos muito posteriores à própria derrota do MLN-T. Imediatamente após a execução, os governos do Uruguai e dos EUA procuraram explorar a morte de Mitrione, que retrataram como um assassinato covarde de um profissional que trabalhava para ajudar o povo uruguaio. O assassinato foi usado para validar a posição do governo de que os sequestradores não eram militantes políticos, mas criminosos comuns e terroristas. A polícia uruguaia, por exemplo, divulgou a versão, logo difundida no mundo todo, de que o corpo de Mitrione foi encontrado com “evidentes sinais de tortura”⁴⁰¹.

Os tupamaros, que tinham informações surpreendentemente escassas sobre o trabalho de Mitrione⁴⁰², e os movimentos de esquerda, por outro lado, procuraram relacionar o norte-americano à CIA e à

399 MARCHA, 14 de agosto de 1970, p. 12.

400 LESSA, *La Revolución Imposible*, p. 183-184.

401 LA VANGUARDIA, 11 de agosto de 1970, capa. Mitrione, no entanto, não foi fisicamente maltratado, e seu corpo não tinha sinais de maus-tratos. RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 49.

402 RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 54-55.

prática de torturas. Já no dia 11, a agência cubana de notícias, *Prensa Latina*, divulgou matéria declarando que Mitrione era um agente da CIA que se encarregava de “instruir os policiais uruguaiois nas técnicas de tortura”⁴⁰³. Alguns dias depois, o semanário de esquerda uruguaio *Marcha* também destacou, em matéria de capa, que o norte-americano era um agente da CIA⁴⁰⁴.

Em longa entrevista concedida à agência *Prensa Latina*, em setembro de 1970, um dos líderes tupamaros, identificado como Urbano (na verdade, Maurício Rosencoff), afirmou que Mitrione era um agente da CIA, cuja função era ensinar métodos de tortura para a polícia uruguaia. Segundo Urbano, com a execução, os tupamaros também procuraram preservar a credibilidade do sequestro político como instrumento para que outros grupos guerrilheiros continuassem a salvar presos em toda a América Latina⁴⁰⁵.

Na entrevista, o dirigente também justificou a decisão de estabelecer prazo para o atendimento das demandas, o que colocou o grupo diante do dilema de matar Mitrione, afirmando que o MLN-T procurou acentuar as divisões existentes no governo entre a linha dura e os partidários da troca, o que poderia levar à queda de Pacheco Areco. O líder tupamaro identificou como pró-negociação o vice-presidente Abdala e o diretor do Departamento de Política Exterior da chancelaria, Carlos Giambruno, o que, como visto, dificilmente poderia representar cenário de “divisão” no governo. De acordo com a avaliação do tupamaro, a prisão da direção do MLN-T no dia 7 e a consequente percepção de que o grupo poderia ser desarticulado e os reféns resgatados decidiram a disputa interna do governo em favor da linha dura, impedindo a troca⁴⁰⁶.

Em 1972, o cineasta Costa-Gavras lançou o filme *Estado de Sítio*, baseado no sequestro e na execução de Dan Mitrione, retratado como

403 JORNAL DO BRASIL, 12 de agosto de 1970, p. 3.

404 MARCHA, 21 de agosto de 1970, capa.

405 PUNTO FINAL, 27 de outubro de 1970, p. 4.

406 *Ibid.*, p. 2.

o personagem Philip Santore. No filme, Santore é desmascarado como um especialista em torturas, encarregado de ensinar métodos violentos de interrogatório em vários países da América Latina⁴⁰⁷.

Na disputa entre as duas narrativas, o envolvimento de Mitrione com a prática de torturas tornou-se, em pouco tempo, o aspecto mais relevante.

No Uruguai, como nos outros países da América do Sul, os maus-tratos de presos eram prática comum. De acordo com Agee, a estação da CIA em Montevidéu sabia que a polícia uruguaia torturava militantes de esquerda, alguns dos quais eram colaboradores pagos pela agência, pelo menos desde 1964⁴⁰⁸. Ainda segundo o norte-americano, o próprio chefe da estação ouviu gritos de presos sendo torturado durante encontro realizado na sala do chefe da polícia do Uruguai, coronel Ventura Rodriguez, em 12 de dezembro de 1965. Posteriormente, Agee descobriu que a vítima era o líder comunista Oscar Bonaudi, cuja localização ele mesmo havia fornecido para a polícia uruguaia⁴⁰⁹.

Em relação a Mitrione, o *Jornal do Brasil* publicou, já no dia 14 de agosto de 1970, entrevista com o comissário Alejandro Otero, assinada pelos três profissionais do jornal que estavam no Uruguai cobrindo a crise uruguaia e o sequestro de Gomide: Carlos Alberto Kolecza, Maurecy Santos e Artur Aymoré.

Otero disse aos jornalistas brasileiros que já esperava a morte do agente norte-americano, tendo em vista que os tupamaros “visavam a eliminar Mitrione desde que, ao iniciar o assessoramento ao serviço de informações, passou a aplicar métodos violentos de repressão com apoio do governo, utilizando torturas”. O comissário assegurou que perdeu

407 ESTADO DE SÍTIO. Direção de Costa-Gavras, 1972.

408 AGE, *Inside the Company*, p. 337.

409 *Ibid.*, p. 458-459.

o cargo de chefe do Serviço de Investigações e Informações da polícia uruguaia por divergir dos métodos de Mitrione⁴¹⁰.

Otero foi substituído, em janeiro de 1970, pelo policial Héctor Morán Charquero, assassinado alguns meses depois pelos tupamaros, que o acusavam de torturar presos⁴¹¹. Charquero foi, por sua vez, sucedido pelo comissário Rodriguez Moroy.

Após a entrevista com Otero, os jornalistas brasileiros foram procurados pela polícia uruguaia no hotel onde se hospedavam em Montevideú. Aymoré não estava no local e, ao saber do interesse policial, foi até a embaixada do Brasil. Na embaixada, Aymoré foi aconselhado a se apresentar e prestar depoimento à polícia uruguaia. Depois de quatro horas de interrogatório, Aymoré foi libertado por volta das 16h. O jornalista retornou para a embaixada e foi informado por Bastian Pinto, às 19h, de que o governo uruguaio o considerava *persona non grata*. Aymoré permaneceu na embaixada até sua partida, às 6 horas da manhã do dia seguinte, com destino ao Rio de Janeiro. Posteriormente, a embaixada dos Estados Unidos no Brasil teria pressionado o *Jornal do Brasil* a demiti-lo⁴¹².

Na época, Alejandro Otero também foi pressionado pelas autoridades uruguaias em razão das declarações que havia dado aos jornalistas brasileiros. Após o fim do regime militar e a redemocratização do Uruguai, o policial confirmou que Mitrione praticou e ensinou métodos de tortura no Uruguai⁴¹³.

O depoimento de Otero foi posteriormente recuperado pelo jornalista norte-americano A. J. Langguth⁴¹⁴, que relatou que uma simpatizante tupamara teria sido severamente torturada sob a orientação de Mitrione. A mulher, depois de livre, teria procurado o

410 JORNAL DO BRASIL, 14 de agosto de 1970, p. 3.

411 RONFELDT, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, p. 52. Vide p. 29.

412 LANGGUTH, *Hidden Terrors*, p. 287-289.

413 LESSA, *La Revolución Imposible*, p. 142-143; e MCSHERRY, *Death Squads as Parallel Forces*.

414 Jornalista e escritor norte-americano, Langguth foi chefe do escritório do *The New York Times* em Saigon em meados da década de 1960.

comissário Alejandro Otero, a quem conhecia, para denunciar o fato. Otero protestou diretamente com Mitrione, que, segundo o policial uruguaio, teria se limitado a ouvir, impassível⁴¹⁵.

Além de Otero, o policial uruguaio Miguel Angel Benítez Segovia também envolveu Mitrione com a prática de torturas. Segovia afirmou que nunca viu Mitrione torturar um preso, mas sabia que o norte-americano dirigia interrogatórios. De acordo com Segovia, Mitrione seria o responsável pela melhoria dos equipamentos utilizados nas sessões de tortura, alguns dos quais enviados pelos EUA por mala diplomática, que incluíam agulhas eletrônicas de diversos tamanhos, algumas delas tão finas que poderiam ser utilizadas entre os dentes dos prisioneiros⁴¹⁶.

Em 1978, o cubano Manuel Hevia Cosculluela lançou em Havana o livro *Pasaporte 11333: ocho años con la CIA*, no qual afirmou ter trabalhado para a CIA entre 1962 e 1970. Hevia, que manteve a inteligência cubana informada desde o primeiro contato, atuou durante os oito anos como agente duplo a serviço do governo de Cuba.

Após breve treinamento em Miami, Hevia foi enviado ao Uruguai, onde, durante certo período, trabalhou diretamente para William Cantrell. Segundo o livro, Mitrione torturou pessoalmente quatro mendigos uruguaiois até a morte em uma demonstração para policiais. Ainda de acordo com o relato de Hevia, as “técnicas” de Mitrione envolviam o uso de choques elétricos e substâncias químicas. O agente norte-americano seria um especialista em torturas, que procurava aplicar de forma “científica”, causando a exata quantidade de dor necessária a obtenção da informação, sem provocar a morte prematura da vítima, o que, para Mitrione, significaria que o “técnico” tinha fracassado⁴¹⁷.

415 LANGGUTH, *Hidden Terrors*, p. 253-254.

416 Segovia fez parte de um grupo de sete policiais uruguaiois selecionados por Mitrione para um curso no centro de treinamento de Los Frenos, no Texas. No centro, que pertencia aos boinas verdes, os policiais realizaram um curso da CIA intitulado *Investigation of Terrorist Activities*, que incluía extensa instrução sobre como montar bombas e artefatos explosivos e nenhum ensinamento sobre como desativá-las. *Ibid.*, p. 250-251.

417 BLUM, *Killing Hope*, p. 203; THE NEW YORK TIMES, 5 de agosto de 1978, p. 3; FERNANDES, *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira*, p. 206-207; e PADRÓS, *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional*, p. 238.

Diversos tupamaros que participaram da direção do movimento acreditam que Mitrione fora escolhido para o sequestro em função das informações colhidas por Hevia. A inteligência cubana teria transmitido ao MLN-T, provavelmente por intermédio de alguém vinculado à agência de notícias Prensa Latina, o endereço de Mitrione e informações sobre a importância do norte-americano, ainda que de forma fragmentada. Hevia desapareceu de Montevideu no final de 1969 ou início de 1970⁴¹⁸.

No Brasil, também há relatos que relacionam Mitrione à tortura. O norte-americano foi acusado pelo grupo "Brasil Nunca Mais" de torturar mendigos em demonstrações para policiais brasileiros⁴¹⁹. De acordo com um ex-agente do SNI, Mitrione não se concentrava em temas policiais habituais, mas em espionagem e contraespionagem, ensinava técnicas para resistir à tortura e havia recebido treinamento em táticas de guerrilha e ações antiguerrilheiras. Segundo o agente, Mitrione tinha domínio impressionante de línguas e falava português tão fluentemente que não parecia um estrangeiro⁴²⁰.

Após a divulgação do resultado das investigações da comissão especial do Senado uruguaio sobre a prática de tortura no país, em junho de 1970, que constatou o uso frequente de métodos violentos, Mitrione enviou relatório sobre o assunto para Washington. No documento, escreveu:

One major problem seems to be that the general public considers the fight to be one between the police and the extremists, and are not too concerned about it. Until they realize that the activities of the extremists threaten their pursuit of social, political and economic betterment and assist the police by providing information and stop playing ostrich, the situation will not improve in the foreseeable future.

418 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 37.

419 HUGGINS, *Policia e Política*, p. 156.

420 *Ibid.*, p. 156-157.

No campo “recomendações”, Mitrione simplesmente anotou: “nenhuma”⁴²¹.

A morte de Mitrione também contribuiu significativamente para ampliar o interesse em torno do trabalho do Escritório de Segurança Pública. O crescente número de denúncias sobre a proximidade dos agentes do ESP com as forças de segurança de ditaduras apoiadas pelos EUA, que, em alguns casos, apontavam até mesmo para o envolvimento direto de norte-americanos nas violações cometidas por esses regimes, levaram diversos parlamentares a questionar a organização.

O ESP encerrou suas atividades no Brasil em 1972, sob a justificativa de que havia cumprido com seus objetivos. No mesmo ano, o senador William Fulbright apresentou emenda que propunha o corte de todos os recursos do ESP, argumentando que

a participação norte-americana na área extremamente sensível de segurança pública e do treinamento policial abriu inevitavelmente a porta àqueles que buscam identificar os Estados Unidos com todo e qualquer ato de brutalidade e opressão das polícias locais em todos os países em que funciona esse programa.⁴²²

Na ocasião, a emenda foi derrotada.

No ano seguinte, no entanto, o senador James Abourezk conduziu investigação que revelou envolvimento do ESP com crimes cometidos no Vietnã do Sul e a existência do curso para a fabricação de bombas mantido pela organização e pela CIA em Los Fresnos, Texas. O ESP foi fechado em 1974, durante a administração Gerald Ford, tornando-se o primeiro órgão de governo extinto por ação bipartidária do Congresso desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Em doze anos de operação,

421 LANGGUTH, *Hidden Terrors*, p. 249.

422 HUGGINS, *Polícia e Política*, p. 223.

sete funcionários norte-americanos do ESP foram mortos por forças insurgentes no exterior, seis deles no Vietnã e Mitrione no Uruguai⁴²³. As atribuições do ESP foram distribuídas entre diversas agências dos EUA, entre as quais a CIA, o FBI, a agência de combate às drogas (*Drug Enforcement Administration*) e o Departamento de Defesa⁴²⁴.

423 LANGGUTH, *Hidden Terrors*, p. 307.

424 HUGGINS, *Polícia e Política*, p. 223-226.

Capítulo 10

Negociações

Os primeiros dias após a execução de Mitrione foram um período de significativa tensão nas relações entre Brasil e Uruguai e de acentuada incerteza em relação ao destino de Gomide. O clima de apreensão e insegurança era aumentado pelos inúmeros boatos que circulavam em Montevideú, amplificados pela presença de mais de 900 correspondentes estrangeiros na capital uruguaia e por comunicados falsos emitidos em nome dos tupamaros. Mensagens falsas atribuídas aos tupamaros apareceram em Montevideú no dia 10 de agosto, em Buenos Aires no dia 13 e em Porto Alegre no dia 14.

A imprensa brasileira repercutiu o ambiente de incerteza predominante na capital uruguaia. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, publicou, em 11 de agosto, matéria com o título “Tupamaros anunciam execução de Gomide”, ainda que o texto registrasse a avaliação da polícia de que o comunicado com o pretenso anúncio era falso. A *Folha de S.Paulo*, por sua vez, também publicou, no mesmo dia, texto que sugeria a possibilidade iminente de Gomide ser executado, intitulado “Novo apelo brasileiro, assassinio parece certo”⁴²⁵.

425 FOLHA DE S.PAULO, 11 de agosto de 1970, p. 6.

As notícias de que tropas brasileiras assumiram posições na fronteira do Brasil com o Uruguai contribuíram significativamente para a aumentar a tensão na região. De acordo com a imprensa brasileira, aeronaves da FAB transportaram 250 paraquedistas para Santana do Livramento, na divisa com a cidade uruguaia de Rivera, no dia 10 de agosto. Com a missão de garantir a ordem na região, o contingente foi estacionado a 16 quilômetros da fronteira com o Uruguai⁴²⁶.

Tropas do exército brasileiro também passaram a controlar a ponte sobre o rio Quaraí, na divisa entre as cidades de Quaraí, no Brasil, e Artigas, no Uruguai⁴²⁷.

De acordo com relato da embaixada dos EUA no Brasil, oficiais norte-americanos foram informados por generais brasileiros, no dia 9 de agosto, de que as unidades militares no Rio Grande do Sul estavam, efetivamente, em estado de alerta. Ainda segundo a embaixada, as Forças Armadas brasileiras procuravam precaver-se contra qualquer ação dos extremistas uruguaios no Brasil, e a mobilização também servia para o caso de o governo do Uruguai “solicitar apoio brasileiro para evitar a anarquia e a guerra civil”⁴²⁸.

Jornais do mundo inteiro repercutiram a notícia de que unidades militares brasileiras foram deslocadas para a fronteira com o Uruguai e colocadas em estado de alerta⁴²⁹. No Uruguai, a imprensa local avaliou que a mobilização militar era real e que havia, de fato, a possibilidade de uma intervenção das Forças Armadas brasileiras no país.

A possibilidade de intervenção militar brasileira estava muito presente na percepção dos atores políticos uruguaios na época, tanto no governo quanto fora dele. O Uruguai percebia a si mesmo como um

426 JORNAL DO BRASIL, 11 de agosto de 1970, capa.

427 *Ibid.*, p. 3.

428 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 250-251.

429 ABC, 9 de agosto de 1970, p. 28.

pequeno espaço fronteiro que separava as duas maiores potências da região, um “algodão entre cristais”, na terminologia do diplomata inglês Lord Ponsonby. Nessa concepção, o Uruguai, assim como o Paraguai e a Bolívia, era objeto permanente da disputa entre os dois grandes e deveria saber equilibrar as ambições dos vizinhos de acordo com seus próprios interesses. O Brasil, em particular, pela imensidão de suas dimensões, era visto como um país extremamente poderoso, que deveria ser tratado com especial cautela.

Desde o fim de 1964, circulavam rumores nos setores de inteligência de que o Brasil poderia invadir o Uruguai⁴³⁰. No período do sequestro de Gomide, o chanceler Peirano Facio, em depoimento concedido anos depois, afirmou ter ouvido de diversos integrantes do governo uruguaio a avaliação de que o Brasil poderia invadir o país⁴³¹.

A imprensa argentina também publicou com destaque matérias sobre os “movimentos de tropas brasileiras na fronteira com o Uruguai”⁴³². Do mesmo modo, a embaixada do Brasil em Buenos Aires acompanhou as repercussões do tema, transmitindo informações sobre contatos entre militares argentinos e o governo uruguaio. Em 12 de agosto, por exemplo, reportou boatos de que Pacheco Areco teria convocado o adido militar argentino em Montevideu, a fim de transmitir suas preocupações com a movimentação de tropas brasileiras na fronteira do país⁴³³.

No dia seguinte, a embaixada brasileira informou que o adido militar da Argentina no Uruguai esteve em Buenos Aires a fim de reunir-se com o comandante em chefe do Exército argentino. O objetivo principal do encontro teria sido transmitir pedido uruguaio para o envio de policiais argentinos capazes de aplicar o “soro da verdade”⁴³⁴.

A possibilidade de uma atuação coordenada entre Argentina e Brasil no Uruguai também estava presente na avaliação dos atores políticos

430 AGEE, *Inside the Company*, p. 402 e 406.

431 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 221.

432 Telegrama 796 da embaixada do Brasil em Buenos Aires para a Secretaria de Estado, 12 de agosto de 1970.

433 *Ibid.*

434 Telegrama 797 da embaixada do Brasil em Buenos Aires para a Secretaria de Estado, 13 de agosto de 1970.

no período. O subsecretário de Relações Exteriores da chancelaria argentina, embaixador José Maria Rudá, afirmou ao embaixador Azeredo da Silveira, em 10 de agosto, que a situação no Chile, com a possibilidade de vitória de Allende, e na Bolívia preocupavam mais a Argentina que a crise uruguaia. Segundo a autoridade argentina, “diante do caos ou de uma situação de aventura em Montevideú, os dois grandes (Brasil e Argentina) unirão esforços para encontrar uma solução”⁴³⁵.

O próprio MLN-T considerava que a possibilidade de uma intervenção armada do Brasil ou da Argentina no Uruguai era real e aumentaria à medida que o grupo se fortalecesse. No caso de uma invasão externa, os tupamaros pretendiam conduzir ações de guerrilha em Montevideú, aglutinando, sob sua liderança, as forças nacionalistas que resistiriam ao invasor estrangeiro⁴³⁶.

Após a morte de Mitrión, a Argentina manteve a política de apoio ao governo Pacheco Areco, e a atuação de Buenos Aires permaneceu uma preocupação constante do governo brasileiro. A Casa Rosada divulgou, no dia 11 de agosto, comunicado condenando o assassinato do norte-americano e reiterando seu apoio à posição adotada por Pacheco Areco⁴³⁷.

Análises publicadas pela imprensa brasileira no período também destacaram a apreensão provocada no governo do Brasil pela atuação argentina. De acordo com uma dessas análises, a ação brasileira relativa ao sequestro de Gomide era moldada pelo quadro regional de alianças e pelo pressuposto do apoio intransigente da Argentina a Pacheco Areco. O governo brasileiro procurou permanentemente evitar o isolamento

435 Telegrama 767 da embaixada do Brasil em Buenos Aires para a Secretaria de Estado, 10 de agosto de 1970.

436 PORCEKANSKY, *Uruguay's Tupamaros*, p. 16.

437 Telegrama 786 da embaixada do Brasil em Buenos Aires para a Secretaria de Estado, 11 de agosto de 1970.

brasileiro e estimular, ainda mais, a aproximação entre Buenos Aires e Montevideú⁴³⁸.

A Argentina também apoiou a posição uruguaia em reunião extraordinária da OEA realizada no dia 19 de agosto, a pedido do Uruguai, para que o governo do país pudesse explicar as razões pelas quais se negava a negociar com os tupamaros. Na ocasião, o representante argentino e presidente do Conselho Permanente da OEA, embaixador Raul Quijano, reiterou a compreensão e a solidariedade do governo argentino ao Uruguai. A delegação do Brasil foi chefiada pelo então ministro Ítalo Zappa, que declarou que o sequestro era um crime contra a ordem interna do Uruguai e que, portanto, era o governo uruguaio quem deveria tomar providências para a libertação de Gomide⁴³⁹.

Na reunião, manifestaram-se apenas representantes de Uruguai, Argentina, Brasil, Estados Unidos e Venezuela, e não estava inicialmente em discussão decisão de apoio ou não à posição uruguaia⁴⁴⁰. Ao final da sessão, para surpresa do governo brasileiro, a OEA aprovou decisão de apoio à posição uruguaia.

Outro elemento que contribuiu para dificultar as relações entre Brasília e Montevideú nesse momento foi a atuação de exilados brasileiros na crise. Liderados por Leonel Brizola, exilados brasileiros no Uruguai também manifestaram publicamente preocupação com a situação de Gomide e ofereceram-se para colaborar em busca de solução para o sequestro. Brizola, no dia 12 de agosto, chegou a reunir-se com o subsecretário de Relações Exteriores da chancelaria uruguaia, Américo

438 JORNAL DO BRASIL, 13 de agosto de 1970, p. 3.

439 TRIBUNA DA IMPRENSA, 20 de agosto de 1970, p. 6.

440 JORNAL DO BRASIL, 21 de agosto de 1970, p. 3.

Ricaldoni. O encontro foi divulgado pela imprensa e provocou protestos enérgicos da embaixada brasileira junto à chancelaria uruguaia⁴⁴¹.

Diante das constantes matérias de imprensa com declarações de Brizola sobre o sequestro, o chanceler Gibson Barboza instruiu a embaixada em Montevideú a solicitar a colaboração do governo uruguaio para impedir que o ex-governador do Rio Grande do Sul se manifestasse publicamente⁴⁴². Maria Aparecida Gomide, por sua vez, telefonou discretamente ao ex-governador do Rio Grande do Sul e agradeceu seu apoio nos esforços para a libertação de Gomide⁴⁴³.

No Brasil, até o embaixador alemão, Ehrenfried Von Holleben, libertado em troca de 40 presos políticos alguns meses antes, criticou publicamente a intransigência do governo uruguaio e elogiou a postura brasileira durante os sequestros de diplomatas no país. A chancelaria uruguaia protestou junto ao governo alemão e convocou para consultas o embaixador do país em Bonn. Em razão do incidente, o presidente Pacheco Areco cancelou visita à Alemanha, até então prevista para outubro de 1970⁴⁴⁴.

Elvira Elbrick, esposa do ex-embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, que havia deixado o posto em maio de 1970, também se manifestou, enviando mensagem de solidariedade a Maria Aparecida Gomide. Na nota, divulgada pelo Itamaraty, Elvira Elbrick afirmou desejar que “seu marido seja libertado são e salvo como foi o meu no Brasil”⁴⁴⁵.

441 Telegrama 327 da embaixada do Brasil em Montevideú para a Secretaria de Estado, 13 de agosto de 1970.

442 Despacho telegráfico 238 da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Montevideú, 13 de agosto de 1970.

443 Depoimento de Maria Aparecida Gomide, 18 de novembro de 2017.

444 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 304-305; e JORNAL DO BRASIL, 19 de agosto de 1970, p. 3.

445 JORNAL DO BRASIL, 13 de agosto de 1970, p. 3.

Em Montevideú, a situação permaneceu instável durante todo o mês de agosto. O sistema de ensino uruguaio, em particular, passava por uma conjuntura de significativa agitação e instabilidade, marcada por protestos de estudantes e professores e por medidas repressivas do governo, como intervenções em escolas secundárias e universidades. Logo após a morte de Mitrione, para evitar manifestações estudantis, o governo determinou a suspensão de todas as aulas por dez dias.

O retorno às aulas no dia 21, no entanto, foi acompanhado pela retomada e pela intensificação dos protestos, com estudantes expulsando interventores das escolas, provocando represálias cada vez mais rigorosas do governo. Finalmente, no dia 28 de agosto, o governo promulgou decreto, assinado pelo ministro da Educação e Cultura e também pelos ministros do Interior e da Defesa, fechando todos os estabelecimentos de ensino médio de Montevideú, públicos ou privados, pelo resto do ano⁴⁴⁶.

Na busca por Gomide, entre 13 de agosto e 4 de setembro, dez mil residências foram revistadas em Montevideú. No mês de agosto de 1970, vinte mil residências foram revistadas apenas na capital uruguaia⁴⁴⁷. As forças de segurança uruguaias também fizeram buscas na rede de esgoto, em faculdades e na sede de clube de futebol, além de locais importantes, como a Catedral Metropolitana, o Hospital Pasteur e o Teatro Solís⁴⁴⁸.

De acordo com informe do Departamento de Inteligência da polícia uruguaia, apenas em agosto de 1970, 56 pessoas foram presas e indiciadas por crimes relacionados à insurgência. Desse grupo, 16 indivíduos não foram formalmente indiciados, já que foram detidos após o decreto de medidas de emergência⁴⁴⁹.

446 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 309-311.

447 PORCEKANSKY, *Uruguay's Tupamaros*, p. 56.

448 BLIXEN, *Sendic*, p. 194-195.

449 NATIONAL SECURITY, ARCHIVE, *Electronic Briefing Book n. 324*, Dirección Nacional de Información e Inteligencia, memoria mensual, agosto de 1970.

Gradativamente, no entanto, certo sentimento de “normalidade” foi retornando a Montevideú, à medida que se consolidou a expectativa de que Gomide e Claude Fly não seriam executados e permaneceriam por um longo período sequestrados, a não ser na hipótese de a polícia uruguaia descobrir e invadir o local do cativoiro.

Contribuiu significativamente para diminuir a tensão em Montevideú a divulgação do comunicado número 10 dos tupamaros. O documento, deixado em um teatro de Montevideú no final da tarde do dia 11 de agosto, afirmou que Gomide e Fly estavam bem e, especialmente, que “não havia sido determinada sentença contra eles”. O documento, por outro lado, reiterou a ameaça de executar os reféns caso as forças de segurança localizassem os cativoiros⁴⁵⁰. Os tupamaros encarregados da vigilância tinham, efetivamente, ordens para executar os reféns em caso de ação policial⁴⁵¹.

Juntamente com o comunicado, os sequestradores também divulgaram mensagens dos dois reféns para seus familiares. Na nota, que gerou especulações sobre possíveis mensagens cifradas, Gomide, escreveu:

Querida Aparecida,
Esqueci de dizer que você deve telefonar ao banco e conversar com o gerente, falando com ele sobre o pagamento dos dois seguros correspondentes a este mês de agosto. Converse também com Dutra e Mendes sobre os pagamentos que deverão ser realizados este mês. Estou bem. Reze. Saudades. Aloysio.⁴⁵²

O embaixador brasileiro relatou, já no dia 12 de agosto, “um certo otimismo” com relação aos destinos de Gomide e Fly, tendo em vista, em especial, a intensidade da reação popular contrária à execução de Mitrone e o próprio comunicado número 10 dos tupamaros. Para

450 NATIONAL SECURITY ARCHIVE, *Electronic Briefing Book n. 324*, Dirección Nacional de Información e Inteligencia, memoria mensual, agosto de 1970.

451 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 288-289.

452 JORNAL DO BRASIL, 12 de agosto de 1970, p. 2.

Bastian Pinto, os tupamaros desejariam apenas um modo de libertar os prisioneiros e “salvar a face”⁴⁵³.

Em nota divulgada no dia 13 de agosto, o III Exército, responsável pela defesa da região sul do Brasil, desmentiu a movimentação de tropas na fronteira com o Uruguai, ressaltando que as unidades militares cumpriam apenas com suas atividades normais de instrução e treinamento, que incluem transporte de tropas em aeronaves⁴⁵⁴.

No mesmo sentido tranquilizador, mas em relativa divergência com o comunicado do III Exército, o comandante da guarnição de Santana do Livramento, coronel José Alvaro Leal, informou que os exercícios militares na fronteira entre Brasil e Uruguai haviam sido suspensos⁴⁵⁵.

A polícia uruguaia, por sua vez, suspendeu, em 20 de agosto, a operação Rastrilho e reduziu os esforços mais ostensivos para encontrar os cativeiros de Gomide e Fly, diminuindo, com isso, as chances de localizá-los. A intensidade do esforço, de qualquer modo, havia sobrecarregado os recursos humanos e financeiros das forças de segurança uruguaias, que não poderiam manter um número tão expressivo de policiais e militares nas ruas por mais tempo.

A única ocasião, durante todo o sequestro de Gomide, em que o governo uruguaio pareceu dar algum espaço para a negociação ocorreu logo após a morte de Mitrione. No dia 12 de agosto, Sendic, que estava preso no mais completo isolamento na sede da polícia uruguaia, recebeu a visita do ministro da Cultura, Carlos Fleitas. Na ocasião, a administração do sistema prisional uruguaio era responsabilidade do Ministério da Cultura.

453 Telegrama 322 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 12 de agosto de 1970.

454 JORNAL DO BRASIL, 13 de agosto de 1970, p. 5.

455 FOLHA DE S.PAULO, 14 de agosto de 1970, p. 2.

Fleitas propôs ao líder tupamaro, em troca da libertação de Gomide e Fly, a publicação de um manifesto do MLN-T, o retorno das garantias individuais e o início imediato dos trâmites judiciais de todos os presos, além da libertação daqueles que não poderiam ser processados, isto é, aqueles que haviam sido detidos com base na legislação emergencial. Sendic, que avaliou positivamente a proposta desde o início, disse a Fleitas que precisava consultar o resto da direção do MLN-T.

No dia seguinte, Sendic foi levado ao presídio de Punta Carretas, onde, acompanhado dessa vez por Huidobro, Marenales e Manera, manteve outra reunião com Fleitas. Sendic retornou posteriormente à sede da polícia, enquanto quinze tupamaros discutiam a proposta em uma cela aberta em Punta Carretas. Dois dias depois, no prazo acordado com Fleitas, os tupamaros responderam ao governo que aceitavam a proposta e entregaram o manifesto para a divulgação.

Informações sobre as conversas, no entanto, vazaram e foram divulgadas pela imprensa. No Brasil, o jornal *Tribuna da Imprensa*, por exemplo, publicou matéria sobre o tema com o título: “Líder tupamaro como mediador para salvar o cônsul Gomide”⁴⁵⁶. O governo uruguaio, contudo, negou a existência de qualquer negociação, e Fleitas não voltou a falar com os tupamaros. Embora Fleitas não pudesse ordenar sozinho o deslocamento de Sendic para Punta Carretas, permanece incerto se o ministro da Cultura possuía autorização de Pacheco Areco para oferecer os termos apresentados ou sequer para negociar com os tupamaros⁴⁵⁷.

Na segunda metade de agosto, a posição do governo uruguaio em relação aos sequestros sofreu importante alteração. Autoridades uruguaias passaram a declarar, publicamente, que o governo do país não teria objeções a que terceira parte negociasse a libertação dos

456 TRIBUNA DA IMPRENSA, 15 e 16 de agosto de 1970, capa.

457 BLIXEN, *Sendic*, p. 193-194.

sequestrados, sugerindo, desse modo, que Brasil, Estados Unidos ou outros atores tratassem diretamente com os tupamaros.

O chanceler Peirano Facio, em entrevista ao jornal uruguaio *El Día*, afirmou que “o governo não entrará em negociações com os delinquentes”, mas que, “se o Brasil, por algum meio, conseguir um entendimento com os sediciosos, por sua exclusiva responsabilidade e sempre que isso não afetar nosso direito interno, a situação é obviamente muito distinta”⁴⁵⁸.

A embaixada dos EUA em Montevideú confirmou o teor da entrevista de Peirano Facio com a chancelaria uruguaia. Segundo a CIA, em análise secreta feita para o presidente dos EUA, a posição era quase um convite para que um governo estrangeiro, ou mesmo organizações privadas, tentassem negociar com os tupamaros o pagamento de resgate⁴⁵⁹.

No mesmo sentido, em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* e a outros meios de imprensa brasileiros, o diretor-geral da chancelaria uruguaia, Joaquim Constanzo, também sugeriu que o Uruguai não iria se opor se terceira parte negociasse a libertação dos cativos. De acordo com a autoridade uruguaia, “podem existir particulares ou outros governos interessados também na salvação da vida de ambos os funcionários” (referindo-se a Gomide e a Claude Fly). Segundo ele, se a atuação de outros atores “levar a uma solução do problema, estaremos muitos felizes”⁴⁶⁰.

Após a publicação da matéria no *Jornal do Brasil*, o secretário-geral do Itamaraty ligou para o embaixador Bastian Pinto e também solicitou que a embaixada confirmasse a autenticidade da entrevista. O embaixador brasileiro, no mesmo dia, falou pessoalmente com

458 VEJA, 26 de agosto de 1970, p. 43.

459 CIA, *The President's Daily Brief*, 23 de agosto de 1970, p. 5-6.

460 VEJA, 26 de agosto de 1970, p. 44.

Constanzo, que confirmou, em linhas gerais, a veracidade do que havia sido publicado pelos jornalistas⁴⁶¹.

Na capital uruguaia, circularam rumores de que o governo brasileiro estaria negociando a libertação de Gomide em troca de pagamento em dinheiro ou, até mesmo, da libertação de presos políticos no Brasil. No início, principalmente nos dias mais tensos de agosto, o embaixador Bastian Pinto e outros diplomatas brasileiros desmentiram repetidas vezes a existência de negociações. No dia 13 de agosto, por exemplo, Bastian Pinto declarou que as versões de que o governo brasileiro negociava com os tupamaros “a troca do cônsul por uma soma em dinheiro ou por presos políticos carecem totalmente de fundamento”⁴⁶².

Como também observou um dos líderes do MLN-T, Brasília tinha dificuldades em negociar diretamente com os tupamaros e manteve, durante todo o sequestro, a posição de que era responsabilidade do governo uruguaio resolver a questão⁴⁶³. Para o Brasil, negociar com os tupamaros significaria, em primeiro lugar, clara interferência nos assuntos domésticos uruguaio e, portanto, uma violação de princípio fundamental da diplomacia brasileira. Representaria, ademais, a transferência definitiva da responsabilidade pela resolução do problema para Brasília, retirando qualquer incentivo para o governo uruguaio empenhar-se em solucionar a questão.

De qualquer modo, diante da intransigência do governo uruguaio e da constatação de que os tupamaros não tinham interesse em executar outro refém, em razão da repercussão negativa da morte de Mitrione, ficou claro que a única saída para o impasse era um acerto de “terceiros” com o MLN-T, como havia ocorrido no sequestro do banqueiro Gaetano Pellegrini Giampietro⁴⁶⁴.

461 Telegrama 354 da embaixada do Brasil em Montevideu para a Secretaria de Estado, 21 de agosto de 1970.

462 JORNAL DO BRASIL, 14 de agosto de 1970.

463 LESSA, *La Revolución Imposible*, p. 153-154.

464 Sobre o sequestro de Gaetano Pellegrini Giampietro, vide capítulo 2.

Em meados de setembro, provavelmente estimulado pela tentativa fracassada de negociação do ministro da Cultura, o MLN-T propôs novo entendimento com o governo uruguaio. No comunicado número 11, divulgado em 17 de setembro, o movimento ofereceu libertar um dos reféns em troca da divulgação de extenso manifesto em três redes de TV, três emissoras de rádio e seis jornais uruguaios⁴⁶⁵. No manifesto, os tupamaros ofereciam o fim das ações armadas em troca da libertação dos presos políticos, do retorno ao trabalho de empregados demitidos durante greves, da eliminação dos decretos sobre congelamento de salários e do retorno dos direitos e garantias individuais⁴⁶⁶.

O comunicado número 11, cuja divulgação foi proibida pelas autoridades uruguaias, informou, ainda, que um dos reféns estava bem de saúde e o que o outro recebia atendimento médico. Segundo o texto, medidas restritivas, como a proibição de visitas, tinham sido impostas contra os tupamaros presos, alguns dos quais também haviam sido torturados. O MLN-T ameaçava, por fim, que tal tratamento “não ficará impune”⁴⁶⁷.

O comunicado não deixava claro qual dos reféns seria libertado, afirmando apenas que, em caso da divulgação do manifesto, seria imediatamente libertado “o funcionário estrangeiro que se encontra sob cuidados médicos”⁴⁶⁸.

Em análise enviada tarde da noite do próprio dia 17, o embaixador Bastian Pinto afirmou possuir informações seguras de que o comunicado número 11 era autêntico e avaliou, corretamente, que Claude Fly “sofre do coração” e deveria ser o refém a ser libertado em troca da publicação⁴⁶⁹. Naquele momento, o MLN-T temia que Fly, que efetivamente tinha

465 THE NEW YORK TIMES, 18 de setembro de 1970.

466 BLIXEN, *Sendic*, p. 194-195.

467 Telegrama 421 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 17 de setembro de 1970.

468 *Ibid.*

469 Telegrama 424 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 17 de setembro de 1970.

problemas cardíacos, viesse a falecer no cativeiro, o que, certamente, provocaria nova onda de indignação contra o grupo⁴⁷⁰.

Em resposta, Gibson Barboza enviou, em 19 de setembro, telegrama no qual reiterou a orientação para a embaixada não negociar com os tupamaros, ainda que indiretamente. Segundo o documento, era “da maior importância também precaver-se contra insinuações que visem à transferência da responsabilidade da solução do problema para as autoridades brasileiras”. Gibson transmitiu, ainda, sua solidariedade e compreensão ante as difíceis circunstâncias, já que Bastian Pinto havia afirmado estarem todos na embaixada muito cansados e desanimados⁴⁷¹.

Os governos do Brasil e dos EUA avaliaram de maneira favorável a proposta tupamara e pressionaram o governo uruguaio a permitir a publicação do manifesto. O embaixador Bastian Pinto manteve contatos com autoridades uruguaias nos dias 21 e 22 de setembro, cobrando a publicação do texto.

O embaixador norte-americano em Montevideu também realizou gestões em favor da publicação do manifesto. Charles Adair argumentou com as autoridades uruguaias que a simples publicação não contrariava a posição do governo de não negociar com os sequestradores e poderia permitir a libertação de um dos reféns⁴⁷².

No domingo, dia 20 de setembro, para pressionar ainda mais o governo uruguaio, o MLN-T distribuiu, em vários pontos de Montevideu, um novo comunicado, o de número 12 desde o início do “Plano Satã”. No documento, o movimento reiterou a exigência de divulgação do manifesto, além de afirmar que o governo já havia atendido a algumas demandas dos tupamaros. Junto com o comunicado, os tupamaros também divulgaram uma nova mensagem de Gomide para a esposa, com o seguinte teor:

470 PUNTO FINAL, 27 de outubro de 1970, p. 2.

471 Despacho telegráfico 287 da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Montevideu, 19 de setembro de 1970; e LESSA, *La Revolución Imposible*, p. 155.

472 Telegrama 434 da embaixada do Brasil em Montevideu para a Secretaria de Estado, 21 de setembro de 1970.

Maria Aparecida, estou sendo bem tratado. Escrevo também, sobretudo para, por escrito, matar saudades. Soube por meus captores de minha promoção a conselheiro e estimaria que você expressasse o meu agradecimento por intermédio do senhor embaixador. Confiemos na providência. Peça em todas orações que eu volte à liberdade e possa retornar para casa e meu trabalho como cidadão livre. Rezo sempre por vocês. Conto com você e todos os demais. Escrevo com certa dificuldade porque estou sem óculos. Abraços, beijos e lembranças do Aloysio.

P.S. Não se esqueça dos seguros, que devem ser pagos por intermédio do banco.⁴⁷³

A carta original foi entregue pela polícia uruguaia para Maria Aparecida Gomide, que confirmou que a mensagem era autêntica⁴⁷⁴. A última observação, em particular, gerou nova especulação na imprensa uruguaia de que se tratava de uma mensagem cifrada de Gomide.

Em Nova York, às margens da Assembleia Geral da Nações Unidas, Gibson Barboza encontrou-se com Peirano Facio, que considerou que o refém doente e, portanto, potencial beneficiário da proposta tupamara seria Gomide. Gibson respondeu que julgava que a proposta deveria ser aceita de qualquer modo, mencionando que o governo brasileiro havia procedido dessa maneira em casos similares.

Em despacho telegráfico enviado à embaixada em Montevidéu, Gibson notou a contradição entre a avaliação da embaixada, bem como a própria mensagem de Gomide, e a afirmação de Peirano Facio de que o refém doente seria o diplomata brasileiro e instruiu Bastian Pinto a tentar esclarecer a questão e descobrir quem seria libertado⁴⁷⁵.

Em reunião do presidente Pacheco Areco com seus ministros, em 22 de setembro, o governo uruguaio decidiu recusar a proposta do MLN-T⁴⁷⁶. No mesmo dia, já de volta de Nova York, o ministro Peirano

473 Pouco antes, Gomide tinha sido promovido a conselheiro, o que, na época, tinha caráter essencialmente simbólico. Telegrama 434 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 21 de setembro de 1970.

474 Telegrama 437 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 21 de setembro de 1970.

475 Despacho telegráfico 290 da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Montevidéu, 21 de setembro de 1970.

476 THE NEW YORK TIMES, 23 de setembro de 1970.

Facio confirmou ao embaixador Bastian Pinto que o governo uruguaio havia decidido não permitir a publicação do manifesto. Facio pediu para o embaixador informar ao ministro Gibson Barboza, sigilosamente, que “teria preferido transmitir-lhe notícia mais favorável” e que havia sido “voto vencido”⁴⁷⁷.

Após a negativa do governo uruguaio, Gibson convocou o embaixador do país, Folle Martinez, a Brasília, para expressar “o descontentamento e a séria apreensão” do Brasil com a “intransigência” de Montevideú, que não aceitou negociar a libertação de um dos reféns em troca da publicação de um manifesto. O chanceler afirmou ao representante uruguaio que

a simples divulgação do documento – que não significaria aceitação ou reconhecimento das exigências e expressões nele contidas – era perfeitamente aceitável em se tratando de obter a libertação e, possivelmente, salvar a vida de um representante oficial estrangeiro.⁴⁷⁸

No encontro, Gibson disse-lhe, ainda, que a decisão uruguaia significava fechar a porta a qualquer negociação, colocando em grave risco a vida de Gomide, além de prolongar indefinidamente seu cativo, que, àquela altura, além dos efeitos sobre o cônsul brasileiro, também causara danos irreparáveis a sua esposa e a seus filhos. Acrescentou, também, que, depois de quase dois meses, o governo brasileiro só não havia tomado “nenhuma atitude ostensiva em relação a esse caso profundamente lamentável” em razão do respeito que manteve, desde o início, a não interferir em um problema de exclusiva competência e responsabilidade do governo uruguaio⁴⁷⁹.

477 Telegrama 443 da embaixada do Brasil em Montevideú para a Secretaria de Estado, 22 de setembro de 1970.

478 *Ibid.*

479 Despacho telegráfico 295 da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Montevideú, 24 de setembro de 1970; e LESSA, *La Revolución Imposible*, p. 156-157.

A despeito da aparente “normalização” da situação em Montevideú, com a percepção de que os reféns não seriam executados, a conjuntura criada pelos sequestros era de significativa complexidade, e os governos e outros atores envolvidos sempre enfrentaram grandes dificuldades para compreender todos os seus aspectos. Informações contraditórias, notícias falsas, a pluralidade dos atores envolvidos e a própria ausência de informações dificultavam uma análise precisa e criavam obstáculos para a atuação dos governos.

A embaixada do Brasil em Montevideú, por exemplo, que no dia 12 de agosto havia realizado uma apreciação relativamente otimista da situação, voltou a avaliar negativamente a conjuntura apenas uma semana depois. Bastian Pinto considerou, na ocasião, que o ambiente era “de perplexidade e desânimo” e que o próprio governo uruguaio parecia impotente. Segundo ele, a intensa atividade policial dos últimos dias produzira resultados pouco significativos e “a justiça uruguaia, como também o magistério, é muito mais do que infiltrada, é quase toda partidária dos terroristas”. Em sua avaliação, em suma, “parece serem os terroristas os donos do país”⁴⁸⁰.

As mensagens e os comunicados falsos atribuídos aos tupamaros, que apareceram durante todo o período do sequestro, foram certamente um elemento complicador nas análises do governo brasileiro. Apenas no dia 17 de agosto, apareceram comunicados falsos atribuídos aos tupamaros em três países diferentes: um em Montevideú, outro na cidade argentina de Santiago del Estero e o terceiro em Porto Alegre. Dois deles “anunciaram” que Gomide e Fly seriam executados, e o outro, que seriam libertados⁴⁸¹.

A despeito do fato de que os tupamaros nunca divulgaram, durante o período, comunicados fora do Uruguai, foi recorrente o surgimento de comunicados falsos em nome do movimento em diversas cidades no exterior. Até o *The New York Times* recebeu pelo correio, em janeiro de

480 Telegrama 348 da embaixada do Brasil em Montevideú para a Secretaria de Estado, 19 de agosto de 1970.

481 JORNAL DO BRASIL, 18 de agosto de 1970, p. 3.

1971, carta presumidamente dos tupamaros, com o pedido de US\$ 1 milhão para o pagamento do resgate de Claude Fly⁴⁸².

No início de outubro, surgiram novos rumores envolvendo o sequestro de Gomide, e as imprensas uruguaia e brasileira reportaram que a libertação do diplomata seria iminente. Em razão da notícia, o secretário-geral do Itamaraty ligou para o embaixador Bastian Pinto, que desmentiu a informação⁴⁸³.

Mesmo tendo pouca ou nenhuma informação relevante sobre o sequestro nesse período, o governo uruguaio manteve contato frequente com a embaixada brasileira. No sábado, 5 de setembro, por exemplo, Peirano Facio encontrou-se com Bastian Pinto e disse-lhe ter informações de que Gomide estava bem de saúde e que estava “cautelosamente otimista” em relação à solução para o sequestro⁴⁸⁴. Como visto, poucas semanas depois, o chanceler uruguaio transmitiu ao ministro Gibson Barboza a avaliação de que Gomide tinha problemas de saúde.

Os serviços de inteligência também não estavam imunes aos boatos e à falta de informação precisa. A CIA, no briefing diário entregue ao presidente dos EUA em 16 de janeiro de 1971, relatou que autoridades brasileiras suspeitavam que os tupamaros iriam tentar entregar Gomide para grupos de esquerda no Brasil e que, por essa razão, a segurança nas áreas de fronteira com o Uruguai e em alguns aeroportos tinha sido reforçada⁴⁸⁵.

Em algum momento após a captura do diplomata brasileiro, Maria Aparecida Gomide foi procurada por uma funcionária local da embaixada, que era casada com um advogado uruguaio. Esse advogado

482 THE NEW YORK TIMES, 16 de janeiro de 1971.

483 Telegrama 467 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 4 de outubro de 1970.

484 Telegrama 392 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 5 de setembro de 1970.

485 CIA, *The President's Daily Brief*, 16 de janeiro de 1971, p. 3.

era, por sua vez, amigo do advogado do líder tupamaro Raúl Sendic – ou pelo menos assim se apresentou – e se ofereceu como intermediário nos contatos de Maria Aparecida Gomide com o movimento.

Por diversas vezes, Maria Aparecida Gomide foi questionada quanto à real capacidade de esse advogado servir como emissário junto aos tupamaros. Ao longo do sequestro, no entanto, ela efetivamente negociou o destino de Gomide por intermédio do advogado. Foi ele quem, em primeiro lugar, confirmou a informação de que os tupamaros exigiam um milhão de dólares para a libertação de Gomide.

Durante as negociações, Maria Aparecida Gomide manteve contato permanente com o ministro Gibson Barboza e, algumas vezes, com o próprio presidente Médici. Nesse período, obteve do chanceler aprovação para decisões importantes. Em pelo menos uma ocasião, Maria Aparecida Gomide voou secretamente de Montevideú para o Brasil, em aeronave obtida por Gibson Barboza, para consultá-lo.

Em um desses encontros, Maria Aparecida Gomide perguntou ao chanceler se o governo brasileiro não poderia fornecer a quantia necessária para o pagamento do resgate. Gibson Barboza respondeu negativamente, tendo em vista as dificuldades que surgiriam caso o envolvimento do governo brasileiro fosse descoberto⁴⁸⁶.

Em tal hipótese, o governo certamente seria acusado de interferência nos assuntos internos uruguaios e de fortalecer os grupos armados de esquerda no continente. A atitude também poderia provocar fortes reações de setores militares de linha dura no Brasil, já insatisfeitos com a política de libertar presos em troca de diplomatas estrangeiros sequestrados em território nacional, que agora contrastava flagrantemente com a recusa uruguaia.

Maria Aparecida Gomide consultou, então, Gibson Barboza sobre a possibilidade de ela mesma conduzir uma campanha nacional de

486 Depoimento de Maria Aparecida Gomide, 18 de novembro de 2017.

arrecadação de recursos. O chanceler concordou e afirmou que concedia “todo seu apoio” à iniciativa⁴⁸⁷.

Dessa maneira, diante da recusa do governo uruguaio em estabelecer qualquer diálogo com os tupamaros e da posição do governo brasileiro de não interferência nos assuntos internos do Uruguai, por sua vez determinada, em grande medida, pelos próprios constrangimentos internos no Brasil e pela atuação argentina na crise, Maria Aparecida Gomide assumiu a condução das negociações com o MLN-T. Como reconheceu décadas depois o ministro Gibson Barboza, ela estabeleceu, “por conta própria, contatos com os sequestradores e deles obteve, afinal, a promessa de que libertariam seu marido se lhes pagasse, como resgate, um milhão de dólares”⁴⁸⁸.

Maria Aparecida Gomide voltou a reunir-se com o chanceler Gibson Barboza em 10 de dezembro de 1970, já em meio aos primeiros esforços para arrecadar recursos para a libertação de Gomide. Segundo a imprensa brasileira, Gibson Barboza afirmou, após o encontro, que o governo brasileiro se considerava impedido de intervir diretamente na questão, porque isso implicaria intromissão nos assuntos do Uruguai. O ministro reconhecia, no entanto, que Maria Aparecida Gomide tinha o direito de procurar preservar a vida de seu marido⁴⁸⁹.

A campanha para arrecadar o dinheiro do resgate foi lançada em 13 de dezembro de 1970, durante entrevista ao vivo de Maria Aparecida Gomide ao apresentador Flávio Cavalcanti. A irmã de Cavalcanti era casada com o diplomata Armando Mascarenhas, e, por seu intermédio,

487 Depoimento de Maria Aparecida Gomide, 18 de novembro de 2017.

488 BARBOZA, **Na diplomacia, o traço todo da vida**, p. 253.

489 VEJA, 16 de dezembro de 1970, p. 24.

o apresentador havia entrado em contato com Maria Aparecida Gomide e oferecido ajuda⁴⁹⁰.

Em encontro com Maria Aparecida Gomide em sua residência, o apresentador expressou dúvidas sobre a concordância do governo com a divulgação da campanha na televisão. Na mesma hora, Maria Aparecida Gomide ligou para Gibson Barboza, que confirmou que ela poderia levar a campanha ao ar⁴⁹¹.

No programa, Maria Aparecida Gomide anunciou que os tupamaros pediam US\$ 1 milhão de resgate pela libertação de seu marido e deu início à campanha nacional de arrecadação. À época, o *Programa Flávio Cavalcanti*, veiculado pela TV Tupi todos os domingos das 18h às 22h, era o líder nacional de audiência. Cavalcanti e Maria Aparecida Gomide conseguiram o apoio do Banco Nacional, que abriu contas para a campanha em todas as suas agências no Brasil⁴⁹². Além da entrevista, nas semanas seguintes, o programa veiculou chamadas para a campanha, intitulada *Maria Aparecida – só o amor constrói*.

Outros importantes meios de imprensa também apoiaram a campanha. Maria Aparecida Gomide apareceu no programa de Abelardo Barbosa, o Chacrinha, na TV Globo, principal concorrente de Flávio Cavalcanti pela audiência dos domingos⁴⁹³. Em dezembro de 1970, em um período de apenas 48 horas, ela concedeu sete entrevistas à televisão e uma coletiva de imprensa, além de reunir-se com o arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, e com a diretoria do Banco Nacional⁴⁹⁴.

Com apoio da imprensa, os esforços de Maria Aparecida Gomide acabaram por mobilizar boa parte da opinião pública brasileira. Contribuições foram feitas, por exemplo, pelos funcionários da Cervejaria Ouro Preto em Belo Horizonte, que doaram um dia de salário. O Jôquei

490 PENTEADO, **Um instante, maestro!**, p. 23-24.

491 Depoimento de Maria Aparecida Gomide, 30 de julho de 2018.

492 Depoimento de Maria Aparecida Gomide, 18 de novembro de 2017; e PENTEADO, **Um instante, maestro!**, p. 25.

493 Aos domingos, a TV Globo veiculava programas conduzidos pelo apresentador Silvio Santos das 18h às 20h e por Chacrinha das 20h às 22h. PENTEADO, **Um instante, maestro!**, p. 18.

494 VEJA, 23 de dezembro de 1970, p. 23.

Clube de Santos ofereceu a renda de uma corrida, um circo no Rio de Janeiro doou a arrecadação de um fim de semana, e personalidades como Danuza Leão também fizeram contribuições⁴⁹⁵.

O governo brasileiro não tomou parte da campanha de arrecadação de recursos para o resgate de Gomide. O regime, por outro lado, permitiu que os meios de comunicação divulgassem notícias sobre a campanha e outros fatos ligados ao sequestro de Gomide, como os encontros de Maria Aparecida Gomide com o presidente Médici e com Gibson Barboza, e as mensagens por ela enviadas para as autoridades brasileiras.

Ao que tudo indica, o chanceler brasileiro efetivamente atuou em favor dos esforços de Maria Aparecida Gomide, ainda que discretamente. Um dos obstáculos enfrentados pela campanha foi a atuação do ministro da Fazenda, Delfim Neto, um dos mais influentes integrantes do governo no período. Durante a campanha de arrecadação, Delfim negou publicamente, em diversas ocasiões, a possibilidade de que o dinheiro arrecadado pudesse ser convertido em dólares e enviado ao Uruguai. Após despacho com o presidente Médici no Palácio das Laranjeiras, em 16 de dezembro de 1970, por exemplo, Delfim declarou que “não há meio legal para transferir o dinheiro do Brasil para o Uruguai, destinado à libertação do cônsul Aloysio Dias Gomide, acrescentando que só um ‘trabalho de mágica’ poderia resolver o problema”⁴⁹⁶. Em outra ocasião, insistiu que “a transferência dos dólares é rigorosamente impossível”⁴⁹⁷. Gibson finalmente obteve do presidente Médici e do ministro da Fazenda a concordância de que as autoridades brasileiras fariam “vista grossa” a uma travessia da fronteira por um portador com o dinheiro arrecadado⁴⁹⁸.

O ministro das Relações Exteriores também teria estimulado seu primo, o empresário Marcílio Gibson, a contribuir para a campanha e a

495 PENTEADO, **Um instante, maestro!**, p. 23-26.

496 TRIBUNA DA IMPRENSA, 17 de dezembro de 1970, p. 2.

497 LA VANGUARDIA, 24 de dezembro de 1970, p. 16; e VEJA, 30 de dezembro de 1970, p. 20.

498 BARBOZA, **Na diplomacia, o traço todo da vida**, p. 257.

convencer outros empresários a fazer o mesmo. Gibson Barboza teria, igualmente, incentivado a participação na campanha do apresentador Chacrinha, seu amigo de juventude⁴⁹⁹.

Gomide e Fly foram “entrevistados” no cativo, em outubro de 1970, supostamente por uma jornalista argentina que teria sido contatada pelos tupamaros. Os textos e fotos foram posteriormente enviados para a redação da revista semanal argentina *Panorama*. No Brasil, a revista *Veja* adquiriu os direitos sobre o material e publicou matéria de capa sobre o tema na edição de 11 de novembro de 1970.

Em formato de perguntas e respostas, a maior parte da “entrevista” trazia questões sobre convicções pessoais de Gomide e suas posições sobre as razões do sequestro, a situação uruguaia e o governo brasileiro. De acordo com o texto, Gomide observou que já havia estado em três lugares diferentes. No primeiro deles, compartilhou um beliche com Mitrione, que permaneceu, ferido, na cama de baixo. Os dois reféns teriam trocado apenas poucas palavras.

Na oportunidade, Gomide declarou também que os tupamaros afirmaram que o caso dele era diferente do de Dan Mitrione, que seria, segundo eles, um “agente da CIA enviado à América Latina para ensinar policiais a torturar presos políticos”⁵⁰⁰.

Gomide, ao contrário de Mitrione, foi sequestrado exclusivamente por ser representante diplomático do governo brasileiro, e não por alguma razão pessoal ou profissional⁵⁰¹. Além das declarações dadas pelos tupamaros que vigiavam Gomide, em fevereiro de 1971, um dirigente do movimento afirmou, em entrevista enviada por escrito à rede BBC,

499 Página eletrônica da família Gibson (<familiagibson.org>).

500 VEJA, 11 de novembro de 1970, p. 21-22.

501 LANGGUTH, *Hidden Terrors*, p. 257.

que o diplomata brasileiro havia sido sequestrado por representar “a ditadura mais sangrenta do continente”⁵⁰².

A mesma justificativa, como visto, foi apresentada no comunicado 6, divulgado pelos tupamaros no dia 6 de agosto, que afirmou, textualmente, que

o senhor Aloysio Dias Gomide é o representante no Uruguai de uma ditadura de carniceiros que triturou e assassinou centenas de patriotas brasileiros em seus calabouços e institucionalizou o assassinato policial por meio do macabro esquadrão da morte.

O Brasil, por seu turno, foi escolhido pelos tupamaros por razões tanto ideológicas quanto pragmáticas. Do ponto de vista ideológico, para os tupamaros, como mostra o comunicado 6, o Brasil, governado por uma ditadura militar de direita acusada de torturar e executar presos políticos, era um alvo legítimo e justificável.

Sob o aspecto prático, juntamente com os EUA, o Brasil era o mais importante parceiro internacional do Uruguai e, portanto, seria capaz de pressionar o governo do país. Além disso, quando confrontado com o sequestro de diplomatas estrangeiros em seu território, o governo brasileiro havia concordado em libertar presos políticos, o que indicava que o Brasil não apenas tinha meios para exercer pressão sobre o governo uruguaio, como também iria, provavelmente, fazê-lo.

De fato, ainda que de maneira criteriosa, o governo brasileiro continuou tomando decisões que revelavam sua insatisfação com o governo do Uruguai. No início de novembro, por exemplo, a Marinha uruguaia procurou o adido militar da embaixada brasileira, para consultá-lo sobre a possibilidade de embarcações uruguaias, em viagem de instrução, realizarem parada de dois ou três dias em um porto brasileiro⁵⁰³. Em resposta, Brasília instruiu a embaixada a negar o pedido, sob a justificativa de que, diante do descontentamento da

502 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 362.

503 Telegrama 509 da embaixada do Brasil em Montevideú para a Secretaria de Estado, 6 de novembro de 1970.

opinião pública brasileira com o sequestro de Gomide, poderia ocorrer incidente desagradável envolvendo os cadetes uruguaios. O assunto foi levado ao próprio presidente Médici, que decidiu pela resposta negativa⁵⁰⁴.

Ao longo de todo o sequestro, os tupamaros continuaram realizando ações de grande envergadura na capital uruguaia. Em 12 de novembro de 1970, o grupo roubou, com auxílio de informações transmitidas por um simpatizante que trabalhava no local, a *Caja de Préstamos Pignoratícios*, um ramo do Banco de la República, localizado a vinte metros de distância da sede do Ministério do Interior. A operação exigiu o sequestro simultâneo de quatro funcionários da instituição, cada um portador de uma das chaves que davam acesso ao cofre onde ficavam as joias apenas se utilizadas simultaneamente. A ação, o maior assalto a banco até então realizado, rendeu dez milhões de pesos em dinheiro, o equivalente a 253 mil dólares em valores atuais, e seis milhões de dólares em joias – 38 milhões em valores atualizados⁵⁰⁵.

No segundo semestre de 1970, ganhou corpo a ideia de formação de uma frente ampla que aglutinasse todos os partidos e grupos políticos da esquerda não armada do Uruguai. Fundada oficialmente em 5 de fevereiro de 1971, a Frente Ampla foi criada a partir da união de setores dos partidos tradicionais e de grupos de esquerda, muitos dos quais proibidos, como o Partido Socialista, que realizou na clandestinidade, em dezembro de 1970, o congresso que aprovou a incorporação. Além do Partido Socialista, ingressaram na Frente Ampla o Partido Comunista, o Partido Democrata-Cristão e setores do Partido Nacional.

504 Despacho telegráfico 349 da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Montevideu, 11 de novembro de 1970; LESSA, *La Revolución Imposible*, p. 156; e VILLALOBOS, *Tiranos, tremel!*, p. 80-81.

505 PUNTO FINAL, 24 de novembro de 1970, p. 24; THE NEW YORK TIMES, 14 de novembro de 1970; e PORZECANSKI, *Uruguay's Tupamaros*, p. 40.

Em comunicado divulgado em dezembro de 1970, sob o título “Declaração de adesão à Frente Ampla”, o MLN-T expressou apoio crítico à Frente, avaliando que a unidade dos grupos de esquerda era positiva e que o movimento poderia constituir importante fator de mobilização popular. Apesar disso, os tupamaros consideravam que os governantes uruguaios, “que não tiveram escrúpulos em golpear e matar homens do povo, que violaram a Constituição e que prenderam mais de cinco mil trabalhadores em um ano”, não iriam entregar o governo passivamente. Segundo o MLN-T, as eleições eram realizadas apenas para “revitalizar o regime” e produzir mudanças no âmbito da “oligarquia dominante”, e o povo só conquistaria o poder por intermédio da luta armada⁵⁰⁶.

A formação da Frente Ampla causou, de imediato, receio não apenas nos setores conservadores no Uruguai, mas também em Brasília e em Washington de que poderia repetir-se a experiência do Chile. A execução de Mitrione e, em especial, a vitória de Salvador Allende nas eleições chilenas menos de um mês depois, em 4 de setembro de 1970, fortaleceram no governo dos EUA a prioridade da luta contra o comunismo nas políticas do país para a região⁵⁰⁷.

O Uruguai realizaria eleições presidenciais em novembro de 1971, e pesquisas de opinião indicavam que a Frente Ampla conquistaria o governo de Montevideu e que, com cerca de 30% das intenções de voto no país, tinha chances de vencer a eleição presidencial.

O governo militar brasileiro determinou a elaboração de plano para a invasão do Uruguai em caso de vitória da Frente Ampla. O plano ficou conhecido como “Operação 30 horas”, alusão ao tempo projetado para a tomada de Montevideu pelo exército brasileiro. Segundo o general Ruy de Paula Couto, que foi adido do Exército na embaixada brasileira em Montevideu entre 1967 e 1969 e chefe do Estado Maior do III Exército entre 1969 e 1972, Pacheco Areco sabia do plano. Segundo Couto, as

506 PUNTO FINAL, 5 de janeiro de 1971, p. 24; e BLIXEN, *Sendic*, p. 197.

507 GASPARI, *A ditadura escancarada*, p. 302.

Forças Armadas uruguaias não resistiriam, e Areco assumiria poderes ditatoriais⁵⁰⁸.

Pouco antes do início oficial da campanha pela libertação de Gomide, um comando da VPR sob a chefia de Carlos Lamarca sequestrou, na manhã do dia 7 de dezembro, no Rio de Janeiro, o embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bucher. O veículo do embaixador, no qual também estavam o motorista e um agente federal, foi interceptado na rua Conde de Baependi, no bairro do Flamengo. O agente, Hélio Carvalho de Araújo, tentou reagir e foi baleado por Lamarca, falecendo três dias depois em razão dos ferimentos⁵⁰⁹.

Desta vez, diante da exigência da libertação de 70 presos políticos e da crescente oposição de setores de linha dura, fortalecida pelas dificuldades do governo com o sequestro de Gomide, o regime militar endureceu sua posição. Nos três sequestros anteriores, o governo havia decidido, rapidamente, aceitar a libertação dos presos exigidos pelos grupos armados. Durante os primeiros dias do sequestro de Bucher, no entanto, o governo divulgou que não havia recebido mensagens dos sequestradores, apesar de o comunicado número 1 ter sido enviado pela VPR a cinco órgãos de imprensa minutos depois da ação⁵¹⁰.

Os guerrilheiros decidiram, ainda assim, enviar a lista com a relação dos 70 presos, acompanhada de bilhetes escritos por Bucher, a diversos jornais cariocas e ao escritório da Agência France Presse (AFP) no Rio de Janeiro. Após a AFP ter divulgado a informação, o regime expulsou do país o diretor da agência, alegou que a lista era falsa e determinou que só aceitaria relação assinada pelo embaixador e endereçada ao Ministério da Justiça. Após o comando da VPR reenviar

508 LA REPÚBLICA, 15 de janeiro de 2007.

509 JOSÉ e MIRANDA, **Lamarca**, p. 171.

510 SIRKIS, **Os carbonários**, p. 341-343.

a lista de acordo com as especificações, o governo finalmente aceitou a autenticidade do documento, mas rejeitou 19 nomes sob diversas alegações, afirmando, por exemplo, que o crime era demasiado grave ou que o governo não tinha o preso sob custódia. Ao final, os sequestradores forneceram quase cem nomes para que o governo aceitasse uma lista com 70 presos a serem libertados.

As duas outras reivindicações dos sequestradores, a divulgação de um manifesto na imprensa brasileira e a concessão de passagem gratuita para os usuários de trem do Rio de Janeiro por alguns dias, foram simplesmente ignoradas pelo governo⁵¹¹.

Durante o longo período de negociações, com as repetidas recusas do governo em aceitar nomes de presos, a VPR esteve próxima de decidir pela execução do embaixador, com base, principalmente, no argumento de que deveria preservar a tática do sequestro como arma dos grupos de esquerda. A execução só foi evitada porque Lamarca alterou sua posição inicial, defendendo a importância da libertação de 70 presos e apontando para o efeito político negativo para a guerrilha do assassinato do embaixador Von Spreti na Guatemala⁵¹².

Os 70 presos políticos que finalmente integraram a lista partiram para o exílio em Santiago, no Chile, no dia 13 de janeiro de 1971. Bucher foi libertado em 16 de janeiro, 40 dias após o sequestro, o último e o mais longo sequestro de um representante de governo estrangeiro realizado durante a ditadura militar no Brasil.

Após os sequestros do dia 31 de julho e o assassinato de Mitrione, o corpo diplomático sediado em Montevidéu passou a viver sob alerta constante. O ambiente de insegurança e paranoia era tão acentuado que o embaixador do Brasil, Bastian Pinto, por exemplo, sempre entrava e

511 SIRKIS, **Os carbonários**, p. 352, 353 e 362; e SKIDMORE, **The Politics of Military Rule in Brazil**, p. 119.

512 GORENDER, **Combate nas trevas**, p. 220-221; e SIRKIS, *op. cit.*, p. 371-374.

saía de seu veículo com a mão no bolso externo do paletó, segurando uma pistola Colt 45. Bastian Pinto praticava tiro ao alvo diariamente, com uma proteção de ouvido, em uma garagem nos fundos da embaixada brasileira⁵¹³.

Os diplomatas em Montevidéu foram orientados a não manter rotinas, variando os horários e os percursos de seus deslocamentos. A segurança das embaixadas foi reforçada, e os embaixadores passaram a contar com proteção particular. Essas medidas, no entanto, não conseguiram evitar que os tupamaros realizassem, ainda no marco do “Plano Satã”, o sequestro do mais graduado diplomata feito pelo grupo.

O embaixador britânico no Uruguai, Geoffrey Jackson, variava o horário e o trajeto de seus deslocamentos, e seu veículo, uma Daimler Limousine, era sempre seguido por carro de escolta com outros dois ocupantes. Por determinação do próprio Jackson, no entanto, os ocupantes do veículo de apoio e o motorista da Limousine não portavam armas⁵¹⁴.

Por volta das 10h da manhã do dia 8 de janeiro de 1971, o veículo de Jackson foi interceptado por uma van vermelha em rua central de Montevidéu. Em razão da intensificação das medidas de segurança, os tupamaros utilizaram um número ainda maior de guerrilheiros e agiram com mais violência que nos sequestros anteriores. Após a colisão, quatro tupamaros ingressaram na Limousine, um dos quais efetuou dois disparos no interior do veículo, e Jackson foi amarrado e vendado. No cativeiro, Jackson reclamou dos tiros, que por pouco não o atingiram, e foi informado de que o tupamaro responsável havia sido punido pelo incidente⁵¹⁵.

Na rua, aproximadamente outros quinze guerrilheiros participaram da ação. Enquanto um tupamaro disparava rajadas para o alto com uma metralhadora até então escondida em um cesto de fruta, outros

513 VEJA, 3 de março de 1971, p. 16-18.

514 JACKSON, *People's Prison*, p. 24.

515 *Ibid.*, p. 28-30.

renderam a coronhadas o motorista do embaixador e os dois ocupantes do carro de apoio⁵¹⁶. Após duas trocas de automóvel, Jackson foi levado a um esconderijo tupamaro, no qual permaneceria por três meses.

O sequestro do embaixador britânico reavivou a crise no Uruguai. Pacheco Areco demitiu o ministro do Interior, general Antonio Francese, que, durante a crise de agosto, fora considerado o homem forte do governo, nomeando em seu lugar Santiago de Brum Carbajal⁵¹⁷. No dia 21 de janeiro, o presidente uruguaio transferiu a responsabilidade pela administração dos presídios uruguaio do Ministério da Educação e Cultura para o Ministério do Interior.

Logo após o sequestro de Jackson, Pacheco Areco também solicitou ao Congresso, então em período de recesso, a suspensão das garantias individuais no Uruguai por 90 dias. A comissão do Parlamento composta por onze membros que funcionava durante o recesso aprovou a suspensão por 40 dias. Com isso, o Parlamento uruguaio admitiu, pela segunda e última vez na história uruguaia, a suspensão das liberdades civis no país⁵¹⁸.

No dia 26 de janeiro, o jornal *Ya* recebeu informações sobre novo comunicado tupamaro, o de número 15 desde o início do “Plano Satã”. No extenso comunicado, permeado de críticas ao governo uruguaio, o MLN-T afirmou que o estado de saúde dos reféns era bom e que eles eram “a garantia da integridade física dos presos nos cárceres do governo”. Acrescentou, ainda, que os “prisoneiros estrangeiros” serviam para denunciar ao mundo a prisão de dezenas de “patriotas uruguaio” e que “suas vidas estarão em perigo se forças do regime se aproximarem dos locais onde estão”⁵¹⁹.

O sequestro também provocou fortes reações em Londres. Poucos meses antes, em 5 de outubro de 1970, o diplomata britânico James

516 THE NEW YORK TIMES, 10 de janeiro de 1971.

517 Em pouco mais de quatro anos de governo, Pacheco Areco teve sete ministros do Interior.

518 A primeira suspensão ocorreu após a execução de Mitrión. WEINSTEIN, *Repression, Exile, and Democracy*, p. 85.

519 Telegrama 50 da embaixada do Brasil em Montevideú para a Secretaria de Estado, 26 de janeiro de 1971.

Richard Cross havia sido sequestrado pela Frente de Libertação do Quebec (FLQ), no Canadá, em uma operação inspirada pelos tupamaros. Cinco dias depois, também foi sequestrado o secretário do Trabalho da província do Quebec, Pierre Laporte. Laporte foi assassinado pela FLQ, em 17 de outubro. Após 62 dias de cativeiro, Cross foi libertado em 4 de dezembro de 1970, pouco mais de um mês antes do sequestro de Jackson em Montevideú.

Nesse contexto, o governo do Reino Unido enviou ao Uruguai o embaixador Oliver Wright, com o objetivo de conseguir a libertação de Jackson. O enviado especial britânico chegou a Montevideú em 13 de janeiro de 1971 e, já no dia seguinte, reuniu-se com os embaixadores do Brasil e dos EUA e com o chanceler uruguaio, Peirano Facio.

No encontro com o embaixador brasileiro, Wright afirmou que o Reino Unido considerava o sequestro, em linha com a posição brasileira, um tema de competência interna do governo uruguaio. O enviado britânico lembrou, ainda, que mesmo o governo canadense, que, no caso do sequestro de Cross, também se recusara a atender às demandas dos sequestradores, manteve-se aberto ao diálogo com a FLQ⁵²⁰.

Em poucos dias, ficou claro que o governo uruguaio tampouco aceitaria negociar com os tupamaros a libertação de Jackson e que o embaixador britânico também permaneceria no cativeiro por um longo período.

520 Telegrama 25 da embaixada do Brasil em Montevideú para a Secretaria de Estado, 14 de janeiro de 1971.

Capítulo 11

Libertação

Apesar do apoio do chanceler e de indivíduos importantes na imprensa e no empresariado, a campanha de arrecadação conduzida por Maria Aparecida Gomide também enfrentou dificuldades e a oposição de alguns setores igualmente relevantes. Como mencionado, o ministro da Fazenda, Delfim Neto, por exemplo, um dos mais influentes integrantes do governo no período, declarou publicamente, em mais de uma ocasião, que o dinheiro do resgate de Gomide não poderia sair do país⁵²¹.

Entre os militares, em especial, era comum a expressão de opinião crítica ao esforço, com base na percepção de que o dinheiro arrecadado iria fortalecer os terroristas na região. O presidente do Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro, Theóphilo de Azeredo Santos, que teve papel fundamental nos esforços de arrecadação, foi, ao menos em uma ocasião, conduzido ao DOPS e obrigado a permanecer por horas dando explicações sobre seu envolvimento com a campanha⁵²².

Com a campanha em andamento, mas sem que a quantia arrecadada com as doações se aproximasse do valor exigido pelos tupamaros, Maria Aparecida Gomide procurou o ex-presidente Juscelino

521 Vide Capítulo 10.

522 Depoimento de Maria Aparecida Gomide, 18 de novembro de 2017.

Kubitschek e relatou as dificuldades enfrentadas. O ex-presidente, que estava acompanhado de Sarah Kubitschek, fez, inicialmente, algumas sugestões para ampliar os esforços. Maria Aparecida Gomide mostrou-se pessimista com as propostas, salientando que algumas delas já haviam sido tentadas. Juscelino sugeriu, então, que ela reunisse as doações feitas em todo o Brasil e simplesmente oferecesse aos tupamaros o que já havia arrecadado, ressaltando que não tinha como obter recursos adicionais⁵²³.

Maria Aparecida Gomide aceitou a sugestão do ex-presidente e, ainda no Rio de Janeiro, manteve contatos telefônicos com o advogado uruguaio que servia de emissário com os tupamaros, negociando com o movimento tanto a redução do valor do resgate quanto a entrega da quantia em cruzeiros. Os tupamaros aceitaram receber, em cruzeiros, um valor menor, correspondente a cerca de 250 mil dólares – US\$ 1,58 milhão em valores atuais –, mas insistiram que essas informações não poderiam tornar-se públicas. Exigiram, ademais, que as notas não fossem sequenciais, para dificultar seu eventual rastreamento⁵²⁴.

Maria Aparecida Gomide pediu apoio a Theóphilo de Azeredo Santos para que todo o dinheiro arrecadado no país inteiro fosse reunido em uma única agência bancária. O Banco Nacional, para evitar problemas com os militares, não quis reunir a quantia, e o dinheiro foi todo transferido para agência do Banco Português no Rio de Janeiro, que facilitou a entrega do dinheiro arrecadado, em espécie, a Maria Aparecida Gomide.

No início de 1971, Pacheco Areco enviou ao Brasil, como seu representante especial, o cidadão uruguaio Miguel Paez Vilaró. O enviado especial encontrou-se com o presidente Médici, mas a visita

523 Depoimento de Maria Aparecida Gomide, 18 de novembro de 2017.

524 *Ibid.*

foi tratada com o mais absoluto sigilo e permaneceu secreta⁵²⁵. Vilaró era um publicitário próximo a Pacheco Areco que coordenou campanhas eleitorais do grupo político do presidente uruguaio⁵²⁶.

Em resposta, Médici decidiu enviar ao Uruguai o embaixador Mário Tancredo Borges da Fonseca, secretário-geral adjunto para Assuntos Americanos⁵²⁷. Borges da Fonseca, que havia nascido em Salto, no Uruguai, tinha ocupado o cargo de embaixador em Assunção e era um dos mais experientes diplomatas brasileiros em assuntos referentes à América Latina⁵²⁸.

Bastian Pinto foi instruído a tratar da visita do enviado do presidente Médici apenas com o chanceler Peirano Facio e a requisitar sigilo completo dos uruguaios⁵²⁹. Não obstante, a informação sobre a visita de Borges da Fonseca vazou para a imprensa uruguaia e repercutiu na mídia brasileira. A revista *Veja*, por exemplo, reportou a possível presença do enviado brasileiro e questionou o ministro Gibson Barboza sobre o assunto. O chanceler negou o envio, mas acrescentou que “o sequestro é assunto prioritário sobre minha mesa e passa à frente de qualquer outra matéria”⁵³⁰.

Diante do precário quadro de segurança no Uruguai, o governo brasileiro optou por evitar deslocamento terrestre, e Borges da Fonseca viajou em avião C-42 da FAB, pilotado por dois tripulantes, seguindo o roteiro Pelotas-Santa Tereza-Pelotas. O Itamaraty também determinou que Bastian Pinto não comparecesse ao encontro, para

525 Despacho telegráfico (s/n.) da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Montevidéu, 5 de janeiro de 1971.

526 Posteriormente, junto com Pacheco Areco, Ulysses Pereyra Reverbel e Peirano Facio, Vilaró foi acusado de beneficiar um consórcio internacional com sede em Madri em troca do recebimento de propina. Por ocasião do segundo sequestro de Reverbel, os tupamaros divulgaram que o capturaram para impedir que retirasse dois milhões de dólares depositados em um banco na Suíça. O dinheiro seria repartido com Areco e Vilaró. CUESTIÓN, 6 de abril de 1972, p. 27-28; e ficha CIEX número 253, 17 de maio de 1972.

527 Despacho telegráfico (s/n.) da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Montevidéu, 5 de janeiro de 1971.

528 VEJA, 20 de janeiro de 1971, p. 20.

529 Despacho telegráfico (s/n.) da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Montevidéu, 5 de janeiro de 1971.

530 VEJA, 20 de janeiro de 1971, p. 20.

evitar “especulações inevitáveis”⁵³¹. O ministro Peirano Facio tampouco participou do encontro, como anteriormente previsto, já que o piloto da aeronave que o conduzia alegadamente não conseguiu pousar em Santa Tereza⁵³².

Borges da Fonseca reuniu-se com o presidente Pacheco Areco na fortaleza de Santa Tereza, em 11 de janeiro de 1971, apenas três dias após o sequestro do embaixador britânico. No encontro, que durou cerca de 45 minutos, Borges da Fonseca afirmou que, mesmo em vistas da nova difícil circunstância com que Areco se defrontava (o sequestro de Jackson), o presidente Médici havia decidido manter o encontro, até porque desejava enviar sua solidariedade ao mandatário uruguaio. Areco agradeceu e afirmou estar sensibilizado com o gesto, além de “alongar-se em expressões veementes sobre a necessidade de serem reatados o entendimento, a amizade e a colaboração entre o Brasil e o Uruguai”. Declarou, ainda, estar disposto a encontrar-se com Médici na data e local da conveniência do presidente brasileiro.

O enviado especial respondeu que o presidente brasileiro também desejava reatar as relações bilaterais e manter encontro com Areco, mas que isso só seria possível após conclusão satisfatória do sequestro de Gomide e que a suspensão das relações tinha sido inevitável, mas “não significava hostilidade”. O presidente uruguaio, por sua vez, declarou sentir profundamente não ter meios para obter a libertação de Gomide, mas afirmou acreditar que o diplomata brasileiro e Claude Fly seriam libertados em breve e “espontaneamente” pelos tupamaros.

Diretamente questionado sobre o que o governo uruguaio faria caso esta previsão não se concretizasse, Areco declarou que, em posse dos poderes excepcionais que logo receberia, em função do sequestro do embaixador britânico, iria determinar o aumento da pressão policial sobre os tupamaros e incrementar o valor da recompensa oferecida por

531 Despacho telegráfico (s/n.) da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Montevidéu, 8 de janeiro de 1971.

532 Despacho telegráfico (s/n.) da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Montevidéu, 13 de janeiro de 1971.

informações. Borges da Fonseca ponderou que medidas dessa natureza não tinham sido eficazes até o momento e manifestou o receio de que Gomide pudesse ser assassinado caso seu cativeiro fosse descoberto pelas forças de segurança.

Areco retrucou que adotaria a “fórmula canadense”, isto é, a de informar aos sequestradores que lhes seria assegurada a saída do país em segurança, desde que também respeitassem a vida dos reféns. Diante da intransigência do presidente uruguaio, a afirmação foi vista positivamente pelo Itamaraty, mas há dúvidas sobre se o presidente uruguaio realmente transmitiu ordens nesse sentido.

Borges da Fonseca mencionou, também, a correção da posição do governo brasileiro no caso do sequestro do embaixador suíço, concordando em negociar sua libertação em troca de 70 presos políticos – o embaixador seria libertado no dia 16 de janeiro. Areco reconheceu a correção da postura brasileira, mas voltou a reiterar que “as limitações que lhe impõe o regime jurídico e político uruguaio o impedem de ir além das providências que mencionou”.

Gibson Barboza avaliou de maneira positiva o encontro, afirmando que predominou, do lado brasileiro, a mensagem de que o país estava “pronto para reatar uma estreita política de entendimento e colaboração com o Uruguai”, mas unicamente depois da libertação de Gomide⁵³³.

Ainda no Rio de Janeiro, Maria Aparecida Gomide tratou de encontrar modo seguro de transportar o dinheiro arrecadado para o Uruguai. Depois de alguma discussão, indicou-se uma senhora de 63 anos, Dona Inácia, que tinha familiaridade com viagens pela fronteira

533 Despacho telegráfico (s/n.) da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Montevidéu, 13 de janeiro de 1971.

uruguaia. Para acompanhá-la, foi designado o advogado Marcos Ribeiro de Azevedo, marido de uma amiga de Maria Aparecida Gomide⁵³⁴.

Maria Aparecida Gomide deixou o Rio de Janeiro de retorno a Montevideú no dia 30 de janeiro de 1971⁵³⁵, carregando ostensivamente algumas sacolas, com o objetivo de simular que transportava o dinheiro do resgate⁵³⁶. Em Montevideú, hospedou-se no apartamento do ministro-conselheiro da embaixada do Brasil, Quintino Symphoroso Deseta, localizado na rua Luis P. Ponce, número 1296, para concluir as negociações e obter a esperada libertação de Gomide.

O trajeto que Azevedo e Inácia percorreram de ônibus do Rio de Janeiro até Porto Alegre e, depois, da capital gaúcha até a cidade de Rivera, no Uruguai, foi marcado pela tensão e pelo receio de que pudessem perder a quantia arrecadada para a libertação de Gomide. Em diversas ocasiões, os dois brasileiros suspeitaram estar sendo seguidos por policiais uruguaios ou por tupamaros⁵³⁷.

O dinheiro do resgate deveria ter sido entregue às 6h30 do dia 30 de janeiro de 1971 na cidade de Rivera, no Uruguai, na divisa com Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul. Azevedo e Inácia esperaram por quase todo o dia, mas ninguém apareceu para pegar a quantia. Regressaram ao hotel em Porto Alegre, onde receberam telefonema do Rio de Janeiro, informando que deveriam aguardar instruções de Montevideú. A chamada telefônica da capital uruguaia marcou encontro às 12h do dia 3 de fevereiro de 1971, em frente a uma loja na cidade de Chuí, no lado brasileiro da fronteira. Finalmente, na data marcada, apareceu alguém que usou a senha, algo incomum para um tupamaro, “que Nossa Senhora Aparecida nos proteja”, ao que Dona Inácia respondeu “estamos protegidos”. Os dois portadores entregaram a sacola com o dinheiro ao desconhecido⁵³⁸.

534 O ESTADO DE S. PAULO, 2 de janeiro de 1972, p. 12.

535 Telegrama 120 da embaixada do Brasil em Montevideú para a Secretaria de Estado, 5 de março de 1971.

536 Depoimento de Maria Aparecida Gomide, 18 de novembro de 2017.

537 O ESTADO DE S. PAULO, 2 de janeiro de 1972, p. 12.

538 PENTEADO, **Um instante, maestro!**, p. 18; e O ESTADO DE S. PAULO, 2 de janeiro de 1972, p. 12.

Na realidade, os dois brasileiros não entregaram o dinheiro do resgate a um tupamaro ou a um emissário do grupo como acreditavam, mas ao ministro-conselheiro da embaixada do Brasil em Montevidéu, Quintino Deseta⁵³⁹. Segundo o ministro Gibson Barboza, Deseta “teve o destemor de agir por conta e risco próprios”⁵⁴⁰.

Maria Aparecida Gomide e algumas pessoas próximas, entre as quais Deseta, debateram quem deveria seguir até a fronteira para recolher a quantia dos dois brasileiros. Cogitou-se, inclusive, uma amiga de Maria Aparecida Gomide, casada com um diplomata espanhol baseado em Montevidéu, que se ofereceu como voluntária. O diplomata, no entanto, proibiu a esposa de ir buscar o dinheiro tão logo soube da ideia. Ao final, Deseta decidiu, por conta própria, ir até Chuí e recolher o resgate⁵⁴¹.

Apesar de a cidade distar apenas cerca de três horas de automóvel de Montevidéu, a viagem foi repleta de riscos, tendo em vista a relativa notoriedade de Deseta como ministro-conselheiro da embaixada brasileira e o envolvimento das forças de segurança do Uruguai e do Brasil, bem como dos próprios tupamaros.

Com o dinheiro do resgate finalmente a salvo no apartamento de Deseta, em Montevidéu, Maria Aparecida Gomide ainda exigiu dos tupamaros outro bilhete manuscrito do marido, tanto como prova de que o diplomata estava bem de saúde quanto para se assegurar, uma vez mais, de que o intermediário realmente alcançava as pessoas chaves do MLN-T. Pouco depois, o advogado uruguaio entregou a mensagem, e Maria Aparecida Gomide constatou que a letra era de seu marido⁵⁴².

Informado da chegada do dinheiro, o advogado uruguaio foi até o apartamento de Deseta, solicitou que as notas fossem acondicionadas

539 Deseta assumiu, posteriormente, a chefia da representação brasileira na Nicarágua. Durante a revolução Sandinista, Deseta e outros cidadãos brasileiros foram retirados da Nicarágua em aeronave da FAB, após o rompimento das relações do Brasil com o regime de Somosa e a deterioração das condições de segurança na capital. JORNAL DO BRASIL, 27 de junho de 1979, p. 12.

540 BARBOZA, **Na diplomacia, o traço todo da vida**, p. 257-258.

541 Depoimento de Maria Aparecida Gomide, 18 de novembro de 2017.

542 *Ibid.*

em caixas de sapato e contou que faria a entrega em uma praça no centro da capital uruguaia, às 10h da manhã. Após a partida do advogado, Maria Aparecida Gomide disse a Deseta que pretendia ir à praça para confirmar que a entrega seria realmente feita, mas foi energicamente desaconselhada pelo diplomata, que temia que os tupamaros pudessem reconhecê-la.

No dia marcado para a entrega, o advogado retornou à residência de Deseta antes das 10h, visivelmente aliviado, e confirmou que havia repassado o pagamento do resgate de Gomide aos tupamaros. Questionado se tudo havia corrido bem durante a entrega na praça, o advogado mencionou que jamais teria revelado o local do encontro previamente e que o dinheiro tinha sido, na verdade, dado aos tupamaros em frente a uma loja na avenida 18 de Julio⁵⁴³.

A entrega do dinheiro para os tupamaros ocorreu, provavelmente, no dia 11 de fevereiro, quinta-feira, no mesmo dia em que rádio uruguaia anunciou, erroneamente, a libertação de Gomide⁵⁴⁴.

No dia seguinte, 12 de fevereiro, o MLN-T divulgou o comunicado 16, confirmando que as negociações tinham sido concluídas, que o resgate havia sido pago e que Gomide seria libertado após a restauração dos direitos constitucionais no Uruguai. Os poderes emergenciais que suspendiam as garantias individuais no Uruguai haviam sido concedidos a Pacheco Areco em 11 de janeiro, alguns dias após o sequestro do embaixador britânico, por um período de 40 dias, e iriam expirar, automaticamente, à meia-noite do sábado, dia 20 de fevereiro.

Após a divulgação do comunicado 16, Gibson Barboza determinou que Bastian Pinto transmitisse ao presidente uruguaio, com a máxima urgência, que o governo brasileiro desconhecia a negociação mencionada no comunicado tupamaro e reiterava “sua confiança em que o governo uruguaio, atento ao fato novo de que se apresenta agora como iminente a libertação do diplomata brasileiro, não poupará esforços para esse

543 Depoimento de Maria Aparecida Gomide, 18 de novembro de 2017.

544 VEJA, 24 de fevereiro de 1971, p. 18.

desfecho do caso no mais breve prazo possível”⁵⁴⁵. O governo brasileiro pretendia, acima de tudo, convencer o presidente uruguaio a evitar qualquer medida que colocasse em risco a libertação de Gomide, notadamente a prorrogação da suspensão de garantias individuais.

Bastian Pinto foi recebido pelo presidente uruguaio no dia 15 de fevereiro. Pacheco Areco afirmou que sua intenção inicial era pedir a prorrogação da suspensão de garantias individuais por mais três meses, em razão dos resultados positivos que as forças de segurança estavam obtendo, e que esperava que o Congresso aprovasse entre 45 e 60 dias. Contudo, para demonstrar seu apreço pelo presidente Médici, havia decidido reduzir a solicitação para apenas 20 dias. Acrescentou que seria impossível não fazer a requisição, tendo em vista que seu desejo já era de conhecimento público⁵⁴⁶.

No dia seguinte, sem informação prévia ao embaixador brasileiro, que soube da notícia pela imprensa, Areco pediu a prorrogação por mais 45 dias das medidas de suspensão de garantias individuais⁵⁴⁷. A comissão permanente da Assembleia que operava em substituição ao Congresso, em recesso, reuniu-se na tarde do dia 17 e decidiu analisar o pedido apenas a partir da semana seguinte, o que garantia, na prática, a expiração do prazo da suspensão. Desse modo, a decisão do Parlamento uruguaio abriu caminho, finalmente, para a libertação de Gomide.

Na mesma ocasião, a comissão determinou, por ampla maioria, a reabertura do jornal *Ya*, fechado por decisão presidencial alguns dias antes. Areco ignorou a deliberação da comissão e confirmou o fechamento definitivo da publicação. Além da crise entre os dois poderes, a decisão de Areco provocou uma greve geral dos profissionais de imprensa, e nenhum jornal foi publicado no Uruguai no dia 19⁵⁴⁸.

545 Despacho telegráfico 45 da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Montevidéu, 13 de fevereiro de 1971.

546 Telegrama 84 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 15 de fevereiro de 1971.

547 Telegrama 88 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 16 de fevereiro de 1971.

548 Telegrama 96 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 19 de fevereiro de 1971.

Nesse cenário, em 18 de fevereiro, Pacheco Areco encontrou-se com o presidente da Argentina, Marcelo Levingston, na cidade de Colônia, no Uruguai. Após o encontro, os mandatários divulgaram comunicado conjunto, a “Declaração de San Juan”, que destacou a aproximação econômica entre os dois países, prevendo, entre outras medidas, a concessão de créditos argentinos para obras de infraestrutura no Uruguai e iniciativas para ampliar as vendas uruguaias com destino ao país vizinho⁵⁴⁹.

A visita do presidente argentino também marcou os esforços de Buenos Aires para ampliar sua influência no Uruguai, tendo em vista as dificuldades no relacionamento entre Brasília e Montevidéu, ao longo de quase sete meses. Às vésperas da libertação de Gomide, a presença do presidente Levingston no Uruguai sublinhou, igualmente, os limites da atuação do governo brasileiro no episódio.

Diante da expectativa da libertação iminente de Gomide, Bastian Pinto consultou Brasília sobre como deveria proceder, notadamente em relação aos inevitáveis pedidos das autoridades uruguaias e da imprensa⁵⁵⁰. Em resposta, Gibson Barboza instruiu o embaixador brasileiro a conduzir Gomide diretamente para a embaixada e a não permitir qualquer contato do diplomata com a imprensa ou com autoridades uruguaias. Toda solicitação de informação das autoridades uruguaias deveria ser posteriormente encaminhada, por escrito, ao governo brasileiro. Com essa medida, o Itamaraty pretendia

549 Telegrama 97 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 20 de fevereiro de 1971.

550 Telegrama 82 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 14 de fevereiro de 1971.

não apenas preservar sua capacidade de colaborar com as autoridades uruguaias, mas proporcionar a nosso colega e sua esposa o repouso e a recuperação que ambos tanto necessitam e que, por sua extraordinária força de espírito e coragem, tanto merecem.⁵⁵¹

O embaixador Bastian Pinto seguiu rigorosamente as instruções anteriormente recebidas de Brasília e não se envolveu, de nenhuma maneira, nas negociações com os tupamaros para a libertação de Gomide. As tratativas foram conduzidas por Maria Aparecida Gomide, que, em Montevideú, contou com o apoio de Deseta. O ministro-conselheiro, no entanto, agiu em caráter pessoal, da maneira como foi possível separar sua vida privada de suas atividades profissionais nas circunstâncias em que se encontrava.

A fórmula, de qualquer modo, permitiu que o governo brasileiro se eximisse de qualquer envolvimento nos contatos com os tupamaros. Bastian Pinto, que fez questão de se manter afastado das negociações, relatou os acontecimentos para a Secretaria de Estado, atribuindo explicitamente as informações que obtinha a Deseta⁵⁵².

Por volta das 22h35 da noite do domingo, 21 de fevereiro de 1971, Maria Aparecida Gomide, hospedada na residência do ministro-conselheiro Quintino Deseta, atendeu uma ligação telefônica⁵⁵³. Na chamada, um tupamaro transmitiu a informação sobre o local onde o diplomata brasileiro fora deixado. Deseta partiu em busca do cônsul brasileiro pouco antes das 23h, dirigindo o veículo Mercedes de Gomide, a essa altura sem a chapa de identificação. Pouco depois, Deseta regressou com Gomide ao edifício onde residia. Chegava ao fim, após

551 Despacho telegráfico 47 da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Montevideú, 15 de fevereiro de 1971.

552 Ver, por exemplo, os telegramas 68 e 110 da embaixada do Brasil em Montevideú para a Secretaria de Estado, respectivamente nos dias 10 e 24 de fevereiro de 1971.

553 Telegrama 120 da embaixada do Brasil em Montevideú para a Secretaria de Estado, 5 de março de 1971.

209 dias, aquele que fora, até então, o mais longo sequestro da história do Uruguai⁵⁵⁴.

Acompanhado da esposa e nove quilos mais magro, Gomide apareceu brevemente no balcão do apartamento no sexto andar, por volta de 00h20, para saudar as centenas de uruguaios e jornalistas que se aglomeravam em frente ao edifício⁵⁵⁵.

Policiais uruguaios entraram no edifício e foram até o apartamento para conversar com o diplomata brasileiro. Maria Aparecida Gomide, no entanto, impediu, na porta do apartamento, o ingresso dos policiais⁵⁵⁶. Apesar disso, os policiais uruguaios contaram para os jornalistas que haviam conversado com Gomide por cerca de 20 minutos, provavelmente para evitar o constrangimento da negativa, e a imprensa local divulgou que o diplomata brasileiro teria conversado com o comissário Rodriguez Moroy, da Direção de Informação e Inteligência da polícia uruguaia, fornecendo, no entanto, “poucas informações”⁵⁵⁷. Deseta confirmou, posteriormente, que nenhum policial uruguaio conversou com Gomide na ocasião⁵⁵⁸.

Em razão dos inúmeros telefonemas recebidos, entre os quais do próprio chanceler Gibson Barboza, Gomide e sua esposa só deixaram o apartamento em direção à residência oficial do embaixador brasileiro, que também abrigava a embaixada, por volta das 2 horas da madrugada do dia 22⁵⁵⁹. Bastian Pinto, conforme instruído, proibiu o ingresso de policiais uruguaios e de jornalistas. Do lado de fora, mais de 200 profissionais de imprensa cobriam a libertação de Gomide. Mesmo na madrugada da segunda-feira, cerca de duas mil pessoas ainda se reuniam diante da residência oficial do Brasil em Montevideú⁵⁶⁰.

554 O sequestro mais longo até aquele momento havia sido o de Gaetano Pellegrini Giampietro, que permaneceu 72 dias como refém.

555 EL DÍA, 22 de fevereiro de 1971, p. 2.

556 Depoimento de Maria Aparecida Gomide, 30 de julho de 2018.

557 EL POPULAR, 22 de fevereiro de 1971, p. 3.

558 Telegrama 120 da embaixada do Brasil em Montevideú para a Secretaria de Estado, 5 de março de 1971.

559 *Ibid.*

560 VEJA, 3 de março de 1971, p. 16 a 18.

Por intermédio de autoridade policial, ainda na noite do dia 21 ou na madrugada do dia 22, o embaixador brasileiro recebeu solicitação de juiz uruguaio que desejava interrogar Gomide e recusou o pedido⁵⁶¹. No dia 24, o próprio chanceler Peirano Facio questionou Bastian Pinto se Gomide possuía alguma informação que poderia ser de interesse do governo uruguaio, além de congratular o embaixador brasileiro pelo desfecho positivo do caso. Bastian Pinto salientou que o governo uruguaio deveria enviar oficialmente ao governo brasileiro qualquer questionário dirigido a Gomide⁵⁶².

Na manhã do dia 22, bem cedo, Gomide e Maria Aparecida, acompanhados do embaixador Bastian Pinto, seguiram para o aeroporto de Carrasco, onde os aguardava aeronave da FAB. No marco do planejamento para a libertação de Gomide, a aeronave da FAB estava preparada para chegar a Montevideu em no máximo seis horas após recebida a confirmação da libertação de Gomide⁵⁶³. O diplomata deixou o Uruguai juntamente com Maria Aparecida Gomide, Quintino Deseta e médico da FAB, sem falar com a imprensa ou com autoridades uruguaias.

Gomide chegou à Base Aérea do Galeão às 10h30 do dia 22. Além de familiares, o esperavam os embaixadores Miguel Paulo José da Silva Paranhos do Rio Branco, chefe do Escritório de Representação do Itamaraty na cidade, Borges da Fonseca, secretário-geral adjunto para Assuntos Americanos e o ministro Dario Moreira de Castro Alves, chefe de gabinete de Gibson Barboza. Do Galeão, Gomide seguiu direto para o Hospital Central da Aeronáutica para uma série de exames médicos⁵⁶⁴. Na quarta-feira, voou até Brasília, onde, no mesmo dia, acompanhado do chanceler Gibson Barboza e de Maria Aparecida Gomide, foi recebido pelo presidente Médici.

561 Telegrama da embaixada do Brasil em Montevideu para a Secretaria de Estado, 22 de fevereiro de 1971.

562 Telegrama 106 da embaixada do Brasil em Montevideu para a Secretaria de Estado, 24 de fevereiro de 1971.

563 Despacho telegráfico 47 da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Montevideu, 15 de fevereiro de 1971.

564 TRIBUNA DA IMPRENSA, 24 de fevereiro de 1971, p. 2.

Em Brasília, junto com o assessor de imprensa do Itamaraty, Alarico Silveira, Gomide concedeu entrevista coletiva na manhã da quinta-feira, dia 25, que durou 35 minutos⁵⁶⁵. Na entrevista, diante de mais de sessenta jornalistas, Gomide respondeu a 23 perguntas, todas previamente selecionadas entre as quase 150 enviadas com antecedência e por escrito⁵⁶⁶.

Gomide abriu a coletiva lendo declaração na qual agradeceu o apoio do governo, da imprensa e do povo brasileiro, bem como, especialmente, de sua esposa. Gomide criticou duramente o MLN-T e afirmou que os tupamaros fizeram referências aos sequestros de diplomatas no Brasil⁵⁶⁷. Declarou, também, que os sequestradores apareciam sempre encapuzados e que não viu o rosto de nenhum deles⁵⁶⁸. Aloysio Gomide jamais falou novamente com a imprensa sobre o sequestro.

Durante os quase sete meses em que permaneceu refém dos tupamaros, Gomide foi mantido em quatro locais diferentes. Logo após sua captura, foi conduzido ao mesmo cativeiro de Mitrione, com quem dividiu um beliche. Gomide falou pouco com o norte-americano, pois, naquele momento, acreditava que tinha sido sequestrado para interrogatório e receava ser ouvido pelos tupamaros⁵⁶⁹.

Alguns dias depois, na tarde do dia 3 de agosto ou na manhã do dia 4, Gomide foi transferido para outro cativeiro⁵⁷⁰. Em um dos quatro locais, Gomide foi mantido juntamente com o norte-americano Claude Fly⁵⁷¹. Um dos cativeiros foi montado no porão da casa do tupamaro David Cámpora, ocupando espaço de vinte metros quadrados⁵⁷².

Por duas vezes, Gomide percebeu que forças de segurança revistavam a casa em cima do esconderijo onde se encontrava. Nessas

565 EL DÍA, 26 de fevereiro de 1971, p. 2.

566 VEJA, 3 de março de 1971, p. 16-18.

567 EL DÍA, 26 de fevereiro de 1971, p. 2.

568 VEJA, 3 de março de 1971, p. 16-18.

569 Telegrama 121 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 5 de março de 1971.

570 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 116.

571 Telegrama 121 da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 5 de março de 1971.

572 O GLOBO, 2 de março de 2008.

ocasiões, o alçapão que dava acesso ao cativeiro era coberto de terra, o que indicava saída para jardim ou quintal, e o exaustor ou ventilador era desligado⁵⁷³. Os dois momentos representaram, certamente, ocasião de particular perigo para a segurança do diplomata brasileiro.

Gomide considerou ter recebido um tratamento razoável. A comida era “passável”, e foi examinado por médicos em diversas ocasiões. Um deles não mais retornou depois que Gomide se recusou a cumprimentá-lo⁵⁷⁴. O diplomata também se recusou a jogar cartas com os sequestradores e a ler pelo menos alguns dos livros que lhe foram fornecidos⁵⁷⁵.

Gomide descobriu que Mitrione havia sido executado por descuido de um dos tupamaros, que deixou o rádio inadvertidamente ligado no noticiário. Os tupamaros alertaram Gomide de que haveria represálias caso algum integrante do grupo fosse preso ou algum esconderijo descoberto em razão de informações por ele prestadas. Afirmaram que o movimento tinha um “longo braço”, querendo transmitir a impressão de que eventuais represálias também poderiam acontecer no Brasil⁵⁷⁶.

O diplomata recebeu dos tupamaros “prazo” de doze horas para deixar o Uruguai após sua libertação⁵⁷⁷. Como no momento da libertação de Gaetano Pellegrini Giampietro, os tupamaros também temiam que as forças de segurança encontrassem e matassem Gomide, antes que sua soltura viesse a público, para culpar o movimento⁵⁷⁸.

Os tupamaros jamais disseram a Gomide por que ele foi escolhido como alvo do sequestro⁵⁷⁹.

573 Telegrama 121 da embaixada do Brasil em Montevideu para a Secretaria de Estado, 5 de março de 1971.

574 *Ibid.*

575 Depoimento de Maria Aparecida Gomide, 18 de novembro de 2017.

576 Telegrama 121 da embaixada do Brasil em Montevideu para a Secretaria de Estado, 5 de março de 1971.

577 *Ibid.*

578 Declarações de David Campora ao jornal O GLOBO, 2 de março de 2008.

579 Telegrama 121 da embaixada do Brasil em Montevideu para a Secretaria de Estado, 5 de março de 1971.

Epílogo

Após o fim do sequestro, Aloysio Dias Gomide retomou sua carreira no Itamaraty. Gomide foi cônsul-geral do Brasil em Montreal (1975-1984) e Vancouver (1984-1987) e embaixador do Brasil em Porto Príncipe, Haiti (1987-1989)⁵⁸⁰. Aloysio Dias Gomide faleceu em 2 de dezembro de 2015, aos 86 anos.

No cativo, o assessor agrícola norte-americano Claude Fly, sequestrado pelo MLN-T em 7 de agosto de 1970, sofreu um ataque cardíaco. Os tupamaros sequestraram um importante cardiologista uruguaio para examiná-lo. Alguns dias depois, na noite do dia 2 de março de 1971, os tupamaros deixaram Fly e o diagnóstico do cardiologista em uma maca, na frente do Hospital Britânico em Montevideú, sem que nenhum tipo de resgate fosse pago.

O filho de Fly, que havia enviado ao Uruguai um professor universitário para tentar negociar a libertação de seu pai, em setembro de 1970⁵⁸¹, criticou a atuação do Departamento de Estado no sequestro, afirmando que “não houve qualquer negociação para a libertação” do norte-americano⁵⁸².

580 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, **Anuário do pessoal aposentado**, p. 24.

581 THE NEW YORK TIMES, 23 de setembro de 1970.

582 THE NEW YORK TIMES, 4 de março de 1971.

Ao longo de 1971, o MLN-T realizou outros cinco sequestros, todos de proeminentes cidadãos uruguaios. O governo Pacheco Areco não negociou com os tupamaros em nenhuma ocasião⁵⁸³.

Em 6 de setembro de 1971, 106 tupamaros, incluindo os principais líderes do grupo, entre os quais Huidobro, Sendic e os demais membros da direção presos na queda na rua Almeria, fugiram do presídio de Punta Carretas, em Montevidéu, na maior fuga de presos políticos até então realizada. A fuga, concebida na prisão, levou meses para ser preparada e exigiu operação coordenada entre os presos, grupos armados e os chamados “comandos de apoio aos tupamaros”, formados por simpatizantes e militantes de esquerda que não se envolviam diretamente em ações armadas.

O túnel foi escavado pelos tupamaros presos, que se organizaram em turnos de trabalho, fabricaram instrumentos, criaram maneiras para ocultar a terra retirada e calcularam com precisão o local da saída. Durante a noite do dia 5 e a madrugada do dia 6 de setembro, um comando tupamaro ocupou a residência vizinha a Punta Carretas, na qual os presos escavaram a saída do túnel. Na mesma noite, grupos de simpatizantes causaram sérios distúrbios nos bairros de La Teja e Cerro, atraindo a atenção das forças de segurança da cidade. Para os tupamaros, a operação foi “a primeira experiência militar em nível de massas”⁵⁸⁴.

Três dias após a fuga de Punta Carretas, o embaixador britânico Geoffrey Jackson, que havia sido sequestrado em 8 de janeiro, foi conduzido por dois tupamaros até a porta lateral de uma igreja em Montevidéu, onde aguardou a chegada da polícia e de diplomatas da embaixada do Reino Unido⁵⁸⁵. Após 244 dias de sequestro, Jackson foi libertado depois da mediação do presidente do Chile, Salvador Allende, interessado em facilitar a libertação do embaixador, já que, entre outras

583 Foram sequestrados o procurador-geral, Guido Berro Oribe, em 10 de março de 1971; o político Ulysses Pereyra Reverbel, pela segunda vez, em 30 de março; o industrial Ricardo Ferrés, em 13 de abril; o ex-ministro da Agricultura, Carlos Frick Darries, em 4 de maio; e o empresário Jorge Berembau, em 14 de julho.

584 LESSA, *La Revolución Imposible*, p. 22.

585 JACKSON, *People's Prison*, p. 200-203.

razões, o Reino Unido iria arbitrar a questão de limites do Canal de Beagle entre o país e a Argentina no ano seguinte. Os tupamaros, como acordado com Allende, destacaram a participação do presidente do Chile na libertação⁵⁸⁶. Salientaram, além disso, que, com a fuga de Punta Carretas, tinham conseguido alcançar, por conta própria, o objetivo principal da captura do embaixador britânico: a libertação dos tupamaros presos.

A fuga de Punta Carretas causou enorme impacto no governo uruguaio, que reagiu com medidas que abririam caminho para a derrota militar do MLN-T e para o fim da ordem democrática no país. Além de demitir o então ministro do Interior, Santiago de Brum Carbajal, substituído pelo brigadeiro Danilo Sena, o presidente Pacheco Areco transferiu para as Forças Armadas, em 9 de setembro de 1971, tanto a responsabilidade e a direção da luta contra a guerrilha quanto o controle do sistema penitenciário nacional. Depois da fuga, os tupamaros presos passaram a ser transferidos primeiramente para quartéis e depois para a penitenciária de segurança máxima na cidade de Libertad, o que limitou severamente as comunicações entre os detidos e os guerrilheiros ainda em atuação.

Logo após a fuga, os tupamaros declararam um cessar-fogo unilateral, alegadamente para permitir a realização das eleições nacionais, marcadas para o dia 28 de novembro de 1971. A trégua tupamara estendeu-se de novembro de 1971 até 14 de abril de 1972. Nesse período, os militares uruguaios prepararam-se para o confronto com os tupamaros, acumulando informações de inteligência sobre o movimento e seus integrantes.

586 LESSA, *La Revolución Imposible*, p. 150.

No pleito, Wilson Ferreira Aldunate, do Partido Nacional, com um programa claramente reformista, foi o candidato mais votado, com 26,5% dos votos. De acordo com as regras eleitorais vigentes, no entanto, os partidos podiam apresentar mais de um candidato, e o vencedor seria aquele mais votado do partido que recebesse mais sufrágios. Com isso, venceu a eleição um dos candidatos do Partido Colorado, Juan Maria Bordaberry, que tinha conquistado apenas 22,8% dos votos. No cômputo final, o Partido Colorado recebeu 41% dos votos, o Partido Nacional, 40,2%, e a Frente Ampla, 18,3%.

A diferença entre os votos totais do Partido Colorado e do Partido Nacional foi de apenas treze mil votos, e houve sérias suspeitas de fraude. Durante a apuração, a liderança colorada foi diminuindo gradativamente, à medida que eram contados os votos do interior, tradicional reduto nacional, até uma inesperada interrupção da apuração. Após o reinício da contagem, o Partido Colorado sustentou sua liderança. Além disso, naquele pleito, os eleitores uruguaios também votaram por uma emenda constitucional que visava a permitir a reeleição do presidente Pacheco Areco. A cédula da emenda constitucional era virtualmente, e deliberadamente, idêntica à cédula de apoio a Bordaberry, o que teria permitido a contagem de milhares de votos irregulares a seu favor – apesar de derrotada, os votos favoráveis à proposta de emenda somaram mais de 490 mil⁵⁸⁷.

No contexto da predominância da doutrina de segurança nacional e da percepção de que qualquer método era justificado na guerra contra o inimigo interno, “esquadrões da morte” também foram organizados no Uruguai. Como em grande parte da América Latina, esses grupos surgiram no país como um instrumento paralelo de ação do estado.

587 WEINSTEIN, *Repression, Exile and Democracy*, p. 87-88.

Ainda durante a vigência da trégua tupamara, em 24 de fevereiro de 1972, o MLN-T sequestrou o policial Nelson Bardesio, integrante de um dos esquadrões da morte em atuação no Uruguai e agente local da CIA, inicialmente recrutado por William Cantrell⁵⁸⁸. No cativeiro, Bardesio transmitiu aos tupamaros informações sobre execuções e atentados a bomba feitos pelo grupo, revelou integrantes, chefes e conexões com militares e autoridades do governo⁵⁸⁹.

Com base nas informações de Bardesio, os tupamaros prepararam dossiês sobre as atividades do esquadrão da morte, que foram entregues a lideranças dos principais partidos políticos e à Igreja. Além disso, em conturbada reunião da direção, em 16 de março de 1972, apesar da oposição de líderes importantes como José Mujica e Mauricio Rosencof, o MLN-T aprovou o “Plano Hipólito”, concebido como um contra-ataque fulminante que desarticulária o esquadrão da morte no Uruguai⁵⁹⁰.

Na manhã de 14 de abril de 1972, comandos tupamaros executaram o subcomissário Oscar Delega, o agente policial Carlos Leite, o ex-subsecretário do Ministério do Interior Acosta y Lara e o capitão de corveta Ernesto Motto. A reação das Forças Armadas uruguaias foi brutal e imediata e marcou o início do fim do grupo. Na tarde do próprio dia 14, policiais e militares invadiram duas casas que já estavam sendo vigiadas e assassinaram Luis Martirena e Ivette Giménez na primeira e os tupamaros Alberto Candán Grajales, Horácio Rovina, Gabriel Schroeder e Armando Blanco na outra. Na primeira operação, foram presos Eleuterio Fernández Huidobro e David Cámpora, que só escaparam porque conseguiram se esconder em um nicho preparado no teto da residência e foram descobertos apenas após a chegada de um juiz, que

588 Cantrell conseguiu a transferência de Bardesio para o DNII, para que o policial uruguaio realizasse “operações especiais”. BLIXEN, *Sendic*, p. 221; e LANGGUTH, *Hidden Terrors*, p. 235.

589 Entre julho de 1971 e março de 1972, ocorreram 150 atentados praticados por grupos de extrema direita em Montevideú. VOCES DEL FRENTE, 14 de abril de 2005, p. 14.

590 BRECHA, 15 de abril de 2005, p. 6.

impediu mais execuções. No mesmo dia, dois outros tupamaros, Nicolás Groap e Carmen Pagliano, morreram em confronto com a polícia⁵⁹¹.

A ação da polícia e das Forças Armadas uruguaias foi facilitada pela traição do tupamaro Hector Perez Amodio, que havia sido comandante da coluna 15 e membro da direção do MLN-T. Amodio, provavelmente em maio de 1972, passou a colaborar espontaneamente com as forças de segurança, transmitindo informações, identificando tupamaros nas ruas de Montevidéu e, até mesmo, participando de interrogatórios⁵⁹². Até o fim do ano, o MLN-T seria quase completamente desarticulado, com a maior parte de seus integrantes presos ou no exílio.

A derrota do MLN-T não interrompeu, porém, o processo que levaria ao fim do regime democrático no Uruguai. Em 27 de junho de 1973, o presidente Bordaberry promulgou decreto ordenando o fechamento do Congresso Nacional. A decisão marcou o início formal do período ditatorial no Uruguai, um dos mais violentos e repressivos da América do Sul.

O Uruguai chegou a possuir o maior número de presos políticos *per capita* do mundo, uma média de um para cada 450 de seus 2,8 milhões de habitantes⁵⁹³. De acordo com a Anistia Internacional, entre 1972 e 1976, mais de 40 mil pessoas foram detidas, um em cada cem habitantes foi torturado, e um em cada 500 processado pela justiça militar⁵⁹⁴. Em apenas três anos (entre 1973 e 1976), estima-se que 200 mil uruguaios tenham deixado o país⁵⁹⁵. Antes de 1973, para cada cem servidores públicos nas áreas de educação e de saúde, o governo uruguaio mantinha 69 nos setores de defesa e segurança. Em 1978, a relação já tinha passado de 69 para 103⁵⁹⁶.

591 Huidobro foi ferido por um tiro que atravessou o teto da residência. VOCES DEL FRENTE, 14 de abril de 2005, p. 12 a 15; e **Brecha**, 15 de abril de 2005, p. 6.

592 BLIXEN, **Sendic**, p. 238-242.

593 HUGGINS, **Polícia e Política**, p. 221; e BLUM, **Killing Hope**, 2004.

594 VILLALOBOS, **Tiranos, tremeil**, p. 166.

595 CAETANO e RILLA, **Historia Contemporánea de Uruguay**, p. 264.

596 *Ibid.*, p. 258.

Em junho de 1973, pouco depois do golpe de estado, o governo uruguaio determinou a transferência dos principais líderes do MLN-T, nove homens e oito mulheres, dos presídios de Libertad e Punta Rieles, respectivamente, para diversos quartéis no interior do país. As mulheres voltaram a Punta Rieles em 1976, mas os homens permaneceram mantidos em condições extremamente precárias, com transferências constantes entre diversos quartéis, até abril de 1984.

Durante esses 11 anos, os presos Raúl Sendic, Eleuterio Fernández Huidobro, Julio Marenales, José Mujica, Mauricio Rosencof, Jorge Manera, Jorge Zabalza, Adolfo Wasem e Henry Engler foram mantidos como reféns, com a ditadura uruguaia ameaçando executá-los na eventualidade de qualquer ação tupamara⁵⁹⁷. De acordo com Rosencof, que foi torturado por nove meses consecutivos antes de ser enviado para um quartel, em setembro de 1973, em todos esses anos, os presos nunca viram os rostos um do outro⁵⁹⁸.

Apesar da extrema brutalidade da ditadura uruguaia, o fato de o MLN-T ter sido derrotado antes do surgimento formal do regime de exceção permitiu que diversos líderes e integrantes do grupo sobrevivessem ao período. Ao contrário do ocorrido com a maioria dos grupos da esquerda armada na América do Sul, por ocasião do início da ditadura uruguaia, parte significativa dos tupamaros já estava presa ou no exílio.

No início da década de 1980, acompanhando o processo de enfraquecimento dos regimes ditatoriais na América do Sul, a ditadura uruguaia também passou a dar sinais de esgotamento. Foram marcos desse processo a derrota da proposta do governo de elaboração de

597 ALDRIGHI, *La intervención de Estados Unidos en Uruguay*, p. 3; e CAETANO e RILLA, *Historia Contemporánea de Uruguay*, p. 282.

598 ROSENCOF, *Repression, Exile and Democracy*, p. 121-123.

nova Constituição, em plebiscito realizado em novembro de 1980, e os resultados das eleições internas dos partidos Colorado e Nacional em novembro de 1982, nas quais saíram vitoriosos políticos contrários ao regime⁵⁹⁹.

Como resultado do chamado “Pacto do Clube Naval”, acordado entre os líderes militares e representantes do Partido Colorado, da União Cívica e da Frente Ampla, realizou-se eleição presidencial em 25 de novembro de 1984, da qual saiu vitorioso o candidato colorado Julio María Sanguinetti.

Os presos políticos uruguaios foram libertados em março de 1985. Dois anos depois, os antigos membros do MLN-T reuniram-se a outras forças de esquerda e fundaram o *Movimiento de Participación Popular* (MPP). Em 1989, o MPP foi admitido na Frente Ampla. Nos quinze anos seguintes, o MPP se transformaria, paulatinamente, no grupo mais forte no interior da Frente Ampla, que, por sua vez, se tornaria o partido mais popular do país.

O crescimento da Frente Ampla consolidou-se nas eleições presidenciais realizadas em 31 de outubro de 2004, com a vitória do candidato do partido, o médico e ex-prefeito de Montevideu Tabaré Vázquez. A eleição representou profunda mudança na história uruguia, com a interrupção de 175 anos de governos dos dois partidos tradicionais ou de períodos ditatoriais⁶⁰⁰. Além da vitória da Frente Ampla, a eleição marcou, também, o enfraquecimento do Partido Colorado, relegado à terceira força do país.

No segundo turno da eleição presidencial realizado em 29 de novembro de 2009, novamente sagrou-se vencedor o candidato da Frente Ampla, o líder do MPP e antigo dirigente tupamaro José Mujica, que havia passado 14 anos preso, a maior parte dos quais em isolamento como um dos “reféns” do regime. Assim como na eleição de 2004, o segundo lugar foi ocupado por candidato do Partido Nacional. Em julho

599 CAETANO, *Uruguay, región e inserción internacional*, p. 252-254.

600 *Ibid.*, p. 264.

de 2011, Mujica nomeou Eleuterio Fernández Huidobro, outro ex-líder tupamaro, para o cargo de ministro da Defesa. No pleito seguinte, em 30 de novembro de 2014, Tabaré Vázquez voltou a ser eleito presidente do Uruguai, também derrotando, em segundo turno, candidato do Partido Nacional.

Conclusão

O sequestro do diplomata brasileiro Aloysio Mares Dias Gomide em Montevideu, no dia 31 de julho de 1970, pelo Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros (MLN-T) colocou o governo brasileiro em situação de extrema complexidade, com diversas implicações de ordem externa e interna.

A recusa do governo uruguaio em negociar com os tupamaros a libertação de Gomide, em primeiro lugar, trouxe sérias dificuldades no âmbito interno, tendo em vista a postura negociadora adotada pelo governo brasileiro por ocasião dos sequestros de diplomatas estrangeiros em território nacional. A intransigência uruguaia fortaleceu a oposição de setores militares de linha dura ao diálogo com os grupos armados e provocou constrangimentos ao governo Médici, que parecia pronto a fazer por diplomatas estrangeiros o que o governo de um país vizinho e amigo não estava disposto a fazer por um representante do estado brasileiro.

O governo brasileiro, conseqüentemente, atuou para alterar a posição uruguaia e pressionou Montevideu a dialogar com os tupamaros, ainda que com o objetivo de conseguir termos mais favoráveis para a libertação de Gomide. Nesse esforço, a atuação brasileira foi constrangida por uma série de fatores, entre os quais a percepção de que o governo do presidente Pacheco Areco era extremamente frágil e de que qualquer

medida mais firme poderia precipitar sua queda, eventualmente fortalecendo a esquerda uruguaia e os tupamaros, e prejudicando ainda mais os interesses brasileiros.

O apoio determinado do governo argentino à posição intransigente do presidente Areco também limitou a atuação do governo brasileiro, que se preocupou em não promover aproximação ainda maior entre a Argentina e o Uruguai. Além disso, o princípio de não interferência em assuntos internos seguido pela diplomacia brasileira, somado à objeção da linha dura militar, também serviu para inibir uma participação mais direta do governo brasileiro na busca por uma solução para a crise.

O cenário uruguaio em meados de 1970 e características particulares do sequestro de Gomide também contribuíram para dificultar sobremaneira a atuação do governo brasileiro. O amplo número de atores envolvidos, o ambiente de boatos, rumores e informações falsas, a volatilidade da situação, com novos acontecimentos se sobrepondo velozmente, entre outros fatores, prejudicaram um entendimento mais preciso da situação entre os tomadores de decisão em Brasília.

Além do envolvimento dos governos de Brasil, Uruguai e Argentina, o que deu um claro componente regional à crise, a decisão tupamara de sequestrar cidadãos norte-americanos, igualmente enredou Washington na questão. Os governos do Brasil e dos EUA não articularam atuação conjunta na crise, apesar de terem interesses comuns nos esforços para a libertação de seus nacionais e de terem ambos pressionado o governo uruguaio a dialogar com os tupamaros. Os dois governos apenas compartilharam informações e avaliações sobre a situação, notadamente por intermédio dos respectivos embaixadores em Montevidéu. O fato pode ter funcionado positivamente para o Brasil, contribuindo para evitar que o destino de Gomide se vinculasse ao de Dan Mitrione.

Durante todo o período do sequestro de Gomide, o governo brasileiro realizou gestões para que o governo uruguaio negociasse com os tupamaros a libertação de seu representante, lançando mão de mensagens do presidente Médici e do ministro Gibson Barboza,

de gestões do embaixador Bastian Pinto ou, até mesmo, de enviado especial do presidente. Além disso, o Brasil tomou diversas medidas para sinalizar seu descontentamento e pressionar Montevideú, defendendo publicamente a necessidade de negociações com os sequestradores. Os EUA também pressionaram o governo uruguaio a negociar com os tupamaros, mas optaram por fazê-lo de forma reservada, evitando qualquer crítica à intransigência do governo Areco.

Nenhuma das medidas adotadas pelo governo brasileiro, no entanto, ameaçou interesses importantes do governo uruguaio. O Brasil tampouco considerou romper as relações bilaterais com o Uruguai, tendo em vista, especialmente, os diversos constrangimentos que limitaram a atuação brasileira.

A crise em torno do sequestro de Gomide revelou, assim, a dificuldade do governo brasileiro – como também do norte-americano – em influenciar a ação de outro governo determinado a agir de modo independente, ainda que diante de imensas disparidades de poder e recursos.

Nesse cenário, em especial diante dos constrangimentos para a atuação do governo brasileiro, despontou a ação individual de Maria Aparecida Gomide. Movida por razões pessoais, Maria Aparecida Gomide lutou incansavelmente para conseguir a libertação de seu marido. Ao final, praticamente sozinha, estabeleceu os mecanismos de negociação e conduziu as tratativas que levaram à libertação de Gomide. Seus esforços são uma clara demonstração da importância das ações do indivíduo na história.

Referências

AGEE, Philip. **Inside the Company: CIA DIARY**. Londres: Allan Lane, Penguin Books, 1975, 639 p.

ALDRIGHI, Clara. **La intervención de Estados Unidos en Uruguay (1965-1973): El caso Mitrione**. Montevideu: Ediciones Trilce, 2007, 424 p.

ALDRIGHI, Clara. *El programa de asistencia policial de la AID en Uruguay (1965-1974)*. **Estudios Ibero-Americanos**, Porto Alegre, PUCRS, v. XXXIV, n. 1, p. 181-204, junho 2008.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Do alinhamento recalcitrante à colaboração relutante: o Itamaraty em tempo de AI-5. In: Oswaldo Munteal Filho, Adriano de Freixo e Jacqueline Ventapane Freitas (orgs.), **Tempo negro, temperatura sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5**. Rio de Janeiro: Ed PUC-Rio, Contraponto, 2008, 396 p., p. 65-89.

ANDERSON, Jon Lee. **Che Guevara: uma biografia**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997, 920 p.

ARAÚJO, Maria do Amparo Almeida *et al.* **Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995, 444 p.

AROCENA, Rodrigo; CAETANO, Gerardo. *Sobre los futuribles del Uruguay internacional, hoy y ayer – los desafíos de una mirada prospectiva*, p. 11-50. In: AROCENA, Rodrigo; CAETANO, Gerardo. **La aventura Uruguaya: el país y el mundo**. Montevideú: Debate, 2011, 254 p.

ARTEAGA, Juan José. **Uruguay: breve historia contemporánea**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2000, 390 p.

BARBOZA, Mario Gibson. **Na diplomacia, o traço todo da vida**. Rio de Janeiro: Record, 1992, 479 p.

BARRETO, Fernando de Mello. A política externa durante o regime militar. **Política Externa**, v. 22, n. 4, abr/mai/jun 2014, p. 7-15.

BLACK, Jan Knippers. **United States Penetration of Brazil**. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1977, 297 p.

BLIXÉN, Samuel. **Sendic: acción y legado**. Montevideú: Ediciones Trilce, 2010, 367 p.

BLUM, William. **Killing Hope: US Military and CIA Interventions Since World War II**. Londres: ZED BOOKS, 2003, 473 p.

BUNDY, William. **A Tangled Web: The Making of Foreign Policy in the Nixon Presidency**. Nova York: Hill and Wang-Farrar, Straus and Giroux, 1998, 734 p. (Primeira edição e-book, junho de 2011).

CAETANO, Gerardo. *Uruguay, región e inserción internacional*. **Diplomacia, Estrategia y Política**, Brasília, n. 10, octubre-diciembre 2009, p. 217-268.

CAETANO, Gerardo; BUCHELI, Gabriel; YAFFÉ, Jaime. ***Cancilleres del Uruguay: reseña biográfica de los Ministros de Relaciones Exteriores del Uruguay, 1828-2002***. Montevideo: Ediciones del Instituto Artigas del Servicio Exterior, 2002, 247 p.

CAETANO, Gerardo; RILLA, Jose. ***Historia contemporánea de Uruguay: de la colonia al MERCOSUR***. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2002, 396 p.

CASSOL, Gissele. ***Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985)***. 2008. 119f. Dissertação (mestrado em Integração Latino-Americana). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

CERVO, Amado Luiz. ***Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas***. Brasília: IBRI, 2001, 316 p.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. ***História da política exterior do Brasil***. São Paulo: Ática, 1992, 432 p.

CORRÊA, Manoel Pio. ***O mundo em que vivi***. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2 vols., 1995, 1068 p.

CUNHA, Vasco Leitão da. ***Diplomacia em alto-mar***. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994, 327 p.

DALLEK, Robert. ***Nixon e Kissinger: parceiros no poder***. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, 734 p.

DANESE, Sérgio. ***Diplomacia presidencial: história e crítica***. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, 516 p.

Departamento de Estado. ***History of the Bureau of Diplomatic Security of the United States Department of State***. Global Publishing Solutions, 2011, 441 p.

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. Brasília: FUNAG, 2014, 190 p.

FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira**: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). 2009, 274 f. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FICO, Carlos. **O grande irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008, 334 p.

FON, Antônio Carlos. **Tortura**. A História da Repressão Política no Brasil. São Paulo: Global, 1979, 79 p.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2009, 213 p.

GADDIS, John Lewis. **The Cold War: A New History**. Nova York: The Penguin Press, 2005, 285 p.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 417 p.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 507 p.

GASPARI, Elio. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016, 447 p.

GARCIA, Eugênio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 40, n. 1 1997, p. 18-40.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das relações internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, 336 p.

GATTO, Herbert. **El Cielo por Asalto: el Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros) y la izquierda uruguaya (1963-1972)**. Montevideu: Taurus, 2004, 449 p.

GILIO, Maria Esther. **The Tupamaros**. Londres: Secker and Warburg, 1972, 198 p.

GILLESPIE, Richard. **Soldiers of Perón: Argentina's Montoneros**. Londres: Oxford University Press, 1982, 310 p.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os Militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, 1993, p. 211-246.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Editora Ática, 1998, 294 p.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. **Lembranças de um empregado do Itamaraty**. São Paulo: Editora Siciliano, 1992, 204 p.

GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. O fim das fronteiras policiais entre Brasil e Uruguai, p. 125-140. In: PADRÓS, Enrique Serra *et al.* (org.). **A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1984): história e memória**, v. 3, Conexão Repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014, 292 p.

HERSH, Seymour M. **The Price of Power: Kissinger in the Nixon White House**. Nova York: Summit Books, 1983, 698 p.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 518 p.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e política**: relações Estados Unidos-América Latina. São Paulo: Cortez, 1998, 292 p.

HUIDOBRO, Eleutério Fernández. **En la nuca**: *história de los tupamaros*. Montevideú: Banda Oriental, 2004, 189 p.

HURRELL, Andrew James. **The Quest for Autonomy**: *The Evolution of Brazil's Role in the International System, 1964-1985*. Brasília: FUNAG, 2013, 470 p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Toponimia y Categorización Jurídica Oficial de las localidades Urbanas de Uruguay**. Montevideú: 2009, 59 p.

ISAACSON, Walter. **Kissinger**: *A Biography*. Nova York: Simon & Schuster, 1992, 893 p.

ITAUSSU, Leonel. **Argentina e Brasil**: *balança de poder no Cone Sul*. São Paulo: Annablume, 1996, 252 p.

JACKSON, Sir Geoffrey. **People's Prison**. Londres: Faber, 1973, 221 p.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack de. **Lamarca**: *o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 2015, 319 p.

KISSINGER, Henry. **The White House Years**. Boston: Little, Brown and Company, 1979, 1521 p.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. Nova York: Touchstone, 1995, 912 p.

KORNBLUH, Peter. **The Pinochet File**: *A Declassified Dossier on Atrocity and Accountability*. Nova York: The New Press/National Security Archive Book, 2003, 551 p.

- LABROUSSE, Alain. **The Tupamaros: Urban Guerillas in Uruguay**. Middlesex: Penguin Books, 1973, 168 p.
- LANGGUTH, A. J. **Hidden terrors: The Truth About U.S. Police Operations in Latin America**. Nova York: Pantheon Books, 1978, 339 p.
- LESSA, Alfonso. **La Revolución Imposible: los tupamaros y el fracaso de la vía armada en el Uruguay del siglo XX**. Montevidéo: Editorial Fin de Siglo, 2004, 346 p.
- LUNA, Felix. **Golpes militares: de la dictadura de Uriburu al terrorismo de Estado**. Buenos Aires: Planeta, 2001, 158 p.
- MAGALHÃES, Mario. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, 732 p.
- MARCHESI, Aldo; YAFFÉ, Jaime. *La violencia bajo la lupa: una revisión de la literatura sobre violencia política en los sesenta*. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Montevidéo, v. 19, n. 1, 2010, p. 95-118.
- MARENALES, Julio. **Movimiento de Liberación Nacional, Tupamaros: breve historia**. 1997 (mimeo).
- MARQUES, Teresa Cristina Schneider. A mudança no olhar brasileiro sobre o Uruguai: o fim da imagem de “Suíça Latino-Americana” (1964-1973). **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p. 145-162, jan/jun 2006.
- McSHERRY, J. Patrice. *Death Squads as Parallel Forces: Uruguay, Operation Condor, and the United States*. **Journal of Third World Studies**, v. 24, n. 1, março 2007.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do pessoal aposentado**. Brasília: FUNAG, 2006, 232 p.

MIYAMOTO, Shiguenoli; GONÇALVES, William da Silva. Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**: prioridades, atores e políticas. São Paulo: Annablume, 2000, v. 4, 479 p., p. 173-213.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**: dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 628 p.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Formação do império americano**: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 851 p.

MOORE, Thomas O. **The Tupamaros: Uruguay's Urban Guerrillas**. 1978. 79 f. Dissertação (mestrado em História). Texas Tech University, Lubbock, Texas.

MUÑOZ, José R. Sanchís. **Historia Diplomática Argentina**. Buenos Aires: Eudeba, 2010, 562 p.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. *To Save Dan Mitrione Nixon Administration Urged Death Threats for Uruguayan Prisoners*, **Electronic Briefing Book n. 324**, 11 de agosto de 2010.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. *Brazil Conspired with U.S. to Overthrow Allende*, **Electronic Briefing Book n. 282**, 16 de agosto de 2009.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. *Nixon: "Brazil helped rig the Uruguayan elections"*, 1971, **Electronic Briefing Book n. 71**, 20 de junho de 2002.

NIXON, Richard. **The Memoirs of Richard Nixon**. Nova York: Grosset & Dunlap, 1978, 1120 p.

- OKUCHI, Nobuo. **O sequestro do diplomata**. Memórias. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1991, p. 252.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005, 291 p.
- PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional**. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. 2005. 875 f., 2 vols. Tese (doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M. (Org.); LOPEZ, Vanessa A. (Org.); FERNANDES, Ananda Simões (Org). **A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1984)**: história e memória, v. 3, Conexão Repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014, 292 p.
- PELLEGRINI, Ada. **A garota de São Paulo**. São Paulo: Arx, 2004, 498 p.
- PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979), p. 43-62. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 52, n. 2, 2009.
- PENTEADO, Léa. **Um Instante, Maestro!** A história de um apresentador que fez história na TV. Rio de Janeiro: Record, 1993, 251 p.
- PINHEIRO, Leticia. Unidades de decisão e processo de formulação de política externa durante o regime militar. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**: prioridades, atores e políticas. São Paulo: Annablume, 2000, v. 4, 479 p., p. 449-474.
- PORZECANSKI, Arturo C. **Uruguay's Tupamaros: The Urban Guerrilla**. Nova York: Praeger, 1973, 80 p.

ROMERO, Luis Alberto. **Breve Historia Contemporánea de la Argentina (1916-2010)**. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2014, 431 p.

RONFELDT, David. **The Mitrione Kidnapping in Uruguay**. Santa Mônica: Rand Corporation for the U.S. Department of State Defense Advanced Research Projects Agency, 1987, 61 p.

ROSENCOF, Mauricio. *On suffering, Song, and White Horses*. In: SOSNOWSKI, Saul and POPKIN, Louise B. **Repression, Exile, and Democracy: Uruguayan Culture**. Durham e Londres: Duke University Press, 1993, 259 p.

RUSSELL, Roberto e TOKATLIAN, Juan Gabriel. O lugar do Brasil na política externa da Argentina: a visão do outro. **Novos Estudos Cebrap**, n. 65, março 2003, p. 71-90.

RUSSELL, Charles A.; MILLER, James A.; HILDNER, Robert E. *The Urban Guerrillas in Latin America: A Select Bibliography*. **Latin American Research Review**, Austin, v. 9, n. 1, (spring) 1974, p. 37-79.

SANTOS, Eduardo dos. **Entre o Beagle e as Malvinas: conflito e diplomacia na América do Sul**. Brasília: FUNAG, 2016, 325 p.

SCHLESINGER, Stephen; KINZER, Stephen. **Bitter Fruit: The Story of the American Coup in Guatemala**. Cambridge: Harvard University Press, 2005, 330 p.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina**. Bauru, SP: EDUSC, 2000, 502 p.

SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008, 501 p.

SKIDMORE, Thomas. ***The Politics of Military Rule in Brazil, 1964-85***. Oxford: Oxford University Press, 1988, 424 p.

SMITH, Peter H. ***Talons of the Eagle: Dynamics of U.S.-Latin American Relations***. Oxford, 1996, 377 p.

SOUTO, Cintia. **A diplomacia do interesse nacional: a política externa do governo Médici**. Porto Alegre: UFRGS, 2003, 128 p.

SPEKTOR, Matias. **Kissinger e o Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, 234 p.

TOKATLIAN, Juan Gabriel e RUSSELL, Roberto. Argentina diante da ascensão do Brasil: percepções e estratégias. **Política Externa**, v. 23, n. 2, out/nov/dez 2014, p. 35-47.

VARGAS, João Augusto Costa. **Um mundo que também é nosso: o pensamento e a trajetória diplomática de Araujo Castro**. Brasília: FUNAG, 2013, 265 p.

VILLALOBOS, Marco Antonio. **Tiranos, tremem!** Ditadura e resistência popular no Uruguai (1968-1985). Porto Alegre: Edipucrs, 2006, 276 p.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004, 409 p.

WALTERS, Vernon A. **Silent Missions**. Nova York: Doubleday & Company, 1978, 645 p.

WEINER, Tim. **Legado de cinzas: uma história da CIA**. Rio de Janeiro: Record, 2008, 741 p.

WEINSTEIN, Martin. *The Decline and Fall of Democracy in Uruguay: Lessons for the Future*. In: SOSNOWSKI, Saul and POPKIN, Louise B. **Repression, Exile, and Democracy: Uruguayan Culture**. Durham e Londres: Duke University Press, 1993, 259 p., p. 83-100.

PERIÓDICOS

Folha de S. Paulo (Brasil)
Jornal do Brasil (Brasil)
O Estado de S. Paulo (Brasil)
O Globo (Brasil)
Revista de História (Brasil)
Tribuna da Imprensa (Brasil)
Veja (Brasil)
Zero Hora (Brasil)
Punto Final (Chile)
ABC (Espanha)
La Vanguardia (Espanha)
The New York Times (EUA)
Washington Post (EUA)
Brecha (Uruguai)
El Día (Uruguai)
El Diario (Uruguai)
El País (Uruguai)
El Popular (Uruguai)
La República (Uruguai)
Semanario Marcha (Uruguai)
Voces del Frente (Uruguai)

ARQUIVOS

Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, Brasília.
Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
Arquivos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Camara, Recife.

Central Intelligence Agency, Freedom of Information Act Electronic Reading Room.

Department of State, Office of the Historian, Foreign Relations of the United States.

National Security Archive, George Washington University, Washington, D.C.

ENTREVISTA

Maria Aparecida Gomide, 18 de novembro de 2017 e 30 de julho de 2018.

ANEXOS

I - Comunicados do MLN-T

COMUNICADO NÚMERO 1 - divulgado pelo MLN-T no dia 29 de julho de 1970.

Os tribunais revolucionários começam a atuar. O juiz Daniel Pereyra Manelli foi detido pelo Movimento de Libertação Nacional para ser interrogado.

Pesam sobre ele as seguintes acusações:

- 1- Processos ilegais ou por delitos inexistentes, como no caso de Cuchilla Alta, onde um policial matou um colega acidentalmente. O juiz processou quatro outras pessoas, inclusive três que já estavam presas quando começou o tiroteio;
- 2- O juiz encobriu o crime praticado pelo agente Hitler Antunez, que matou um suspeito e torturou vários outros;
- 3- O juiz recomendou arquivar o processo da 'infidência' sem processar nenhuma pessoa, causando assim um prejuízo de vários milhões ao povo e;
- 4- O juiz foi cúmplice de torturas e da prisão ilegal de várias pessoas, dispendo irregularmente de seus bens.

Em síntese, Pereyra Manelli será julgado pela justiça revolucionária por sua cumplicidade com os crimes e negócios da oligarquia. Em quase todos os atos ilegais, ele atuou com a conivência de Caamano Rosa, que também está sendo investigado por nosso movimento.

Interrogaremos também Pereyra Manelli por um possível suborno por parte da CIA. O dinheiro teria sido oferecido a outros membros da justiça, para que negassem a libertação de revolucionários. O juiz será interrogado durante 48 horas e só será libertado depois que a justiça revolucionária decidir a sua sentença.⁶⁰¹

COMUNICADO NÚMERO 3 - divulgado pelo MLN-T no dia 31 de julho de 1970.

El MLN exige la inmediata liberación de los presos políticos, que oportunamente haremos conocer, para poner en libertad a los funcionarios diplomaticos detenidos por nuestra Organización.

El estado de salud del Sr. Consul de Brasil es bueno. El funcionario de USA recibió una herida de bala durante la acción, dictaminada por nuestro Servicio Sanitario de la siguiente manera: herida de bala con orificio de entrada a la altura del manubrio external borde derecho con orificio de salida en la región axilar izquierda. Herida en sedal. Hay un pequeño orificio sobre el borde izquierdo del esternón que parece producido de adentro afuera al pasar el proyectil hacia afuera – la bala luego siguió su trayectoria hacia el orificio de salida descrito. Pleuro-pulmón, normal; no hay elementos de neumo ni hemotórax. Cardiovascular; corazón y pulmones normales. No hay seguramente heridas del paquete axilar ni tampoco de vísceras.

Tenemos en nuestro poder los objetos personales que llevaban al ser detenidos: un reloj pulsera marca 'Rolex' con la siguiente inscripción en la tapa de la maquina: 'A DAN MITRIONE, SUS AMIGOS DE PM. RIO, 23/6/67', que pertenece al funcionario de USA, y también una alianza con la siguiente

601 O ESTADO DE S. PAULO, 30 de julho de 1970, p. 15.

inscripción: 'MARIA APARECIDA 16/10/54', que pertenece al Sr. Consul de Brasil. Seran devueltos oportunamente.

Y, en cuanto al Dr. Pereyra Manelli; se encuentra bien mientras prosigue su interrogatorio. Cabe anotar que el Poder Judicial sigue violando las normas legales, ya que a los ultimos presos politicos se les mantuvo por mas de 48 horas detenidos sin proceso, lo que viola la Constitucion y la Ley. Una vez aceptado el canje, daremos a conocer la lista de presos políticos que deberán ser liberados y al país donde deben ser remitidos. Advertencia: por cada revolucionario muerto o herido seguiremos tomando severas represalias sobre integrantes de las fuerzas represivas, de la oligarquia y del gobierno.

Agosto de 1970. Por el MNL (Tupamaros) – Comando Fernan Pucurull. Comunicado nro. 3.⁶⁰²

COMUNICADO NÚMERO 4 – divulgado pelo MLN-T no dia 2 de agosto de 1970.

MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL (TUPAMAROS). 2 de agosto de 1970.

El Movimiento de Liberación Nacional (tupamaros) comunica:

- 1- Que el estado de salud del Dr. Daniel Pereira Manelli es bueno, sigue siendo interrogado.*
- 2- Respecto a los diplomaticos por cuyo rescate se pide la Liberación de los presos políticos, su estado es el siguiente: el Sr. Dias Gomide se encuentra bien. El Sr. Dan Mitrione se recupera de la herida. Esta siendo interrogado en la medida que su estado lo permite.*
- 3- Se adjuntan cartas de ambos diplomaticos a sus familiares.*
- 4- Los presos que deberan ser liberados para que los diplomaticos recuperen su libertad son: TODOS LOS DETENIDOS, PROCESADOS O CONDENADOS POR DELITOS POLÍTICOS O CONEXOS CON DELITOS POLÍTICOS, recludos en*

602 NATIONAL SECURITY ARCHIVE, **Electronic Briefing Book n. 324**, Dirección Nacional de Información e Inteligencia, memoria mensual, agosto de 1970, p. 3.

Establecimientos de Detención de la Capital y del Interior, salvos aquellos que optaran por permanecer sometidos al proceso penal que se les sigue Los países a los cuales deberan ser remitidos los liberados pueden ser: Mejico, Peru o Argelia.

MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL (TUPAMAROS).
Comando Fernan Pucurull. Comunicado nro. 4.⁶⁰³

COMUNICADO NÚMERO 5 - divulgado pelo MLN-T na noite do dia 4 de agosto de 1970.

- 1- *El MLN-Tupamaros ratifica en todos sus terminos las condiciones expresadas en sus comunicados anteriores.*
- 2- *Que de ninguna manera esta dispuesto a ampliar la negociacion a los otros puntos mencionados en el comunicado del Ministerio del Interior.*
- 3- *El estado de salud del sr. Dias Gomide es bueno. El Sr. Mitrione se repone.*
- 4- *Apesar de que los cargos contra el Dr. Pereyra Manelli, referentes a procesamientos endebidos a los presos de Cuchilla Alta, Infidencia, retención de detenidos sin proceso por mas de 48 horas y torturas, se han comprobado por sus propias declaraciones - que hemos grabado - se le deja en libertad para cumplir com la palabra empeñada.⁶⁰⁴*

COMUNICADO NÚMERO 6 - divulgado pelo MLN-T no dia 6 de agosto de 1970.

MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL (TUPAMAROS). *El Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros comunica:*

603 NATIONAL SECURITY ARCHIVE, **Electronic Briefing Book n. 324**, Dirección Nacional de Información e Inteligencia, memoria mensual, agosto de 1970, p. 3.

604 NATIONAL SECURITY ARCHIVE, **Electronic Briefing Book n. 324**, Dirección Nacional de Información e Inteligencia, memoria mensual, agosto de 1970, p. 5 e 6.

- 1- *El Sr. Dan A. Mitrione es un espia norteamericano infiltrado por el Gobierno en los Organismos de Seguridad del Estado Uruguayo. Segun sus proprias declaraciones, ha asesorado a la Guardia Metropolitana, Republicana y otras fuerzas represivas que en los ultimos anos han matado a una decena de patriotas en manifestaciones populares o en acciones contra los grupos revolucionarios. Tambien segun sus declaraciones ha proporcionado armas mortiferas para la represion del pueblo uruguayo bajo el cinico rotulo de A.I.D (Academia Internacional para el Desarrollo). Es el representante de una potencia que ha masacrado pueblos enteros en Vietnam, Santo Domingo y otros.*
- 2- *El Sr. Aloysio Dias Gomide es el representante en el Uruguay de una dictadura de carniceros que ha triturado y asesinado cientos de Patriotas brasileños en sus calabozos y ha institucionalizado el asesinato policial a traves del macabro Escuadron de la Muerte.*
- 3- *Más de 150 Patriotas uruguayos que tambien tienen familias, sufren prision y alrededor de una decena han sido asesinados por luchar por un País donde la fábrica sea del obrero, la tierra del que la trabaja y haya igualdad y libertad para todos.*
- 4- *Esperamos hasta la hora 24 (veinticuatro) del proximo viernes 7 (siete) para que las autoridades se pronuncien definitivamente sobre la libertad de nuestros companeros presos. En caso de no haber pronunciamiento positivo damos por concluido el caso y haremos Justicia. Si el pronunciamiento es favorable esperamos hasta la hora 24 (veinticuatro) del martes 11 (once) para que se haga efectivo en las condiciones enunciadas en los comunicados anteriores.*

Agosto 5 de 1970. Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros). Comando Fernan Pucurull.⁶⁰⁵

605 NATIONAL SECURITY ARCHIVE, **Electronic Briefing Book n. 324**, Dirección Nacional de Información e Inteligencia, memoria mensual, agosto de 1970, p. 5.

COMUNICADO NÚMERO 7

Divulgado no dia 7 de agosto de 1970, o comunicado continha ameaça de represálias em caso de tortura dos líderes tupamaros presos na rua Almeria. A divulgação foi proibida pelas autoridades uruguaias e o documento nunca se tornou público. Seu teor foi parcialmente repetido no comunicado 8.

COMUNICADO NÚMERO 8 - divulgado pelo MLN-T no dia 8 de agosto de 1970.

- 1- En el comunicado 7, no dado a publicidad por la Jefatura de Policía, decíamos que ante la eventualidad de delaciones, torturas o muertes a nuestros compañeros, se tomarían severas represalias contra las fuerzas represivas, los representantes de la oligarquía y diplomáticos extranjeros. Ellos responderán por la integridad física de los compañeros detenidos.*
- 2- El gobierno del señor Pacheco Areco es el único responsable de la nueva situación que se ha creado. Le respondemos en su mismo idioma.*

*Comando Fernán Pucurull, Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros.*⁶⁰⁶

COMUNICADO NÚMERO 9 - divulgado pelo MLN-T no dia 8 de agosto de 1970.

- 1- El gobierno del Sr. Pacheco Areco, vencido el plazo otorgado por nuestra organizacion, no dio respuesta a la propuesta de canje.*
- 2- En consecuencia, en virtud de que no se concreta el canje el Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros) ha decidido ejecutar al Sr. Dan A. Mitrione.*

606 NATIONAL SECURITY ARCHIVE, **Electronic Briefing Book n. 324**, Dirección Nacional de Información e Inteligencia, memoria mensual, agosto de 1970, p. 9.

3- *La ejecucion tendra lugar a la hora 12 del dia domingo 9 del corriente mes.*⁶⁰⁷

**COMUNICADO NÚMERO 10 - divulgado pelo
MLN-T no dia 11 de agosto de 1970.**

- 1- *El Sr. Aloysio Mares Dias Gomide y el Dr. Claude Fly se encuentran bien, aun no se ha dictado sentencia sobre ellos.*
- 2- *Los companeros que custodian a los diplomaticos detenidos tienen orden terminante de ajusticiarlos si las fuerzas represivas llegan a ellos en un allanamiento.*
- 3- *Sobre la integridad de los compañeros detenidos, responderán los oligarcas del gobierno de Pacheco, las fuerzas represivas y los asesores norte-americanos.*⁶⁰⁸

**COMUNICADO NÚMERO 11 - divulgado pelo
MLN-T no dia 17 de setembro de 1970.**

- 1- *El comunicado n. 11 dado a conocer por cierto órgano de prensa es absolutamente falso.*
- 2- *Con respecto a la salud de los funcionarios extranjeros que se encuentran en nuestro poder: uno está bajo atención médica el otro se encuentra bien.*
- 3- *Informamos que durante las 'medidas extraordinarias' vigente hasta hace poco, fueron sometidos a malos tratos y torturas en los calabozos de hurtos y rapina, los siguientes compañeros: Jesús Aguinarena, torturado; Raúl Bidegain, Alberto Candan y Juan Diego Picardo, sometidos a interrogatorios bajo narcosis artificial producida por drogas que les fueron inyectadas, el último de los citados en tres oportunidades; Asdrúbal Pereyra igual que los*

607 NATIONAL SECURITY ARCHIVE, *Electronic Briefing Book n. 324*, Dirección Nacional de Información e Inteligencia, memoria mensual, agosto de 1970, p. 9.

608 ABC, 13 de agosto de 1970, p. 15.

anteriores, fue interrogado bajo narcosis por droga, pero además fue torturado por otros procedimientos; Andrés Cultelli, torturado. Si bien los malos tratos y torturas no se realizaron contra todos los detenidos ni durante todo el periodo de su detención, se realizaron sin n la medida denunciada a pesar de que habíamos manifestado públicamente que los funcionarios extranjeros en nuestro poder garantizaban la integridad de nuestros compañeros.

- 4- El gobierno, luego de haber entablado conversaciones con los presos detenidos en Punta Carretas, al no haber obtenido de ellos los resultados que buscaban, planeou una (ininteligível) contra dichos presos, prohibió la entrada de los abogados y familiares, prohibió la visita, limito la correspondencia y la entrada de alimentos en el penal, repitiendo el mismo tipo de represalias en la cárcel de mujeres, en un gesto absurdo de venganza que les inferioriza aún más, y que no quedaran impune.*
 - 5- Adjuntamos un manifiesto que deberá ser comunicado por Cx14, Cx16, Cx20, radios 'El Espectador', 'Carve' y 'Montecarlo', respectivamente; por los diarios BP Color, 'El País', 'El Dia', 'Ya', 'El Diario' y 'Accion'. Dicha publicacion deberá efectuarse en espacio preferencial y en condiciones normales. De cumplirse estas condiciones a satisfacción, pondremos inmediatamente en libertad, al funcionario extranjero que se encuentra bajo atención medica.*
- Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros.*⁶⁰⁹

COMUNICADO NÚMERO 12

Divulgado no dia 20 de setembro de 1970, reiterou a exigência de divulgação de manifesto feita no comunicado número 11, além de afirmar que o governo já havia atendido algumas demandas dos tupamaros. Junto com o comunicado, os tupamaros também divulgaram uma mensagem de Gomide para a esposa.

609 Telegrama da embaixada do Brasil em Montevidéu para a Secretaria de Estado, 17 de setembro de 1970.

**COMUNICADO NÚMERO 15 - divulgado pelo
MLN-T no dia 26 de janeiro de 1971.**

Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros) – Comunicado n.15

- 1- Hace 5 meses, propusimos públicamente una tregua en las hostilidades a cambio de la aceptación de una plataforma de 6 puntos que incluía: la libertad de los presos políticos, la restitución de todos los destituidos a sus puestos, el levantamiento de la congelación de salarios, el levantamiento de todas las intervenciones, en especial las que se han producido contra instituciones de enseñanza, la restitución de todos los derechos, garantías y libertades individuales arrebatadas al pueblo, el levantamiento de todas las medidas impopulares y reaccionarias tomadas por este gobierno. Era un proposición tendiente a ahorrar violencias inútiles que le hicimos a un gobierno que ha detenido y enviado a los cuarteles a más de 5.000 trabajadores en un solo año, ha asesinado a más de una docena de manifestantes y luchadores sociales, y ha liquidado todas las libertades.*
- 2- Inmediatamente de lanzada esta propuesta, y lejos de tener una respuesta alentadora, se comenzo otra campaña desleal, de calunia contra el Movimiento de Liberación Nacional, ahora para hacerlo aparecer como que sabotaba el turismo. Para ello se praguó una carta donde se expresaba que los tupamaros se proponian atentar contra los turistas, se la dejo en un baño... y fue publicada por toda la prensa capitalista. En estos ultimos días se volvió a reiterar la maniobra (que ya es ridicula a fuerza de repetida), con otra carta falsa en otro baño... que tambien publico toda la prensa capitalista. La misma prensa que se nego a publicar una proclama con verdades dolorosas para el gobierno, que hubiera permitido la liberación de Fly, hace vários meses. Para que quede clara nuestra posicion sobre el turismo: los consideramos una fuente de trabajo, por lo tanto no estamos dispuestos a sabotearlo. En consecuencia, no hemos atentado ni atentaremos contra ningun turista. Hemos atentado*

- contra los oligarcas nacionales donde se encuentren, incluso Punta del Este.*
- 3- *Pasados estos 5 meses no hemos logrado satisfaccion a nuestros reclamos de libertades, apenas el derecho a funcionar legalmente a algunos partidos politicos y el levantamiento de la prohibicion de algunas palabras. Jamas en toda nuestra historia se logro conformar a los uruguayos con retazos de libertades, como limosnas. El Parlamento no logra número para tratar una de nuestras demandas (la restitucion de los destituidos), pero si para seguir votando más restricciones a los mezquinos derechos individuales que iban quedando.*
 - 4- *El gobierno nos contesto hace poco dias, respecto a los 6 puntos, que no negocia con los tupamaros por principios (aunque le consta que lo ha intentado en alguna ocasion), nos trata de delincuentes, titulo que recibieron de los gobiernos de su epoca, orientales mas gloriosos, como Artigas. Esta es la respuesta de un gobirno que cobija en su sueño a banqueros especuladores y homicidas uniformados, como esos que ultimaron a um menor desarmado, impunemente, en estos dias, y que hoy, con la anuencia de la comision permanente del poder Legislativo, mantienen en la jefatura de policia a militantes sociales que estan siendo barbaramente torturados, en especial a nuestras compañeras Maria Teresa Labrocca y Lucia Topolansky. Gobierno que ha negado el aumento de salarios a los que trabajan y regala millones a los delatores, obligandonos a tomar medidas drasticas contra ellos.*
 - 5- *Por lo tanto reiteramos que retiramos nuestra propuesta de tregua y le dejamos la iniciativa al gobierno. Volvemos a la consigna que fue la bandera de nuestros antepasados que lucharon en las cuchillas: 'o hay patria para todos o no habra patria para nadie'.*
 - 6- *El estado de salud de los prisioneros extranjeros es bueno. Ellos son garantia de la integridad fisica de los prisioneros en las carceles del gobierno. Sus vidas correran peligro si fuerzas del regimen*

*se aproximan a los lugares donde se encuentran. Los prisioneros extranjeros sirven y servirán para denunciar ante el mundo la prision de decenas de patriotas uruguayos en la carcel de Punta Carretas, carcel de Mujeres, Carlos Nery, CIM, cuartel de la Paloma, etc. Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros), Montevideo, 25 de enero de 1971.*⁶¹⁰

**COMUNICADO NÚMERO 16 - divulgado pelo
MLN-T no dia 12 de fevereiro de 1971.**

- 1- *Han culminado las negociaciones para la liberación del señor Aloysio Dias Gomide.*
- 2- *El acuerdo en la negociación establece que el señor Aloysio Dias Gomide será puesto en libertad cuando cese la suspensión de garantías individuales.*
- 3- *Los funcionarios extranjeros que permanecen en la cárcel del pueblo se encuentran en buen estado de salud.*⁶¹¹

610 Telegrama da embaixada do Brasil em Montevideú para a Secretaria de Estado, 26 de janeiro de 1970.

611 ABC, 17 de fevereiro de 1971, p. 26.

II - Câmbio

1 dólar	250 pesos uruguaios ⁶¹²
1 dólar	5 cruzeiros ⁶¹³
1 dólar em 1970.....	6,32 dólares em 2017 ⁶¹⁴

612 PUNTO FINAL, 18 de agosto de 1970, p .31 e VEJA, 24 de fevereiro de 1971, p. 18.

613 VEJA, 23 de dezembro de 1970, p. 23.

614 Considerando-se apenas a inflação oficial norte-americana entre agosto de 1970 e novembro de 2017. Fonte: *United States Department of Labor, Bureau of Labor Statistics, CPI Inflation Calculator.*

III - Agências bancárias assaltadas pelo MLN-T (janeiro a agosto de 1970)⁶¹⁵

Data	Agência	Valor em UYU
24 de fevereiro	Banco República, Salto	22 milhões
9 de março	Unión de Bancos del Uruguay, Montevidéo	10 milhões
12 de março	Banco Palestino, Montevidéo	6 milhões
30 de março	Banco Francês e Italiano, Montevidéo	15 milhões
(5 de abril)	(Residência dos irmãos Mailhos)	(100 milhões)
27 de maio	Cobranzas, Montevidéo	4 milhões
29 de maio	National Cash Register, Montevidéo	4 milhões
11 de junho	Banco Español y Territorial, Montevidéo	5 milhões
16 de junho	Unión de Bancos del Uruguay, Montevidéo	7 milhões
22 de junho	Banco Palestino, Montevidéo	16 milhões
23 de junho	Banco Pan de Azúcar, Montevidéo	8 milhões
30 de junho	Banco de Londres, Montevidéo	13 milhões
22 de julho	Sociedad de Bancos, Montevidéo	2,2 milhões
6 de agosto	Banco Mercantil del Rio de la Plata, Montevidéo	4 milhões

615 Fontes: EL DIARIO, 23 de junho de 1970, p.20; EL DÍA, 1º de julho de 1970, p. 9; EL DÍA, 21 de agosto de 1970, p. 3; e NATIONAL SECURITY ARCHIVE, *Electronic Briefing Book n. 324*, Dirección Nacional de Información e Inteligencia, memoria mensual, agosto de 1970.

Data	Agência	Valor em UYU
6 de agosto	Banco La Caja Obrera, Montevideú	2 milhões
19 de agosto	Banco de Crédito, Montevideú	2,5 milhões
19 de agosto	Banco de Cobranzas, Montevideú	1 milhão
21 de agosto	Banco de Cobranzas, Montevideú	2 milhões
Total	17 agências	123,7 milhões

O valor total equivale a US\$ 3.127 milhões em valores atuais. Considerando-se os cerca de 100 milhões de pesos obtidos no assalto à casa dos irmãos Mailhos, a quantia roubada pelo MLN-T no período alcançou US\$ 5.655 milhões em valores atualizados.

IV - Cronologia

1968

- 7 de agosto – Ulises Pereyra Reverbel é sequestrado pelo MLN-T.
- 11 de agosto – Libertação de Ulises Pereyra Reverbel.
- 28 de agosto – O embaixador dos EUA na Guatemala, John Gordon Meir, é morto durante tentativa de sequestro conduzida pelas Forças Armadas Rebeldes da Guatemala (FAR).

1969

- 20 de janeiro – Posse do presidente dos EUA, Richard Nixon.
- 4 de setembro – O embaixador dos EUA no Brasil, Charles Burke Elbrick, é sequestrado pela Ação Libertadora Nacional (ALN) e pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).
- 7 de setembro – Libertação do embaixador dos EUA no Brasil, Charles Burke Elbrick, após a chegada de quinze presos políticos na Cidade do México – em 6 de setembro.
- 9 de setembro – O banqueiro Gaetano Pellegrini Giampietro é sequestrado pelo MLN-T.
- 8 de outubro – O MLN-T toma a cidade uruguaia de Pando.
- 30 de outubro – O general Emílio Garrastazu Médici assume a Presidência do Brasil.
- 20 de novembro – Libertação de Gaetano Pellegrini Giampietro em troca do pagamento de resgate.

1970

- 11 de março – O cônsul do Japão em São Paulo, Nobuo Okuchi, é sequestrado pela Vanguarda Popular Revolucionária

- (VPR), pela ALN, pela Resistência Democrática (REDE) e pelo Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).
- 15 de março – Libertação do cônsul do Japão em São Paulo, Nobuo Okuchi, após chegada de cinco presos políticos na Cidade do México – em 15 de março.
 - 24 de março – O cônsul do Paraguai na cidade de Ituzaingó, na Argentina, Joaquim Waldemar Sánchez, é sequestrado pela Frente Argentina de Libertação.
 - 28 de março – O cônsul do Paraguai na cidade de Ituzaingó, Joaquim Waldemar Sánchez, é libertado.
 - 31 de março – O embaixador da Alemanha na Guatemala, Karl Von Spreti, é sequestrado pelas FAR.
 - 6 de abril – O embaixador da Alemanha na Guatemala, Karl Von Spreti, é assassinado pelas FAR, após a recusa do governo guatemalteco em negociar com o grupo.
 - 11 de maio – Visita do presidente Médici ao Uruguai.
 - 29 de maio – O general da reserva e ex-presidente da Argentina, Pedro Eugenio Aramburu, é sequestrado pelos montoneros.
 - 29 de maio – O MLN-T toma o Centro de Instrução da Marinha em Montevideú.
 - 1º de junho – O general da reserva e ex-presidente da Argentina, Pedro Eugenio Aramburu, é executado pelos montoneros.
 - 10 de junho – O presidente da Argentina, general Juan Carlos Onganía, é derrubado pelos militares.
 - 11 de junho – O embaixador da Alemanha no Brasil, Ehrenfried von Holleben, é sequestrado pela VPR e pela ALN.

- 17 de junho – Libertação do embaixador da Alemanha no Brasil, Ehrenfried von Holleben, após a chegada de 40 presos políticos em Argel – em 15 de junho.
- 18 de junho – o general Roberto Marcelo Levingston assume a Presidência da Argentina.
- 28 de julho – O juiz Daniel Pereyra Manelli é sequestrado pelo MLN-T. Início do “Plano Satã”.
- 31 de julho – O diplomata brasileiro Aloysio Mares Dias Gomide é sequestrado pelo MLN-T.
- 31 de julho – O chefe da missão policial norte-americana no Uruguai, Dan Mitrione, é sequestrado pelo MLN-T.
- 31 de julho – Fracassa o sequestro do diplomata norte-americano Gordon Jones pelo MLN-T.
- 7 de agosto – O técnico agrícola norte-americano, Claude Fly, é sequestrado pelo MLN-T.
- 7 de agosto – A direção do MLN-T, incluindo Raúl Sendic, é capturada pela polícia uruguaia.
- 10 de agosto – O chefe da missão policial norte-americana no Uruguai, Dan Mitrione, é assassinado pelo MLN-T, após a recusa do governo uruguaio em negociar com o grupo.
- 4 de setembro – O candidato da coligação de esquerda Unidade Popular, Salvador Allende, vence a eleição presidencial no Chile, com 36,6% dos votos.
- 5 de outubro – O diplomata britânico James Richard Cross é sequestrado pela Frente de Libertação do Quebec (FLQ), no Canadá.
- 10 de outubro – O secretário do Trabalho da província do Quebec, Pierre Laporte, é sequestrado pela FLQ.

- 17 de outubro – O secretário do Trabalho da província do Quebec, Pierre Laporte, é assassinado pela FLQ.
- 4 de novembro – Posse do presidente Salvador Allende no Chile.
- 4 de dezembro – Libertação do diplomata britânico James Richard Cross no Canadá.
- 7 de dezembro – O embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, é sequestrado pela VPR.

1971

- 8 de janeiro – O embaixador britânico no Uruguai, Geoffrey Jackson, é sequestrado pelo MLN-T.
- 16 de janeiro – Libertação do embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, após a chegada de 70 presos políticos em Santiago, no Chile – em 13 de janeiro.
- 21 de fevereiro – Libertação do diplomata brasileiro Aloysio Mares Dias Gomide após pagamento de resgate.

Lista das teses de CAE publicadas pela FUNAG

1. **Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro**
O Brasil e o novo Direito do Mar: mar territorial e a zona econômica exclusiva (1989)
2. **Luiz Henrique Pereira da Fonseca**
Organização Marítima Internacional (IMO). Visão política de um organismo especializado das Nações (1989)
3. **Valdemar Carneiro Leão Neto**
A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1943). Contornos diplomáticos (1990)
4. **Synesio Sampaio Goes Filho**
Navegantes, bandeirantes, diplomatas: aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia (1991)
5. **José Antonio de Castello Branco de Macedo Soares**
História e informação diplomática: tópicos de historiografia, filosofia da história e metodologia de interesse para a informação diplomática (1992)
6. **Pedro Motta Pinto Coelho**
Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado (1992)

7. **Adhemar Gabriel Bahadian**
A tentativa do controle do poder econômico nas Nações Unidas – estudo do conjunto de regras e princípios para o controle das práticas comerciais restritivas (1992)
8. **Regis Percy Arslanian**
O recurso à Seção 301 da legislação de comércio norte-americana e a aplicação de seus dispositivos contra o Brasil (1993)
9. **João Almino de Souza Filho**
Naturezas mortas. A filosofia política do ecologismo (1993)
10. **Clodoaldo Hugueney Filho**
A Conferência de Lancaster House: da Rodésia ao Zimbábue (1993)
11. **Maria Stela Pompeu Brasil Frota**
Proteção de patentes de produtos farmacêuticos: o caso brasileiro (1993)
12. **Renato Xavier**
O gerenciamento costeiro no Brasil e a cooperação internacional (1994)
13. **Georges Lamazière**
Ordem, hegemonia e transgressão: a resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM) e o regime internacional de não proliferação de armas de destruição em massa (1998)
14. **Antonio de Aguiar Patriota**
O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva (1998)
15. **Leonilda Beatriz Campos Gonçalves Alves Corrêa**
Comércio e meio ambiente: atuação diplomática brasileira em relação ao Selo Verde (1998)
16. **Afonso José Sena Cardoso**
O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas (1998)
17. **Irene Pessoa de Lima Câmara**
Em nome da democracia: a OEA e a crise haitiana 1991-1994 (1998)

18. **Ricardo Neiva Tavares**
As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas (1999)
19. **Miguel Darcy de Oliveira**
Cidadania e globalização – a política externa brasileira e as ONGs (1999)
20. **Fernando Simas Magalhães**
Cúpula das Américas de 1994: papel negociador do Brasil, em busca de uma agenda hemisférica (1999)
21. **Ernesto Otto Rubarth**
A diplomacia brasileira e os temas sociais: o caso da saúde (1999)
22. **Enio Cordeiro**
Política indigenista brasileira e programa internacional dos direitos das populações indígenas (1999)
23. **Fernando Paulo de Mello Barreto Filho**
O tratamento nacional de investimentos estrangeiros (1999)
24. **Denis Fontes de Souza Pinto**
OCDE: uma visão brasileira (2000)
25. **Francisco Mauro Brasil de Holanda**
O gás no Mercosul: uma perspectiva brasileira (2001)
26. **João Solano Carneiro da Cunha**
A questão de Timor-Leste: origens e evolução (2001)
27. **João Mendonça Lima Neto**
Promoção do Brasil como destino turístico (2002)
28. **Sérgio Eduardo Moreira Lima**
Privilégios e imunidades diplomáticos (2002)
29. **Appio Cláudio Muniz Acquarone**
Tratados de extradição: construção, atualidade e projeção do relacionamento bilateral brasileiro (2003)
30. **Susan Kleebank**
Cooperação judiciária por via diplomática: avaliação e propostas de atualização do quadro normativo (2004)

31. **Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura**
O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas (2005)
32. **Paulo Estivallet de Mesquita**
Multifuncionalidade e preocupações não-comerciais: implicações para as negociações agrícolas na OMC (2005)
33. **Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo**
Bolívia: a criação de um novo país (2006)
34. **Maria Clara Duclos Carisio**
A política agrícola comum e seus efeitos para o Brasil (2006)
35. **Eliana Zugaib**
A Hidrovia Paraguai-Paraná (2006)
36. **André Aranha Corrêa do Lago**
Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas (2007)
37. **João Pedro Corrêa Costa**
De decasségui a emigrante (2007)
38. **George Torquato Firmeza**
Brasileiros no exterior (2007)
39. **Alexandre Guido Lopes Parola**
A ordem injusta (2007)
40. **Maria Nazareth Farani de Azevedo**
A OMC e a reforma agrícola (2007)
41. **Ernesto Henrique Fraga Araújo**
O Mercosul: negociações extra-regionais (2008)
42. **João André Lima**
A Harmonização do Direito Privado (2008)
43. **João Alfredo dos Anjos Júnior**
José Bonifácio, primeiro Chanceler do Brasil (2008)
44. **Douglas Wanderley de Vasconcellos**
Esporte, poder e Relações Internacionais (2008)

45. **Silvio José Albuquerque e Silva**
Combate ao racismo (2008)
46. **Ruy Pacheco de Azevedo Amaral**
O Brasil na França (2008)
47. **Márcia Maro da Silva**
Independência de Angola (2008)
48. **João Genésio de Almeida Filho**
O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS): análise e perspectivas (2009)
49. **Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão**
A Revolução de 1817 e a história do Brasil - um estudo de história diplomática (2009)
50. **Paulo Fernando Dias Feres**
Os biocombustíveis na matriz energética alemã: possibilidades de cooperação com o Brasil (2010)
51. **Gilda Motta Santos Neves**
Comissão das Nações Unidas para Consolidação da Paz – perspectiva brasileira (2010)
52. **Alessandro Warley Candéas**
Integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na visão do outro (2010)
53. **Eduardo Uziel**
O Conselho de Segurança e a inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas (2010)
54. **Márcio Fagundes do Nascimento**
A privatização do emprego da força por atores não-estatais no âmbito multilateral (2010)
55. **Adriano Silva Pucci**
O estatuto da fronteira Brasil – Uruguai (2010)
56. **Mauricio Carvalho Lyrio**
A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos (2010)

57. **Carlos Alfonso Iglesias Puente**
A cooperação técnica horizontal como instrumento da política externa: a evolução da Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005 (2010)
58. **Rodrigo d’Araujo Gabsch**
Aprovação interna de tratados internacionais pelo Brasil (2010)
59. **Michel Arslanian Neto**
A liberalização do comércio de serviços do Mercosul (2010)
60. **Gisela Maria Figueiredo Padovan**
Diplomacia e uso da força: os painéis do Iraque (2010)
61. **Oswaldo Biato Júnior**
Aparceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (2010)
62. **Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes**
A política externa do Governo Sarney: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia (2010)
63. **Sarquis J. B. Sarquis**
Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil (2011)
64. **Neil Giovanni Paiva Benevides**
Relações Brasil-Estados Unidos no setor de energia: do Mecanismo de Consultas sobre Cooperação Energética ao Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis (2003-2007). Desafios para a construção de uma parceria energética (2011)
65. **Luís Ivaldo Villafañe Gomes Santos**
A arquitetura de paz e segurança africana (2011)
66. **Rodrigo de Azeredo Santos**
A criação do Fundo de Garantia do Mercosul: vantagens e proposta (2011)
67. **José Estanislau do Amaral**
Usos da história: a diplomacia contemporânea dos Estados Bálticos. Subsídios para a política externa brasileira (2011)

68. **Everton Frask Lucero**
Governança da internet: aspectos da formação de um regime global e oportunidades para a ação diplomática (2011)
69. **Rafael de Mello Vidal**
A inserção de micro, pequenas e médias empresas no processo negociador do Mercosul (2011)
70. **Bruno Luiz dos Santos Cobuccio**
A irradiação empresarial espanhola na América Latina: um novo fator de prestígio e influência (2011)
71. **Pedro Escosteguy Cardoso**
A nova arquitetura africana de paz e segurança: implicações para o multilateralismo e para as relações do Brasil com a África (2011)
72. **Ricardo Luís Pires Ribeiro da Silva**
A nova rota da seda: caminhos para presença brasileira na Ásia Central (2011)
73. **Ibrahim Abdul Hak Neto**
Armas de destruição em massa no século XXI: novas regras para um velho jogo. O paradigma da iniciativa de segurança contra a proliferação (PSI) (2011)
74. **Paulo Roberto Ribeiro Guimarães**
Brasil – Noruega: construção de parcerias em áreas de importância estratégica (2011)
75. **Antonio Augusto Martins Cesar**
Dez anos do processo de Kimberley: elementos, experiências adquiridas e perspectivas para fundamentar a atuação diplomática brasileira (2011)
76. **Ademar Seabra da Cruz Junior**
Diplomacia, desenvolvimento e sistemas nacionais de inovação: estudo comparado entre Brasil, China e Reino Unido (2011)
77. **Alexandre Peña Ghisleni**
Direitos Humanos e Segurança Internacional: o tratamento dos temas de Direitos Humanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas (2011)

78. **Ana Maria Bierrenbach**
O conceito de responsabilidade de proteger e o Direito Internacional Humanitário (2011)
79. **Fernando Pimentel**
O fim da era do petróleo e a mudança do paradigma energético mundial: perspectivas e desafios para a atuação diplomática brasileira (2011)
80. **Luiz Eduardo Pedroso**
O recente fenômeno migratório de nacionais brasileiros na Bélgica (2011)
81. **Miguel Gustavo de Paiva Torres**
O Visconde do Uruguai e sua atuação diplomática para a consolidação da política externa do Império (2011)
82. **Maria Theresa Diniz Forster**
Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil: o legado de um pioneiro e sua relevância atual para a diplomacia brasileira (2011)
83. **Fábio Mendes Marzano**
Políticas de inovação no Brasil e nos Estados Unidos: a busca da competitividade – oportunidades para a ação diplomática (2011)
84. **Breno Hermann**
Soberania, não intervenção e não indiferença: reflexões sobre o discurso diplomático brasileiro (2011)
85. **Elio de Almeida Cardoso**
Tribunal Penal Internacional: conceitos, realidades e implicações para o Brasil (2012)
86. **Maria Feliciano Nunes Ortigão de Sampaio**
O Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT): perspectivas para sua entrada em vigor e para a atuação diplomática brasileira (2012)
87. **André Heráclio do Rêgo**
Os sertões e os desertos: o combate à desertificação e a política externa brasileira (2012)

88. **Felipe Costi Santarosa**
Rivalidade e integração nas relações chileno-peruanas: implicações para a política externa brasileira na América do Sul (2012)
89. **Emerson Coraiola Kloss**
Transformação do etanol em commodity: perspectivas para uma ação diplomática brasileira (2012)
90. **Gelson Fonseca Junior**
Diplomacia e academia - um estudo sobre as relações entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica (2ª edição, 2012)
91. **Elias Antônio de Luna e Almeida Santos**
Investidores soberanos: implicações para a política internacional e os interesses brasileiros (2013)
92. **Luiza Lopes da Silva**
A questão das drogas nas Relações Internacionais: uma perspectiva brasileira (2013)
93. **Guilherme Frazão Conduru**
O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização (2013)
94. **Luiz Maria Pio Corrêa**
O Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI): organizações internacionais e crime transnacional (2013)
95. **André Chermont de Lima**
Copa da cultura: o campeonato mundial de futebol como instrumento para a promoção da cultura brasileira no exterior (2013)
96. **Marcelo P. S. Câmara**
A política externa alemã na República de Berlim: de Gerhard Schröder a Angela Merkel (2013)
97. **Ana Patrícia Neves Tanaka Abdul-Hak**
O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS): objetivos e interesses do Brasil (2013)

98. **Gustavo Rocha de Menezes**
As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil (2013)
99. **Erika Almeida Watanabe Patriota**
Bens ambientais, OMC e o Brasil (2013)
100. **José Ricardo da Costa Aguiar Alves**
O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e suas propostas de reforma (2013)
101. **Mariana Gonçalves Madeira**
Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira (2014)
102. **Daniela Arruda Benjamin**
A aplicação dos atos de organizações internacionais no ordenamento jurídico brasileiro (2014)
103. **Nilo Dytz Filho**
Crise e reforma da Unesco: reflexões sobre a promoção do poder brando do Brasil no plano multilateral (2014)
104. **Christiano Sávio Barros Figueirôa**
Limites exteriores da plataforma continental do Brasil conforme o Direito do Mar (2014)
105. **Luís Cláudio Villafañe G. Santos**
A América do Sul no discurso diplomático brasileiro (2014)
106. **Bernard J. L. de G. Klingl**
A evolução do processo de tomada de decisão na União Europeia e sua repercussão para o Brasil (2014)
107. **Marcelo Baumbach**
Sanções do Conselho de Segurança: direito internacional e prática brasileira (2014)
108. **Rui Antonio Jucá Pinheiro de Vasconcellos**
O Brasil e o regime internacional de segurança química (2014)

109. **Eduardo Uziel**
O Conselho de Segurança, as missões de paz e o Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas (2ª edição, 2015)
110. **Regiane de Melo**
Indústria de defesa e desenvolvimento estratégico: estudo comparado França-Brasil (2015)
111. **Vera Cíntia Álvarez**
Diversidade cultural e livre comércio: antagonismo ou oportunidade? (2015)
112. **Claudia de Angelo Barbosa**
Os desafios da diplomacia econômica da África do Sul para a África Austral no contexto Norte-Sul (2015)
113. **Carlos Alberto Franco França**
Integração elétrica Brasil-Bolívia: o encontro no rio Madeira (2015)
114. **Paulo Cordeiro de Andrade Pinto**
Diplomacia e política de defesa: o Brasil no debate sobre a segurança hemisférica na década pós-Guerra Fria (1990-2000) (2015)
115. **Luiz Alberto Figueiredo Machado**
A plataforma continental brasileira e o direito do mar: considerações para uma ação política (2015)
116. **Alexandre Brasil da Silva**
Bioética, governança e neocolonialismo (2015)
117. **Augusto Pestana**
ITER - os caminhos da energia de fusão e o Brasil (2015)
118. **Pedro de Castro da Cunha e Menezes**
Áreas de preservação ambiental em zona de fronteira: sugestões para uma cooperação internacional no contexto da Amazônia (2015)
119. **Maria Rita Fontes Faria**
Migrações internacionais no plano multilateral: reflexões para a política externa brasileira (2015)

120. **Pedro Marcos de Castro Saldanha**
Convenção do Tabaco da OMS: gênese e papel da presidência brasileira nas negociações (2015)
121. **Arthur H. V. Nogueira**
Kôossovo: província ou país? (2015)
122. **Luís Fernando de Carvalho**
O recrudescimento do nacionalismo catalão: estudo de caso sobre o lugar da nação no século XXI (2016)
123. **Flavio Goldman**
Exposições universais e diplomacia pública (2016)
124. **Acir Pimenta Madeira Filho**
Instituto de cultura como instrumento de diplomacia (2016)
125. **Mario Vilalva**
África do Sul: do isolamento à convivência. Reflexões sobre a relação com o Brasil (2016)
126. **Andréa Saldanha da Gama Watson**
O Brasil e as restrições às exportações (2016)
127. **Eduardo dos Santos**
Entre o Beagle e as Malvinas: conflito e diplomacia na América do Sul (2016)
128. **José Viegas Filho**
A segurança do Atlântico Sul e as relações com a África (2016)
129. **Alessandro Candéas**
A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na “visão do outro” (2ª edição, 2017)
130. **Carlos Luís Duarte Villanova**
Diplomacia pública e imagem do Brasil no século XXI (2017)
131. **Luiz Eduardo Fonseca de Carvalho Gonçalves**
Egito: revolução e contrarrevolução (2011-2015) (2017)
132. **Vanessa Dolce Faria**
Política Externa e participação social: trajetórias e perspectivas (2017)

133. **Ricardo Guerra de Araújo**
O jogo estratégico nas negociações Mercosul-União Europeia (2018)
134. **Kassius Diniz da Silva Pontes**
Entre o dever de escutar e a responsabilidade de decidir: o CSNU e os seus métodos de trabalho (2018)
135. **Cristiano Franco Berbert**
Reduzindo o custo de ser estrangeiro: o apoio do Itamaraty à internacionalização de empresas brasileiras (2018)
136. **Guilherme José Roeder Friaça**
Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios (2018)
137. **Gabriel Boff Moreira**
A política regional da Venezuela entre 1999 e 2012: petróleo, integração e relações com o Brasil (2018)
138. **Rodrigo de Oliveira Godinho**
A OCDE em rota de adaptação ao cenário internacional: perspectivas para o relacionamento do Brasil com a Organização (2018)
139. **Elza Moreira Marcelino de Castro**
O acordo TRIPS e a saúde pública – implicações e perspectivas (2018)
140. **Marcelo Ramos Araújo**
A região norte e a integração: a demanda dos atores subnacionais amazônicos por integração regional (2019)

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão



Acompanhe nossas redes sociais

@funagbrasil



Marina Artes Gráficas e Editora

Papel da capa: cartão supremo 250g

Papel do miolo: pólen soft 80g

O diplomata brasileiro Aloysio Mares Dias Gomide foi sequestrado em Montevidéu, em 31 de julho de 1970, pelo Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros (MLN-T), então o principal grupo da esquerda armada uruguaia. No mesmo dia, os tupamaros também capturaram o cidadão norte-americano Dan Mitrione, chefe da missão policial dos EUA no Uruguai. Os sequestros de Gomide e Mitrione faziam parte de uma operação do MLN-T denominada “Plano Satã”, que pretendia obter a libertação de tupamaros presos e enfraquecer o governo do presidente uruguaio, Pacheco Areco.

Em Montevidéu, os sequestros tornaram-se o epicentro da crise política uruguaia e Pacheco Areco recusou qualquer negociação com os tupamaros, apesar das gestões dos presidentes Médici e Nixon. A intransigência uruguaia afetou as relações com o Brasil e provocou desafios consideráveis para a diplomacia brasileira.

No plano regional, o governo argentino respaldou publicamente e com firmeza a posição uruguaia, avaliando que o sequestro e as consequentes dificuldades nas relações entre Brasil e Uruguai representavam oportunidade para o fortalecimento da influência argentina em Montevidéu.

No Brasil, a recusa do Uruguai em negociar com os tupamaros enfraqueceu o governo diante de setores da linha dura das forças armadas, insatisfeitos com a postura negociadora de Brasília diante dos três sequestros de diplomatas ocorridos em território brasileiro, até julho de 1970. A aparente contradição entre a disposição do Brasil em fazer por diplomatas estrangeiros o que um país amigo e vizinho como o Uruguai não estava inclinado a realizar por diplomata brasileiro, tornou ainda mais complexa a atuação do ministro das Relações Exteriores, Mario Gibson Barboza, em meio a crise.

O sequestro teve, acima de tudo, consequências dramáticas para a família de Gomide. Maria Aparecida Gomide lutou incansavelmente pela libertação do marido, organizando campanha de arrecadação de recursos no Brasil e negociando com os tupamaros.

Apresentado originalmente como tese ao Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, este livro narra a história do sequestro de Aloysio Gomide e analisa suas implicações para a diplomacia brasileira.

